



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WESLEY RIBEIRO ALVES

TERRA GARBOSA, CERCADA DE MORROS PARA SE ENFEITAR:
a cidade de Morrinhos imaginada pela história pública local (1968-2023)

GOIÂNIA/GO
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Wesley Ribeiro Alves

3. Título do trabalho

TERRA GARBOSA, CERCADA DE MORROS PARA SE ENFEITAR: a cidade de Morrinhos imaginada pela história pública local (1968-2023)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Ribeiro Alves, Discente**, em 08/03/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 10/03/2025, às 23:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5213663** e o código CRC **A5737A99**.

WESLEY RIBEIRO ALVES

TERRA GARBOSA, CERCADA DE MORROS PARA SE ENFEITAR:
a cidade de Morrinhos imaginada pela história pública local (1968-2023)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.
Linha de pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais

Orientação: Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro

GOIÂNIA/GO
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alves, Wesley Ribeiro

TERRA GARBOSA, CERCADA DE MORROS PARA SE ENFEITAR [manuscrito] : a cidade de Morrinhos imaginada pela história pública local (1968-2023) / Wesley Ribeiro Alves. - 2025.
319 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2025.
Bibliografia.

Inclui mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. História Pública. 2. História das Cidades. 3. Memorialismo. 4. Redes de Circulação. I. Langaro, Jiani Fernando, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 005/2025 da sessão de **Defesa de Tese** de **WESLEY RIBEIRO ALVES**, que confere o título de **Doutor(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco**, a partir da(s) **14h00min**, na **Sala de Defesas do PPGH/UFG**, situado no Prédio de Humanidades I, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Tese** intitulada **“TERRA GARBOSA, CERCADA DE MORROS PARA SE ENFEITAR: a cidade de Morrinhos imaginada pela história pública local (1968-2023)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Presidente da banca, Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Júlio Cesar Meira (UEG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Hamilton Afonso de Oliveira (UEG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Cristiano Nicolini (PPGH/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Carlos Oiti Berbert Júnior (FH/UFG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Tese**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 28/02/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 28/02/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Nicolini, Professor do Magistério Superior**, em 28/02/2025, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Oiti Berbert Junior, Professor do Magistério Superior**, em 07/03/2025, às 08:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **5103191** e o código CRC **B82B86AF**.

Referência: Processo nº 23070.002778/2025-91

SEI nº 5103191

À memória de minha avó, Manoela, e de meu avô, João, que partiram durante meu doutorado e agora existem na Eternidade.

A todos colaboraram com este trabalho.

À minha família e a meus amigos, que fazem a vida prestar.

Às minhas afilhadas e afilhados, que me inspiram uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus, cuja infinita bondade e misericórdia me concederam o dom da vida. Mesmo sem o apoio de uma agência de fomento para esta pesquisa, o Criador de todas as coisas, visíveis e invisíveis, garantiu que não faltassem os recursos necessários para a conclusão deste trabalho. Rendo graças, em especial, à Virgem Maria, a Senhora Aparecida, do Carmo, a Hodegetria (aquela que mostra o caminho). A presença materna da Mãe de Deus é uma luz em minha vida.

Conservo uma gratidão especial ao meu orientador, o professor Jiani Fernando Langaro. O que há de positivo neste trabalho é fruto da sua orientação e cuidado. O que deveria ter sido mais bem desenvolvido é de minha inteira responsabilidade. Agradeço por me apresentar à história pública e por me ajudar a pensar a minha cidade, seguindo os passos de sua pesquisa. É curioso que, enquanto escrevo esses agradecimentos ainda não nos encontramos pessoalmente. Todavia, ao longo dessa jornada, nunca me senti desamparado ou em dúvida. Espero um dia ser um excelente professor e orientador como você tem sido.

Aos meus pais, José Alves e Terezinha Ribeiro, ao Weverson, meu irmão, Bruna, minha cunhada e ao meu sobrinho nascido há poucos dias, Miguel. A paciência de vocês e a compreensão das minhas ausências foram fundamentais ao longo desse caminho. Obrigado por tudo, por tanto e por sempre.

Aos meus 54 afilhados e afilhadas, aos meus amigos e amigas, irmãs e irmãos de minha comunidade de fé, meus colegas de trabalho e meus estudantes. A pós-graduação *stricto sensu* pode ser exigente e requer sacrifícios. Vocês estiveram e estão comigo em todos os momentos, mesmo quando demoro para responder às mensagens que me enviam. Obrigado por fazer a minha vida mais rica e cheia de sentido.

Devo agradecer a cada um dos meus professores e professoras. Desde minha alfabetização até aqueles que me deram aulas no doutorado. A generosidade de cada um deles em compartilhar seus conhecimentos comigo é que permitiu que hoje, um egresso do ensino público chegasse ao final dessa etapa de formação. Aproveito para agradecer aos professores membros da banca de avaliação deste trabalho, pelo tempo empregado na leitura e pelas sugestões e correções compartilhadas, desde a qualificação até a defesa.

Expresso minha gratidão a todas as pessoas que generosamente me auxiliaram na busca por fontes de pesquisa para este trabalho. Cada livro, texto, conversa, sugestão, ideia e informação compartilhada foram cruciais para a concepção desta tese. Seria tanto injusto quanto arriscado nomear alguns indivíduos, pois inevitavelmente deixaria de mencionar outros. Porém,

se você contribuiu para este trabalho e está lendo-o, por favor, sinta-se reconhecido e alcançado pela minha gratidão.

Agradeço ainda a duas pessoas que não estão mais presentes fisicamente entre nós. No dia 18 de setembro de 2022, minha avó, Manoela Alves da Silva, embarcou em sua viagem final. Quase um ano depois, no dia 17 de setembro de 2023, meu avô, João Ribeiro da Silva, foi se reunir com sua amada companheira de mais de 65 anos. Eles nunca frequentaram a escola, mas me ensinaram tanto. Nunca esquecerei das discussões sobre tabuada com minha avó, nem o orgulho que senti ao ensinar meu avô a assinar seu próprio nome, tornando-me assim seu primeiro aluno. O Eclesiástico afirma que as orações atravessam as nuvens e alcançam o Céu (Eclo 35, 15b.-17). Espero que as minhas orações e meu amor eterno esteja com vocês até o nosso reencontro.

Certa vez, deparei-me com a seguinte frase: “Não percebemos que estávamos criando memórias, só sabíamos que estávamos nos divertindo.” Isso foi dito pelo Ursinho Pooh. É estranho citar um desenho animado infantil nos agradecimentos de uma tese de doutorado. Sinto que devo agradecer a todas as pessoas que não sabiam que estavam criando memórias, pois só estavam vivendo a vida delas. No fim, é isso o que os historiadores fazem: analisamos ações de pessoas que estavam simplesmente vivendo.

Dessa forma, agradeço a cada autor que analisei nesta pesquisa. Eles, à sua maneira, com os recursos disponíveis, com seus acertos e suas falhas esforçaram-se para relatar parte da história de nossa Morrinhos. Estendo meu agradecimento a cada pessoa mencionada ao longo deste trabalho: cada político, coronel, médico, professor, artista cujos nomes são encontrados nestas páginas e nas obras dos historiadores públicos locais. No entanto, minha gratidão mais profunda se dirige às milhares de pessoas que viveram e ainda vivem em Morrinhos.

Não tenho conhecimento da identidade dessas pessoas. É possível que seus nomes nunca sejam impressos em um livro, ou batizem uma rua ou prédio público. No entanto, elas existem e são mais do que meros números. São pais, mães, filhos, filhas, agricultores, professores, construtores, operários, analfabetos, pobres, negros e indígenas e tantas outras coisas. Penso em quantos Joãos, Manoelas, Anas, Venceslaus, Josés e Terezinhas que no anonimato construíram a cidade onde nasci, cresci e ainda hoje vivo. A todos vocês, desconhecidos da história pública e acadêmica, expresso minha gratidão e dedico as próximas páginas.

“Pergunte a um historiador: “Qual a maior invenção da humanidade? O fogo? A roda? A espada?” Eu diria que é a própria história. A história não é fato. É narrativa. Cuidadosamente selecionada e moldada. Sob o traço de um escritor astuto, um vilão torna-se um herói, uma mentira torna-se a verdade [...] A história é a invenção suprema. Usado corretamente, o passado pode alterar o presente. Qual outra invenção faz isso?”

(Narrado em off pela personagem Gaal Dornick – Série *Foundation* (Apple TV+), baseada na coleção homônima de Isaac Asimov)

*“Morrinhos a Cidade dos Pomares
Tem mais vida mais amor
Meu torrão é um lindo poema em flor.
Eu quero dedicar estes meus versos
Com carinho e ardor
A você minha Terra de raro esplendor.
Alguém perguntou-me onde está o paraíso
Eu disse num sorriso
Envolto de prazer
Fica nesta Terra que me viu nascer.
Declamação ‘Minha Terra
Eu te saúdo em cada pedacinho
De que te compõem
O murmúrio constante do Maria Lucinda
A poesia em forma de povo
O Morro da Saudade morada humilde
Dos caboclos seresteiros
O perfume das tuas jabuticabeiras em flor
A alegria das tuas noites tranquilas
A Velha Matriz que acolheu as preces do teu povo
Eu te saúdo Terra de Correia Bueno!”*

(Zilda Diniz Fontes)

RESUMO

Esta tese objetiva analisar os trabalhos dos historiadores públicos locais da cidade de Morrinhos e a forma como esses autores influenciaram o imaginário social do município entre 1968 e 2023. Ao longo desse período, diversos intelectuais produziram livros e textos sobre a história local. Nem todos esses autores possuíam formação específica em história ou atuavam como historiadores profissionais. A tese analisa esses escritores a partir do campo da história pública, compreendendo-a como uma tipologia que permite uma série de reflexões sobre a relação entre a história e o público. Entende-se esse público não apenas como consumidor da história, mas também como produtor dessa história. O argumento da pesquisa é que se faz necessário compreender esses intelectuais como historiadores públicos locais e não apenas como memorialistas, a fim de promover maior diálogo entre a Academia e o público. O epíteto de memorialista não é suficiente para compreender as diversas dimensões da obra dos escritores locais. Nesse cenário, reconhece-se que os historiadores públicos locais têm um gênero e um estilo próprios, distintos daqueles adotados na historiografia acadêmica, mas guiados por um método e por diálogo com fontes documentais. As escolhas metodológicas e narrativas dos historiadores públicos locais acabaram por solidificar a representação de uma urbe pautada por líderes políticos cultos e preocupados com o desenvolvimento do município, vocacionada ao progresso e que se destacaria por ser um eixo da educação e cultura no Estado, a ponto de ser conhecida como a Atenas de Goiás. Ao cruzar os relatos desses historiadores públicos locais com pesquisas acadêmicas, observa-se que essas representações acabaram por negligenciar as tensões e conflitos sociais próprios do desenvolvimento da urbe. Além disso, não aparecem na narrativa dos historiadores públicos locais todos os setores da população que não se ajustam à história dos vultos. Esses autores participam de uma rede de circulação, em que não apenas as obras, mas também as ideias circulam pela cidade de Morrinhos. Instituições como a Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos e a Academia Morrinhense de Letras promovem eventos e publicam periódicos que se baseiam nas ideias e trabalhos dos historiadores públicos locais, a ponto de influenciar um projeto conduzido pelo governo estadual e que alcançou parcela significativa dos habitantes de Morrinhos. Assim, o caminho percorrido pela pesquisa permite revisitar a historiografia produzida extramuros da universidade sob uma nova perspectiva.

Palavras-chave: História Pública, História das Cidades, Memorialismo, Redes de Circulação.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the work of local public historians in the city of Morrinhos and how these authors influenced the social imagination of the municipality between 1968 and 2023. Over this period, various intellectuals produced books and texts about local history. Not all these authors had specific training in history or worked as professional historians. The thesis analyzes these writers from the field of public history, understanding it as a typology that allows for a series of reflections on the relationship between history and the public. This public is understood not only as a consumer of history but also as a producer of this history. The research argues that it is necessary to understand these intellectuals as local public historians and not just as memorialists, to promote greater dialogue between academia and the public. The epithet of memorialists is not sufficient to understand the various dimensions of the work of local writers. In this context, it is recognized that local public historians have their own genre and style, distinct from those adopted in academic historiography, but guided by a method and dialogue with documentary sources. The methodological and narrative choices of local public historians ended up solidifying the representation of a city guided by cultured political leaders concerned with the development of the municipality, oriented towards progress, and standing out as a center of education and culture in the state, to the point of being known as the Athens of Goiás. By crossing the accounts of these local public historians with academic research, it is observed that these representations ended up neglecting the social tensions and conflicts inherent in the city's development. Moreover, the narrative of local public historians does not include all sectors of the population that do not fit into the history of prominent figures. These authors participate in a circulation network, where not only works but also the ideas circulate through the city of Morrinhos. Institutions such as the Dramatic and Literary Society of Morrinhos and the Morrinhense Academy of Letters promote events and publish periodicals based on the ideas and work of local public historians, influencing a project conducted by the state government that reached a significant portion of Morrinhos' inhabitants. Thus, the research path allows revisiting the historiography produced outside university walls from a new perspective.

Keywords: Public History, Urban History, Memorialism, Circulation Networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Mapa de Goiás.....	10
Ilustração 2 - Museu Antônio Corrêa Bueno.....	103
Ilustração 3 - Mapa da Cidade de Morrinhos (Destaque para o Residencial Antônio Corrêa Bueno)	104
Ilustração 4 - Página 27: Livro Antônio Corrêa Bueno	108
Ilustração 5 - Página 97: Livro Antônio Corrêa Bueno	110
Ilustração 6 - Página 111: Livro Antônio Corrêa Bueno	111
Ilustração 7 - Página 59: Livro Antônio Corrêa Bueno	113
Ilustração 8 - Página 115: Livro Antônio Corrêa Bueno	117
Ilustração 9 - Página 16: Livro Tradições Morrinhenses	130
Ilustração 10 - Página 34: Livro Tradições Morrinhenses	131
Ilustração 11 - Página 97: Livro Tradições Morrinhenses	132
Ilustração 12 - Página 33: Livro Morrinhos: Nossa história em selos	139
Ilustração 13 - Página 46 (selo de logradouro): Livro Morrinhos: Nossa história em selos	142
Ilustração 14 - Página 40 (selos de desenhos): Livro Morrinhos: Nossa história em selos	143
Figura 15 - Página 40 (selos de pessoas): Livro Morrinhos: Nossa história em selos	144
Ilustração 16 - Trajeto da Praça Raul Nunes até a Avenida Coronel Pedro Nunes.....	179
Ilustração 17 - Dedicatória de Zilda Diniz Fontes.....	241
Ilustração 18 - Mapa do Centro Histórico de Morrinhos.....	243
Ilustração 19 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo	244
Ilustração 20 - Praça do Coreto	245
Ilustração 21 - Casarão do Coronel Hermenegildo de Moraes.....	246
Ilustração 22 - Pintura da Igreja Matriz N. Sra. do Carmo - Sala de Aula da UEG Morrinhos	247
Ilustração 23 - Pintura do Coreto e do Casarão - Sala de Aula da UEG Morrinhos	248
Ilustração 24 - Fotografia do Casarão na “Revista da VI Festa de Arte de Morrinhos”	258
Ilustração 25 - Capa da “Revista da Festa de Arte” e de Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares	261
Ilustração 26 - Rua Barão do Rio Branco na “Revista da VII Festa de Arte”	263
Ilustração 27 - Capa da “Revista da XIV Festa de Arte de Morrinhos” (Número 4).....	270
Ilustração 28 - Capa da “Revista do Sesquicentenário de Morrinhos” (1995).....	275
Ilustração 29 - Capa da “Revista da Academia Morrinhense de Letras” de 2023.....	278
Ilustração 30 - Páginas 06 e 07: Livro Se liga no Futuro	288
Ilustração 31 - Páginas 08 e 09: Livro Se liga no Futuro	289
Ilustração 32 - Páginas 30 e 31: Livro Se liga no Futuro	293

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Membros e Patronos da Academia Morrinhense de Letras (2023).....	280
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA E O PÚBLICO LOCAL: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA MORRINHENSE	32
1.1 HISTÓRIA PÚBLICA E MEMORIALISMO	36
1.2 ENTRE MNEMÓSINE E CLIO: (DES)ENCONTROS ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA.....	63
CAPÍTULO II - GÊNERO E ESTILO NA ESCRITA DA HISTÓRIA FEITA PELO PÚBLICO EM MORRINHOS	74
2.1 GÊNERO E ESTILO NA ESCRITA DA HISTÓRIA.....	75
2.2 O CAMPO DA HISTÓRIA PÚBLICA EM MORRINHOS.....	80
2.2.1 A autoridade compartilhada no campo da história pública	80
2.2.1.1 Zilda Diniz Fontes	82
2.2.1.2 Bruno José Vieira	92
2.2.1.3 Nilza Diniz Silva	95
2.2.1.4 José Afonso Barbosa	100
2.2.2 O Memorialismo no campo da história pública.....	123
2.2.2.1 Sebastião Bento da Silva	126
2.2.2.1 Gabriel da Silva	133
2.2.3 A ampliação de audiências no campo da história pública.....	138
2.2.3.1 Antônio de Oliveira Ávila Júnior	138
2.2.3.2 João Orlando Luiz de Oliveira.....	148
CAPÍTULO III - HISTÓRIA COM O PÚBLICO: A MORRINHOS IMAGINADA PELOS HISTORIADORES PÚBLICOS LOCAIS	152
3.1 A INVENÇÃO DE MORRINHOS	155
3.2 POLÍTICA	162
3.3 PROGRESSO	200
3.4 EDUCAÇÃO-CULTURA.....	213

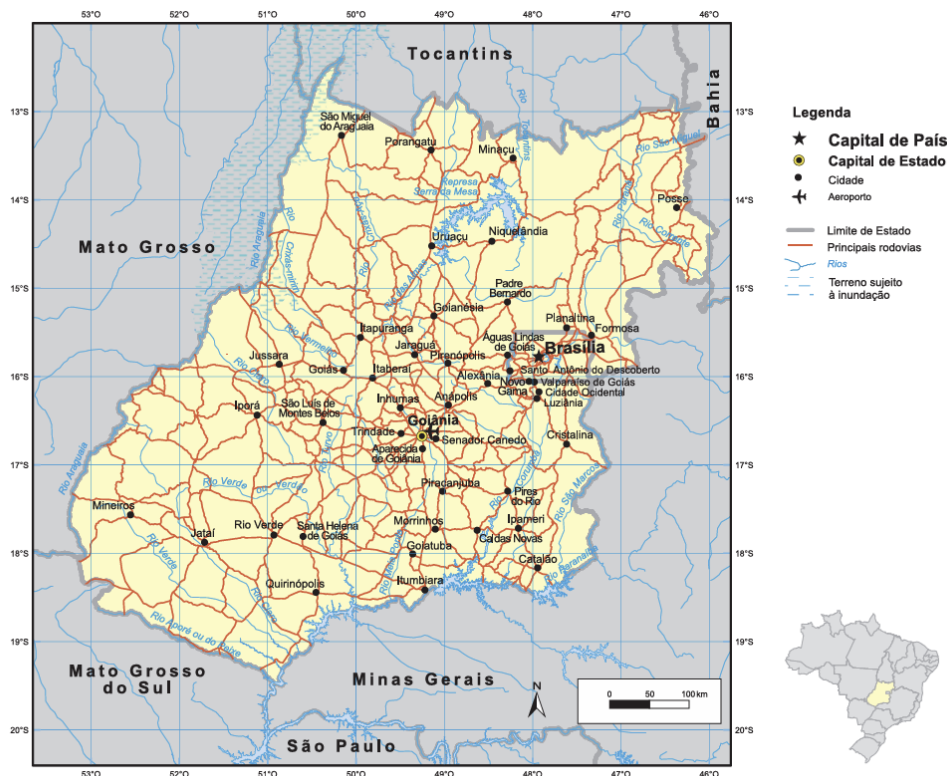
CAPÍTULO IV - HISTÓRIA PARA O PÚBLICO: REDES DE CIRCULAÇÃO E A HISTÓRIA PÚBLICA EM MORRINHOS	234
4.1 SOCIEDADE DRAMÁTICA E LITERÁRIA DE MORRINHOS E A FESTA DE ARTE	250
4.2 ACADEMIA MORRINHENSE DE LETRAS	277
4.3 SE LIGA NO FUTURO: MORRINHOS/GO	285
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	297
REFERÊNCIAS.....	305

INTRODUÇÃO

A cidade de Morrinhos está localizada na região sul do Estado de Goiás. Dados do Censo do ano de 2022, tornados públicos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que a cidade abriga 53.640 pessoas¹. Segundo a historiografia oficial, o município foi fundado no ano de 1845, quando o arraial foi elevado à condição de freguesia.

Conforme aponta Hamilton Afonso de Oliveira, a ocupação do Sul de Goiás é anterior à oficialização da Paróquia Nossa Senhora do Carmo em 1845. Há registros de casamentos na Capela de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos em 1836. A doação de terras ao patrimônio da santa, em 1835, pelo Capitão Gaspar Martins da Veiga é tida pelo historiador como o marco inicial da história não indígena da região².

Ilustração 1 - Mapa de Goiás



Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portaal.php#mapa112>, acesso em 18 jun. 2024.

¹ Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/morrinhos.html>, acesso em 13 de março de 2025.

² OLIVEIRA, Hamilton Afonso. *A Construção da Riqueza no Sul de Goiás, 1835-1910*. São Paulo: Pimenta Cultura, 2023, p. 46.

Ao longo desses quase 180 anos de ocupação não indígena, a cidade se estabeleceu como um centro de política e economia de Goiás, desempenhando um papel essencial na arena política estadual na transição do século XIX para o século XX. Apesar de ser quase bicentenária, o patrimônio histórico edificado do município é pouco preservado. Existem poucas construções antigas na cidade.

Nesse contexto, pessoas passaram a se dedicar à escrita da história de Morrinhos, ainda que não tendo formação superior em História. Preocupadas em preservar a história da cidade, a partir do final da década de 1960, começaram a surgir textos e obras literárias abordando o passado morrinhense. A principal obra desse processo deu-se em 1980, com a publicação de **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**, de Zilda Diniz Fontes.

Essa produção não se desenvolve sob a égide do método historiográfico acadêmico. Ao contrário, ela segue paradigmas próprios, conseguindo atingir um público distinto e, muitas vezes maior de leitores. Para alcançar seus objetivos, esses autores estabelecem uma rede para disseminar suas ideias e obras. Partindo dessa realidade, a problemática central da pesquisa foi entender como o passado de Morrinhos foi escrito nas obras dos autores da cidade. Para isso, o objetivo da pesquisa foi compreender como o campo da história pública poderia contribuir para a análise dos textos desses escritores. O memorialismo, nesse contexto, foi problematizado, bem como, esses autores foram discutidos como historiadores públicos locais. Igualmente, tentou-se interpretar o gênero e a escrita desses historiadores públicos locais. Finalmente, discutiu-se as redes de circulação da história pública na cidade de Morrinhos.

A pesquisa recorreu às publicações dos historiadores públicos locais como fonte. Para além desses livros, artigos e textos publicados em periódicos de instituições locais foram analisados, como as Revistas da Festa de Arte e as da Academia Morrinhense de Letras. Esse material foi analisado à luz do aporte teórico discutido na presente introdução e de estudos acadêmicos conduzidos sobre a cidade de Morrinhos.

Vive-se em um tempo de crescente interesse pela história e por produções sobre o passado. Além disso, nem a academia, nem os livros detêm mais o controle sobre o passado. Filmes, documentários, composições musicais, peças de teatro, páginas de redes sociais na atualidade veiculam diversas versões sobre o passado. Parte significativa dessa produção se dá à margem das balizas do método historiográfico.

Antes da onipresença da internet, já se produziam obras de caráter histórico. Em Morrinhos, universo da pesquisa, desde a década de 1960, pelo menos, há textos com circulação significativa entre a população que se destinava a narrar a história local. Como se observará no primeiro capítulo da tese, a escrita historiográfica não se limita aos muros da academia.

A pesquisa, portanto, se justifica a um só tempo social e academicamente. Em primeiro lugar, porque há muito tempo existe uma vasta produção sobre o passado que se difunde entre um público crescente e cercado por esse conteúdo. Em paralelo, é fundamental que a Academia compreenda a natureza dessas obras e entenda os mecanismos de circulação na sociedade.

Ao longo dos últimos anos, a ciência histórica ampliou sua compreensão do que é história. No passado, o paradigma positivista delimitava a disciplina a um relato cronológico dos grandes homens e dos grandes feitos. Na atualidade, uma diversidade de campos de estudo surgiu, alcançando realidades antes ignoradas pela historiografia tradicional.

É preciso, porém, avançar nessa compreensão. Desde o século XX, ocorreu uma significativa ampliação de vozes, espaços e audiências de discussão do passado. Essas produções, comumente alcunhadas de memorialistas, podem ser melhor compreendidas como sendo história. É nesse contexto que a história pública emergiu como campo propício para as discussões que serão realizadas nas páginas seguintes.

A escolha de Morrinhos como universo de pesquisa também se revelou profícuo. A cidade apresenta, como dito, mais de cinquenta anos de uma significativa produção intelectual sobre os mais de 180 anos de ocupação não indígena da região. Em paralelo, existem também pesquisas acadêmicas importantes realizadas no município, pela presença de um curso universitário público de história na cidade há quase quarenta anos.

Morrinhos se configura como um município em que há muitas disputas sobre o passado. De um lado, a historiografia pública local apresentando uma cidade progressista, dotada de uma elite intelectualmente privilegiada conduzindo uma cidade vocacionada à liderança do Estado. Do outro lado, as produções acadêmicas indicando se tratar de um núcleo urbano similar a outros espalhados pelo interior do país.

Ao longo de sua história, a cidade se configurou como um dos polos do coronelismo em Goiás, tornando-a um importante centro econômico e de decisões políticas importantes do Estado. O recorte cronológico estabelecido se situa entre a publicação do primeiro volume da “Revista da Festa de Arte” e a publicação do último exemplar da “Revista da Academia Morrinhense de Letras”, respectivamente a fonte mais antiga e a fonte mais nova utilizadas nesse trabalho. Por sua vez, o título, “Terra Garbosa, cercada de morros para se enfeitar” encontra-se na letra do hino oficial do município de Morrinhos.³

Finalmente, há em Morrinhos uma rede de circulação das obras e ideias dos autores locais. Essa rede conta com a participação de instituições como a Sociedade Dramática e

³ Disponível em: <https://morrinhos.go.leg.br/hino-municipal/>, acesso em 16 jan. 2025.

Literária de Morrinhos a Academia Morrinhense de Letras, além de iniciativas governamentais. Perceber-se-á que mesmo a universidade acabou sendo alcançada por esse jeito de se pensar e produzir a história do município.

O presente trabalho se insere na história do livro. Segundo Robert Darnton, a história do livro não pode ser confinada a uma única disciplina:

Quando tratado como objeto de estudo, o livro também se recusa a ser confinado pelos limites de uma única disciplina. Nem a história, nem a literatura, nem a economia, nem a sociologia nem a bibliografia podem fazer justiça a todos os aspectos da vida de um livro. Assim, por sua própria natureza, a história do livro deve ser internacional em escala e interdisciplinar em método. Mas não precisa de abster de coerência conceitual: o livro pertence a circuitos de comunicação que operam dentro de padrões consistentes, por mais complexos que pareçam. Ao revelar esses circuitos, os historiadores podem mostrar que os livros não apenas relatam a história; eles fazem a história⁴.

Robert Darnton conceituou a noção de redes de circulação, central nessa pesquisa, no contexto da história do livro. Como dito pelo historiador estadunidense, o livro enquanto objeto de estudo permite ao historiador apreender que os impressos têm uma influência muito maior que um olhar a priori. Os livros, sob essa perspectiva não são apenas relatos do passado, são também eles partícipes da história.

A história do livro não define a forma como os leitores absorvem os livros⁵, ainda assim, é preciso que ela leve em conta as maneiras pelas quais a audiência toma esses textos, se relaciona e faz essas ideias circularem. Na perspectiva do autor, esses sujeitos são ao mesmo tempo produtores de conhecimento, memórias, fonte e público consumidor:

O contato popular com a palavra inclui as mães que cantam versinhos, crianças que recitam versos de pular corda, adolescentes que contam piadas sujas e negros que trocam insultos rituais ('xingar os pais'). Os historiadores podem preferir deixar essas pessoas para os antropólogos. Mas, mesmo que restrinjam a literatura à comunicação por meio da palavra impressa, eles poderiam ampliar sua concepção, de modo a incluir algumas figuras pouco familiares – trapeiros, fabricantes de papel, tipógrafos, carroceiros, livreiros, e até leitores. A literatura livresca faz parte de um sistema que produz e distribui livros. Mas a maioria das pessoas que fizeram funcionar esse sistema desapareceu da história literária. Os grandes homens expeliram os homens

⁴ DARNTON, Robert. **A Questão dos Livros**: passado, presente e futuro. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 219.

⁵ Idem, p. 205.

médios, os intermediários. Vista da perspectiva dos transmissores da obra, a história literária poderia surgir a nova luz⁶.

Darnton aponta para a necessidade de se ampliar o escopo tradicional da historiografia que se debruça sobre a literatura e os livros. Compreender os processos pelos quais os livros são consumidos, distribuídos, editados traz novas perspectivas acerca das obras ora analisadas. Para o autor, é necessário compreender como opera o circuito de comunicações que permite que certas obras sejam de fato publicadas.

Um estudo particularmente importante acerca da historiografia goiana no século XX, foi conduzido por Rogério Chaves da Silva. Conforme o pesquisador afirma, na primeira metade do século XX, a escrita do passado de Goiás foi feita por médicos, advogados, políticos, militares e pessoas que, apesar da diversidade de formação, buscavam narrar a história do Estado. Assim, segundo ele, há muitas memórias, genealogias, trabalhos de folcloristas, mas também narrativas históricas que se advogavam ser fidedignas do passado⁷. Morrinhos não foge a um passado escrito por historiadores sem educação superior na área. Ele utilizou o conceito de historiadores autodidatas para descrever os autores que narram o passado sem ter formação superior em história ou sem fazer dessa atividade a sua principal.

Como se verá nas páginas seguintes, a história que se escreveu e ainda se escreve pelo público de Morrinhos se fez ignorando as tensões sociais, os conflitos, as desigualdades e os desafios que se ligam a uma cidade com as particularidades da urbe. Nesse contexto, compreender como essas questões desaparecem da memória oficial do município, para dar lugar a uma cidade habitada por grandes políticos e intelectuais é particularmente fulcral no presente trabalho.

Por outro lado, desde 1987, a cidade de Morrinhos conta com um curso superior de história, originalmente mantido pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Morrinhos, e desde 1999, pela Universidade Estadual de Goiás. Contudo, apenas a partir do século XXI que se observa uma significativa produção acadêmica local. Atualmente, além da graduação, possui um programa de pós-graduação *stricto sensu* em História (nível mestrado) e significativa produção historiográfica já foi desenvolvida dentro daqueles muros.

Apesar da presença da universidade no município, os escritores locais continuam a ter uma significativa influência na cultura e na produção histórica de Morrinhos. Até agora, não

⁶ DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 137.

⁷ SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o 'Fazer histórico'**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. 502 f. Tese de Doutorado em História - Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (FH/UFG), 2015., p. 120.

houve pesquisas acadêmicas discutindo a problemática deste trabalho. É crucial entender como a escrita dos autores locais interpreta e reinterpreta a relação dos morrinhenses com o passado da cidade. Isso é especialmente relevante quando a cidade perdia relevância no cenário goiano. A proposta desta pesquisa surgiu a partir da leitura da obra de Júlio Cesar Meira, *Reformulação Urbana no Brasil do Século XX: Análise dos Discursos de Progresso e Modernização em um Município do Sul de Goiás*, que se dedicou a analisar os discursos de progresso e modernização em Morrinhos entre as décadas de 1950 e 1970. Essa obra é fruto da pesquisa de doutoramento de Meira.

O autor analisou as transformações urbanas no período indicado. Ele recorreu a projetos de lei, relatos de viajantes e documentações para compreender os discursos de progresso e modernização na cidade. Ao longo do trabalho, vários autores (classificados por Júlio Cesar Meira como memorialistas) que lidaram com a história de Morrinhos foram citados pelo pesquisador, o que deu origem às inquietações que nortearam a pesquisa.

Tradicionalmente, a Academia consagrou a expressão memorialismo para classificar esses trabalhos conduzidos por pessoas que não têm formação específica em história, mas, ainda assim, se aventuram na escrita sobre o passado. É o caso do trabalho de Ana Cláudia Fonseca Brefe, que se dedicou a pensar como os relatos memorialistas inventaram a cidade de São Paulo entre os anos de 1870 e 1920. Nessa pesquisa, porém, refuta-se a ideia de se classificar os autores que escreveram a história de Morrinhos como memorialistas.

Segundo a autora,

O gênero memorialismo – ou memórias – apareceu pela primeira vez na França medieval, tendo como precursores os cronistas Jean de Joinville – fins do século XII e – Jean Froissart – século XIV. No verbete Memórias da Enciclopédia Mirador, encontra-se a seguinte definição: ‘As memórias constituem um gênero literário caracterizado pelo registro de fatos e acontecimentos que, organizados em uma ordem cronológica não muito rígida, estruturam como que uma história sobre o assunto do conhecimento pessoal do autor ou que guarde relação com suas fontes particulares de informação’⁸.

Brefe acredita que o memorialismo é a crônica biográfica de uma era, período significativo ou sociedade, onde a narrativa e o foco dos temas são definidos e centrados em

⁸BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **A cidade inventada**: a pauliceia construída nos relatos memorialistas. 1993. 164 f. Dissertação de mestrado em História – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1993.p. 5.

sua própria existência. Assim, “o autor expõe e comenta fatos e episódios de que ele próprio participou ou dos quais teve conhecimento situacional rico de pormenores”⁹.

Aqui reside a primeira objeção que se faz ao emprego da expressão memorialismo para descrever o trabalho realizado pelos autores locais em Morrinhos. Só é verdade que eles próprios definiram as temáticas e a abordagem empregada, contudo, não necessariamente os relatos são centrados no próprio ser dos autores que foram aqui investigados. Essas publicações se guiam e ao mesmo tempo alimentam a memória pública local. Os escritores que foram pesquisados desenvolveram trabalhos a partir daquilo que tinham maior contato, facilidade ou acesso às fontes. O mesmo pode ser dito para qualquer historiador.

Brefe admite em sua pesquisa a variedade de estilos dos autores memorialistas. Cada um narra de forma única a cidade em que vive e as experiências passadas que construíram ou apreenderam. Ela entende que esses escritores tenderam, no caso de São Paulo, a privilegiar certos lugares em detrimento de outros. “Entretanto, o que faz de todos eles *memorialistas paulistanos* é o fato de participarem de um mesmo registro, compartilharem de uma mesma visão da cidade e fazerem um mesmo uso da memória”¹⁰. Além disso, ela observou, em seu trabalho, que a maioria dos memorialistas pesquisados por ela cursou Direito, o que denota uma proximidade intelectual entre os autores que ela pesquisou.

Não há, na realidade de Morrinhos, essa mesma proximidade de formação intelectual entre os autores locais. Eles se leem mutuamente, isso é inegável. Conviveram e frequentaram os mesmos espaços e instituições, entretanto, entre os escritores locais pesquisados, há uma diversidade de formação e de origens sociais

Dessa forma, os autores morrinhenses compartilham um mesmo objeto de escrita: o passado da cidade de Morrinhos. Como os memorialistas de Brefe, compartilham uma mesma visão da urbe local e, ainda contribuíram, em conjunto, para criar certas representações que se fixaram no imaginário local, entretanto há também diferenças metodológicas e de formação que não podem ser negligenciadas.

Para além do que já foi exposto, tratar os trabalhos dos autores morrinhenses como memorialismo pode impedir o necessário diálogo entre a Academia e a forma como o público interage e produz sua própria história. Nesse contexto, a pesquisa se propõe a analisar esses autores a partir do campo da história pública, tratando-os como historiadores públicos locais.

Em Morrinhos, observou-se uma diversidade grande entre os autores pesquisados. Encontram-se pessoas com formação superior em história e que produziram material dedicado

⁹ Ibidem.

¹⁰ Idem, p. 8.

à ampliação de audiências. Também há obras carregadas de lirismo, com ampla liberdade imaginativa, frutos do trabalho de historiadores formados. Finalmente, houve indivíduos que não passaram pela formação superior em história, mas que desenvolveram trabalhos com cruzamento de fontes e alguma análise documental para a elaboração de seus livros. Em suma, o conceito de memorialismo não abarca todas essas realidades, ao passo que a história pública o faz.

Jurandir Malerba reconhece que “alguns historiadores avançaram no estudo das bibliotecas públicas, do comércio de livros, da imprensa de jornais e periódicos, da educação popular, da história social e econômica da autoria e edição de livros [...]”¹¹. Apesar desses avanços importantes na historiografia, Malerba entende que permanece em aberto, na historiografia atual, a questão de como a leitura dos textos muda a vida e as mentes dos leitores comuns, aqueles que não são profissionais.

Malerba entende que essa situação ganha ainda mais relevo atualmente, em que a equação historiador, historiografia e público se tornou mais complexa. Nesse contexto, a história pública emerge, segundo o autor, não apenas contribuindo com o debate das audiências, mas também para se compreender o público como gerador de história. Permanece, porém, o desafio de se compreender se a história é pública porque sua produção saiu da tutela da academia e passou a ser largamente praticada, produzida por leigos, amadores, diletantes, ou se ela o é apenas pela expansão das audiências das últimas três décadas¹².

Há ainda outro elemento complicador, que apenas mencionarei sem oferecer aqui maior desenvolvimento, e que diz respeito às áreas de inserção da expertise dos historiadores na esfera pública, para além da atividade profissional de pesquisa e docência. Esse elemento tem a ver com as demandas sociais crescentes também nas três últimas décadas, relativas ao direito à memória¹³.

Ele reconhece que a história não se produz apenas na Academia e não se divulga apenas em livros. Em especial, as plataformas digitais subverteram todos os processos de circulação das narrativas sobre o passado. As pontuações de Malerba são fundamentais na atualidade, dessa forma, a história pública vai além da simples ampliação de audiências e se configura também como espaço de discussão de diferentes formas e locais de escrita do passado.

¹¹MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 37, n. 74, 2017, p. 137.

¹² Idem, p. 141.

¹³ Idem, p. 141.

A história pública é um campo de estudos relativamente novo no Brasil, ainda que particularmente nos países anglófilos, o debate se faça presente desde a década de 1960. Ricardo Santhiago, sugere que apenas a partir dos anos 2000 que a expressão *história pública* começou a ser conhecida no país. O primeiro curso introdutório sobre o assunto surgiu no ano de 2011, Universidade de São Paulo (USP)¹⁴.

Na atualidade, porém, o termo já é suficientemente conhecido na Academia brasileira. Os desafios atuais envolvem a falta de uma definição clara para a história pública, na medida em que o rótulo se torna popular em artigos, livros, congressos científicos, debates e palestras.

As demandas por história e por memória aumentaram significativamente nos últimos anos e, aqui e acolá há várias iniciativas que buscam tonar a história popular. Jornalistas, escritores, cineastas, mídias diversas que têm difundido o verbo, o som e a imagem do passado para audiências não acadêmicas¹⁵. Ricardo Santhiago questiona qual seria o sentido de renomear uma prática já estabelecida e flexível, que há tempos é consolidada no meio acadêmico e social.

Conforme aponta Jurandir Malerba, “os historiadores públicos são particularmente interessados na interação entre passado e o presente”¹⁶. Essa preocupação se dá porque os esses intelectuais têm o público como elemento crucial em sua atuação. Em Morrinhos, percebe-se nos autores locais uma preocupação com os consumidores daquilo que é produzido, em especial, a audiência mais jovem.

Conceitos como história aplicada, para-história, história paralela, história amadora e outros também são referidos para se classificar essas práticas historiográficas que não são frutos de trabalhos acadêmicos. Malerba, contudo, salienta que é a história pública aquela que apresenta maiores possibilidades de identificação mútua e de diálogo internacional.

O paradigma estabelecido de memorialismo foi relativizado nessa tese também porque ele se mostrou muito universalizante e incapaz de abraçar a diversidade de obras e autores analisados no universo da pesquisa. Seja porque se fala de diferentes formações, seja porque diferentes estratégias e métodos de escrita foram empregados, a história pública se mostra muito mais plural, um espaço em que diferentes vozes podem se articular acerca do passado.

O pensar a história pública também já está bastante consolidado, se considerarmos a expressão como uma espécie de guarda-chuva conceitual

¹⁴SANTHIAGO, Ricardo. **Dois palavras, muitos significados**: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p- 23-36, p. 26.

¹⁵ Idem, p. 24.

¹⁶ MALERBA, Jurandir. **Op. Cit.**, p. 145.

capaz de abrigar tudo aquilo que tem sido pensado e escrito em chaves como: usos da memória; usos do passado; demanda social; percepção pública da história; divulgação científica da história; interpretação e curadoria; empoderamento e pesquisa-ação; apropriações midiáticas, literárias e artísticas da história – e assim por diante¹⁷.

Assim, conforme aponta Ricardo Santhiago, a história pública se projeta como um campo que possibilita e estrutura o debate sobre os diversos usos da história. Muitos questionamentos introduzidos pelo autor são colocados nesta tese. A saber, quais são os usos da memória que os autores locais fazem em Morrinhos? Como se dá a divulgação e a percepção pública dos textos produzidos com Morrinhos como objeto? De que forma a arte, a literatura, as mídias e os espaços locais se apropriam dessa história produzida localmente? Percebe-se, assim, que ao romper com um paradigma universalizante, a história pública abre espaço para novos debates e reflexões sobre usos e abusos do passado.

A história pública apresenta ainda outras potencialidades. Conforme aponta Michael Frisch, esse campo não é uma via de mão única do conhecimento historiográfico. Ao contrário, ele permite um diálogo profundo com o público que não apenas consome, mas também produz, a partir de bases que lhes são próprias, a história¹⁸.

Parece claro, portanto, que a história pública apresenta novas possibilidades que devem ser exploradas e consideradas nessa pesquisa. Resta agora, explicitar o caminho pelo qual a pesquisa classificou os autores analisados como historiadores públicos locais.

Optou-se por seguir o entendimento de Ricardo Santhiago, para o qual a história pública ação é um campo da história e uma área de estudo e ação:

[...] quero mencionar que penso a história pública como uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita *para* o público (que prioriza ampliação de audiências); a história feita *com* o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de ‘autoridade compartilhada’ é central); a história feita *pelo* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e *história e público* (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo)¹⁹.

A tipologia traçada por Santhiago rompe com a visão limitadora de uma história pública voltada exclusivamente à tradução da linguagem acadêmica para a ampliação de audiências.

¹⁷ Idem, p. 26.

¹⁸ FRISCH, Michael. História Pública não é uma via de mão única. In: MUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p- 57-70.

¹⁹ SANTHIAGO, Ricardo. **Op. Cit.**, p. 28.

Para o autor brasileiro, a história pública requer mudanças qualitativas de métodos no próprio processo de pesquisa. Portanto, é necessário considerá-la como um campo, para promover um debate mais produtivo. Retomando a classificação delineada, em Morrinhos, como se observará no desenrolar dos capítulos, essa tipologia se fez visível e se tornou particularmente útil para se compreender como se produz e se se apropria da história.

Revistas e publicações de instituições como a Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos e da Academia Morrinhense de Letras apresentam uma história feita para o público, ampliando audiências graças aos eventos e à capacidade de publicação que essas instituições possuem.

Existem muitas interfaces de colaboração entre a Academia e os historiadores públicos, existindo então uma história feita com o público, seja graças a historiadores acadêmicos profissionais que pesquisaram o trabalho de historiadores públicos locais, seja graças a instituições como a Academia Morrinhense de Letras que se abrem para a publicação de trabalhos acadêmicos.

Ao se refletir sobre o campo da história pública, compreende-se que se recorreu aqui à história e o público, dado que as estratégias de escrita e de apropriação desses trabalhos foram analisadas. Finalmente, é a ideia de uma história feita pelo público que abriu caminho para que esses autores de Morrinhos sejam tratados como historiadores públicos.

Antecipando uma das conclusões do primeiro capítulo, nota-se que esses autores têm um método próprio para produzir suas obras. Eles fazem escolhas, cruzam fontes, vão atrás de dados. Ainda que falte o rigor científico específico ao ofício do historiador profissional em suas análises e procedimentos, não se pode negar que não lhes falta um método.

Portanto, compreende-se como historiador público o indivíduo que se dedica à escrita do passado tendo em vista o público, seja esse público na acepção de audiência, seja na acepção de quem escreve a história. Sob essa visão, a história pública não se faz apenas na academia, nem se limita à escrita da história de forma mais acessível ou ainda apenas adaptada às novas linguagens e espaços advindos com o avanço das tecnologias de comunicação. Além disso, é um campo plural e aberto, onde os membros contribuem com suas perspectivas sobre o passado.

Nesta tese, os autores analisados são entendidos como historiadores públicos locais porque têm o local como horizonte de seus textos. Dito de outro modo, é tanto sobre o passado do município em que habitam que escrevem, é para o público desse município que escrevem, se constituindo eles mesmos parte desse público.

Por tudo o que foi exposto até aqui, observou-se que o campo da história pública permitiu uma análise muito mais rica acerca do trabalho desses escritores que o conceito de

memorialismo. Como sinalizado pelo já citado Frisch, trata-se de uma possibilidade de maior diálogo e de compreensão das redes de circulação que esses autores integram ou produzem.

Não se ignora, porém, que a opção teórica e metodológica adotada nesse trabalho traz algumas consequências e questionamentos que podem e devem ser colocados em perspectiva. Em primeiro lugar, em nenhum momento, busca-se deslegitimar o a história acadêmica ou, de alguma forma, equipará-la ao trabalho dos historiadores públicos locais.

Todavia, ao trazer o trabalho dos autores locais para o campo da história pública abre-se caminho para que se discuta os limites desses textos, apontando os desafios conceituais e metodológicos que eles enfrentam. Não se trata de uma mera valorização dos trabalhos analisados, mas o reconhecimento na natureza de produção história do passado deles. Se se deseja um diálogo mais profícuo com esses textos, a dimensão historiográfica desses textos deve ser levada em conta.

A leitura da tese pode levar o leitor a se questionar acerca da regulamentação da profissão de historiador, bem como, do próprio sentido desse ofício. Esse tema não é central nessa pesquisa. Contudo, ao reconhecer os autores analisados como historiadores públicos locais, não se ignora que falta a eles procedimentos centrais na produção acadêmica, como a verificação de pares, as bancas, processos de orientação, as disciplinas, o aporte teórico e metodológico etc.

Ademais, como aponta Jurandir Malerba, ao longo das últimas décadas, o historiador tem vivido a tensão entre a hiperespecialização, que o faz escrever apenas para seus pares e, por outro lado, manter a ambição de falar para públicos mais amplos. Nesse contexto, é que a historiografia acadêmica compete com a historiografia lida por uma audiência cada vez mais ampla e heterogênea²⁰.

Nesse contexto, é inegável que a autoridade sobre o passado já não pertence apenas aos historiadores. Se várias pessoas podem, e de fato, escrevem a história, qual seria então a responsabilidade e o papel do historiador acadêmico na atualidade, como questionado por Malerba. Observa-se pelo menos duas grandes responsabilidades. A primeira é o emprego do método historiográfico para a produção do conhecimento. Como o leitor poderá perceber ao longo da tese, apenas o rigor metodológico pode responder a certas questões colocadas sobre a história de Morrinhos e a perceber nuances que escapam àqueles que não são especializados na disciplina histórica.

²⁰ MALERBA, Jurandir. **Op. Cit.** p. 146.

A segunda, já foi delineada por outros autores aqui citados: criar espaços para o diálogo com os produtores e consumidores da história que não estão vinculados à Academia. Somente com o diálogo sério, aberto e feito sem precondições é que poderá permitir que os avanços na produção do conhecimento histórico na Academia possam se aproveitar da ampliação dos públicos experimentada nos últimos anos.

Conforme Robert Darnton aponta, nem sempre é possível determinar quem é o leitor de uma obra, entretanto, na pesquisa, observará que os historiadores públicos locais têm uma certa audiência constante, que integra a rede de circulação a que eles fazem parte. Em primeiro lugar, os próprios pares, dado que se observa que os historiadores públicos locais leem aquilo que os demais publicam e, quando não se citam, ao menos seguem uma mesma forma de compor seus textos.

A audiência deles também é composta pelos frequentadores dos eventos que realizam, como a Festa de Arte do município. Além disso, percebe-se uma preocupação dos historiadores públicos locais em atingir o público jovem do município, composto por alunos de escolas da cidade. A Sociedade Dramática e Literária e a Academia Morrinhense de Letras possuem projetos voltados para estudantes, o que contribui para que se não a obra, ao menos as ideias dos historiadores públicos locais se consolidem no imaginário de Morrinhos.

Aqui, é preciso introduzir o leitor acerca da participação de alguns dos historiadores públicos locais num projeto conduzido pelo Governo do Estado de Goiás, o **Se Liga no Futuro: Morrinhos/GO**. Um projeto voltado para incentivar o empreendedorismo entre os jovens, mas que gerou um livro sobre a história de Morrinhos, produzido sob a égide do conhecimento acumulado por historiadores públicos locais e foi tornado acessível a uma parcela significativa da população goiana, graças ao financiamento do governo.

Finalmente, esses autores se envolvem na publicação de periódicos como a “Revista da Festa de Arte” e da “Revista da Academia Morrinhense de Letras”, disponibilizados em várias bibliotecas do município (como a própria Municipal, aberta a todos os cidadãos locais e as de instituições de ensino da cidade). Dessa forma, pode-se afirmar que os historiadores públicos locais de Morrinhos possuem estratégias e ferramentas que lhes permitem ampliar suas audiências para além daquilo à qual a Academia consegue.

Para auxiliar o leitor desta tese a entender melhor os historiadores públicos locais de Morrinhos, esta introdução apresenta uma visão abrangente dos autores que foram analisados durante a pesquisa. Dentro daquilo que foi possível apreender sobre esses escritores, procurou-se elaborar um quadro geral da biografia deles. A maioria das informações abaixo condensadas foi tirada das próprias publicações dos autores ou de periódicos como a “Revista da Academia

Morrinhense de Letras”. Junto com a descrição de cada historiador público, são apresentados os critérios que levaram a escolha deles e de suas respectivas obras.

Zilda Diniz Fontes nasceu no dia 25 de abril de 1920, em Morrinhos/GO, filha de José Mendes Diniz (Juquinha Diniz) e de Laudomila dos Reis Diniz. Formou-se em pedagogia na Faculdade de Filosofia de Ituiutaba, em Minas Gerais, atuando como professora de língua portuguesa em escolas públicas de Morrinhos. Se dedicou ao teatro, escrevendo peças que foram encenadas em Morrinhos. Também é autora de poemas e do livro mais referenciado no campo da história pública morrinhense, o **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**, de 1980²¹. Faleceu no dia 6 de janeiro de 1984.²²

Ela é a autora mais referenciada pelos demais historiadores públicos locais. Além disso, o livro dela é um clássico da historiografia do município, sendo citado mesmo em pesquisas acadêmicas. Uma pesquisa como a desta tese não poderia se dar sem discutir Zilda Diniz Fontes.

Nilza Diniz Silva, irmã de Fontes, nasceu no dia 26 de maio de 1925. Na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituiutaba, também cursou Pedagogia. Além disso, concluiu o curso de licenciatura curta em Matemática (CADES – Goiânia). Fez um mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Recebeu o título de *Doutora Honoris Causa* da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Foi professora na rede pública estadual, na cidade de Morrinhos. Autora de vários livros, entre romances, poesias e, na área da história pública local, **Escola: Célula importante da Educação**, em 1995, que versa sobre a educação no município²³. Faleceu no dia 23 de fevereiro de 2021. Foi membra da Academia Morrinhense de Letras até o falecimento²⁴.

Ambas as irmãs, Zilda Diniz Fontes e Nilza Diniz Silva vêm de uma família intimamente ligada à cultura local. Filhas de Juquinha Diniz, pioneiro do teatro no município, as duas estiveram envolvidas na fundação da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos, responsável pela promoção da Festa de Arte, evento anual que reúne diversas expressões artísticas.

As duas são brancas, mulheres que tiveram acesso à educação formal e que transitavam no meio educacional morrinhense, tornando-se duas grandes referências nesse ramo. É possível situá-las como pertencentes à classe média alta do município, com acesso à educação superior,

²¹ FONTES, Zilda Diniz. **Morrinhos: de capela a cidade dos pomares**. Goiânia: Oriente, 1980.

²² ACADEMIA MORRINHENSE DE LETRAS (Org.). **Revista da Academia Morrinhense de Letras**. Ano 1. Vol. 1. Goiânia: Kelps, 2015.

²³ FONTES, Zilda Diniz. Op. Cit.

²⁴ ACADEMIA MORRINHENSE DE LETRAS (Org.). **Revista da Academia Morrinhense de Letras**. Ano 9. Vol. 9. Goiânia: Kelps, 2023.

num contexto em que a maioria das famílias da cidade não dispunha de recursos para mandar os filhos estudarem em outras localidades. Não dispunham de formação em história, mas acabaram deixando contribuições na área, como se verá ao longo da pesquisa. Elas integraram a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.

Zilda Diniz Fontes e Nilza Diniz Silva estiveram ligadas à fundação da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos e, Silva, com a Academia Morrinhense de Letras. Ambas as instituições são importantes componentes da rede de circulação dos historiadores públicos locais, o que justifica a escolha dessas autoras para serem analisadas nesta pesquisa.

Bruno José Vieira, nascido no dia 27 de setembro de 1920, também na cidade de Morrinhos, filho de Vicente José Vieira e de Luiza Sérgia Vieira. Sempre estudou nas escolas de Morrinhos, onde chegou a obter o título de Técnico de Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio Gaspar Bertoni, administrada à época pelos Padres Estigmatinos. Foi professor de canto no Ginásio Senador e no Colégio Estadual Xavier de Almeida, também tendo sido professor de Educação Artística. Faleceu em 1985²⁵.

O autor cresceu vendo o pai tocar, dado que Vicente José Vieira foi o maestro da Banda Municipal de Morrinhos, a Lira Santa Cecília. Bruno José Vieira, acabou escrevendo várias músicas sobre a cidade de Morrinhos, dentre elas, canções como ‘Noites Morrinhenses’ e ‘Morrinhos, Cidade dos Pomares’. Sua ligação com a música murrinhense fez com que ele publicasse o livro **Morrinhos ao som da Lira**, em 1981. Branco e membro da classe média, Bruno José Vieira mesclou em seu livro memórias pessoais com pesquisas e entrevistas conduzidas por ele. O autor não chegou a ter formação superior em nenhuma área, apesar de ter atuado como professor no município²⁶.

O autor é o primeiro a escrever um livro para tratar exclusivamente de uma manifestação artístico-cultural do município, a citada banda. Esse foi o critério que levou à escolha desse texto na lista daqueles que seriam discutidos a partir do campo da história pública.

José Afonso Barbosa é um dos autores que mais desafia o paradigma do memorialista estabelecido pela Academia. Nasceu no dia 3 de outubro de 1949, na fazenda do Gongo, município de Morrinhos. Filho de Gerson Ferreira Barbosa e de Maria Marques Palmeira, trabalhadores da zona rural. José Afonso viveu em várias fazendas do município até os dezesseis anos, desempenhando desde criança atividades próprias do homem do campo. Começou a estudar no período noturno na cidade de Morrinhos, no Colégio das Irmãs Agostinianas. De origem humilde, chegou a trabalhar em várias funções como boia-fria,

²⁵ VIERA, Bruno José. **Morrinhos ao Som da Lira**. s/l: s/e, 1981.

²⁶ Ibidem.

calçador de rua, vigilante bancário, representante comercial e funcionário público. Ele se licenciou em história pela Universidade Estadual de Goiás, em Morrinhos, na turma 2003-2006²⁷.

José Afonso Barbosa é o historiador público local mais profícuo neste universo pesquisado, tendo escrito várias obras sobre a cidade de Morrinhos. Branco, tendo se originado na classe baixa da zona rural, Barbosa conseguiu alguma ascensão e projeção social graças, também, aos estudos e às publicações que ele produziu. Autor de livros sobre a história de Morrinhos, poemas e romances, Barbosa foi um dos principais articuladores da formação da Academia Morrinhense de Letras no ano de 2004. Encontra-se vivo e produzindo quando os resultados desta pesquisa foram apresentados.

Envolvido com a Academia Morrinhense de Letras, da qual foi presidente, Barbosa foi escolhido pela sua significativa produção, que abrange diferentes gêneros literários e por ocupar uma posição única entre os historiadores públicos locais: ele de fato é formado em história, ainda que opte por não usar o método acadêmico em seus trabalhos.

Sebastião Bento da Silva, oriundo da zona rural de Morrinhos, nascido na Fazenda Barreiro, filho de José Bento da Silva e de Tereza Maria da Costa. Ele teve seis filhos. Estudou na cidade de Morrinhos, até o Ensino Médio, então Segundo Grau, incompleto na modalidade Supletivo. Apesar da origem humilde, trabalhou como tintureiro e no extinto banco estadual, a Caixa, como guarda-noturno, escriturário, caixa e agente em Morrinhos e adjacências. Em 1992, foi eleito vereador (o mais votado naquele pleito) pela cidade de Morrinhos, chegando a ser presidente da Câmara Municipal²⁸.

Sebastião Bento da Silva está ligado ao espiritismo em Morrinhos, tendo sido presidente do Sanatório Espírita São Vicente de Paulo. Chegou a ser Maçom e um dos fundadores de uma instituição para o cuidado dos idosos na cidade, o Abrigo José Passos. Foi vice-presidente do Centro Espírita Luz e Caridade, o grupo espírita mais antigo ainda em atuação na cidade de Morrinhos. Publicou, em 2016, um livro sobre as Folias de Reis no município. É um membro da Academia Morrinhense de Letras. A exemplo de Barbosa, no momento da pesquisa, encontra-se vivo²⁹.

Gabriel da Silva, natural de Caldas Novas-GO, cresceu na zona rural e acabou migrando para a cidade de Morrinhos, onde atuou como torneiro mecânico, formado em um curso por

²⁷ BARBOSA, José Afonso. **Na Trilha do Passado**. Goiânia: Kelps, 2015.

²⁸ SILVA, Sebastião Bento da. **Tradições Morrinhenses**: Ensaio literário de cultura tradicional. Goiânia: Kelps, 2016.

²⁹ Ibidem.

correspondência. Branco, católico devoto e membro de várias companhias de folia, apesar de apenas ter estudado até o Ensino Fundamental (incompleto), escreveu **As folias de Santos Reis e Nossa Senhora do Carmo em Morrinhos**: observações anotações de um devoto, com o apoio de um membro da Academia Morrinhense de Letras e pesquisador acadêmico das Folias que têm lugar na cidade de Morrinhos³⁰.

Gabriel da Silva faleceu em 22 de outubro de 2023, quando esta pesquisa estava em curso. Na percepção do pesquisador, ele foi o autor cuja escrita mais se aproxima do memorialismo clássico, uma vez que ele se valeu de suas experiências pessoais para construir sua obra, tendo suas narrativas centradas nele mesmo.

Ambos os autores, Sebastião Bento da Silva e Gabriel da Silva trazem a particularidade de serem os únicos nessa lista a não terem formação superior. Além da originalidade de seus textos, é preciso reconhecer que eles tiveram de lidar com grandes dificuldades para publicar seus livros. Portanto, eles fogem ao arquétipo do memorialista como alguém altamente especializado e faz da escrita de memórias uma atividade acessória. Eles foram importantes para pensar no memorialismo como um gênero no campo da história pública.

Antônio de Oliveira Ávila Júnior, branco, nasceu no dia 6 de março de 1980 em Morrinhos, filho de Antônio de Oliveira Ávila e de Maria Rosa Pires de Oliveira. Concluiu seus estudos também em Morrinhos, graduando-se em Letras pela Universidade Estadual de Goiás. É especialista em Linguística Aplicada em uma instituição privada de Brasília/DF. Desde 2004, é funcionário concursado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Ligado à Igreja Católica da cidade de Morrinhos, ele é de classe média. Atua em instituições sociais do município, como o Rotary Club e a Sociedade São Vicente de Paulo, a última ligada à Igreja Católica local³¹.

Nas eleições de 2020, conseguiu eleger-se vereador do município de Morrinhos, com uma plataforma ligada à Igreja Católica e à promoção da cultura municipal (não foi reeleito nas eleições de 2024, ainda que tenha alcançado mais votos do que no pleito anterior). É um membro da Academia Morrinhense de Letras. No campo da história pública local, escreveu o livro **Morrinhos: Nossa História em Selos**. Trata-se de uma abordagem original, em relação aos demais historiadores públicos locais, uma vez que o autor narra a história local ilustrando a obra com selos de logradouros morrinhenses. Encontrava-se vivo quando a pesquisa foi concluída.

³⁰ SILVA, Gabriel da. **As Folias de Santos Reis e Nossa Senhora do Carmo em Morrinhos**: Observações e Anotações de um Devoto. Goiânia: Kelps, 2020.

³¹ ÁVILA, Antônio. **Morrinhos**: nossa história em selos. Goiânia: Kelps, 2019.

Finalmente, João Orlando Luiz de Oliveira. Nasceu em Joviânia/GO, mas acabou morando em várias cidades do sul de Goiás. Vindo da zona rural, acabou se formando em História e em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás, em Morrinhos. Ele é branco, membro da Academia Morrinhense de Letras, ligado à Igreja Católica de Morrinhos e ao Rotary Club³².

Ele transformou em livro frutos das pesquisas que ele conduziu em sua graduação, o aproximando da ideia de uma história para o público. Também é branco e de classe média, o autor atuou como professor em escolas privadas de Morrinhos e região, além de atuar em cargos de confiança da Prefeitura de Morrinhos, enquanto a pesquisa foi conduzida, além de manter projetos para a publicação de livros, em especial, explorando a religiosidade no município de Morrinhos.

Por caminhos diferentes, os autores fizeram o que tradicionalmente se associa à história pública: a busca pela ampliação de audiências. Antônio de Oliveira Ávila Júnior que buscou o público infanto-juvenil, contando a história da cidade por selos. João Orlando Luiz de Oliveira que disponibilizou uma pesquisa acadêmica ao grande público no formato de um livro.

Júlio Cesar Meira, analisou as ideias de progresso e modernização em Morrinhos, recorrendo à noção de regime de historicidade de François Hartog como horizonte teórico:

E por que ‘regime de historicidade’ [...]? Regime: a palavra remete ao regime alimentar [...]. Ao regime político [...] ao regime dos ventos e ao regime de um motor. São metáforas que evocam áreas bem diferentes, mas que compartilham, pelo menos, o fato de se organizarem em torno das noções de mais e de menos, de grau, de mescla, de composto e de equilíbrio sempre provisório ou instável. Assim, o regime de historicidade é apenas uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto de três categorias, justamente como se falava na teoria política grega, de constituição mista (misturando aristocracia, oligarquia e democracia, sendo dominante de fato um dos três componentes).³³

A historicidade, do termo alcunhado por Hartog, remete a uma longa tradição filosófica. “Retenhamos aqui que o termo expressa a forma da condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo”³⁴. Contudo, não se trata de uma realidade dada. Segundo o historiador francês, essa é uma categoria flexível que permite reflexões tanto na macro quanto na micro-história. De acordo com o próprio Hartog, o tempo

³² OLIVEIRA, João Orlando Luiz. **A modernização agrícola do sul goiano**: início do processo gerador de exclusão social em Morrinhos. Goiânia: Kelps, 2015.

³³ HARTOG. François. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Trad. Andréa Souza de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 11.

³⁴ Idem, p. 12.

se tornou uma preocupação em livros, revistas, colóquios e trabalhos acadêmicos recentemente. Para o francês, o atual curso da história trouxe a ordem do tempo e nossa relação com ele ao centro do debate:

Como mistos de arcaísmo e de modernidade, os fenômenos fundamentalistas são influenciados, em parte, por uma crise do futuro, enquanto as tradições, às quais se voltam para responder às infelicidades do presente, são, na impossibilidade de traçarem uma perspectiva do porvir, amplamente ‘inventadas’.³⁵

Nesta pesquisa, houve um diálogo entre a escrita dos historiadores públicos locais e a visão de Júlio Cesar Meira acerca dos regimes de historicidade em Morrinhos, apontando como a história acadêmica acaba respondendo a lacunas deixadas pela história pública local, graças a uma articulação entre teoria e método.

Partiu-se do horizonte conceitual de Cornelius Castoriadis e de Bronislaw Baczko a respeito do imaginário social. Segundo o primeiro autor:

A imaginação é a capacidade de colocar uma nova forma. De um certo modo, ela utiliza os elementos que aí estavam, mas a forma, enquanto tal, é nova. Mais radicalmente ainda: a imaginação é o que nos permite criar o mundo, ou seja, apresentarmos alguma coisa, da qual sem a imaginação não poderíamos nada dizer e sem a qual não poderíamos nada saber³⁶.

Os traços característicos de uma sociedade são criações dela própria, e envolvem escolhas dos indivíduos. Nesse sentido, o imaginário social é o mecanismo pelo qual a sociedade instituinte se autocria. Para Castoriadis, dessa forma, a sociedade não pode existir sem criar significado para si mesma³⁷.

Em seu turno, Bronislaw Baczko aponta que o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva. “As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais etc.³⁸”. Nesse sentido, o imaginário social é um instrumento de controle da vida coletiva, sendo também um lugar e objeto de conflitos sociais.

Assim, segundo o filósofo polonês, é no imaginário social que reside o problema da legitimação do poder, pois, qualquer sociedade precisa imaginar e inventar a legitimidade que

³⁵ Idem, p. 20.

³⁶ CASTORIADIS, Cornelius. **A criação histórica**. Porto Alegre: Artese Oficinas, 1992. p. 90.

³⁷ Idem, p.90-92.

³⁸ BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Al. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985., p. 296-332, p. 309-310.

atribui ao poder. “As relações de força e de poder que toda a dominação comporta, acrescentam-se assim as relações de sentido³⁹”. Como se observará, esse imaginário social, em Morrinhos, serviu ao propósito de jogar para o segundo plano o problema do coronelismo, construindo a representação de líderes políticos intelectuais e preocupados com o desenvolvimento da coletividade.

Victor Nunes Leal destaca o acesso limitado ao Ensino Superior, entre o final do século XIX e a primeira metade do XX e a concentração de renda dos coronéis, familiares e aliados. Em paralelo, a maioria dos trabalhadores rurais vivia num estado de pobreza.

Essa ascendência resulta muito naturalmente de sua qualidade de proprietário rural. A massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o ‘coronel’ é rico. [...] É, pois, para o próprio ‘coronel’ que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades. [...] Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece.⁴⁰

Essa reflexão trazida por Leal vem ao encontro da realidade de Morrinhos. Na cidade, como se observará no terceiro capítulo da tese, a história pública criou a ideia de que o município foi lar de políticos dotados de preocupação social, elevada formação intelectual e destacada cultura. Empreendedora, segundo a pena dos autores analisados, a liderança política morrinhense não governou pela violência ou mandonismo, mas sim pela inteligência e pelas benesses concedidas ao povo.

A tipologia de Ricardo Santhiago inspirou a nomeação dos capítulos da tese. O primeiro, denominado “História e o público local: a Construção da Memória Morrinhense”. Servindo-se do caminho traçado por Santhiago estabelece-se a diferença entre história pública e memorialismo e o debate da história pública como um campo do saber historiográfico é aprofundado. Os historiadores públicos locais foram apresentados pela primeira vez ao leitor neste capítulo. Há, ao fim, uma discussão do conceito de memória, importante pela natureza dos trabalhos analisados na pesquisa.

O segundo capítulo, “Gênero e Estilo na Escrita da História Feita Pelo Público” em Morrinhos apresenta uma discussão teórica sobre o papel do gênero e da escrita na produção

³⁹ Idem, p. 310.

⁴⁰ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 7ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012., p. 46-47.

histórica. Nesta seção da tese, a concepção da história pública como uma área da historiografia é desenvolvida. Os oito autores analisados foram divididos em três formas de se compreender como a história pública se configura como espaço de análise dessas publicações.

Em primeiro lugar, a partir da noção de autoridade compartilhada, analisou-se o trabalho de Zilda Diniz Fontes, Bruno José Vieira, Nilza Diniz Silva e José Afonso Barbosa. Em seguida, Sebastião Bento da Silva e Gabriel da Silva são analisados na segunda parte, quando o memorialismo é compreendido como um gênero da história pública. Finalmente, a busca pela ampliação de audiências é utilizada para pensar as obras de Antônio de Oliveira Ávila Júnior e João Orlando Luiz de Oliveira.

“História com o Público: A Morrinhos imaginada pelos historiadores públicos locais” é o título do terceiro capítulo. Neste capítulo, revisita-se o trabalho dos historiadores públicos locais para entender como eles moldaram as visões sobre o passado da cidade, estabelecendo os marcos da memória local. Na política, observa-se Morrinhos como uma cidade que nasceu na segunda metade do século XIX e se estruturou no início do XX. Em vez de se configurar como um espaço para o coronelismo, mandonismo e clientelismo típicos do período, a urbe teria visto surgir políticos comprometidos com o desenvolvimento e o progresso local.

O progresso é abordado pelos historiadores públicos locais a partir de uma ótica positivista, significando desenvolvimento material. A decadência se manifestou na perda de prestígio político da cidade no cenário estadual. Finalmente, o binômio educação-cultura vem ao encontro dos outros dois elementos, sendo retroalimentado por eles. A cidade, nas páginas dos historiadores públicos locais é tida como vocacionada desde sua fundação às letras, à cultura e à arte. Essa visão, contudo, é contrastada com pesquisas acadêmicas sobre Morrinhos nesse período.

Finalmente, o último capítulo, “História para o Público: Redes de Circulação e a História Pública em Morrinhos” analisa, a partir do conceito de redes de circulação de Robert Darnton as estratégias e espaços de circulação adotadas pelos historiadores públicos locais murrinhenses. A Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos e a Academia Morrinhos de Letras são compreendidas como parte importante dessa rede. Dentro desse cenário, os historiadores de Morrinhos desenvolveram um sistema que garantia não apenas a distribuição de seus livros, mas principalmente a propagação de suas ideias pela cidade. As publicações produzidas por essas duas instituições tiveram um papel crucial na pesquisa em questão.

Além disso, há uma análise do livro **Se Liga no Futuro: Morrinhos/GO**, que é o resultado de um projeto com o mesmo nome, realizado sob o patrocínio do Governo Itinerante, uma iniciativa do Governo do Estado de Goiás em 2004 na cidade de Morrinhos. Este livro,

que teve uma tiragem significativa, foi produzido com a colaboração de historiadores públicos locais, tornando-se um meio relevante para divulgar as ideias desses autores entre os estudantes do ensino médio da cidade naquela época. Será observado que esta publicação demonstra como o padrão de história pública local de Morrinhos ultrapassou as fronteiras do município.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA E O PÚBLICO LOCAL: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA MORRINHENSE

Há muito tempo, a história está presente nas sociedades humanas. Isso, porém, não pode ser dito do historiador ou mesmo da disciplina universitária. É lugar-comum situar a origem da história no mundo grego de Heródoto. François Hartog, entretanto, apresenta um contraponto a essa visão dominante no debate acadêmico⁴¹.

Para o francês, a escrita da história surgiu primeiro em outras regiões do globo, antes da própria Grécia, como na Mesopotâmia da monarquia de Akkad (a primeira que unificou a região), entre os antigos israelitas e até mesmo no Extremo Oriente. A própria escrita, argumenta Hartog, é mais tardia entre os gregos do que entre as civilizações do Crescente Fértil⁴². Assumindo-se essa posição, qual seria o lugar reservado aos gregos na consolidação da história?

Hartog aponta que com os gregos surgiu a figura do historiador, a partir do já referido Heródoto. “Sem estar diretamente associado a um poder político, sem ser comissionado por ele, desde o começo, desde as primeiríssimas palavras, Heródoto vem marcar, reivindicar a narrativa que inicia, pela inscrição de um nome próprio: o seu no genitivo”⁴³. Dessa forma, os gregos são os que criaram o historiador enquanto sujeito que escreve a história. Na pena de Hartog, os primeiros historiadores eram aqueles que se limitariam ao que aconteceu por:

"obra dos homens", no "tempo dos homens", acrescenta a seu domínio este princípio de seleção: escolher o que é "grande" e suscita o "espanto" (*thauma*). Assim, ele adota um instrumento de avaliação da diversidade dos acontecimentos e de ordenamento da variedade do mundo.⁴⁴

O tempo dos homens, alvo do interesse do historiador, segundo Hartog, apresenta a um só tempo três características indeléveis: a sua não uniformidade, isto é, o tempo não é experimentado e/ou vivido da mesma forma, sequer no seio de um mesmo povo; a possibilidade de existência de temporalidades distintas num mesmo espaço de tempo e/ou local geográfico-

⁴¹ HARTOG, François. **Evidência na História**: o que os historiadores veem. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 45.

⁴² Idem, p. 45.

⁴³ Idem, p. 46.

⁴⁴ Idem, p. 59.

cultural e, finalmente, a longa duração, que, ao citar o caso dos gregos, segundo Hartog, descortina-se na incansável busca por se listar longas listas de gerações⁴⁵.

Apesar de suas raízes na Grécia Antiga, o ofício de historiador só foi profissionalizado na década de 1880. De acordo com Antoine Prost:

A profissão de historiador aparece na transição da década de 1880 quando as faculdades de letras propuseram um verdadeiro ensino da história. Anteriormente, havia amadores – muitas vezes, de talento, e, às vezes, de gênio – mas não uma profissão, ou seja, uma coletividade organizada com suas regras, seus rituais de reconhecimento e suas carreiras⁴⁶.

A profissionalização do historiador foi mais uma dentro de um conjunto de ações do projeto de cientificização da história, estabelecendo-lhe as bases metodológicas que lhe diferenciariam no universo das ciências humanas e sociais que, concomitantemente se firmavam no campo acadêmico. Nesse contexto, Oliver Dumoulin antagoniza o papel do historiador ao papel de um advogado no tribuna, apontando que a legitimidade do primeiro se funda na aptidão em permanecer fiel aos princípios de ação do cientista⁴⁷.

A história passou por transformações, desde que foi alçada ao panteão das ciências. Na atualidade, fala-se constantemente de uma série de crises que pairam sobre as ciências humanas e sociais. Crise das representações, crise da identidade, crise da memória, crise do Estado-nação.

A história, aponta Antoine Prost, é a ciência mais ameaçada nesse contexto. Segundo o historiador francês, os trabalhos de história são os que mais despertam interesse da sociedade em geral (sugere o autor, que o grande público em geral, prefere um trabalho no âmbito da pesquisa histórica a um tratado de linguística, por exemplo). E aqui está o grande perigo para Prost: a contaminação do julgamento científico pelo julgamento midiático⁴⁸.

Some-se a isso, o fato de a comunidade científica formada pelos historiadores ser muito fragmentada, frágil, o que dificulta o estabelecimento de critérios comuns a todos. Não se pode perder de vista a defesa que Antoine Prost faz da necessidade de regulamentação da profissão, a partir do molde já adotado em comunidades científicas de outras áreas do saber⁴⁹.

⁴⁵ Idem, p. 59-60.

⁴⁶ PROST, Antoine. Doze Lições sobre a História. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed., 2017. p. 32.

⁴⁷ DUMOULIN, Oliver. O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

⁴⁸ PROST, Antoine. **Op. Cit.** p. 48.

⁴⁹ Idem, p. 50.

Nesta pesquisa, interessa mais o debate acerca dos perigos advindos de uma ciência que se aproxima em demasia do público, do que as questões relativas à regulamentação da profissão no contexto francês. Prost não ignora um elemento central: “[...] a história é uma prática tanto social, quanto científica⁵⁰”. Ao se pensar o caso dos historiadores públicos morrinhenses que atuam na cidade, a compreensão dessas duas dimensões da prática da história ocupa, definitivamente, um espaço fulcral.

François Hartog, ao refletir sobre a história do tempo presente, observa que a ideia de uma história científica que se limitasse ao passado se ancorava na desconfiança de que a memória possa produzir algum tipo de conhecimento verdadeiramente útil e confiável à ciência histórica. Se em Heródoto o foco era agradar aos indivíduos que leem, para Tucídides, o mesmo foco recairia na busca pela verdade, de modo que a história, não o historiador, falasse:⁵¹

Mas, quando a história se torna busca da verdade, a única atitude que resta ao narrador consiste em se retirar (ou em encenar sua retirada). Desde então, ele deixa de ser aquele que *semainei*, para se tornar no máximo aquele que, no passado, faz vir à luz um indício. Ele poderá ser o narrador ‘ausente’ que deixa falar os fatos: objetivo. Ou seja, também o olhar colocado no centro e ‘onipresente’: de fato, objetivo.⁵²

A ideia da história como uma observadora à parte da realidade à qual investiga perdurou por muito tempo, influenciando, de modo particular, os historiadores clássicos, que buscaram produzir uma história austera, desconectada da realidade. Somente a chegada dos historiadores liberais permitiu que esse quadro se alterasse, aponta o autor francês.

Em primeiro lugar, o historiador é olhar. Não isolado ou irônico, mas um olhar vivo de quem, por sua presença e intervenção, advém a visibilidade. Na melhor das hipóteses, para Hartog, em primeiro lugar, esse sujeito é um artista, e na pior delas, um tagarela em cima do mundo. A história não se consistiria nem em acompanhar as crônicas nem em obter uma visão panorâmica do mundo, mas sim em penetrar, pela reflexão do historiador, e de seu objeto, na realidade que pleiteia escrutinar, esse é o verdadeiro ato da história. Se a história fala, é natural que esse historiador também ouça⁵³.

Portanto, parece inegociável que o historiador se reconheça como indivíduo pertencente a um meio. Tal reconhecimento, porém, não pode colocar em xeque a cientificidade do trabalho do historiador, ainda que plena eliminação de seus afetos seja impossível.

⁵⁰ Idem, p. 50.

⁵¹ HARTOG, François. **Op. Cit.** p. 85.

⁵² Idem, p. 84.

⁵³ Idem, p. 151-154.

Frequentemente um exilado, o historiador – de modo diferente do orador – não é ou deixou de ser o homem de uma só cidade, mesmo que essa permaneça seu horizonte. Ao mesmo tempo, fora e dentro, entremeuo [*entre-deux*], intermediário, até mesmo "traidor", ele conserva algo da itinerância do aedo épico; além disso, sua escrita, obrigando-se a ser *suggraphie* (de *sun*, com, e *graphein*, escrever), colocando junto, estabelecendo relações, aplica-se a construir uma visão *sinóptica* do mundo habitado⁵⁴.

Por outro lado, retomando François Hartog não ignora que há historiadores que se tornaram pessoas de uma cidade só, como o caso dos romanos que apenas viam a Cidade Eterna em seu horizonte. Para o autor francês, esses estudiosos são mais especialistas em história local do que na grande historiografia, como era, por exemplo, Heródoto. Mas, o historiador é também um indivíduo e, por maior que seja seu compromisso com a verdade científica, é impossível a completa anulação daquilo que o historiador é. Isso se torna ainda mais comprovável quando se pensa na história local ou na história do tempo presente: o ele é partícipe desses processos, quando não agente direto.

Jo Guldi e David Armitage conseguiram sintetizar o desafio que se apresenta à história nessas primeiras décadas do século XXI. “Agora o desafio consiste em preservar os benefícios palpáveis do profissionalismo e, ao mesmo tempo, recuperar as conexões com uma missão pública de maior alcance, que continue crítica mais do que meramente assertiva”⁵⁵.

As ciências sociais perderam o interesse do grande público, graças à especialização e ao encastelamento na academia. Perdeu-se o sentido de finalidade pública e a capacidade de atrair o grande público, enquanto a produtividade acadêmica tem quantitativamente crescido de forma exponencial, sacrificando-se a síntese e a teoria, em nome da novidade e da descoberta⁵⁶.

Sacrificando-se o acesso das pessoas ao passado (analisado e discutido criticamente), as possibilidades de construção de um futuro são colocadas em risco também. Não é coincidência que a crise das ciências humanas e sociais (com todos os seus conceitos e métodos) coincida com a crise do Estado, da democracia e das instituições no geral.

Peter Lee, em um artigo sentenciou que, “nada escapa do passado”⁵⁷. O passado, segundo o autor, dá concreticidade aos conceitos, sendo muitas vezes, o árbitro quando é preciso decidir se determinada regra pode ou não ser satisfatória. Sob esse prisma, a tarefa do

⁵⁴ Idem, p. 43.

⁵⁵ GUILDI, Jo. ARMITAGE, David. **Manifesto pela História**. Trad. Modesto Florenzano. Belo Horizonte: Autêntica, 2018., p. 186.

⁵⁶ Idem, p. 186.

⁵⁷ LEE, Peter. Por que aprender História? Trad. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schimidt e Marcelo Fronza. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 42, p. 19-42, out/dez. 2011, p. 19.

historiador é a de ensinar a natureza da mudança social, ainda que não haja acordo entre historiadores que falam com suas diferentes vozes⁵⁸. Assim, mais uma vez, reforça-se a importância de se pensar como a história dialoga com o público que o vai consumir e produzir.

É nesse contexto que a história tem um ramo dedicado a pensar a sua relação com o público, a história pública. Ademais, encontram-se no seio das comunidades, pessoas que se dedicam a pensar a história das cidades, das comunidades, de aspectos da vida cultural de um grupo, aqueles que a própria historiografia se habituou a classificar como memorialistas. Se a história fracassa na missão de se aproximar do público que frequentemente financia a produção acadêmica (nas universidades públicas e nas bolsas oferecidas pelos governos nas universidades privadas), talvez uma relação mais profícua com esses autores possa ajudar os historiadores na missão de manter seu saber científico e, ainda assim, significativo e acessível para a sociedade contemporânea.

1.1 HISTÓRIA PÚBLICA E MEMORIALISMO

A primeira vez que o termo *história pública* foi utilizado se deu nos Estados Unidos em 1976, por um departamento de história da Universidade da Califórnia, Santa Barbara, quando o referido departamento ofereceu cursos sobre a prática da história para além dos muros universitários⁵⁹. De acordo com Richard Cândida Smith, os estudantes de história, no contexto da expansão dos cursos universitários nos EUA, tinham menos chances de conseguir empregos, devido a maior concorrência entre a mão de obra qualificada pelos postos de trabalho ofertados. Assim, apesar de uma noção vaga do que fosse história pública, esses cursos atraíram alunos com a perspectiva de trabalharem com tudo que fosse ligado à história fora das universidades. Por exemplo, trabalhos com o audiovisual e organização de exposições públicas na área da história passaram a ser enxergados como possibilidades de trabalho para os egressos desses momentos formativos.

A noção de história pública tem se popularizado na academia, desde então. Segundo Ricardo Santhiago, há quase duas décadas o termo era praticamente desconhecido no Brasil, havendo dúvidas sobre qual seria o campo de atuação desse saber historiográfico⁶⁰. Assume-se que a história pública diz respeito aos meios pelos quais ocorre a divulgação histórica. Ainda

⁵⁸ Idem, p. 22.

⁵⁹ SMITH, Richard Cândida. História pública, por que não? *In*:: MAUAD, Ana Maria. SANTHIAGO, Ricardo. BORGES, Viviane Trindade (Org.). **Que história pública queremos?:** What public history do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 323-330.

⁶⁰ SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil *In*:: _____ (org.). **História Pública no Brasil**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23.

assim, aponta o autor, não apenas o conceito, mas as possibilidades advindas com a ideia de história pública são ainda pouco conhecidas por muitas pessoas.

Em parte, isso é o que justifica frequentes desafios à utilidade desse campo. Não é incomum escutar questionamentos como: Por que dar um novo nome a uma velha prática? A primeira coisa a se dizer é que essa não é uma insatisfação generalizada. Em reuniões científicas, cursos e oficinas, é comum escutar frases como “eu sempre fiz história pública, só não sabia o nome”. “Finalmente descobri o nome daquilo que eu faço”. Se isso sinaliza para um entendimento nebuloso da complexidade da história pública, também sugere quão poderosa é a expressão, estimulando argumentos que transcendem o questionamento meramente terminológico.⁶¹

Essa citação revela, ao mesmo tempo, dois desafios que pairam sobre a questão da história pública local. De um lado, o desafio de fazer o conceito e a utilidade da ideia de história pública serem entendidos e apreensíveis pela comunidade acadêmica. Por outro lado, desvelar todas as possibilidades que o conceito abarca em si também permanece como uma questão a ser vencida.

Buscando conceituar história pública, Jill Liddington assevera que nos últimos tempos, observa-se uma profusão de representações populares do passado, desde programas de rádio, televisão, séries, filmes, exposições etc. Essa realidade gerou um mercado altamente lucrativo para historiadores capazes de resumir pesquisa atual a poucas palavras⁶². O reconhecimento dessa realidade leva ao reconhecimento de que todos os que se debruçam sobre o passado com a participação do público são historiadores públicos, acolhendo-se sob o conceito todas as formas de história popular.

Entretanto, “história pública” é um conceito escorregadio. E o desafio de uma abordagem ecumênica é, creio eu, que a expressão seja usada em tantos sentidos – tanto na Grã-Bretanha quanto internacionalmente, por profissionais e acadêmicos – a ponto de se tornar desconcertante. E se “história pública” é meramente um novo nome para aquilo que nós já estávamos fazendo, será que não estamos perdendo a chance de pensar sobre o que queremos dizer por “público” e, com isso, perdendo a oportunidade de aperfeiçoar nossa prática?⁶³

Para comprovar sua tese, a historiadora britânica chama a atenção para o caso da história oral. Automaticamente, pensa-se em entrevistas, gravadores e transcrições. Contudo, a história

⁶¹ Idem, p. 24.

⁶² JILL LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e voz, 2011. p.31-32.

⁶³ Idem, p. 33.

oral evoca questionamentos de natureza ética e epistemológica na relação entre o entrevistado e o pesquisador.

A história pública também evoca questionamentos próprios. Liddington aponta que a história pública foi primariamente tomada como apresentação popular do passado, através de múltiplas abordagens. Contudo, conforme se avançam os estudos, abre-se para a perspectiva de se compreender “o estudo de história pública está ligado a como adquirimos nosso senso de passado – por meio da memória e da paisagem, dos arquivos e da arqueologia (e por consequência, claro, do modo como esses passados são apresentados publicamente)”⁶⁴.

Ainda segundo Jill Liddington, percebe-se que os contornos da história pública se adaptam à realidade em que ela é produzida. Nos EUA, ela mostra-se particularmente ligada à questão da memória, sendo patrocinada tanto pelo capital privado quanto pelo público. Na Austrália, a história pública mostra-se engajada em questões políticas e práticas, como no caso dos nativos australianos. Já na Grã-Bretanha, o patrimônio e a memória nacional emergem como centrais para a história pública.

Essa realidade levantada pela pesquisadora aponta para a difícil tarefa de se conceitualizar história pública, dado que não há uma única forma de se fazê-la. E isolar a palavra pública não parece, para Liddington mais seguro:

A palavra "público", talvez, seja ainda mais perigosa. Se pensarmos rapidamente em todos os seus usos como adjetivo, as complicações ficam evidentes: "relações públicas" e publicidade, mas também a "opinião pública", "interesse público", "serviço público", e também o *Public Works Administration*, de Roosevelt. De fato, os norte-americanos envolvem a palavra “público” de significados especiais, que nascem de um ideal de cidadania incorporado em sua Constituição e em sua Carta de Direitos⁶⁵.

Com o intento de fornecer um significado tangível para a história pública, Jill Liddington recorreu a Jürgen Habermas e seu conceito de esfera pública. A partir desse conceito, “[...] história pública pode significar – em termos de como o senso do público a respeito de seus próprios passados pode ser consumido ativamente e debatido criticamente.”⁶⁶

Sob esse prisma, a autora compreende que um curso sobre história pública deveria incluir discussões sobre patrimônio, museus e memória. Ainda assim, o entendimento sobre o que é a prática da história pública permanece vago. À luz das reflexões teóricas, contudo,

⁶⁴Idem, p. 34.

⁶⁵ Idem, p. 43-44.

⁶⁶ Idem.

Liddington aponta alguns caminhos para se orientar aqueles que ela denomina como historiadores públicos praticantes.

Os historiadores públicos – em oposição aos privados – têm consciência da audiência e provavelmente, desde o início de uma ideia ou projeto, buscam estar atentos a leitores e audiências ampliados, visando aumentar o acesso público ao passado. Uma abordagem possível é perceber como uma história pessoal ou local ilumina o quadro mais geral [...].⁶⁷

Nesse sentido, a autora reconhece como identidade primeira da práxis da história pública a proximidade com o público, de forma a tornar acessível às pessoas o passado que, por outras vias não haveria maneira possível. Perceber-se-á, mais à frente, que a preocupação em tornar acessível aos murrinhenses o seu próprio passado é um dos imperativos evocados pelos historiadores públicos locais de Morrinhos para a redação de suas obras.

A característica colaborativa é a segunda marca dos trabalhos dos historiadores públicos da autora. Nesse sentido, o trabalho coletivo se faz não apenas entre historiadores, mas muitas vezes entre esses com profissionais de outros campos e saberes. Para a autora, tal atitude permite que o público a ser atingido pela história pública se torne maior, contribuindo para que se atinja o intento almejado⁶⁸.

O terceiro ponto proposto por Jill Liddington será mais bem discutido no terceiro capítulo desta tese. Cabe aqui salientar que, os historiadores públicos, segundo a autora têm o desejo de que seus trabalhos sejam consumidos de forma ativa e participativa pelos seus públicos. Na cidade de Morrinhos, as obras dos historiadores públicos locais são a base para uma série de eventos, obras de arte e produções literárias que circulam na cidade e ressignificam o passado dela. Portanto, há consumo dessas obras e da visão de passado que elas veiculam no município.

O desinteresse pelo retorno financeiro de seus trabalhos é apontado como o quarto elemento da prática da história pública:

Em quarto lugar, os historiadores públicos podem até estar conscientes das questões comerciais, mas provavelmente não querem simplesmente agarrar uma grande fatia do público leitor ou espectador de um contexto de economia de mercado moldado por anunciantes e acionistas.⁶⁹

⁶⁷ Idem, p. 47.

⁶⁸ Idem, p. 47.

⁶⁹ Idem, p. 48.

Essa é uma realidade entre os historiadores públicos pesquisados no presente trabalho. Muitos deles chegaram a criar instituições para permitir a publicação de obras, por exemplo, levantando fundos para o pagamento dos custos de edição. Na pesquisa, percebeu-se essa realidade no diálogo com os autores locais. Muitos deles recorrem a doações de empresas, à rede de amizades ou ao financiamento público para ser possível disponibilizar as obras. Essas instituições serão discutidas no quarto capítulo da presente tese.

Jill Liddington reconhece nem sempre é possível que se mantenha a objetividade científica⁷⁰. Todavia, a questão é mais profunda do que a possibilidade de se alcançar ou não a desejada criticidade imparcial. Não raras vezes, o rigor metodológico da ciência histórica é deliberadamente ignorado em nome das opiniões dos autores, que se sentem partícipes daquilo que narram ou mesmo da imaginação deles, quando as fontes históricas são parcas ou mesmo inexistentes.

Por fim, os historiadores públicos precisam provavelmente conhecer o estado, o nacional, o regional e, é claro, localmente. As razões são muitas. O Estado é um provedor legal de serviços culturais – especialmente bibliotecas públicas locais. Ele também é uma fonte de financiamento direta e indireta [...]. O Estado também oferece um quadro político [...]. Os historiadores públicos precisam não somente de um governo que colabore – o Estado que estimula os historiadores a deixarem suas torres de marfim para, de vez em quando, trabalharem em colaboração com suas bibliotecas locais, emissoras de televisão ou lugares de patrimônio – mas também de uma escrita colaborativa⁷¹.

A ligação dos historiadores públicos locais com o Estado é patente. Além de se referirem aos políticos que contemporaneamente governam a cidade, não são raros os casos em que o governo municipal atua no financiamento das obras, de forma direta ou indireta. Muitos dos historiadores públicos locais de Morrinhos são funcionários públicos, o que reforça a ideia da ligação dessas figuras com o Estado.

Ricardo Santhiago aponta que a história pública feita pela academia é recente, ainda que outras formas de história pública existam há bastante tempo. Apesar da novidade, a produção de história pública vem se avolumando ao longo do tempo, atraindo interesse de vários pesquisadores no país. Para o autor, a discussão ganhou impulso no Brasil com um curso introdutório de história pública, oferecido na Universidade de São Paulo no ano de 2011:

Seu direcionamento era claro: buscava-se semear uma ideia de história pública voltada à incorporação do historiador no mercado de trabalho e à inserção da história na cultura das mídias. Com isso, privilegiava-se uma vertente de

⁷⁰ Idem, p. 48.

⁷¹ Idem, p. 50-51.

história pública, entre outras: uma história feita *para* o público, que focaliza a ampliação das audiências⁷².

Por muito tempo, o campo historiográfico privilegiou a história pública como aquela voltada para alavancar a divulgação científica. Aqui, retoma-se a tipologia da história pública traçada por Ricardo Santhiago e citada na introdução desse trabalho. A história feita *para o público* é apenas uma das múltiplas possibilidades advindas da história pública. Restringir-se a ela é limitar o debate e impedir que a academia se volte para esse campo da produção historiográfica⁷³.

Santhiago critica a perspectiva que limita a história pública à função de tradução da linguagem acadêmica ao grande público. A visão da história pública como uma modalidade de divulgação científica é restritiva das possibilidades inauguradas por esse ramo da ciência histórica, que, como esboçado na tipologia acima, apresenta possibilidades de renovação do campo historiográfico.

Até aqui, contudo, pensou-se a história pública como voltada para o grande público, valendo-se, para tanto de mídias de divulgação diversas daquelas adotadas pela academia e, mais acessíveis à população em geral. De outro modo, a história pública foi tratada como o conjunto de produtos como documentários, séries, filmes, romances e outros elementos que fazem com que conhecimentos históricos se tornem acessíveis às pessoas.

Bem, em Morrinhos, nota-se a presença de obras escritas sobre o passado da cidade. De outra forma, fala-se aqui de livros e artigos de revistas e jornais que tratam da questão da história local. Parte dessa produção acaba sendo ressignificada em peças de teatro, poemas e apresentações, ou é o pilar para a elaboração de eventos comemorativos que mobilizam a cidade e seus habitantes ao redor da própria história local.

Sara Albieri compreende que a publicação extrapola os interesses acadêmicos, sendo frequentemente reivindicada em meio à discussão de direitos políticos ou civis. “O interesse histórico mistura-se à agenda de movimentos sociais, e a manifestação desse interesse vem por vezes impregnada das paixões que mobilizam os grupos que reivindicam a publicação⁷⁴”. Ao se ligar à história de uma cidade, a história pública emerge como um importante ente no direito à cidade, possibilitando que seus habitantes se apropriem da história do local em que vivem e signifiquem e ressignifiquem essa história.

⁷² SANTHIAGO, Ricardo. **Op. Cit.**, p. 24-25.

⁷³ Idem. p. 28.

⁷⁴ ALBIERI, Sara. História Pública e Consciência Histórica. *In*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e voz, 2011. p. 19-30. p. 19.

A autora ainda sugere que há várias formas de lidar com a história pública. Ela pode ser tomada no sentido de um processo de publicação, colocado em movimento, mais ou menos acelerado, servindo à educação histórica, dentro do currículo escolar. Também na elaboração de material didático, encontra-se uma ferramenta poderosa de divulgação da história⁷⁵.

Outra forma instituída de publicação da História está ligada aos "lugares da memória": museus, monumentos e sítios históricos são objeto de políticas de conservação, restauração, exposição e visitação. Com frequência, se engendram esforços para que esse patrimônio cultural seja aberto a algum tipo de divulgação maior [...] pretende-se ampliar o acesso a estas informações, ou a uma parte delas, a um público que, de outro modo, seria privado desses bens culturais. Exposições didáticas e visitas guiadas visam colocar o público em contato com um passado que, em geral, é apresentado como herança comum a todos.⁷⁶

Albieri recorre à expressão consagrada por Pierre Nora, lugares de memória, para apontar que parte daquilo que uma sociedade alça à condição de monumento ou patrimônio histórico encontra sua fundamentação naquilo que se publica da história do lugar. Livros romanceados com pano de fundo histórico, histórias em quadrinhos, documentários, filmes de caráter histórico também despontam como formas de publicação da história que acabam adentrando na cultura comum e requerem, para Albieri, reflexão quanto ao conteúdo que veiculam⁷⁷.

Não apenas o conteúdo deve ser trazido à tona. As intenções por trás da divulgação também. Não se pode publicar tudo. Toda publicação é, inicialmente, uma seleção, uma escolha. Quais são as balizas que norteiam essa ação? Quem decide o que se publica e o que fica oculto para o grande público? Quais são os critérios dessa seleção? Quais são as intencionalidades envolvidas nesse processo?

Quando se vê a história publicada, não se pode esquecer que a omissão ou adaptação de informações faz parte do processo de publicação; isto é, cabe ao intérprete decidir previamente o que vai ou não fazer parte do corpo histórico a ser divulgado. Além disso, o processo de correção daquilo que foi publicado é, já uma interpretação histórica, dado que quem corrige tem também uma opinião. A correção carrega as marcas da interpretação.⁷⁸

⁷⁵ Em Morrinhos, materiais didáticos foram elaborados pela prefeitura, a partir do que foi produzido pelos historiadores públicos e memorialistas locais. É o caso do Sistema Pomares de Ensino, que traz textos sobre a história de Morrinhos. Esta tese, porém, não chegou a analisar esse material, abrindo-se aqui uma possibilidade para pesquisas futuras.

⁷⁶ SARA, Albieri. **Op. Cit.**, p. 21

⁷⁷ Idem, p. 21

⁷⁸ Idem, p. 22

Demandam ainda reflexão, os meios pelos quais a publicação ocorre. Quais agentes envolvidos ou excluídos nesse percurso? Portanto, a história pública não cobra reflexões apenas sobre os métodos de divulgação do conhecimento historiográfico. Ela reivindica questões profundas sobre o âmago da práxis do historiador público.

Sara Albieri pleiteia a necessidade de comunicação entre a academia e o trabalho dos divulgadores. “O termo divulgação, creio, tem uma conotação muito mais pejorativa nas Ciências Humanas do que nas Ciências Naturais ou Exatas, que já convivem com a divulgação científica há muito tempo”⁷⁹. Nas ciências humanas, aponta a autora, convencionou-se tratar o divulgador como um escritor de última hora, aquele que apanha as rebarbas da produção científica e disponibiliza ao grande público de forma irresponsável.

Nesse ponto, é fundamental que se lide com a questão introduzida por Albieri e que demanda dos historiadores respostas urgentes e precisas:

A única divulgação da pesquisa que a Academia aceita e encoraja é a publicação em periódicos e livros destinados à comunidade científica *stricto sensu*: os leitores são interlocutores especializados, ligados à vida acadêmica. [...] É mister que a Academia reconheça esses caminhos de publicação, não só como espaços nos quais seus próprios profissionais possam atuar sem qualquer reprovação ou embaraço, mas como o lugar privilegiado de diálogo entre a Academia e a recepção social de seu trabalho.⁸⁰

Se a aceitação de trabalhos que emanam da Academia e são trazidos ao público a partir do esforço de historiadores, oriundos do próprio ambiente acadêmico, ainda não é pacificado nos meios universitários, o que pensar dos trabalhos que não têm na Academia a sua gênese? A universidade, por muito tempo, tem fechado os olhos para a imensa produção intelectual que ocorre fora de seus muros, mas, que apresentam grande penetração no público em geral.

Em geral, o debate acadêmico consagrou o conceito de memorialismo para classificar o trabalho desenvolvido por pessoas que, a despeito da ausência de formação em história, se dedicam a narrar a memória de suas sociedades, conforme foi debatido na introdução deste trabalho, em especial, a partir das análises de Ana Claudia Fonseca Brefe.

Os historiadores públicos murrinhenses não escreveram seus trabalhos ao mesmo tempo. Os livros mais antigos que foram analisados na pesquisa datam da década de 1980, contudo, foi a partir do século XXI que houve forte impulso para a produção literária desses

⁷⁹ Idem, p. 23. *Itálico da autora.*

⁸⁰ Idem, p. 25.

escritores na cidade. Registre-se que, em 2004, foi fundada a Academia Morrinhense de Letras e, boa parte dos autores analisados aqui são membros dessa instituição.

Certamente, a diferença temporal entre os autores é um ponto a ser levado em consideração. Contudo, os estilos variam de um autor para outro. Da mesma forma, variam os enfoques, lugares são privilegiados por um e negligenciados por outros, e assim por diante. Sob essa lógica, uma análise sobre como uma cidade é escrita por seus memorialistas requer um olhar holístico àqueles que se dedicaram a narrar os espaços urbanos em que vivem.

Entretanto, todos os autores pesquisados participam de um mesmo registro, compartilham de uma mesma visão da cidade e fazem um mesmo uso da memória. Para todos eles a memória preserva, guarda, registra, coloca em estado de suspensão as imagens do espaço urbano de outrora.

A memória é dotada da capacidade de resguardar o passado – em sua pureza original – do fluxo ininterrupto do devir que o arrasta, continuamente em direção ao presente. Assim, o desaparecimento dos velhos espaços permeados de tradições centenárias são [sic] demarcados através dos relatos memorialistas, que são um conjunto de narrativas que participam da construção e instauração da identidade da cidade de São Paulo no início do século XX⁸¹.

Assim, ao se espojarem do mesmo contexto e da mesma visão, os autores paulistanos pesquisados por Brefe, mas também os murrinhenses analisados nesta pesquisa, se colocam como preservadores da memória da cidade, ao mesmo tempo que ajudam a moldá-la, transmitindo-a a partir de seus lugares de fala e visões.

Em Morrinhos, nem todos os autores fazem o mesmo uso da memória. Observava-se que alguns autores se mostravam desconfiados em relação aos usos da memória e da oralidade em suas pesquisas. Esses preferem lidar com os fenômenos mnemônicos e a história oral como complementares aos documentos escritos.

Nem sempre os memorialistas, segundo Ana Claudia Brefe, foram as testemunhas oculares dos fatos que descrevem, ainda assim, eles se apropriam de falas e autores tomados como as testemunhas de fato. A memória é encarada por eles como uma película cinematográfica que grava imagens que podem posteriormente ser acessadas⁸², numa perspectiva inaugurada na tradição filosófica por Platão. Por exemplo, em Morrinhos, José

⁸¹ BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **Op. Cit.** p. 8.

⁸² Idem, p. 17.

Afonso Barbosa tem em Zilda Diniz Fontes sua base de reflexão, enquanto ela olha para Guilherme Xavier de Almeida e para autores de décadas anteriores.

Brefe compreende que os memorialistas não distinguem memória e história, um erro, segundo a autora. Para ela, história e memória além de não serem sinônimos, são em vários aspectos opostas⁸³. A autora se baseia nas reflexões de Pierre Nora, de quem a memória é uma operação afetiva, enquanto a história é uma construção intelectual, laica e crítica. Nessa pesquisa, crê-se que o debate centrado na dicotomia entre memória e história esteja superado e, uma aproximação entre as duas tem se revelado profícuo para as ciências humanas no geral, e para a ciência histórica no particular. Essa é a discussão que permeará o próximo tópico.

Ao lidar com os autores morrinhenses, é necessário compreender se na cidade vicejou o trabalho de memorialistas ou de historiadores públicos. Essa distinção, na cidade, não é tão simples e, em boa medida, a expressão memorialista não parece abarcar a natureza do ofício de alguns dos escritores locais.

Richard Cândida Smith asseverou que:

Em um mundo ideal, a distinção entre história acadêmica e história pública não teria importância. Todos estariam trabalhando em favor de uma compreensão mais rica e complexa do passado. [...] A história acadêmica retém vantagens distintas, algumas sendo puramente espúrias, ainda que eventualmente úteis, como o 'prestígio', e outras inteiramente ideológicas, como a 'objetividade'. A ideia de que o trabalho histórico feito nas universidades é inerentemente mais rigoroso é, indubitavelmente, uma ficção social que contribui para o domínio sobre os cidadãos que as elites protegeram e protegem. No entanto, ela também é uma figuração útil do trabalho histórico que cria espaços para a análise da discordância e do conflito que é quase sempre desconfortável para a maioria dos governos e das organizações privadas, independentemente de onde se situem no espectro ideológico.⁸⁴

Nesse parágrafo, Smith aponta para o fato de que a história pública e a história acadêmica não são iguais. Contudo, não se pode negligenciar a primeira em função das características inerentes à segunda. Ambas são formas de se compreender e de se apropriar do passado, sendo fundamental entender como se dá esse processo.

Da mesma forma, observa-se que as elites locais se relacionam de maneira muito próxima aos trabalhos produzidos pelos historiadores públicos locais. A história pública produzida em Morrinhos vai ao encontro dos interesses da elite. Trata-se de uma história que

⁸³ Idem, p. 18.

⁸⁴ SMITH, Richard Cândida. **Op. Cit.** p. 298-299.

se desenvolve à margem do povo, valorizando os grandes homens da cidade. Parte do sucesso da história pública local é um reflexo dessa proteção e patrocínio das elites locais.

Não é raro que os acadêmicos classifiquem todos os trabalhos produzidos sobre a história de lugares como memorialismo. Invariavelmente, a justificativa passa pela defesa do método científico e de uma pretensa superioridade intelectual, ao garantir a confiabilidade das informações e análises produzidas. Não se pode ignorar também que, a memória foi e em alguns casos ainda é encarada com ceticismo e suspeita por certas correntes historiográficas.

A confiança na supremacia acadêmica parece mais útil ao ofício histórico do que ao desenvolvimento do conhecimento. Se no mundo ideal, não haveria distinções entre história pública e história acadêmica, não se pode olvidar que não se vive nesse mundo ideal. Essa constatação, entretanto, deve servir de catalisadora para uma abordagem mais aberta a esses trabalhos.

O momento em que essa confiança foi estabelecida pode ser mapeado até o limiar do século XIX. Robert Darnton aponta que o Iluminismo do século XVIII tinha na República das Letras um projeto em que todas as pessoas, independentemente de suas origens, participaram das benesses que o avanço do conhecimento oferecia aos indivíduos. A fachada democrática do movimento, entretanto, escondia um projeto elitista, dado que apenas uma pequena elite letrada pôde participar desse projeto que uniria o mundo pelas letras⁸⁵.

O que se seguiu à República das Letras iluminista foi a crescente especialização científica do século XIX. Os ramos do conhecimento se fecharam em seus departamentos nas faculdades:

No século XIX, esses campos se transformaram em profissões, certificadas por doutorados e protegidas por associações profissionais, e se metamorfosearam em departamentos de universidades. Quando o século XX chegou eles já haviam deixado sua marca nos campi – a química tinha sede neste prédio, a física naquele, a história fica aqui, a matemática ali, e no centro de tudo estava uma biblioteca, geralmente projetada para se parecer com um templo do saber.⁸⁶

A afirmação do método científico e a postura do historiador foram questões fundamentais, sem as quais a história não encontraria seu lugar no rol das ciências que emergiam no século XIX. Darnton mostra-se otimista quanto ao futuro do diálogo e da divulgação científica, pois aposta que o avanço da digitação dos acervos contribui para que

⁸⁵ DARNTON, Robert. **A Questão dos Livros: passado, presente e futuro**. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 24-25.

⁸⁶ Idem, p. 26-27.

mais pessoas possam acessar o conhecimento científico, ao mesmo tempo que possibilitará maior diálogo entre os ramos do saber e, em concomitância com a academia e a sociedade.

Não obstante, de nada valerá o avanço tecnológico, se a academia não se desencastelar de seus muros ideológicos que relegam outros saberes à condição de subalternidade. Esse movimento requererá mudanças de paradigmas, conceitos e postura por parte dos historiadores que desejam um maior diálogo com a sociedade.

Voltando para Morrinhos, a distinção entre historiadores públicos e memorialistas é particularmente difícil de se fazer. De um lado, encontram-se pessoas como Sebastião Bento da Silva e Gabriel da Silva, dois autores que não tiveram acesso a um grande período de educação formal, mas, ainda assim, procuraram escrever sobre aspectos da cultura morrinhense, particularmente sobre as Folias de Reis e de outros santos na cidade e zona rural.

No trabalho de ambos, como se verá a seguir, o uso da memória é indiscutível. A memória, seja a deles como sujeitos ativos das manifestações culturais que buscam mapear, seja a memória das pessoas com quem conversaram é a matéria-prima dos textos publicados. Gabriel da Silva, em particular, importa-se menos com a cronologia dos fatos que narra, cometendo algumas imprecisões quanto ao contexto histórico em que se inserem, e mais com o significado, o sentido daquilo que compartilha em suas páginas.

Dessa feita, classificar Gabriel da Silva como um memorialista não seria problemático. Isso vale para Sebastião Bento da Silva, contudo, chama atenção que o autor toma alguns cuidados metodológicos muito particulares, por exemplo, coletando e identificando fotografias, contextualizando as manifestações culturais que discute, reunindo letras de músicas que sirvam de amparo para a memória das manifestações culturais que o livro dele mapeia.

Esses cuidados chamam atenção sobretudo ao se observar a postura de outros autores locais. Se o critério para ser um historiador público for, em primeiro lugar, o indivíduo ser um historiador academicamente formado (o que essa pesquisa rechaça), José Afonso Barbosa e João Orlando Luiz Silva devem ser encarados como historiadores públicos locais.

No caso de João Orlando Luiz de Oliveira, não parece ser problemática essa classificação. O autor conduziu pesquisas históricas, visitou arquivos, confrontou fontes e as analisou a partir de perspectivas teóricas que lhe são próprias e, ao final, transformou as pesquisas num livro que foi distribuído aos moradores da cidade, através do patrocínio de vários grupos que apoiaram o escritor.

Já o caso de José Afonso Barbosa é mais complexo. O autor, de fato, conduziu pesquisas, visitou arquivos. Assim como João Orlando Luiz de Oliveira, entrevistou pessoas e cita leis (muitas vezes, trazendo o texto integral delas), além de trazer datas verificáveis.

Contudo, o autor se permite uma licença poética que não se observa nem mesmo nos trabalhos de Gabriel da Silva e de Sebastião Bento da Silva, por exemplo.

Algumas obras de José Afonso Barbosa (como a dedicada a recriar a marcha de Antônio Corrêa Bueno até chegar ao local que seria erguida a cidade de Morrinhos) permitem-se um lirismo maior. Outras (como *Triângulo da História*), se revestem de uma aura mais científica e historiográfica. É possível, portanto, separar as obras do autor que se configuram como romance histórico, daquelas dedicadas à história da cidade de Morrinhos.

José Afonso Barbosa, com sua obra complexa e multifacetada é mais um exemplo de como o conceito de memorialismo mostra-se insuficiente, quando não impreciso para se descrever a forma como vários autores se dedicam a escrever sobre o passado para o público leitor.

A situação fica ainda mais complexa quando são trazidos à consideração os trabalhos de Zilda Diniz Fontes e de sua irmã, Nilza Diniz Silva. A primeira, aliás, é autora do livro mais referenciado para se narrar a história de Morrinhos, um trabalho, sob vários aspectos pioneiro. O seu livro **Morrinhos: de capela a Cidade dos Pomares** é o livro que justifica muitas das comemorações locais e ponto de partida para os demais escritores morrinhenses.

E Fontes, embora professora de língua portuguesa, conduziu pesquisas, analisou fontes, ouviu pessoas, cruzou informações, apontou lacunas na documentação de Morrinhos, fez seus recortes históricos e metodológicos. A memória é fundamental em sua obra. O tom elogioso se faz presente. A concepção de uma Morrinhos vocacionada ao futuro e ao progresso é o eixo central da narrativa de Fontes. Enfim, todos os elementos que permitem classificar o texto como memorialista estão ali. E, ainda assim, o gérmen da história se faz presente também.

François Hartog, como discutido anteriormente, já asseverou que a história precede o historiador. Pode-se argumentar que, em 1980, o ofício de historiador já estava muito bem consolidado, tanto no plano internacional, quanto no nacional. Contudo, isso não se aplica a Morrinhos. O primeiro curso de história só chegaria ao município sete anos depois da publicação do livro. Ainda assim, por cerca de 15 anos, desde a criação do curso de História na cidade, não houve a preocupação em se formar historiadores para a pesquisa, mas sim, apenas para o ensino de história. Apenas a partir do final da primeira década do século XXI é que os primeiros trabalhos acadêmicos foram produzidos pela instituição⁸⁷.

⁸⁷ Uma prova disso é que não se encontra nem em mídia física, nem em mídia digital, nos acervos da Universidade Estadual de Goiás trabalhos acadêmicos produzidos durante os tempos da FECLEM. Em consultas realizadas à biblioteca, percebeu-se que não se trata de descarte de material, mas sim da sua inexistência, o que corrobora a afirmação de que a pesquisa acadêmica em história é recente em Morrinhos, o que torna o trabalho da história pública local ainda mais relevante.

Nilza Diniz Silva segue caminho semelhante. Seu livro sobre a educação no município de Morrinhos foi publicado em 1995. Apesar de ter uma predominância da memória maior que o feito pela irmã (ao optar por um recorte mais específico, Silva tinha a sua disposição um número de fontes documentais ainda menor), ainda há rigor metodológico em meio aos louvores tecidos à cidade e seu desenvolvimento intelectual.

Finalmente, tem-se o caso de Antônio Ávila de Oliveira Júnior, formado em Letras. Escreveu um livro que conta a história de Morrinhos a partir de selos elaborados com base nos monumentos e logradouros morrinhenses. O autor fez algumas pesquisas, conversou com alguns moradores e pessoas que pesquisam a história local, contudo, a maior parte do livro se constitui em um compilado do que se produziu sobre a história do município.

O texto não se encaixa nos padrões de um memorialista. Sob certo aspecto, aproxima-se muito mais de uma divulgação histórica, dado que o autor traçou um perfil de público específico (originalmente, alunos de escolas de Ensino Fundamental) e elaborou um material que fosse acessível a eles. Se de um lado, a busca por empresas que patrocinassem a publicação pode colocar em xeque a imparcialidade da obra, por outro, o autor encontrou uma forma de fazer circular um conhecimento que, de outra forma, continuaria encastelado na academia e nas gavetas de escrivatinhas de memorialistas, historiadores, membros de associações culturais locais e os poucos que têm acesso à história local.

Portanto, a situação que se apresenta não é simples. A noção tradicional de história pública não pode prescindir do rigor metodológico, o que, como visto, é frequente em algumas das obras analisadas. Outrossim, a noção de memorialismo é bastante limitada e excludente quanto à classificação de tudo o que se produz em Morrinhos sobre a própria cidade. O segundo capítulo desta tese apresenta uma classificação mais acurada sobre os autores morrinhenses, compreendendo em que medida eles se aproximam da história pública.

Um último elemento precisa ser trazido para o debate. As obras desses autores têm uma penetração muito mais profunda na sociedade morrinhense (e que transcende o público diretamente leitor) do que as produções acadêmicas, ainda que a cidade abrigue um curso de graduação em história e um programa de pós-graduação *stricto sensu* na mesma área. Não se ignora aqui que são elaborações distintas, pensadas para públicos distintos, contudo, desprezar a influência desses autores na construção da identidade local é imprudente.

Robert Darnton expõe o problema:

A falha é certamente nossa, pelo menos em parte. O monografismo tomou conta da história acadêmica e relegou-a para um canto de nossa cultura, onde

os professores escrevem livros para outros professores, e fazem resenhas sobre eles em revistas restritas a membros da profissão. Escrevemos de uma maneira que nos legitima aos olhos dos profissionais e torna nosso trabalho inacessível a qualquer outra pessoa⁸⁸.

A questão é complexa e a resposta a ela envolve múltiplas variáveis. Entretanto, uma via possível para que os historiadores consigam dialogar com o público pode estar em um maior contato com autores que já conseguem alguma projeção em suas comunidades locais. O que eles fazem, inicialmente, é algo reconhecido como significativo pela sociedade e, como se verá no terceiro capítulo desse livro, é apropriado e ressignificado no seio da comunidade.

A pesquisa desenvolvida por Jiani Fernando Langaro corrobora a posição de que o conceito de memorialismo é insuficiente para se dar conta da complexidade do trabalho desenvolvido por historiadores não-acadêmicos. Em 2012, o pesquisador apresentou sua tese de doutoramento ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com o título *Quando o futuro é inscrito no passado: ‘colonização’ e ‘pioneirismo’ nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010)*. Na pesquisa, o autor lida com o memorialismo enquanto uma forma de literatura. No texto, ele reconheceu o caráter não-ficcional das obras analisadas, recorrendo a Raymond Williams que assevera a diversidade ligada ao conceito de literatura. A preocupação de Langaro era evitar equiparar o trabalho desses escritores com a história acadêmica:

Ao buscar essas obras, a intenção foi a de pensá-las como fonte e evitar tratá-las como ‘historiografia’, o que poderia homogeneizá-las e colocá-las em um mesmo plano que os trabalhos acadêmicos. Não pretendíamos com isso considerar esses livros como obras inferiores, pois como afirma o Grupo Memória Popular, a historiografia acadêmica não é a detentora exclusiva do direito de escrever sobre o passado.⁸⁹

De fato, o autor demonstrou forte preocupação em compreender essas obras como detentoras de linguagem própria. Da mesma forma, Langaro reconheceu que as obras dos ditos memorialistas são lidas e debatidas por um público maior que o da academia, dado que a própria população participa, em alguma medida, da produção desses trabalhos (por exemplo, a partir de entrevistas ou nos cerimoniais de lançamento de livros)⁹⁰.

⁸⁸ DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 9.

⁸⁹ LANGARO, Jiani Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado**: “colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). São Paulo, 2012. Tese de Doutorado. História (PUC), 2012. 472 f. p. 49.

⁹⁰ Idem, p. 50-51.

O conceito *memorialista* se mostrou insuficiente para o próprio pesquisador, tanto que foi alterado quando a tese de doutorado dele foi publicada na forma de livro. O livro manteve o título, apenas alterando o subtítulo. Assim, em 2019 foi publicado o livro intitulado **Quando o futuro é inscrito no passado: literatura historiográfica, periodismo e memórias públicas da fundação de Toledo (PR) 1953-2011**.

Como denota o subtítulo do livro, o conceito de literatura historiográfica foi escolhido para substituir o de literatura memorialística. Na tese, Langaro se preocupava em entender as produções locais como fonte de pesquisa e não apenas como bibliografia, compreendendo as especificidades da escrita que esse material conserva⁹¹.

Entretanto, passado o período de escrita da tese, “literatura memorialística” não nos parece ter ajudado a avançar na discussão, uma vez que também homogeneiza toda uma escrita heterogênea acerca do passado local, além de reproduzir – mesmo que não intencionalmente – o olhar pejorativo que os historiadores acadêmicos costumam lançar sobre os autodidatas. É por isso que, em vez desse conceito, propomos o uso de “literatura historiográfica”, de nossa autoria, uma concepção mais abrangente que abarca as mais diferentes formas de escrita da história, da acadêmica à não acadêmica. Todavia, incluímos nessa categoria apenas obras de caráter não ficcional, mesmo conscientes de que ficção e realidade não se separam totalmente, embora optar por um dos campos seja norma no universo da escrita⁹².

Para superar a limitação do vocábulo *memorialismo* e suas variantes, Jiani Langaro apresentou o conceito de *literatura historiográfica* que abarca as diversas formas de escrita da história, não a limitando à dimensão acadêmica. Apenas obras de caráter não ficcional, como revela o excerto, são compreendidas nesse conceito, contudo, o próprio pesquisador ressalta que ficção e realidade são sempre indissociáveis, ao se deparar com obras da natureza daquelas analisadas por ele e neste presente trabalho. Compreende-se, porém, que a história pública é um campo mais profícuo para se analisar essas obras.

Em primeiro lugar, a história pública substantiva aquilo que se compreende ser a natureza desses escritos: história (algo que a literatura historiográfica não faz). Em segundo lugar, por ser um campo plural, a história pública consegue agregar vários gêneros da escrita histórica, sem, contudo, homogeneizá-los, como é o caso do conceito de memorialismo.

No entanto, é inegável que Jiani Fernando Langaro reconhece os autores que ele mesmo analisou como historiadores autodidatas e considera o produto do trabalho deles como história.

⁹¹LANGARO, Jiani. **Quando o futuro é inscrito no passado: Literatura historiográfica, periodismo e memórias públicas da fundação de Toledo (PR) 1953-2011**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

⁹² Idem, p. 38.

De fato, o pesquisador deu um passo além daquele dado, por exemplo, por Ana Cristina Brefe, tratando esses autores como historiadores e seu produto como história. O que se buscou neste trabalho, foi dar o próximo passo, olhando para a história pública como uma tipologia não apenas capaz de se apresentar o passado, mas também de se o compreender, de apropriar dele.

Outro autor que reconhece os autores da história local como historiadores é Rogério Chaves da Silva que os compreende como historiadores autodidatas, conforme sinalizado na introdução desse texto. Ele justifica essa escolha não com o desejo de depreciar o trabalho produzido pelos principais responsáveis pela historiografia de Goiás da primeira metade do século XX, mas tão somente para diferenciar os historiadores sem especialização na disciplina histórica, daqueles que se guiam pelo método científico historiográfico⁹³.

Não se trata apenas de substituir expressões como memorialismo, da história diletante ou ainda da história autodidata por historiadores públicos locais. Seguindo o caminho proposto por Ricardo Santhiago, objetivou-se trazer esses trabalhos para um campo historiográfico que permita refletir sobre procedimentos de produção, divulgação, assimilação e circulação de diferentes visões sobre o passado.

Assim, é central, sob a perspectiva aqui apresentada, que a dimensão histórica do trabalho desenvolvido pelos historiadores públicos locais não é uma simples característica ou qualidade da escrita destes autores. Antes disso, é a própria essência daquilo que eles fazem, por isso, entende-se que a proposta de os reconhecer como expoentes de um tipo de história pública é mais adequada que as demais tentativas até então empreendidas para se analisar esses trabalhos.

Extraíu-se de Langaro a compreensão de que a academia não detém o monopólio da escrita do passado⁹⁴ e que esse é um campo do passado local marcado por constantes disputas⁹⁵. Por isso, não se seguiu a denominação *autodidata*, adotada por Langaro, dado que se aceita que esses autores têm uma compreensão própria do que seja história e a própria noção de autodidatismo aponta para uma visão em que a noção acadêmica se sobreponha às demais. Partindo dessa premissa e dessas inquietações, compreende-se que a história pública pode ser uma forma mais acurada de se compreender o trabalho desses autores.

Primeiramente, o conceito de historiador público local indica claramente que o trabalho desses autores é história. Isso ocorre porque a dimensão de ser historiador ganha destaque,

⁹³ SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o 'Fazer histórico'**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). Goiânia, 2015. Tese de Doutorado em História. Goiânia: Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, 2015, 502 f. p. 122-123.

⁹⁴ LANGARO, Jiani Fernando. **Op. Cit.** p. 39.

⁹⁵ Idem, p. 40.

sendo o núcleo desse conceito. Outrossim, é possível analisar as produções não-acadêmicas sobre o passado murrinhense pelo prisma da tipologia da história pública de Ricardo Santhiago.

Ao se reconhecer os trabalhos elaborados por esses autores como história pública não se ignora ou se equipara os esforços empreendidos por muitos historiadores acadêmicos que se dedicam à divulgação científica e à ampliação de audiências. Por outro lado, restringir o conceito de história pública a uma operação que visa alcançar um público maior que o da Academia é ignorar que a história se produz, se consome e circula em ambientes e entre pessoas para além daqueles já consagrados pela universidade.

Retomando Langaro, é preciso reconhecer que a história não é um monopólio da academia. Ademais, lembre-se que o próprio Hartog defendeu, como citado, que a história é anterior à figura do historiador. Como demonstrado na introdução e a partir do que se analisará no próximo capítulo, a história pública é um campo plural, que transcende a simples divulgação científica ou a difusão do que se produz intramuros acadêmicos.

Como visto acima, essa inferência encontra-se ancorada na própria afirmação de Ricardo Santhiago, para o qual a história pública existe antes das iniciativas da Academia em tornar acessíveis ao grande público aquilo que se produz intramuros. Essa percepção é reforçada nessa pesquisa, uma vez que se reconhece como história pública trabalhos anteriores às primeiras reflexões sobre esse campo no Brasil.

Na revista da 14ª Festa de Arte de Morrinhos⁹⁶, publicada pela Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos (número 4, do ano de 1982), Nilza Diniz Silva assim escreveu: “A S.D.L.M. na Literatura – Além das composições para as Festas de Arte, alguns elementos da Sociedade também escreveram e publicaram livros”⁹⁷. Ela cita as seguintes escritoras e escritores: Zilda Diniz Fontes, autora de **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**, Bruno José Vieira, escritor de **Morrinhos ao Som da Lira**, a si própria, Nilza Diniz Silva, à época com um romance, **A Grande Viagem**, Dolores Troncoso Chaves e Hilton de Aquino, até então autores de alguns contos premiados em festas de arte e Maurício Apolinário, autor de livros e peças teatrais que chegaram a ser encenadas na cidade de Morrinhos.

⁹⁶ No quarto capítulo desta tese, as revistas da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos são mais detidamente analisadas. De modo geral, para se oferecer um contexto prévio ao leitor, anualmente, a referida Sociedade organiza uma Festa de Arte em que artistas, poetas, escritores, atores apresentam as mais diversas expressões artísticas. Em quatro dessas edições foram publicadas revistas que, dentre outras coisas, trazem textos, poemas, desenhos que versam sobre a cidade de Morrinhos e que acabam adentrando na própria história do município. Mais informações, na seção 4.1.1, *Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos*, do presente trabalho.

⁹⁷ SDLM. **XIV Festa de Arte de Morrinhos: Um Século de Cidade**. Brasília: Gráfica-Escola de Jornal e Artes, 1982. p. 7.

Nesse artigo é possível observar como as obras de alguns dos historiadores públicos locais que a pesquisa se dedicou a analisar são lidos e recebidos em algumas das redes de comunicação existentes, particularmente, entre as décadas de 1970 e 1980.

Seja pelo relevo do trabalho, seja pelas relações familiares entre as duas autoras, Zilda Diniz Fontes foi a primeira a ser comentada por Silva:

É um livro de valor, necessário a Morrinhos, representando um árduo trabalho de seis anos. A autora lutou mais do que tudo com a falta de locais de pesquisa ou pesquisas incompletas. Mas terminou o trabalho registrando os feitos daqueles que contribuíram para a formação e o desenvolvimento de Morrinhos. Registrou de maneira suave, entremeada de humor, despertando o interesse do leitor em conhecer grande parte da história de Morrinhos e dos responsáveis por essa mesma história. É um livro que já está servindo de base para consultas. Foi premiado em concurso promovido pela UBE-GO como o melhor livro editado em Goiás, em 1980, juntamente com a ‘Música em Goiás’ de Belkiss S. Carneiro de Mendonça. Ambos foram considerados pela Comissão Julgadora como valiosa contribuição para o estudo da História Cultural de Goiás, a par de criteriosa pesquisa e farta documentação⁹⁸.

Essa citação é um dos vários testemunhos de que o trabalho dos historiadores públicos locais tem método e pesquisa. Houve a preocupação de se cruzar fontes, ainda que o método empregado por eles não seja o mesmo que guia a historiografia acadêmica. Entretanto, a nota chama atenção para o fato de que a obra de Zilda Diniz Fontes tinha a intenção de se tornar acessível aos leitores, de maneira a apresentar a história da cidade de uma forma assimilável ao público local. Todo esse cuidado, porém, não significa que o trabalho elaborado pela autora não traga discursos e interesses da elite local, conforme patente no terceiro capítulo.

Nilza Diniz Silva colheu ainda a impressão de alguns leitores, como a de um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás Waldyr Castro Quinta⁹⁹:

Zilda, fiquei sinceramente embevecido com a leitura, que acabei fazendo de um fôlego. Morrinhos de meu tempo me veio à memória, redivivos os personagens mais caros à minha recordação de menino e de rapaz. Você retratou com a maior fidelidade tempos e pessoas, e deixa aqueles e estas a merecerem as lembranças das gerações de ontem e a admiração e o reconhecimento das de agora e de amanhã. Uma beleza, o seu livro!¹⁰⁰

É preciso assinalar que se trata da visão de uma pessoa ligada à elite política do Estado de Goiás que está dando sua opinião sobre o livro de Zilda Diniz Fontes. Waldy Castro Quinta

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ Disponível em: <https://portal.tce.go.gov.br/-/waldyr-castro-quinta>, acesso em 08 jul. 2024.

¹⁰⁰ SDLM. *Op. Cit.* 1982, p. 7.

chegaria a ser presidente do Tribunal do Contas do Estado de Goiás (pelas informações coletadas, ele nasceu em Caldas Novas, à época um distrito de Morrinhos e na última viveu parte da infância e juventude). Apesar de ser improvável que o artigo de Nilza Diniz Silva na Revista de Arte trouxesse alguma visão negativa sobre a obra, é de se destacar que a obra de Fontes é vista como um exemplo de fidelidade histórica pela elite morrinhense que foi uma das principais consumidoras do que a autora produziu.

Finalmente, sobre a obra de Zilda Diniz Fontes, há a opinião de Rosarita Fleury, presidente da Academia Feminina de Letras e Arte de Goiás, da qual a própria Zilda era membro:

Dentre os bons livros que me chegaram às mãos em 1980, Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares ocupa lugar de destaque. Sua autora foi feliz na elaboração do mesmo, retirando, de uma pesquisa cuidadosa, os elementos que lhe pareceram necessários à concretização de sua idéia. Trata-se de um livro de fôlego – 251 páginas – escritas de forma correta e elegante. Estilo sóbrio, discreto, agradável de se ler. E Morrinhos nos aparece pela pena de sua filha, comunidade de pessoas simples, porém inteligentes, cultas e, o que é melhor, sempre valorizando a cultura. É livro que os estudiosos da história goiana não podem deixar de conhecer¹⁰¹.

Novamente, é a posição de uma pessoa ligada à elite e confeitira de Fontes, portanto, essa realidade não deve ser ignorada. Apesar disso, se observa que a leitura da obra é tida como agradável, o que reforça a preocupação da autora em tornar o livro o mais acessível para os leitores.

O mais revelador, entretanto, é a impressão criada em Rosarita de que a urbe de Morrinhos, a despeito de ser uma cidade de pessoas simples, valorizava a cultura, habitada por pessoas cultas. O intento de Zilda Diniz Fontes em se perpetuar a ideia de um município que valoriza a cultura e a educação parece ter alcançado seu objetivo.

Outro membro da Sociedade e historiador público analisado nessa pesquisa é Bruno José Vieira. Nilza Diniz Silva relembra que o autor não se via como um literato, apenas uma pessoa que buscava contar a história da Banda de Morrinhos. Apesar disso, ela enxerga em Bruno José Vieira a capacidade de registrar os eventos que narrou, dado que a história da Banda do município perpassa a história da família dele.

Waldyr Castro Quinta também escreveu sobre o livro, em artigo publicado no Jornal O Popular (em 12 de maio de 1982):

¹⁰¹ Ibidem.

‘Morrinhos ao Som da Lira’ livro muito saboroso de Bruno, meu amigo, que antes de se provar escrito já era e é o músico e o compositor insuperável. Livro aquele que, concebido com grande talento o redigido num estilo o mais agradável, recomendo às leituras e releituras de meus melhores leitores¹⁰².

Novamente, o estilo de um dos historiadores públicos locais da cidade é elogiado, desta vez, chamando-se atenção para a escrita agradável. É a mesma linha seguida por Álvaro Catelan, um professor de literatura em Goiânia, um historiador público que lidou com a cidade de Caldas Novas, escrevendo para a Folha de Goiás em 06 de janeiro de 1982:

Após tantos anos de pesquisas, de trabalho sério e contínuo, o maestro e compositor se transformou também em escrito, e trouxe até nós, presenteando Morrinhos e Goiás com um livro que, muito mais de ser a história das Bandas de Música de sua cidade, é a crônica de um tempo, as estórias de seu tempo, onde tudo é narrado de maneira simples, fluente e agradável. Senti em Bruno J. Vieira um grande contador de estórias, onde tudo acontece espontaneamente, como se a vida caminhasse devagar, e todos estivéssemos acorados à soleira de uma porta antiga, ouvindo causos de um tempo que não se tem mais¹⁰³.

Portanto, os comentários coletados sobre os autores morrinhenses, pensados nessa pesquisa sob a ótica da história pública, destacam que as obras comentadas são fruto de pesquisa e método por parte dos escritores. De fato, Bruno José Vieira adotou um sistema de escrita similar ao de uma crônica, permeando o texto com relatos e experiências pessoais.

Há ainda a reprodução de comentários aos romances de Nilza Diniz Silva (cuja obra já foi discutida aqui), Dolores Troncoso Chaves, Hilton de Aquino e Maurício Apolinário, membros da SDLM e escreveram contos e/ou romances, vencendo inclusive alguns concursos.

Esses autores se ampararam em obras anteriores¹⁰⁴ e recorreram à documentação disponível. A memória da cidade é, sem dúvidas, utilizada por esses escritores, entretanto, não se pode esquecer que há um esforço deles em embasar suas reflexões e conclusões, ainda que lhes falte um olhar mais amplo para outros estratos sociais do município. De resto, é preciso pontuar que a escrita desses autores se dá de modo a alcançar o maior público possível, elemento característico da história pública.

José Newton Coelho Meneses introduziu uma questão provocativa (e complexa) que, porém, ajuda na discussão em favor de se pensar os escritores analisados não como

¹⁰² Idem, p. 9.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ No quarto capítulo, há a análise do texto “O Casarão” de Guilherme Xavier de Almeida, um poema anterior a todos os livros analisados nessa pesquisa. É de se supor que esse texto tenha sido se não a base dos historiadores públicos locais, certamente foi seu ponto de partida.

memorialistas, mas sim como historiadores públicos. O próprio título do artigo é revelador: “Todo patrimônio é uma forma de história pública?”. Ele tem consciência de que a resposta não é simples, mesmo tempo que é plenamente possível de assim ser concebido.

A retórica do patrimônio congrega semânticas de memórias e de Histórias. Entrelaça significações de uma e de outra e apresenta, em narrativas de sentido público, as compreensões possíveis para o percurso histórico de determinada sociedade. Por meio de diversos suportes de linguagens, ela constrói narrativas que evocam tempos, espaços, os homens e as suas construções, publicizando-as como História. Todo patrimônio é, nessa perspectiva, História, posta na arena pública para a compreensão dos públicos¹⁰⁵.

Partindo de Meneses, se é possível estender ao patrimônio a ideia de história pública, por que não fazer o mesmo para trabalhos que deliberadamente se dedicam à escrita da história de uma cidade? Como o próprio autor acima relembra, o patrimônio tem uma natureza de experiências partilhadas por uma determinada comunidade. Como se observará ao longo da pesquisa, o trabalho desses historiadores públicos locais também é experimentado pela comunidade a que se destina.

“Os processos interpretativos do patrimônio histórico-cultural escaparam das mãos de acadêmicos e deixaram de ser um exercício da tradição da cultura erudita. Passaram a objetivar a construção de produtos para serem lidos, fluídos e interpretados por uma gama maior de ‘consumidores de cultura’. [...] Em todas as etapas é a História a dar o escopo instrumental fundante, mas não necessariamente a configurar a narrativa hegemônica¹⁰⁶”.

Também a produção histórica de uma cidade escapa às mãos de acadêmicos e circula por espaços outros que não os muros da universidade. Ademais, Meneses enxerga uma interseção entre o patrimônio e a literatura memorialística. “O tratamento dado às narrativas resultantes do processo de interpretação é, às vezes, o de herança memorialística – com suas idiosincrasias e dinâmicas da memória social – ou, outras vezes, o de relíquia que se busca guardar de forma rigorosa¹⁰⁷”.

O autor percebe que o patrimônio se guia pela noção de dois valores elementares, o histórico e o estético. Para o autor, o patrimônio é a materialização de um passado permanente que integra o presente e o futuro. Como se observará de maneira especial no terceiro capítulo

¹⁰⁵ MENESES, José Newton Coelho. Todo patrimônio é uma forma de história pública? *In*: p. MAUAD, Ana Maria. SANTHIAGO, Ricardo. BORGES, Viviane Trindade (Org.). **Que história pública queremos? - What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 74-75.

¹⁰⁶ Idem, p. 70.

¹⁰⁷ Idem, p. 70.

desta tese, os elementos do passado da cidade são encarnados como penhor de um futuro de progresso e desenvolvimento para Morrinhos.

Aponta o autor que:

Esses valores atribuídos ao patrimônio, aliás, estão radicados nas ideias de antiguidade, originalidade, continuidade, tradição, construção coletiva bem-feita no tempo. Mesmo que se reconheçam mudanças e dinâmicas de transformação, é a segurança, o sentimento de continuidade em longa temporalidade, que permanece como eixo da manifestação. A memória coletiva é, enfim, o substrato fundamental dos significados atribuídos aos bens e aos valores dos grupos sociais¹⁰⁸.

Meneses observa uma dimensão de aura e orgulho identitário nas narrativas do patrimônio, além da percepção de segurança e continuidade que ela caracteriza. A mesma memória coletiva se materializa nas obras dos autores que foram analisados. Entre esses escritores, há o mesmo esforço de se destacar a originalidade da cidade, de criar um sentimento de continuidade e de reforçar os lados de tradição do município que eles discutem.

Portanto, se “a dimensão da História Pública é consciência fulcral nesse processo compreensivo do que seja patrimônio¹⁰⁹”, tal qual aponta José Newton Coelho Meneses, não se pode desprezar essa mesma dimensão no contexto da produção histórica que ocorre fora das universidades, graças ao trabalho de autores que são tratados como memorialistas.

Reconhecer esses autores como historiadores facilita o diálogo. Isso é vital em uma era onde o revisionismo, notícias falsas e interpretações duvidosas da história são comuns, especialmente nas redes sociais. Uma Academia que busca retomar espaços de discussão e conquistar novos locais de debate precisa se autoanalisar. Além disso, ela deve se abrir para o mundo além de seus muros, permitindo que as produções da comunidade externa sejam debatidas internamente.

Essa posição encontra eco nos postulados de Michel Frisch. Para o autor, por muito tempo, o historiador tem ocupado o papel de produtor, enquanto ao público tem sido relegado o papel de consumidor. Trata-se, para ele, de uma concepção limitada e limitadora da história pública, segundo a qual o fluxo de inteligência, informação e ideias é entendido apenas de forma unidirecional.

Nesse sentido, é irrelevante se ‘nós’ nos encontramos utilizando a história para elevar e socializar as massas ou para subverter as elites e descentrar quadros

¹⁰⁸ Idem, p. 70-71.

¹⁰⁹ Idem, p. 71.

culturais dominantes. Seja de cima para baixo ou de baixo para cima, a ideia sempre implícita e às vezes explícita é similar: a história pública implica um fluxo direcional de ‘nós’ para ‘eles’¹¹⁰.

Essa dicotomia que se estabelece, para o autor, alimenta duas discussões importantes para a história pública; a primeira é se ela é apenas mais uma especialidade acadêmica ou profissional (e, como visto, há defensores dessa posição), ou se “a história pública é uma vocação ‘diferente’ localizada em algum ponto alheio ao profissionalismo, comportando todas as inseguranças em termos de reconhecimento, respeito e recursos que ele implica¹¹¹”. É o caso do universo pesquisado.

Não se trata apenas de enriquecer o debate sobre produção intelectual sobre as cidades. O próprio Michael Frisch aponta um desafio que emergiu com o advento de comunidades internéticas como a Wikipedia. Ora, trata-se de um projeto comunitário que torna acessível uma série de conhecimentos e saberes ao grande público. De um lado, esse projeto apresenta riscos de acesso a informações imprecisas, por outro, ele desloca e desvaloriza hierarquias e taxonomias profissionais rígidas.

Para o autor, a saída para o desafio que o contexto atual impõe (e que se aponta como importante para o universo aqui pesquisado) é o diálogo:

Não entendo por diálogo um discurso homogeneizado no qual todos os benefícios são os mesmos, ou no qual ninguém pode jamais reivindicar uma vantagem. Entendo-o como um diálogo real, no qual fontes e bases de autoridade diferentes têm reivindicações distintas e particulares, que podem competir, ser comparadas, avaliadas e relacionadas por meio daqueles encontros importantes que o cenário da história pública pode apoiar e estimular¹¹².

Não se advoga, portanto, o abandono do rigor metodológico, sem o qual, a própria presente tese não seria redigida, o que se defende, outrossim, é que sob a égide da história pública cabem formas plurais de se produzir e consumir história. Trata de se entender que diferentes obras, concebidas sob diferentes matizes metodológicos têm seus próprios espaços na academia e além dela. Se entende também que a história no geral e a história pública em particular não são monopólios da comunidade acadêmica.

¹¹⁰ FRISCH, Michael. História Pública não é uma via de mão única. In: MUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Pública no Brasil**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p- 57-70, p. 59.

¹¹¹ Idem, p. 59.

¹¹² Idem, p. 60.

Esse diálogo, proposto por Frisch e endossado nesta pesquisa, não precisa ser mistificado. Não se trata, repita-se, de ignorar as diferenças entre o conhecimento vernacular e o estudo profissional, mas sim de abrir caminhos para que a história pública seja verdadeiramente um terreno inclusivo, contestado, aberto e dialógico¹¹³.

Finalmente, Michael Frisch aponta um conceito fundamental para a empreitada de se promover diálogo entre os diversos saberes, o de autoridade compartilhada¹¹⁴. Segundo o próprio autor, o conceito de autoridade compartilhada surgiu do contato dele com a história oral e das intersecções dela com a história pública:

A Shared Authority sugere algo que é; que na natureza da história oral e da história pública nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado. Até onde entendo, nós simplesmente não temos a autoridade para sair distribuindo por aí. Assim, argumentei, somos convocados nem tanto para ‘compartilhar autoridade’, mas para respeitar e atender a esta qualidade intrínseca¹¹⁵.

Originalmente, autoridade compartilhada foi um conceito pensado por Frisch para a história oral, em especial, como forma de entender a relação mantida entre entrevistador e entrevistado. Para o autor, não se deve considerar que apenas o entrevistador tem o monopólio da autoria da pesquisa, mas também o entrevistado que dispõe as próprias memórias nesse processo.

Frisch destaca que essa noção se torna premente num mundo digital, suscitando questionamentos que vão desde como indexar e armazenar as entrevistas produzidas pela história oral (se se deve manter os arquivos em áudio e vídeo, ou apenas as transcrições) e se estende a projetos como o da **Wikipedia**, onde uma infinidade de pessoas participam na produção de conhecimento.

Jurandir Malerba coaduna o que foi exposto por Frisch. Segundo o historiador brasileiro, o discurso da autoridade não cola bem no mundo real, muito menos no virtual. “Nesse ambiente imune ao discurso da autoridade, parece crucial que os historiadores busquem não apenas o

¹¹³ Idem, p. 60-61.

¹¹⁴ No texto de Michael Frisch aparece o vocábulo em inglês, *Shared Authority* e suas variantes (*Sharing Authority*), mesmo na tradução para a língua portuguesa. Entende-se que não há razões para usar a expressão em inglês. Assim, para facilitar a compreensão do texto e do conceito, nesta tese, escolheu-se a expressão 'autoridade compartilhada'.

¹¹⁵ Idem, p. 62.

avanço do conhecimento, mas também entender como esse conhecimento vem sendo testado e negociado”¹¹⁶.

Sob essa lógica, os historiadores não devem ser apenas divulgadores públicos do conhecimento, mas devem trabalhar em conjunto com as pessoas comuns, de modo a haver cooperação entre ambos. Ainda assim, reconhece Malerba que entre muitos historiadores prevalecem críticas pela falta de contextualização histórica e crítica documental. De fato, foi possível observar que os trabalhos de muitos dos historiadores públicos locais são carentes de crítica.

Na história pública, as abordagens para questões relacionadas à autoridade — autoridade acadêmica e intelectual — definem grande parte do cenário. Em um extremo, grande parte da energia neste novo campo envolve tentativas relativamente transparentes de criar, legitimar, colonizar, credenciar e proteger novos empregos profissionais nos setores público e privado para historiadores em um momento de oportunidades acadêmicas decrescentes. [...] No outro extremo, novas formas de história pública têm travado uma espécie de guerra de guerrilha contra essa noção de autoridade acadêmica profissional: a promessa da história comunitária, do vídeo popular, do teatro laboral, de muitas aplicações da história oral, tem sido o empoderamento—devolvendo às comunidades específicas ou gerando dentro delas a autoridade para explorar e interpretar suas próprias experiências, experiências tradicionalmente invisíveis na história formal devido a suposições previsíveis sobre quem e o que importa, interpretações mais ativamente ignoradas ou resistidas pela academia em virtude de seu conteúdo e implicações políticas.¹¹⁷

Frisch entende, portanto, a ideia de autoridade compartilhada como um caminho para que a historiografia consiga lidar com os problemas levantados pelo autor. Por um lado, de fato, a autoridade compartilhada abre caminho para que outros atores possam contar suas histórias, as próprias e a de suas comunidades. Contudo, não necessariamente o fruto disso será um produto mais democrático e plural do que aquele proveniente do método acadêmico e das universidades.

¹¹⁶ MALERBA, Jurandir. **Os historiadores e seus públicos**: desafios ao conhecimento histórico na era digital. Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 37, n. 74, 2017, p. 144.

¹¹⁷ FRISCH, Michael. **A Shared Authority**: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History. New York: State University of New York Press, 1990, p. 21 (tradução livre). Original: *In public history, approaches to related issues of authority—scholarly and intellectual authority—define much of the landscape. At one pole, much of the energy in this new field involves relatively transparent attempts to create, legitimize, colonize, credentialize, and protect new professional public and private sector jobs for historians at a time of decreasing academic opportunity. [...] At the other pole, new forms of public history have waged a kind of guerilla war against this notion of professional scholarly authority: the promise of community history, of people’s video, of labor theater, of many applications of oral history, has been empowerment—returning to particular communities or generating from within them the authority to explore and interpret their own experience, experience traditionally invisible in formal history because of predictable assumptions about who and what matters, interpretations more actively ignored or resisted by academic scholarship by virtue of their political content and implications.*

Como se observa no segundo e terceiro capítulos desta tese, muitas vezes o público produz ou é exposto uma história elitizada. Ao reconhecer a autoridade compartilhada como um caminho de diálogo com as diferentes vozes que se dedicam a narrar o passado, é fundamental que não se ignore os problemas teóricos e metodológicos que muitas dessas produções trazem.

Ana Claudia Fonseca Brefe nas obras memorialísticas analisadas por ela essa influência do paradigma positivista. O próprio culto ao progresso é a primeira marca disso que a autora compreende ser positivismo e que esta tese coaduna. Trata-se de um progresso contínuo, linear, um imperativo.

A preocupação em fazer de suas memórias uma ordenação do espaço observado e lembrado, tentando articular os fios de continuidade entre o passado e o presente, através da crença em um progresso contínuo e linear, indica a presença dos pressupostos do positivismo. Ordem e progresso são os elementos que justificam e articulam a narrativa memorialista, e permitem que se constitua uma imagem de cidade moderna¹¹⁸.

A noção de progresso, contudo, não surge, nos relatos coletados por Brefe, de forma isolada, mas sim atrelada a fatores subjetivos e objetivos, como o passado glorioso paulista, a raça paulista, o ideal bandeirante, o ideal de civilização, a localização da cidade de São Paulo. O progresso é o que articula o ininterrupto desenvolvimento da cidade de São Paulo e cujo ideal encontra seu desfecho na nação brasileira, delineada pelo trabalho dos paulistas, segundo a pena dos memorialistas pesquisados por Brefe¹¹⁹. Por conseguinte, o progresso para esses memorialistas corresponde ao processo de industrialização e expansão urbana da cidade de São Paulo.

Portanto, a autoridade compartilhada não é a panaceia da história. Ao contrário, ela é um caminho possível no contexto da história pública, que requer cuidados e uma aproximação cuidadosa, por parte dos pesquisadores.

Por fim, Michael Frisch revela não conhecer em profundidade o contexto da produção intelectual brasileira. Para tanto, ele chega a afirmar que:

Fico curioso para saber se o Brasil tem encontrado suas versões locais de vias de mão única, e se elas têm ficado mais salientes no mapa da história pública à medida que a prática se move, de um impulso multifacetado e amplo, para um movimento mais consciente, organizado e talvez até institucionalizado. Ou então, me pergunto: será que a energia e a diversidade impressionantes que encontrei no Recife¹²⁰, e a vitalidade democrática do Brasil dos últimos anos,

¹¹⁸ BREFE, Ana Claudia Fonseca. **Op. Cit.** p. 107.

¹¹⁹ Idem, p. 107-108.

¹²⁰ O texto, originalmente, foi apresentado no 1º Simpósio da RBHP, no Recife, em 1997.

tem levado vocês em direção a uma histórica pública centrada no espaço público de um diálogo engajado, mutuamente respeitoso e mutuamente instrutivo?¹²¹

Para além de se revelar o fato de que a história pública segue um campo aberto e que é alvo de debates no Brasil. O segundo ponto levantado pelo historiador estadunidense é que a história pública é uma arena possível para o diálogo entre diferentes atores que se dedicam, cada qual segundo suas próprias peculiaridades, à escrita da história. A autoridade compartilhada de Frisch o aproxima de um dos tipos de história pública apresentados por Ricardo Santhiago, a história feita com o público, isto é, aquela história de caráter colaborativo.

Por todos os aspectos aqui levantados, é que se entende que os autores que se dedicaram à escrita da história de Morrinhos devem ser tratados como historiadores públicos locais. Eles narram, consomem e produzem o passado de sua cidade, por isso, historiadores públicos. Locais, porque eles têm o município deles como horizonte e objeto de trabalho.

A história é e continuará sendo produzida, consumida e debatida fora da Academia. A história pública emerge como um cenário propício para o diálogo, não de forma unidimensional, mas como um caminho para dar voz a todos os envolvidos na produção histórica. Não é se trata de ver a história pública como a salvação para todos os desafios que marcam a produção historiográfica na atualidade. Entretanto, como se observará no próximo capítulo, ela é um espaço promissor e profícuo de diálogo e análise do que é produzido sobre o passado para além dos muros acadêmicos.

1.2 ENTRE MNEMÓSINE E CLIO: (DES)ENCONTROS ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

Para os gregos, a história (Clio) era uma das nove filhas da memória (Mnemósine) com Zeus, o deus dos deuses. Irmã da poesia, da música, da comédia, da dança e da astronomia, história e memória na mitologia grega estabelecia uma relação de dependência mútua. Contudo, conforme a filha de Mnemósine foi se desenvolvendo e ganhando contornos que a transformaram na ciência da ação humana no tempo, as relações entre história e memória se tornaram mais complexas, mutáveis e conflitantes¹²².

A memória é um dos conceitos mais difundidos entre as ciências humanas. Da filosofia à história, da antropologia à sociologia, passando pela psicanálise, é raro um campo de estudo

¹²¹ FRISCH, Michael. **Op. Cit.**, p. 69.

¹²² HARTOG, François. **Op. Cit.**, p. 26.

das humanidades que, em algum momento não tenha se debruçado sobre o conceito, deixando contribuições para a discussão.

De maneira especial, eventos trágicos do século XX, como a Shoah, a Segunda Guerra Mundial e os regimes de segurança nacional da América Latina fazem da memória um tema sempre presente, transdisciplinar e, ao mesmo tempo, desafiador:

[...] a memória possui dupla residência: habita inextrincavelmente o mundo rígido e instável da matéria, tanto quanto reside, como elástica faculdade, em nosso espírito. Toda percepção, por mais breve que seja, supõe uma duração e está, por isso, impregnada de lembranças, de memória.¹²³

A antiguidade e a presença do tema são tão visíveis que Paolo Rossi, filósofo italiano, compreende ser impossível a um indivíduo abarcar todos os trabalhos que lidam com a memória. Tema amplo, que dificilmente será esgotado em algum momento, dado que a memória vem sempre acompanhada de seu antônimo, o esquecimento. Partindo da filosofia, temos que:

Na tradição filosófica, e também no modo de pensar comum, a memória parece referir-se a uma persistência, a uma realidade de alguma forma intacta e contínua; a reminiscência (anamnese ou reevocação), pelo contrário, remete à capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido.¹²⁴

Na tradição filosófica aristotélica, de acordo com Paolo Rossi, voltar a lembrar é um esforço deliberado da mente, um ato similar ao da escavação, uma busca voluntária entre os conteúdos da alma. A memória, nessa perspectiva seria compartilhada entre humanos e animais, enquanto a reminiscência seria uma característica inalienável dos seres humanos.

O francês Paul Ricœur é um clássico dos estudos mnemônicos, que em seu *O passado, a memória, o esquecimento* procurou produzir um esboço fenomenológico da memória. Para o francês, a memória não é apenas o depósito passivo de informações, é também um processo de interpretação e reinterpretação do passado.

O autor faz uma separação entre a memória-lembrança, compreendendo como aquela ligada à representação do passado por meio de rastros, vestígios, documentos e testemunhos escritos. Seria a memória à qual os historiadores recorrem na construção da escrita histórica.

¹²³ SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. BRESCIANI, S. AXARA, M. **Memória e ressentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 64.

¹²⁴ ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010. p. 15.

Por outro lado, a memória-hábito situa-se no campo pedagógico da história, é o que permite aos indivíduos aprimorarem seu agir com base nas representações de eventos passados¹²⁵.

Nesse contexto, faz-se necessário distinguir a memória da própria lembrança.

Um primeiro traço caracteriza o regime da lembrança: multiplicidade e os graus variáveis de distinção das lembranças. A memória está no singular, como capacidade e como efetuação, as lembranças estão no plural: temos *umas* lembranças [...]. Sob esse aspecto, as lembranças podem ser tratadas como formas discretas com margens mais ou menos precisas, que se destacam contra aquilo que poderíamos chamar um de fundo memorial, com o qual podemos nos deleitar em estados de devaneio vago.¹²⁶

Para o filósofo francês, a primeira grande diferença entre memória e lembrança se apresenta no fato de que a primeira constitui uma unidade, dotada de sentido, enquanto as lembranças podem ser evocadas sob circunstâncias diversas, não constituindo, obrigatoriamente um elemento unitário.

Recorrendo à tradição agostiniana, Ricœur cita as lembranças que se precipitam no limiar da memória, isto é, as lembranças se apresentam isoladamente ou em cachos, atreladas a contextos complexos, mais ou menos propícios para a construção de uma narrativa¹²⁷.

Duas oposições são particularmente importantes para o filósofo francês: a dupla hábito e memória, e a evocação/busca. Partindo para o primeiro caso, Ricœur aponta que enquanto o hábito se radica numa aquisição incorporada à vivência presente, a memória faz menção à anterioridade, a uma aquisição antiga¹²⁸.

Já a evocação é o aparecimento atual de uma lembrança, segundo o autor. A busca, porém, é compreendida pelo filósofo como aquilo que habitualmente se chama recordação. Nem todas as buscas logram êxito, entretanto, o mecanismo de recordação vai desde a associação quase mecânica até a reconstrução do raciocínio¹²⁹.

Paul Ricœur aponta que “a escrita da história partilha dessa forma das aventuras da composição em imagens da lembrança sob a égide da função ostensiva da imaginação¹³⁰”. Para o autor francês, a teoria da história herda da teoria da memória as discussões que se fazem

¹²⁵ Ricœur, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et. al.]. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2007. p. 43-44.

¹²⁶ Idem, p. 41.

¹²⁷ Idem, p. 41.

¹²⁸ Idem, p. 43.

¹²⁹ Idem, p. 45-46.

¹³⁰ Idem, p. 70.

acerca da confiabilidade da memória, contudo, a despeito das armadilhas que o imaginário pode armar, o esforço pela verdade se faz presente nessa busca.

Se é possível traçar uma linha do tempo que discute a memória desde a Antiguidade até a filosofia contemporânea, também na ciência histórica encontram-se várias tentativas de se compreender como os dois conceitos se relacionam. O historiador francês, Pierre Nora é sempre um ponto de partida, dado que seu trabalho sobre os lugares de memória é um clássico da temática na historiografia.

“Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais [...] Há locais de memória porque não há mais meios de memória”¹³¹. Para o historiador francês, a contemporaneidade vive sob o signo da aceleração da história, o que leva a uma ruptura definitiva com o passado que emerge como totalmente morto. À medida que a história avança, a memória e as instituições responsáveis pela sua conservação (a igreja, a escola, a família e o Estado) vão desaparecendo.

Assim, Nora enxerga uma distinção irreconciliável entre a memória e a história. A primeira, é sempre vivida, carregada de afetos e sentimentos. A última é o refúgio das sociedades sem memória, dado que é sempre problemática, incompleta. O criticismo historiográfico é, para o historiador, o destruidor da memória como elemento espontâneo. Mais do que isso, a história sempre olharia com desconfiança e suspeita em relação à memória, o que justifica seu ímpeto em destruí-la¹³².

A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação¹³³.

Para validar a ideia de que a história significa a aniquilação da memória, Pierre Nora aponta que as sociedades contemporâneas são obcecadas por lugares de memória, restos que se constituem como sacralizações passageiras de uma sociedade que dessacraliza, rituais de uma sociedade sem ritual. Para Nora, se de fato houvesse memória na sociedade atual, os lugares de memória seriam inúteis.

Como se verá a seguir, historiadores públicos murrinhenses, como José Afonso Barbosa e João Orlando Luiz de Oliveira deixam evidente em suas obras que Morrinhos é uma sociedade

¹³¹ NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. p. 7.

¹³² Idem, p. 9.

¹³³ Ibidem.

em que a memória natural tem desaparecido, à medida que o progresso avança. Portanto, os livros publicados pelos autores não são apenas uma forma de se comunicar um passado, mas de manter alguma lembrança desse passado acessível às gerações que se avolumam na cidade.

Os autores que se dedicam a produzir sobre a cidade de Morrinhos, quase invariavelmente reclamam da falta de documentação disponível sobre o passado da cidade, ao mesmo tempo que advogam a necessidade de se preservar prédios e de se erguer construções e monumentos que celebrem o passado áureo do município.

O município de Morrinhos tem apresentado, nas últimas décadas uma taxa de crescimento populacional superior à média nacional e à média da maioria dos municípios da região Sul de Goiás. Enquanto a população brasileira cresceu 6,45% entre os Censos de 2010 e 2022, a de Goiás cresceu 17,55%. Em Morrinhos, em igual período, a taxa de crescimento demográfico foi de 23,84%, fazendo com que os moradores locais saíssem de 41.460 habitantes em 2010, para 51.351 no ano de 2022¹³⁴.

Esse crescimento se explica, em boa parte, pela migração de trabalhadores, atraídos pelas oportunidades de trabalho que o agronegócio gera no município. Essas pessoas, oriundas das mais diversas regiões do país não compartilham o passado vivido pelos memorialistas e historiadores públicos locais.

Some-se a esse quadro às transformações pelas quais a sociedade tem passado. O advento das tecnologias da informação, o avanço da alfabetização, a mecanização do campo, que leva ao êxodo rural, o ritmo frenético de mudanças pelas quais a sociedade passa e tem-se um cenário que mesmo os habitantes oriundos de famílias que vivem há gerações no município não têm a mesma relação que seus homólogos tinham com o passado morrinhense.

Por isso, segundo Nora, vive-se sob a égide da memória enquanto um dever:

É que esta memória nos vem do exterior e nós a interiorizamos como uma obrigação individual, pois que ela não é mais uma prática social. A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo.¹³⁵

À medida que a memória perde sua dimensão coletiva, aponta o francês, mais e mais indivíduos particulares precisam fazer de si mesmos homens-memória. “Memória de que? Em

¹³⁴ G1. População de Morrinhos (GO) é de 51351 pessoas aponta Censo do IBGE. Disponível em: [População de Morrinhos \(GO\) é de 51.351 pessoas, aponta o Censo do IBGE | Goiás | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/goias/noticia/2023/07/10/populacao-de-morrinhos-go-e-de-51.351-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge-g1-globo.com), acesso em 10 de julho de 2023.

¹³⁵ NORA, Pierre. *Op. Cit.* p. 17.

última instância, memória da memória. A psicologização da memória deu a cada um o sentimento que a sua salvação dependeria, finalmente, do quitar uma dívida impossível”¹³⁶.

Em Morrinhos, encontram-se autores que fogem do arquétipo tradicional estabelecido para a alcunha de memorialistas. O perfil tradicionalmente traçado desses indivíduos é que são homens bem-sucedidos, de profissões que gozam de prestígio na sociedade, como médicos e advogados, que na aposentadoria se dedicam à escrita da memória de suas cidades, como, por exemplo, é sinalizado por Ana Cláudia Fonseca Brefe. Dado que a publicação de obras sobre as cidades não traz, necessariamente, retorno financeiro, esse perfil garantia aos memorialistas tradicionais os recursos para que suas obras viessem à luz do dia.

O que se observa na cidade de Morrinhos é que a maioria dos escritores locais foge a esse padrão, sobretudo a partir do último quartel do século XX. Mulheres como Zilda Diniz Fontes e Nilza Diniz Silva, duas irmãs que, além de escritoras, foram as principais articuladoras da criação da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos, uma instituição que, dentre outras atividades, promove eventos culturais e facilita a publicação de livros de autores morrinhenses, são dois bons exemplos dessa realidade.

Igualmente, encontram-se professores, como no caso de João Orlando Luiz de Oliveira, que atuou na área, ou Antônio de Oliveira Ávila Júnior que, apesar da licenciatura em Letras, não chegou a atuar. Se alguns políticos chegaram a se aventurar como memorialistas ao final de suas carreiras, tem-se em Morrinhos um escritor que virou político, elegendo-se vereador após a publicação de uma obra sobre a cidade (ainda que a tentativa de se estabelecer uma relação de causa e efeito entre os dois episódios seja inadequada).

E pessoas oriundas da zona rural, como no caso de José Afonso Barbosa, que teve acesso a uma ampla formação intelectual tradicional, chegando a se graduar em História, ou, como Sebastião Bento da Silva e Gabriel da Silva que, apesar de não terem acesso a tanto tempo de educação formal, também deixaram seus contributos para a história local, a partir de suas memórias.

Assim como Pierre Nora, Paolo Rossi também acredita que o mundo atual é marcado por locais com o objetivo de evocar memórias (cemitérios, monumentos, imagens que convidam à lembrança). A questão dos lugares de memória também é abordada por Paul Ricœur:

Da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva e a suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição: foi por

¹³⁶ Ibidem.

ocasião dessas experiências vividas que fora introduzida a noção de lugar de memória, anterior às expressões e às fixações que fizeram a fortuna ulterior dessa expressão.¹³⁷

Para Paolo Rossi, a proliferação dos lugares de memória é reflexo de uma fobia contemporânea, o temor de ser esquecido.¹³⁸ Esse temor emerge nas páginas dos memorialistas e historiadores públicos locais. Trata-se de um medo real, palpável. Os livros, dedicados ao público, nessa perspectiva não são apenas para garantir que a população conheça a história do local em que habitam e desenvolvem sua vida. Acima de tudo, é uma tentativa de se preservar um passado que os autores sentem estar sendo esquecido. Entretanto, essa relação de oposição entre a história e a memória não é de toda adequada. Aleida Assmann, historiadora alemã, questiona parte do pensamento de Pierre Nora. Retomando a célebre frase do historiador francês “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, Assmann entende que apenas a primeira parte “Fala-se tanto de memória” é comprovável¹³⁹.

Nora entende que a crise da memória tem origem no desacoplamento contemporâneo entre passado e presente. Sob esse prisma, a memória estaria fadada a desaparecer, dado que as afecções mnemônicas colocam em risco a cientificidade propalada na atualidade. Aleida Assmann, contudo, chama atenção para o fato de que não existe uma única memória, mas diferentes tipos de memória e que, se alguns tendem a desaparecer, outros tendem a ganhar importância no mundo atual.

Memórias das mídias, da política, as que fazem referência a traumas da humanidade como a *Shoah* ou, no caso da América Latina a dos torturados pelas ditaduras de segurança nacional são particularmente valorizadas na atualidade e servem de substrato e fonte de pesquisa para a ciência histórica¹⁴⁰.

A característica transdisciplinar do conceito de memória traz a oportunidade da ciência histórica se espojar nos conhecimentos que outros ramos do saber produzem, contribuindo para o avanço da historiografia em áreas que, de outra forma, não seria possível.

Aleida Assmann se aproxima da concepção grega da relação entre memória e história em detrimento do que foi preconizado por Nora. Para a historiadora alemã “a memória se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento. Ela segue rastros soterrados e esquecidos e reconstrói provas significativas para a atualidade.”¹⁴¹. A

¹³⁷ RICŒUR, Paul. **Op. Cit.** p. 157.

¹³⁸ ROSSI, Paolo. **Op. Cit.** p. 23.

¹³⁹ ASSMANN, Aleida. **Espaços de Recordação.** Trad. Paulo Soethe. Campinas: UNICAMP, 2011. p. 15.

¹⁴⁰ Idem, p. 20.

¹⁴¹ Idem, p. 53.

história, sob essa ótica nasce a partir da necessidade de se preservar a memória e não para destruí-la, pois, as fontes e documentos sobre os quais a ciência história se constrói não corrompem a memória, mas a auxiliam.

É o que muitos escritores murrinhenses, e em maior ou menor grau, todos os historiadores fazem. Aonde a memória não chega, vão atrás de documentos que possam descortinar o véu do esquecimento. Onde falta documentação, ou esta se mostra insuficiente para o que se propõe analisar, a memória emerge como aliada indispensável.

A atitude oposta, sugere Assmann, isto é, a insistência em se opor memória e história é não apenas impreciso, mas também perigoso para ambas. A historiografia, ao prescindir da memória, fica privada do valor e da riqueza associados à memória. Por outro lado, ao renunciar à história, a memória perde um eficiente meio para verificar, sustentar ou mesmo corrigir-se.

Essa relação profícua e mutualmente benéfica também é reconhecida pelo historiador francês Jacques Le Goff em seu clássico, *História e Memória*. “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez, a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”¹⁴².

O historiador é entendido por Le Goff como um dos profissionais da memória. Ele compreende que, de modo particular a memória coletiva é um instrumento e objeto de poder. Antes de se materializar como escrita, a memória coletiva foi em algum momento oral, e existe, nesse sentido, uma luta pela dominação da recordação¹⁴³.

Percebe-se que, boa parte das obras publicadas em Morrinhos só saiu do prelo graças ao patrocínio de empresários ou ao financiamento do poder público estadual ou municipal. Aqui também é possível se vislumbrar uma disputa pela memória local. O financiamento dessas obras, seja por empresas, seja por iniciativas governamentais influencia o produto que chega ao público.

Se a relação entre história e memória é pacificada, a partir do aporte de Aleida Assmann e de Jacques Le Goff, cumpre pensar a relação entre a escrita e a memória. Novamente, Assmann aponta uma relação contínua entre esses dois elementos. “[...] a escrita não é só *medium* de eternização, ela é também um suporte da memória. A escrita é, ao mesmo tempo, *médium* e metáfora da memória¹⁴⁴”.

¹⁴² LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7ª ed. Campinas: UNICAMP, 2013. p. 437.

¹⁴³ Idem, p. 435.

¹⁴⁴ ASSMANN, Aleida. **Op. Cit.** p. 199.

Apesar da escrita ser uma recorrente metáfora da memória, Assmann não ignora que, a exemplo da história, o ato de escrever também foi encarado como antagônico e destruidor da memória. A historiadora alemã entende que Platão foi o pioneiro ao estabelecer essa dicotomia, e aponta a obra shakespeariana como uma das responsáveis por superar essa querela.

“A escrita não destrói o diálogo, ela possibilita um diálogo interno que perpassa longos intervalos de tempo. Para Platão uma escrita externalizada ocupa o lugar da memória e, portanto, a destrói; para Shakespeare, ao contrário, uma escrita interativa estimula a memória.”¹⁴⁵. Essa é a concepção que guia o trabalho dos historiadores públicos e dos memorialistas locais em Morrinhos, possibilitar que o diálogo entre aqueles que conservam suas memórias e/ou conhecem a história da cidade possa continuar nas futuras gerações.

Entretanto, Assmann entende que a atualidade não é marcada apenas pelo signo da aceleração. Desde o século XIX, aponta a autora, paira no ar uma desconfiança nas letras e em sua capacidade de transmitir a verdade. Dessarte:

Com um tal obscurecimento, mesmo assim o passado não se torna pura e simplesmente uma terra estranha, para onde não se consegue um visto no passaporte. Pois reage-se à experiência da perda com novas experiências de proximidade e imediação. Além disso, lança-se uma ponte sobre o abismo do esquecimento em direção ao passado, mas as vigas dessa ponte não são mais os textos, e sim objetos remanescentes e vestígios¹⁴⁶.

Na realidade morrinhense, isso se manifesta na defesa eloquente que os historiadores públicos e memorialistas fazem da necessidade de se preservar espaços e lugares considerados importantes para a urbe, como discutido anteriormente. Assim, se compreende o motivo de algumas obras escritas sobre a cidade (como no caso de Zilda Diniz Fontes e de Antônio de Oliveira Ávila Júnior) se orientam não somente por fatos, feitos ou pessoas da cidade, mas também por monumentos e logradouros públicos.

Fotos, pinturas e objetos são também valorizados por esses autores, pois o texto leva, segundo Assmann ao vestígio, que se amplia para um amplo espectro de inscrições. Finalmente, ela aponta para uma preocupação atual: o avanço da escrita eletrônica, que subverte a relação de *medium* e metáfora que a escrita mantém com a memória.

Imaterial, a escrita digital perde a característica do entalhamento que é o que a liga à memória. Apagar e armazenar são duas funções muito próximas nesta modalidade de escrita. “É certo que o recordar ainda existe, mas sob condições eletrônicas ele não consegue mais,

¹⁴⁵ Idem, p. 205.

¹⁴⁶ Idem, p. 221.

como antes, espelhar-se metaforicamente, no procedimento técnico da escrita¹⁴⁷”. Aqui encontra-se uma hipótese sobre o fato de os historiadores públicos e memorialistas morrinhenses dedicarem seus esforços na produção e impressão de suas obras.

Ana Cláudia Brefe percebeu um uso da memória na escrita dos memorialistas da Pauliceia inventada que igualmente se percebe no município. No contexto em que os antigos referenciais da cidade se perdem à medida que o progresso segue sua marcha, a preocupação com a memória cresce na mesma medida. Essa memória é assumida como um elemento capaz de registrar o espaço que se transforma. Esse fenômeno apontado pela autora em São Paulo também foi visível em Morrinhos.

A memória, a partir da visão de Brefe, é a argamassa capaz de ligar os diferentes regimes de historicidade experimentados na urbe. Em primeiro lugar, ela preserva o tempo que se esvai, é guardiã da origem e da tradição da cidade. Num segundo momento, ela é quem projeta o futuro, à medida que ilumina o caminho percorrido pela cidade, assinalando toda nova característica e toda nova experiência. Finalmente, é a memória que oferece os modelos explicativos que justificam o progresso que a cidade experimenta(ou), unindo de forma linear passado, presente e futuro¹⁴⁸.

Isso posto, percebe-se que o debate acerca das relações entre memória e história rende discussões importantes no campo das humanidades. Nessa pesquisa, ficou patente como memória e história se encontram intimamente imbricadas, seja na construção do imaginário acerca da cidade de Morrinhos, seja como elemento sobre o qual os esforços intelectuais dos autores morrinhenses se assentaram na tarefa de reconstruir o passado da Cidade dos Pomares.

Portanto, observa-se que o termo memorialista não é suficiente para descrever a atividade intelectual empreendida pelos escritores pesquisados e que se dedicaram à história da cidade de Morrinhos. Por um lado, alguns dos autores, como já dito, têm formação superior em História, por outro, mesmo aqueles que não têm seguem um método (ainda que não calcado no rigor científico) para a produção do conhecimento. Há consulta a fontes, cruzamento de dados e problemas e questões que buscam ser resolvidas por esses historiadores públicos.

Além disso, ao enclausurar esses autores sob a alcunha de memorialistas, pontes de diálogo são dinamitadas, um rótulo excludente é imposto e a relação com o público acaba relegada para o último plano. Possibilidades de escuta da comunidade e do reconhecimento de que a história não é um exercício exclusivo da Academia são ignoradas.

¹⁴⁷ Idem, p 229.

¹⁴⁸ BREFE, Ana Claudia. **Op. Cit.** p. 20.

A história pública, por outro lado, revela-se um terreno fértil para que esse diálogo ocorra, ainda mais quando tomada no sentido da tipologia de Ricardo Santhiago. Ora, ela já nasce partindo do princípio de que não é a Academia a única detentora do conhecimento histórico. Ao se considerar o público na equação, não se busca tão somente ampliar as audiências do conhecimento histórico, antes disso, busca-se dar ao público o seu espaço como produtor da história.

Essa postura não ameaça o conhecimento historiográfico produzido no seio das universidades. Ao contrário, ao trazer a história pública como elemento de análise dos autores locais, torna-se ainda mais claro o papel de cada um na produção da história, abrindo-se portas, inclusive, para que essas obras sejam devidamente analisadas e problematizadas a partir da teoria e do método próprio da ciência histórica. Finalmente, essas obras são objetos de estudo privilegiados para a discussão de temas tão caros à historiografia, como a relação entre história e memória e sobre os própria natureza do conhecimento histórico.

Reconheça-se, porém, a presença em Morrinhos desde 1987 da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Morrinhos (FECLEM), que desde 2000 se uniu a outras universidades de Goiás para formar a Universidade Estadual de Goiás (UEG). A própria presença da universidade na cidade representa um impulso para a interiorização do acesso à Educação Superior e, um elemento facilitador do ingresso de diferentes camadas sociais na Academia. Como apontado anteriormente, porém, a produção acadêmica no interior desta universidade demoraria alguns anos para se consolidar.

Em contrapartida, os autores examinados frequentemente apresentam um discurso alinhado à perspectiva da elite sobre a história da cidade. Isso será especialmente evidente no terceiro capítulo desta tese. Eles criam uma narrativa que, em muitos aspectos, é excludente, omitindo trabalhadores, indivíduos de baixa renda, mulheres, pretos e pardos, por exemplo.

Assim, não se trata de imaginar a história pública como um elemento universalizante, mas como um campo plural, repleto de nuances a serem exploradas no próximo capítulo. Em paralelo, não se busca compreender a universidade como um espaço elitizante, restrito, dado que sua interiorização é um dos muitos movimentos de aproximação da universidade pública com a sociedade que a financia.

Na próxima parte dessa pesquisa, buscou-se empreender uma análise mais detida das obras dos historiadores públicos locais, analisando o método, o estilo e a forma como eles se dedicaram à escrita de suas visões sobre a história de Morrinhos, tornando-a acessível ao público local.

CAPÍTULO II GÊNERO E ESTILO NA ESCRITA DA HISTÓRIA FEITA PELO PÚBLICO EM MORRINHOS

O presente capítulo é dedicado a discutir o gênero e o estilo da escrita dos historiadores públicos locais de Morrinhos. Para tanto, as análises de Raymond Williams, Mikhail Bakhtin e Peter Gay foram fundamentais. Além disso, o presente capítulo demonstrará como o campo da história pública se revela um espaço profícuo para a análise de diferentes gêneros do fazer história. Oito historiadores públicos locais serão analisados neste capítulo, considerando as particularidades da escrita de cada um deles.

Ao trazer diferentes gêneros do fazer historiográfico para o campo da história pública, esta pesquisa reconhece a realidade abrangente dessa variante do conhecimento histórico:

A história pública explora e apresenta o conhecimento histórico – em uma variedade de formas – para além dos foros acadêmicos tradicionais. Trata-se de um campo ambicioso, que geralmente tenta construir uma ponte entre as análises detalhadas, nuançadas e profundamente investigadas dos historiadores acadêmicos e uma curiosidade aparentemente insaciável, embora às vezes restrita e impaciente, do público em geral. Para alguns, a história pública evoca o retrato de guardiões provincianos das histórias local e regional, apresentando e mostrando, de forma simples e honesta, os artefatos, as imagens e os documentos do passado de suas comunidades. Nada poderia estar mais longe da verdade. Hoje, a história pública é abrangente, empolgante, cativante e provocativa¹⁴⁹.

A grande vantagem da história pública sobre conceitos como memorialismo e historiadores diletantes, por exemplo, é trazer para o centro do debate a relação que se estabelece entre o público e a história por/para ele produzida. Assim, não se buscou nesse capítulo um conceito universalizante que substituísse o memorialismo, por exemplo. Ao contrário, buscou-se reconhecer a história pública como um espaço plural, em que as pessoas possam ser pensadas também como produtoras da história que consomem.

Ao se ampliar o que pode ser considerado história pública, evita-se, de um lado, a armadilha de se estabelecer conceitos e classificações que não seriam necessariamente reconhecidas pelos autores analisados. Simultaneamente, o campo se enriquece, à medida que o debate se abre para novas possibilidades.

¹⁴⁹ ZAHAVI, Gerald. Ensinando História Pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniete Rabêlo e de. ROVAI, Marta Gouveira de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-64., p. 53

Como se observará nas páginas seguintes, há diferentes formas desses historiadores públicos locais de produzir seus trabalhos. Cada um se enxerga de um modo e escreve com estilos distintos. Contudo, todos eles têm em comum a preocupação de produzir e se engajar com um público que vai além do acadêmico.

2.1 GÊNERO E ESTILO NA ESCRITA DA HISTÓRIA

Nas sociedades industriais modernas, escrever tornou-se algo corriqueiro, naturalizado. Como aponta Raymond Williams, a atenção se volta para o conhecimento, *sobre* o que se escreve. “Contudo, em outra parte qualquer da mente, há outro conjunto de questões aparentemente diretas: escrever bem ou mal; ser elegante ou espirituoso, convincente ou cheio de jargões, desajeitado ou chato”¹⁵⁰. Tais questões se tornam particularmente urgentes, à medida que proliferam livros e pesquisas sobre os mais diversos temas.

Se é verdade que nunca um volume tão grande de conhecimento esteve à disposição da humanidade, e que agora dispõe de muitas ferramentas para a leitura, também é verdade que repousam muitas dúvidas sobre a qualidade daquilo que se lê e se produz hodiernamente. Assim, a atualidade revisita o debate sobre a qualidade e as propriedades do que se produz.

Não precisamos ler muito para descobrir quantas formas de escrever bem ou mal existem. Algumas são diferenças entre indivíduos, mas muitas não. Há diferenças relativamente óbvias e relativamente sutis na prática da escrita em períodos diferentes, e elas se propagam em indivíduos distintos. [...] Se examinarmos também os diferentes métodos de contar uma história, escrever uma peça ou apresentar um argumento, torna-se evidente que há uma história da escrita nesses sentidos mais gerais, uma história importante das formas de *composição*.¹⁵¹

Assim, Williams advoga a necessidade de se pensar a história da escrita, pois, o senso comum pode levar à crença de que apenas os métodos e formas registradas passam por transformações, mas o propósito se mantém constante (e a história não se encontra imunizada dessa crença). Ocorre que a prática da escrita também se modifica ao longo do tempo, dado que, não necessariamente a escrita surge como parte do processo básico de desenvolvimento de uma sociedade.

Se o público é uma preocupação central na história pública, na história da escrita, o prisma se volta também para os escritores: “quais relações, quais interesses compartilhados, as

¹⁵⁰ WILLIAMS, Raymond. **A produção social da escrita**. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora da Unesp, 2014. p. 1.

¹⁵¹ Idem, p. 2. *Itálico do autor*.

diferenças sociais reais da composição da escrita e da leitura”¹⁵². As questões levantadas por Williams são especialmente centrais, ao se tomar um objeto comum, como a história das cidades.

Observa-se uma profusão de pessoas que se aventuram a escrever sobre a urbe. Diferentes olhares, frutos de diferentes métodos, questões colocadas e distintas fontes de escrita. Contudo, essa miríade de olhares nasce das diferenças sociais e das relações que se estabelecem na escrita.

É o caso de Morrinhos, em que desde pessoas com pouco acesso à educação formal até pessoas que cursaram uma pós-graduação *stricto sensu* se dedicaram à escrita do passado da cidade. Cada um deles recorreu a diversas estratégias narrativas e metodológicas para discutir, analisar, mapear tradições culturais morrinhenses.

A linguagem na história: um campo vasto. Mas, mesmo dentro de uma ênfase mais especializada, linguagem produzida em obras por meio de convenções e instituições que, quando examinadas de maneira adequada, são a sociedade realmente ativa. Não um pano de fundo produzido para anotações quando parece relevante e necessário em uma leitura privada - o leitor nu diante do texto nu. Ao contrário, trata-se do tipo de leitura em que as condições de produção, em seu sentido mais pleno, podem ser entendidas tanto em relação ao escritor quanto ao leitor, a escrita real e a leitura real¹⁵³.

Nessa seara, Williams traz à baila a importância de se pensar o contexto social da produção intelectual, dado que leitor e escritor trazem consigo interesses que são partes constitutivas das relações entre o público e a obra.

Para se pensar a questão do estilo da linguagem, a pesquisa recorreu às análises de Peter Gay e Mikhail Bakhtin.

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolúvelmente ligados *no conjunto* do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da linguagem elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.¹⁵⁴

¹⁵² Idem, p. 5.

¹⁵³ Idem, p. 248.

¹⁵⁴ BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Org. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 12.

Mikhail Bakhtin reconhece a diversidade dos gêneros do discurso, visto que a atividade humana também é multifacetada. Portanto, ao se pensar nos gêneros de discurso, deve-se atentar ao que se escreve, ao como se escreve e como se compõe tal escrita. Porque, para além da dimensão individual do discurso, que o torna único, é preciso que se reconheça que tal obra se insere num plano maior, pautado por elementos em comum entre os representantes de determinado gênero discursivo.

Dessa forma, é preciso incluir-se sob o signo dos gêneros do discurso as mais variadas formas de comunicação humana, seja oral, seja escrita. Assim, desde transcrições do diálogo cotidiano, relatos, cartas, comandos militares, documentos oficiais, obras publicitárias, manifestações científicas e todos os representantes da literatura devem ser analisados pela ótica dos gêneros de discurso¹⁵⁵.

Ao refletir sobre a questão do estilo nos enunciados, Bakhtin assevera que nem todos os gêneros são propícios para avaliar as questões estilísticas. Para o autor russo, a literatura ficcional se apresenta como o melhor campo para se trabalhar essa problemática. Em sentido oposto, gêneros que demandam maior padronização da escrita, como documentos oficiais e militares não seriam indicados para esse estudo. Documentos de divulgação científica também se encaixariam nessa categoria em que apenas aspectos superficiais podem ser discutidos.

Peter Gay, em seu turno, se valeu da analogia do centauro, para defender que o estilo molda e é moldado pelo conteúdo a que dá forma. Ora, se os documentos de divulgação da produção científica não são os mais adequados para o estudo do estilo, como demonstrou Bakhtin, Peter Gay aponta que o historiador tem sorte diferente, dado que a um só tempo é escritor e cientista.

O historiador, que a tudo isso procede – ainda que se pretenda que, ao escrever história, ele refreie seu lirismo e abandone sua política –, depara-se com o estilo nestas e em outras dimensões. Ele é um escritor profissional e um leitor profissional. Como escritor, sofre a pressão de se tornar estilista mantendo-se cientista; cabe-lhe proporcionar prazer sem comprometer a verdade. Seu estilo pode ser uma ferramenta convencional, uma confissão involuntária ou uma iluminação admirável. Como leitor, ele preza a qualidade literária, absorve fatos e interpretações, explora as palavras diante de si em busca de verdades atuantes sob a superfície; o estilo, para ele, pode constituir um objeto de satisfação, um veículo de conhecimento ou um instrumento de diagnóstico¹⁵⁶.

Gay enxerga oportunidades e desafios, ao reconhecer os múltiplos usos que o historiador pode fazer do estilo na história. Viajados, adaptáveis, bem-informados, indiscretos (à

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ GAY, Peter. **O Estilo na História**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 18.

semelhança dos embaixadores de Ranke), o historiador tem no estilo um arcabouço de oportunidades ímpares¹⁵⁷.

Enquanto Peter Gay e Mikhail Bakhtin convergem, sobre a importância dos estudos sobre estilo, um na história, o outro nos diferentes gêneros discursivos, os dois autores lidam com conceitos de estilo divergentes. Bakhtin reduz estilo aos recursos que o escritor lança mão na sua produção literária como os léxicos e recursos fraseológicos.

Caminho diferente é o adotado por Gay. Ele reconhece que há uma diversidade de acepções possíveis para o conceito estilo e, ainda que seja necessário analisar cada uma delas em separado, no feitiço historiográfico todas elas se entrelaçam e aparecem de forma indissolúvel¹⁵⁸.

Outro lugar-comum entre os dois pensadores é o reconhecimento de que os estilos de linguagem se alteram ao longo tempo. Para Bakhtin:

As mudanças históricas dos estilos de linguagem estão indissociavelmente ligadas às mudanças dos gêneros do discurso [...] Para entender a complexa dinâmica histórica desses sistemas, para passar da descrição simples (e superficial na maioria dos casos) dos estilos que estão presentes e se alternam para a explicação história dessas mudanças faz-se necessária uma elaboração especial da história dos gêneros discursivos (tanto primários quanto secundários), que refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social.¹⁵⁹

Na mesma linha, assevera Peter Gay que “Assim como os estilos individuais têm uma história, o estilo em si também tem uma história. A cada época, os escritores têm à disposição modos específicos de expressão”¹⁶⁰. Para os historiadores, como aponta o autor, essa questão transcende o processo de escrita e se vincula estritamente à própria emancipação e profissionalização do ofício, de modo que o estudo do estilo dos historiadores abre caminho para que se acesse o mundo de seu ofício, seja na Antiguidade, no Medievo ou na Modernidade.

Gay, porém, chama a atenção para o fato de que a informação social inscrita no estilo não é infalível.

Há muito viceja o lugar-comum de que os homens usam amiúde as palavras para dissimular-lhes o sentido por trás de véus de dificuldades, ambiguidades e formulações indiretas. Assim sendo, é necessário que primeiro resolvamos o estilo antes de podermos, com seu auxílio, resolver outros enigmas: há vezes

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ BAKHTIN, Mikhail. **Op. Cit.** p. 20.

¹⁶⁰ GAY, Peter. **Op. Cit.** p. 26.

em que a política é um indício para o estilo, tal como o estilo é um indício para a política.¹⁶¹

Para Gay, o debate sobre o estilo precede as demais análises que se buscam fazer numa determinada pesquisa. Entretanto, é fundamental que não se perca a chave interpretativa que permite o acesso às intenções do escritor, para que assim se chegue ao significado pleno de suas afirmações.

Nesse ponto, o texto surge como elemento central, segundo Mikhail Bakhtin, nas análises das ciências humanas. Para o autor, a particularidade das ciências humanas é constituírem-se como um pensamento sobre o pensamento de outros indivíduos. Ponto de partida das ciências humanas, o texto abre caminho para que se chegue àquele que é o objeto central da pesquisa: o homem social¹⁶².

Antoine Prost também fez contribuições ao debate acerca da escrita da história. Nem tanto pelo estilo, como Peter Gay, ou pelo gênero, como Williams e Bakhtin, mas sim pelo método. Em vários momentos foram citados autores que insistiam que a ciência histórica é pautada por um distanciamento do historiador de seu objeto. Contudo, lembra Prost, na escrita da história o historiador precisa se posicionar, “o historiador não escapa à necessidade de um comentário¹⁶³”.

A escrita da história não pode dispensar sua característica literária, com as especificidades de um gênero particular. Antoine Prost compreende que essa é uma das grandes auguras da história, mas a escrita da história na visão do autor sempre será uma arte, e talvez nisso resida o prazer dessa empreitada¹⁶⁴.

Por conseguinte, analisar as formas pelas quais os historiadores públicos locais produzem seus textos se torna fundamental para a compreensão de como se formou a historiografia morrinhense. Assim, foram analisados os componentes sociais e individuais por detrás dos escritores que se dedicaram à escrita da história de Morrinhos, sejam eles historiadores ou sejam eles memorialistas.

¹⁶¹ Idem, p. 28.

¹⁶² BAKHTIN, Mikhail. **Op. Cit.**, p. 87.

¹⁶³ PROST, Antoine. **Op. Cit.**, p. 251.

¹⁶⁴ Idem, p. 252.

2.2 O CAMPO DA HISTÓRIA PÚBLICA EM MORRINHOS

Pensar a história pública como um campo revela-se particularmente útil para se compreender o estilo da escrita dos autores morrinhenses. Para tanto, os livros publicados por esses escritores tornaram-se objeto de estudo e análise deste tópico.

Reconheceram-se três modalidades diferentes de apropriação da história pública. Autores como Zilda Diniz Fontes, Bruno José Vieira, Nilza Diniz Silva e José Afonso Barbosa são considerados a partir da ideia de autoridade compartilhada. Ainda que não dispendo necessariamente de formação em História, eles empreenderam pesquisas para a produção de seus livros. No próximo subtópico, a relação entre o conceito de autoridade compartilhada e o trabalho dos escritores citados será mais bem discutida.

Em segundo lugar, encontra-se Sebastião Bento da Silva e Gabriel da Silva. Suas obras se aproximam mais daquilo que a academia convencionou classificar como memorialismo (ainda que Silva reivindique para si o título de escrita literária). Aqui, nessa pesquisa, reconhece-se que o memorialismo pode ser encarado como um gênero da história pública.

Finalmente, Antônio de Oliveira Ávila Júnior e João Orlando Luiz de Oliveira buscaram realizar uma divulgação em história. Enquanto Antônio de Oliveira Ávila Júnior produziu uma obra voltada ao público infante-juvenil, Oliveira editou um trabalho acadêmico na forma de um livro que fez acessível à população da cidade de Morrinhos.

2.2.1 A autoridade compartilhada no campo da história pública

Frisch elaborou sua concepção de história pública a partir de anos de trabalho e pesquisa com a história oral. Tal perspectiva, fez com que o autor desenvolvesse uma forte preocupação de compreender como o entrevistador e o entrevistado podem ser tomados como autores de um mesmo documento histórico. Derivada dessa reflexão, Frisch se deparou com uma questão ainda mais complexa:

Parece-me que estamos apenas começando a desenvolver maneiras de pensar e falar sobre as complexas escolhas, estratégias e decisões envolvidas no uso de tal material em público — para ver o contexto histórico-público como algo vivo, com consequências imediatas para a natureza da apresentação histórica, em vez de um meio pelo qual traduzimos a erudição para um público mais amplo¹⁶⁵.

¹⁶⁵ FRISCH, Michael. Op. Cit. p. 226. Tradução nossa. Original: “We are, it seems to me, only beginning to develop ways of thinking and talking about the complex choices, strategies, and decisions involved in using such

Dessa forma, a história pública não se limita a uma operação de tradução do conteúdo acadêmico para um público maior, apesar de essa ser uma das dimensões da história pública. A grande possibilidade trazida pela história pública é a possibilidade de se pensar o público como aquele que não só consome, mas também produz história.

Segundo Frish, os mecanismos que produziram uma nova história social, voltada para entender a vida das pessoas comuns, acabaram por produzir textos inacessíveis para leitores dos mais diversos matizes sociais, inclusive alguns leitores acadêmicos. Isso se torna ainda mais visível, quando se pensa nas próprias pessoas comuns, alvo das pesquisas da nova história social. Para Frisch, a história pública não precisa seguir esse caminho¹⁶⁶.

Envolvido com o projeto das celebrações do tricentenário da cidade estadunidense da Filadélfia (1982), o historiador chegou à conclusão de que o contexto celebrativo de então exigia mais produção acadêmica e intelectual, mas com abertura à interação genuína, espontaneidade lúdica e modelagem substantiva, pelos próprios habitantes da Filadélfia. Nesse cenário, a história social seria, para o autor, a cola, a argamassa a unir os diferentes produtos destinados ao contexto celebratório local¹⁶⁷.

Reconhecer a autoridade compartilhada não significa prescindir do trabalho acadêmico, ou equiparar funções entre as diversas produções intelectuais. Ao contrário, trata-se de reconhecer o direito de que os diferentes estratos sociais sejam produtores de história. Nesse cenário, o trabalho acadêmico continua tendo um papel central, ainda que perdendo o monopólio do passado.

Reconhecer os diferentes espaços e formas da história pública, portanto, abre a academia a novas possibilidades de discussão histórica:

Tudo isso significa que as possibilidades de interpretação histórica se tornam igualmente abertas. E também significa que novas abordagens dramáticas para a informação e o significado históricos, como as encontradas na história das ciências sociais, oferecem possibilidades ainda inexploradas: por mais complicadas e exigentes que sejam na academia, tais questões, métodos e resultados podem se mostrar extremamente férteis como base para novos tipos de apresentação histórica em espaços públicos. Historiadores das ciências sociais acostumados a sentir que seus colegas acadêmicos nem os entendem nem os respeitam realmente podem encontrar no público em geral, passeando

material in public—to see the public-historical context as alive in ways that have immediate consequences for the nature of historical presentation, rather than as a medium through which we translate scholarship for a wider audience.”

¹⁶⁶ Idem, p. 228.

¹⁶⁷ Idem, p. 229.

casualmente pela leveza de uma extravagância celebratória, parceiros mais adequados para a discussão histórica.¹⁶⁸

Portanto, os caminhos abertos pela história pública são diversos. Se aproximar do público é desafiador e uma série de questões ainda permanece inexplorada. Nesse cenário é que se procederá a análise de quatro diferentes historiadores públicos de Morrinhos. Enquanto José Afonso Barbosa tem formação superior em história, Zilda Diniz Fontes, Bruno José Vieira e Nilza Diniz Silva não têm. Ainda assim, como se verá, o conceito de autoridade compartilhada contribuiu para a compreensão desses autores como produtores de história pública.

2.2.1.1 Zilda Diniz Fontes

A obra mais referenciada para narrar a história de Morrinhos é o texto escrito pela professora Zilda Diniz Fontes: **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**. Publicada em 1980, a obra é dividida em sete capítulos, tratando daquilo que a autora julgava ser central para a história da cidade:

- “Histórico” – oito páginas em que Fontes analisa aspectos gerais da fundação do município, trazendo leis e decretos que cuidaram da parte jurídica do processo de emancipação de Morrinhos, além de trazer dados sobre a posição geográfica e administradores do município.
- “Vultos Morrinhenses” – quarenta e oito páginas em que a autora analisa figuras da história de Morrinhos. Ela optou por narrar a biografia de indivíduos que dão nome às ruas e lugares públicos da cidade.
- “Teatro” – quarenta e seis páginas analisando o teatro na cidade. A própria autora é filha de um dos nomes ligados ao teatro na cidade, Juquinha Diniz. Ela mesma foi autora de peças teatrais e uma das líderes do processo de construção do que se tornou o Teatro Municipal Juquinha Diniz, além de fundadora e primeira presidenta da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos.

¹⁶⁸ Idem, p. 238. Tradução Nossa. Original: “All this means that the possibilities of historical interpretation become similarly open-ended. And it also means that dramatic new approaches to historical information and meaning, such as found in social-science history, offer as yet untapped possibilities: however abstruse and demanding in the academy, such questions, methods, and results may well prove to be enormously fertile as grounds for new kinds of historical presentation in public space. Social science historians used to feeling that their academic colleagues neither understand nor really respect them may find in the general public, strolling casually through the fluff of a celebratory extravaganza, more suitable partners for historical discussion.”

- “Letras” – Maior capítulo do livro, com oitenta páginas. A autora analisa uma série de escritoras e escritores da cidade, inclusive ela própria. Muitas dessas pessoas são membros da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos. A autora traz poemas e fragmentos de poemas ao longo desta seção, o que explica o maior volume deste capítulo.
- “Música” – nove páginas discutindo a biografia de quatro músicos da cidade, dentre eles, um historiador público local, Bruno José Vieira.
- “Artes Plásticas” – quatorze páginas ligadas à biografia de artistas plásticos da cidade, inclusive àquela que faria a capa do livro, Ellen Carneiro Vale.
- “Festa de Arte” – dezoito páginas contando a história da Festa de Arte promovida pela Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos, que será particularmente analisada na quarta parte dessa pesquisa.

Houve um trabalho acadêmico sobre a historiadora pública local em questão. Alline Rodrigues Bento desenvolveu uma pesquisa que resultou numa dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás em 2019, tendo como objeto de pesquisa a vida e a trajetória educacional de Zilda Diniz Fontes, dentro da linha de pesquisa Estado, Políticas e História da Educação.

Bento é uma pedagoga de formação e integra um Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação¹⁶⁹. Em que pese não ser historiadora, ela lançou mão de pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural para analisar os espaços ocupados por Zilda Diniz Fontes na sociedade, educação e arte morrinhense. A pesquisa se propôs a ser uma análise da trajetória histórica e biográfica de Fontes.

Bento relata ter buscado não “cair na armadilha da história descritiva e muito menos colaborar para a criação e exaltação de mitos e heróis, responsabilizados pelos feitos na história, buscamos realizar uma pesquisa de análise biográfica, baseada na historiografia”¹⁷⁰. De fato, a autora cita uma ampla gama de historiadores e pensadores da história cultural, em seu trabalho. As fontes recorridas pela autora, conforme citada pela própria Bento são o livro de Zilda, **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares** e as poesias, novela e peças teatrais de autoria da historiadora pública local. Entre as fontes secundárias, escritos da própria Nilza Diniz Silva,

¹⁶⁹ As informações extraídas sobre a pesquisadora constam na plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6688053526464294>, acesso em 13 out. 2023.

¹⁷⁰ BENTO, Alline Rodrigues. **Zilda Diniz Fontes (1920-1984): uma educadora que não cabe na escola**. 2019. 164f. Dissertação de mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019, p. 16.

irmã de Fontes, são citados, trabalhos de outros historiadores públicos locais, além de pesquisas acadêmicas sobre a cidade de Morrinhos.

Na lista de referências de Bento, encontram-se alguns historiadores públicos locais morrinhenses, como José Afonso Barbosa e Nilza Diniz Silva. A pesquisadora recorreu a esses autores como fonte e referência acerca da história da cidade Morrinhos, equiparando-os a trabalhos acadêmicos. Essa postura adotada por Bento reforça neste pesquisador a percepção de que não basta tratar esses autores locais como memorialistas, pois essas obras transcendem o próprio memorialismo.

Zilda Diniz Fontes nasceu na cidade de Morrinhos, filha da mineira Laudomila dos Reis Diniz (Domila) e do paulista José Mendes Diniz (popularmente conhecido em Morrinhos como Juquinha Diniz), no dia 25 de abril de 1920. Originalmente, os pais dela se instalaram na cidade de Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara), no início dos anos de 1920, a família se instalou em Morrinhos, onde Juquinha Diniz alcançou êxito financeiro¹⁷¹. Ela faleceu em 06 de janeiro de 1984, em Morrinhos.

Outra obra que ajudou a encontrar informações acerca de Zilda Diniz Fontes é o trabalho de uma historiadora pública local, Nilza Diniz Silva, irmã de Fontes e autora de **Escola: Célula importante da Educação**, publicado em 1995. Por meio das lentes da irmã, Fontes foi uma das educadoras pioneiras da cidade. O livro de Fontes é constantemente referenciado no trabalho de Silva, o que atesta a importância desse trabalho nos textos daqueles que se dedicam à história de Morrinhos. Segundo Silva, Zilda Diniz Fontes levou seis anos para coletar as informações e realizar a pesquisa que culminou na publicação do livro.

Fontes acabou se tornando normalista e cursou pedagogia: “Normalista e licenciada em Português, Zilda Diniz Fontes também cursou Pedagogia, com Habilitação em Administração e Supervisão, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), na cidade de Ituiutaba (MG), tendo concluído o curso em 1976”¹⁷². A trajetória educacional de Zilda Diniz Fontes, assevera Bento, não difere muito daquela trilhada por outras mulheres que tinham acesso à instrução àquela época.

Zilda Diniz Fontes trabalhou em várias escolas do município, atuando, inclusive, naquelas que seriam as primeiras escolas de Morrinhos. Se dedicou ao ensino de Língua Portuguesa, além de ter ocupado a direção em algumas instituições de ensino da cidade.

Detalhes da vida de Zilda Diniz Fontes são encontrados no livro da própria autora, **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**. Ela se encontra no capítulo “Letras”, o quarto

¹⁷¹ Idem. p. 40-43.

¹⁷² Idem. p. 58.

da obra. O texto é narrado em terceira pessoa (em outros momentos da obra, particularmente no capítulo 7º, dedicado à Festa de Arte do município, ela utiliza a primeira do plural, se incluindo na história narrada). O capítulo se destina a trazer, além dos dados biográficos, alguns poemas escritos pela autora. Esse distanciamento também é observado quando a escritora analisa a história de Juquinha Diniz, o pai da própria Zilda Diniz Fontes.

Zilda Diniz Fontes também foi autora, diretora e auxiliar de montagem de peças de teatro. Algumas das crônicas e dos poemas escritos pela autora foram reunidas na obra **Para meus Filhos**, publicada postumamente a partir de uma iniciativa da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos, com a colaboração dos filhos da autora.

Passaram-se mais de 30 anos desde a morte de nossa mãe e ela ainda é importante também para Morrinhos. A memória sempre foi uma das suas preocupações o que a levou a escrever ‘**Morrinhos**: de Capela a Cidade dos Pomares’. Lá estão registradas informações históricas por ela resgatadas a duras penas¹⁷³.

O texto acima é um excerto da apresentação do livro supracitado e foi escrito pelos filhos de Zilda Diniz Fontes. Novamente, é reafirmada a preocupação da historiadora pública com a memória de Morrinhos. Ademais, é apontado que as informações históricas apresentadas são frutos de uma pesquisa, de um método seguido pela escritora.

Para Bento, Zilda Diniz Fontes segue os preceitos de uma obra memorialista, por “pessoas que possuíam representatividade social, principalmente, em cargos públicos [...]. Percebemos, assim, que os ‘vultos’ reconhecidos pertenciam comumente à elite”¹⁷⁴. Consequentemente, para Bento, uma das características de uma obra memorialista é a preferência por trabalhos que contemplem a elite de uma cidade, excluindo-se aqueles que não são parte dela.

Bento não é uma historiadora, mas sim uma pedagoga, portanto o conceito de memorialismo não é analisado por ela e sequer é central em sua pesquisa. Zilda Diniz Fontes, porém, transcendeu o memorialismo. A autora foi muito além de suas memórias pessoais. Ela realizou pesquisas, lidou com fontes, cruzou documentos para a produção de sua obra. A história pública, portanto, é um campo mais interessante para analisar a obra em questão.

O próprio conceito de elite citado pela autora é, em si, desafiador. Ora, se compreende elite como um grupo de pessoas que detêm poder, influência, prestígio numa sociedade, seja

¹⁷³ FONTES, Zilda Diniz. **Para meus filhos**. Goiânia: Kelps, 2023. p. 11. (grifo do texto).

¹⁷⁴ Idem, p. 64.

pela riqueza, acesso à educação formal, linha familiar, cargos políticos ou religiosos. Ocorre que a delimitação desse conceito não é tão simples, dado que se trata de uma noção fluida e carente de homogeneidade. Ademais, como foi possível perceber nesta pesquisa, a maior parte dos autores locais tinham fortes ligações com a elite local, seja por visão de mundo, seja por financiamento.

Zilda Diniz Fontes é representante, no mínimo, da elite cultural e intelectual da cidade de Morrinhos. Se por um lado, **Morrinhos: de Capela à Cidade dos Pomares** ignora a história de outros grupos sociais morrinhenses, como trabalhadores, mulheres (as poucas narradas são aquelas vinculadas à educação e à cultura de Morrinhos). Por outro lado, em peças de teatro de autoria própria, apresentou textos que vão muito além do conservadorismo que se poderia associar a ela. Dessa forma, Fontes foi uma autora complexa.

Os “vultos” selecionados por Zilda Diniz Fontes são de fato representantes da elite. Recorde-se, porém, que esse foi o próprio recorte estabelecido pela historiadora pública, ao afirmar que faria uma história a partir dos indivíduos que deram nome a ruas e espaços públicos municipais. Ao mesmo tempo que exclui uma parcela significativa da sociedade morrinhense, facilita a própria identificação do público leitor com a obra, afinal, ela explica quem são as pessoas que dão nome aos lugares que as pessoas habitam, frequentam, circulam e produzem suas memórias.

Não é apenas a história pública local que acaba se alinhando ao discurso da elite. Houve em vários momentos a historiografia acadêmica esteve (e em alguns contextos, ainda está) alinhada aos interesses das classes e grupos dominantes.

Como dito, **Morrinhos: de Capela à Cidade dos Pomares** está dividida em 7 partes. A primeira parte, “Histórico”, é de longe a mais referenciada por outros historiadores públicos, ao narrarem a história do município. A autora é ainda uma das grandes responsáveis por firmar na memória coletiva local a ideia de que a cidade foi fundada por Antônio Corrêa Bueno¹⁷⁵.

Como já expressei, esse livro é, sob vários aspectos, pioneiro e a própria historiadora pública local demonstrou consciência do pioneirismo de sua obra:

Este trabalho, escrito durante os intervalos que a faina diária permitiu, é o fruto de uma promessa feita a Pe. Antônio Fernandes dos Santos.

¹⁷⁵ Outros autores, como Guilherme Xavier de Almeida, atuaram nesse sentido até mesmo antes de Zilda Diniz Fontes. Da mesma forma, autores posteriores, como José Afonso Barbosa, têm sua boa parcela de contribuição nesse processo. Finalmente, alguns dos documentos históricos mais antigos sobre a cidade trazem registros sobre Antônio Corrêa Bueno e seus descendentes. É o caso de documentos que se encontram na Cúria Diocesana de Ipameri-GO, em que registros de casamento de membros dos Corrêa Bueno podem ser consultados.

Há muitos anos vinha ele mostrando a necessidade de se escrever sobre as famílias de Morrinhos que fizeram a história desta terra, concorrendo para o seu desenvolvimento político, cultural e artístico. Não poucas foram as vezes em que exortou a mim e a outros que gostam de escrever, a empreender essa tarefa. Ninguém se animava a fazê-lo, sabendo que teria pela frente um trabalho longo e cansativo, pois as fontes de pesquisa seriam poucas e, em muitos casos, falhas¹⁷⁶.

Esse excerto revela alguns aspectos importantes do que veio a ser o trabalho de Zilda Diniz Fontes como historiadora pública local. Em primeiro lugar, como escrito há pouco, a obra nasceu com um recorte claro, narrar a história de certas famílias do município “que fizeram a história desta terra”. A ideia partiu de um padre local que, segundo a própria autora, já trazia um objetivo específico. Ou seja, **Morrinhos**: de Capela à Cidade dos Pomares foi concebida a partir de bases conservadoras.

O segundo aspecto que o excerto revela é que a autora empreendeu uma pesquisa e teve de lidar com as poucas fontes disponíveis. Ainda assim, a autora venceu as dificuldades de acesso às fontes para escrever sua história focada nas personalidades que têm influência e prestígio na cidade. Não se observou o mesmo esforço para retratar os pobres e minorizados. Esses grupos que ficam à margem da historiografia oficial morrinhense.

Ainda falando sobre os limites daquilo que a própria Zilda Diniz Fontes almejou escrever, no capítulo intitulado “Vultos Morrinhenses”, a autora assim se justifica:

Toda cidade registra nas suas ruas, praças, escolas ou edifícios públicos nomes de pessoas ligadas à sua história. É uma forma de homenagear aqueles que os dirigentes do momento querem ver lembrados pelas gerações do futuro. Mas para que o sejam é necessário que o homenageado signifique alguma coisa mais que apenas o nome gravado numa placa ou frontispício. É imprescindível ser individualizado, tomar forma e sentido como ser humano diferenciado de qualquer outro semelhante¹⁷⁷.

A compreensão do que é história de Zilda Diniz Fontes é limitada pelos grandes homens e grandes feitos. Uma concepção ainda fortemente positivista, própria da produção que ocorria à margem da academia nessa época. Ocorre que, considerando-se a época de publicação da obra, já havia farta produção historiográfica que se preocupava com trabalhadores, mulheres, pobres, negros etc.

Quando a autora escreve “É uma forma de homenagear aqueles que os dirigentes do momento querem ver lembrados pelas gerações do futuro¹⁷⁸”, a impressão de uma obra alinhada

¹⁷⁶ FONTES, Zilda Diniz. **Morrinhos**: de capela a cidade dos pomares. Goiânia: Oriente, 1980. p. 13.

¹⁷⁷ FONTES, Zilda Diniz. **Op. cit.** p. 27.

¹⁷⁸ Idem. p. 27

aos interesses da elite se torna ainda mais evidente. Ora, os tais homenageados que foram biografados pela escritora já são homenageados com os nomes em ruas e espaços públicos, enquanto há uma multidão de silenciados na história de Morrinhos que jamais verão seus nomes gravados numa placa ou frontispício.

O poder de turno sempre está passível de ser mudado e a própria autora reconhece que não basta a chancela do governo para que alguém tenha sua história contada, ao apontar que “Mas para que o sejam é necessário que o homenageado signifique alguma coisa mais que apenas o nome gravado numa placa ou frontispício”¹⁷⁹.

A grande questão surge ao escrever que “É imprescindível ser individualizado, tomar forma e sentido como ser humano diferenciado de qualquer outro semelhante”¹⁸⁰. Zilda Diniz Fontes enxerga a elite política morrinhense como diferente das demais pessoas (e das demais elites), algo compartilhado pela maioria dos historiadores públicos locais morrinhenses. Essa é uma das armadilhas que a história feita pelo público pode incorrer. É preciso questionar em que momento os trabalhadores, as mulheres, os negros serão individualizados na história local.

Como se observará no próximo capítulo desta tese, Zilda Diniz Fontes deixa em segundo plano o mandonismo e o clientelismo existentes em Morrinhos, descrevendo um passado idílico. Para Bento, é o caso da ênfase que autora dá à alcunha Cidade dos Pomares que se atribui a Morrinhos, tanto que a pesquisadora compreende que o próprio título dado por Zilda Diniz Fontes é uma forma de se romantizar a história morrinhense, ao mesmo tempo que se desvia o foco de questões sensíveis sobre o passado da cidade.

Como visto anteriormente, a história pública pode ser encarada como uma forma de tornar acessível o passado ao público (*história para o público*). Não se ignora que a história é produzida a partir de escolhas (teóricas, metodológicas, de fontes). Contudo, nenhuma dessas escolhas é livre de intencionalidades. A obra da historiadora pública local Zilda Diniz Fontes nasceu ligada a interesses de um grupo social claro, a elite da cidade.

Para além do ineditismo e dos desafios com a pouca oferta de fontes, Zilda Diniz Fontes reconhece que o produto de seu trabalho apresenta falhas e faz um convite para que outras pessoas possam seguir pesquisando a temática.

Inúmeras falhas serão encontradas, bem o sei, algumas provenientes das fontes de pesquisa, outras minhas mesmo. Sinto-me, porém, em paz com a consciência porque, por mais modesta que seja a minha contribuição para o conhecimento da terra onde nasci, será sempre uma contribuição.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

O caminho está aberto. Que outros o sigam¹⁸¹.

O convite para que outros pesquisadores sigam a seara iniciada por Zilda chama a atenção. De um lado, a escritora aponta que sejam as fontes de pesquisa consultadas por ela, sejam os métodos empreendidos na análise têm falhas, ainda que tal realidade não invalide as contribuições que a obra deixa para a história local.

A própria origem em um anseio social da obra reforça o caráter de história pública de **Morrinhos**: de Capela a Cidade dos Pomares. Ora, historiadores se propõem a resolver problemas, a apresentar soluções a questões postas ou por eles formuladas. Zilda Diniz Fontes, por um caminho distinto daquele empregado pela Academia, responde a uma série de questões colocadas sobre a história de Morrinhos.

Como já reiterado, o trabalho não se destina à academia. Ao contrário, busca trazer ao público o conhecimento da história do local em que habitam. Nas palavras da própria autora: “Coletado nome por nome, procedeu-se ao levantamento biográfico de cada um e formado um capítulo que não poderia faltar neste livro cuja pretensão é tornar pública uma parte da história morrinhense”¹⁸². Essa citação é particularmente reveladora de uma Zilda Diniz Fontes como historiadora pública local, dado que é uma obra que buscou dialogar com o público.

A história não se torna pública apenas por meio de filmes, documentários, séries e outros meios disponíveis dentro da chamada cultura de massa. Ao contrário, a história se publiciza a partir dos meios pelos quais o público pode apropriar-se dela. Em Morrinhos, observa-se que os livros são um caminho de popularização da história local, seja por estarem disponíveis em bibliotecas e serem distribuídos na cidade, seja porque o conhecimento dessa obra circula na cidade¹⁸³.

De acordo com Bento:

O olhar de Zilda para a história da cidade também se resume a uma história linear, uma história de fatos sequenciais realizados por pessoas consideradas ilustres. Descreve o surgimento da cidade realizado por descendentes de bandeirantes, no início do século XIX, indicando a possibilidade de um novo bandeirantismo, composta por paulistas e mineiros, com destaque para os irmãos Correia Bueno. Salienta ainda a construção da cidade em volta de uma igreja construída em 1838 com o nome de Nossa Senhora do Carmo.¹⁸⁴

¹⁸¹ Ibidem, p. 13.

¹⁸² Idem, p. 27.

¹⁸³ A última parte dessa pesquisa, se apropriando da ideia de redes de circulação de Robert Darnton analisa os meios e os espaços em que essas ideias circulam.

¹⁸⁴ BENTO, Alline. **Op. Cit.** p. 45.

De fato, aqui se percebe uma limitação do trabalho de Zilda Diniz Fontes, que o distingue daquele empreendido na Academia. Zilda Diniz Fontes acabou cristalizando a ideia de que a cidade é fruto do empenho exclusivo da elite dominante local. É difícil dizer que essa impressão é fruto da ausência de uma formação acadêmica superior em história ou se há uma ligação entre a posição política da autora e a visão de mundo difundida em sua obra.

Em seus textos não se transparece claramente a posição política de Zilda Fontes. Sabe-se, de concreto, que se trata de uma mulher que cresceu num ambiente familiar permeado pela cultura e pela educação (por influência do pai, Juquinha Diniz), estudou fora de Morrinhos e se configurava como uma liderança no campo educacional e cultural da cidade. Ela era católica, ligada à paróquia local (tanto que o livro em questão nasceu a pedido do pároco) e dotada de alguma preocupação social.

Na obra **Para meus filhos**, uma coletânea de poemas e crônicas de autoria de Zilda Diniz Fontes. Em crônica de 29 de maio de 1972, ela apontou problemas advindos com as reformas da educação. Em especial, ela se mostrava preocupada com o fato de que não havia professores qualificados e que o Estado não apresentava soluções para qualificar os professores: “Como se vai conseguir essa qualificação, perguntamos nós, se não se dispõe de escola e se não há possibilidade de frequentar as da capital?”¹⁸⁵

É preciso lembrar que o Brasil vivia sob a censura da ditadura civil-militar (1964-1985) e os rigores da censura de então. Essa crônica foi produzida para ser lida na Rádio Morrinhos. Essa reclamação não deve ser entendida, porém, exclusivamente como uma postura crítica ao governo de turno. Ao contrário, logo em seguida, ela pleiteia para Morrinhos a criação de uma faculdade, citando o pioneirismo cultural e a posição geográfica privilegiada da cidade como justificativas para o pedido.

A preocupação com a criação de uma instituição superior em Morrinhos retorna em crônica de 27 de junho de 1972. Dessa vez, porém, a autora mostrou-se receosa de que outra cidade do sul de Goiás (talvez Itumbiara), acabasse vencendo o município. “Aí não nos restará outra solução a não ser lamentar o comodismo que não nos deixou agir no momento preciso. Só nos restará viver de estéril saudosismo do tempo em que merecíamos o título de Atenas de Goiás”¹⁸⁶.

Além da preocupação com a educação em Morrinhos, a autora demonstrou descontentamento com as mudanças advindas com a modernidade, como por exemplo, na

¹⁸⁵ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 23.

¹⁸⁶ Idem, p. 29.

liturgia católica. O harmônio, por exemplo, foi substituído por alto-falantes e discos. “São práticos, são modernos, não resta dúvida, mas nem um pouco poéticos. Paciência”.¹⁸⁷

Portanto, a leitura dessas crônicas não permitiu traçar o perfil político de Zilda Diniz Fontes, contudo, possibilitou perceber que se trata, acima de tudo, de uma pessoa que não hesitava em defender os interesses da cidade de Morrinhos e da arte. Dessa forma, **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares** é alinhado aos interesses da elite local, contudo, Fontes revela-se muito mais complexa que simplesmente classificá-la como conservadora ou elitista.

A história linear narrada por Zilda Diniz Fontes, apontada por Bento e observada na nesta pesquisa é também reducionista, nas várias acepções que essa palavra pode assumir. Reducionista porque exclui de suas páginas, como dito, mulheres, pobres, negros, indígenas e todos os grupos minorizados. Reducionista também porque, do ponto de vista geográfico, essa história se circunscreve nas áreas centrais da cidade¹⁸⁸. Reducionista, pois desconsidera lutas dos mais pobres e conflitos sociais certamente ocorridos. Ignora ainda disputas de memória e outras questões que poderiam ser incluídas no trabalho. Tais aspectos não seriam omitidos em uma obra acadêmica.

O livro **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares** não traz informações de como Zilda Diniz Fontes coletou ou tratou suas fontes. A autora, entretanto, fez questão de deixar claras as dificuldades para se levantar os documentos e fontes que serviram de base para a produção do trabalho. “Do fundo de vários baús extraiu-se o material do presente capítulo, e se mais não aparece é que não foi possível consultar outros baús”¹⁸⁹, asseverou a historiadora pública local.

Além de buscar documentos sobre a cidade de Morrinhos, Fontes conversou com algumas pessoas, como é o caso dos descendentes de Antônio Corrêa Bueno:

João morava em terras de Gerson Rodrigues da Cruz, no córrego do Borá. Três cômodos de pau-a-pique cobertos de telha, chão batido, fogão dos mais rudimentares com chapa de pedra-sabão. Viveu sozinho com suas relíquias históricas e sempre achou boa a vida assim, apesar da ameaça de morrer sem assistência. Dono de memória privilegiada, lembrava datas e nomes sem vacilar, sorrindo com a mais espontânea alegria quando o procuravam. Adorava animais e plantas e, por coincidência, na nossa visita, ao cair da tarde,

¹⁸⁷ Idem, p. 35.

¹⁸⁸ Na última parte dessa pesquisa, se observa que a história escrita por esses historiadores públicos locais se limita a uma região do centro histórico da cidade que vai da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, passa pelo Casarão do Coronel Hermenegildo de Moraes e chega à Praça do Coreto. Em área, essa região não cobre 300 metros quadrados.

¹⁸⁹ Idem, p. 125.

um João-de-Barro cantava alegre num pé de vinhático do quintal, onde fez seu ninho. Poucos meses depois falecia João Correia Bueno.¹⁹⁰

Zilda Diniz Fontes recorreu a conversas com pessoas da cidade para escrever seu livro. Certamente, não se espera que ela tenha lançado mão do aporte teórico e metodológico da história oral na pesquisa, entretanto, fica patente a preocupação da autora em levantar elementos que corroborassem a escrita que ela trouxe a público.

Assim, o trabalho de Fontes não merece apenas a alcunha de pioneiro, mas também a de um importante exemplar da história pública local morrinhense. A autora, portanto, no contexto da autoridade compartilhada foi uma das primeiras e principais vozes do passado do município. E, para narrar esse passado, a autora produziu uma obra de história, sendo, portanto, uma historiadora pública local.

2.2.1.2 Bruno José Vieira

Bruno José Vieira é outro autor que se dedicou a escrever sobre a cidade de Morrinhos. Ele é autor da obra *Morrinhos ao Som da Lira*, um livro que não traz data de publicação. Após uma pesquisa, no número 4 da “Revista da Festa de Arte de Morrinhos”, descobriu-se que o material foi lançado no ano de 1981, portanto, um ano depois de **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**. O próprio livro de Vieira corrobora isso, pois a biografia do escritor apresentada em **Morrinhos ao Som da Lira** é um condensado daquilo que está no texto de Zilda Diniz Fontes.

O autor nasceu em 27 de setembro de 1920, em Morrinhos:

Bruno fez os estudos primários no Grupo Escolar Cel. Pedro Nunes, o Curso Complementar e 1.º e 2.º Ano Normal na Escola Normal de Morrinhos, fundada pelo prof. José Cândido. Nessa escola aprendeu os rudimentos de teoria musical com Da. Mariquita Costa, o que lhe possibilitou continuar sozinho os estudos. Foi assim um autodidata na música, que tem sido companheira de toda a sua vida. Fecha-se a Escola Normal e os alunos são transferidos para o Colégio das Irmãs Agostinianas. Bruno vai também e cursa ali os dois anos que faltavam para receber o diploma de normalista. Mais tarde, já casado com Mirtes Neves de Castro Vieira, fez o curso de Técnico de Contabilidade na Escola Técnica de Comércio Gaspar Bertoni, dos Padres Estigmatinos.

Foi professor de canto no Ginásio Senador, Colégio Estadual Xavier de Almeida, sendo agora de Educação Artística. Trabalha também no

¹⁹⁰ Idem, p. 16.

Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, sobrando-lhe, em consequência, pouco tempo para dedicar-se à música¹⁹¹.

O pai de Bruno José Vieira, o maestro Vicente José Vieira é um dos nomes mais associados à música na cidade de Morrinhos (além de nome de uma das ruas da região central da cidade), de modo que Vieira seguiu a tradição da família, dedicando-se a essa arte. A apresentação da obra foi escrita por Zilda Diniz Fontes, que foi professora dele e uma das três pessoas a quem o livro foi dedicado (Guilherme Xavier de Almeida, escritor murrinhense e Mirtes Neves de Castro Vieira, professora e esposa de Bruno são as outras duas).

O livro é apresentado por Zilda Diniz Fontes como uma crônica *despretensiosa e comovente*. Para a autora, nenhuma outra pessoa, além do próprio Bruno José Vieira, reuniria as condições necessárias para escrever sobre a banda da cidade de Morrinhos, dado que ele cresceu cercado por uma família que vivia a música. Fontes celebra que Bruno José Vieira tirou do anonimato figuras ligadas aos primórdios da música no município.

A partir deste trabalho não será mais lícito ao murrinhense desconhecer a importância da Banda que por tantos anos viveu ligada aos acontecimentos da história desta terra.

Não será mais lícito permitir que a homenagem a Vicente José Vieira se restrinja a um nome pomposo de rua, quando o que esse homem desejava, acima de tudo, era a continuação da sua Banda¹⁹².

Portanto, a obra de Bruno José Vieira ganha a feição de, a um só tempo, preservar a memória de um aspecto central da identidade murrinhense (a Banda municipal, que, outrossim, liga-se com a vocação do município de ter uma vida cultural intensa), ao mesmo tempo que se torna um penhor para se garantir que a cidade continue sendo uma referência nos aspectos culturais e educacionais dentro do Estado de Goiás.

O autor começa descrevendo como era a cidade de Morrinhos. Sua narrativa tem início na figura de Antônio Corrêa Bueno, contudo, ao contrário de Zilda Diniz Fontes e de José Afonso Barbosa (que será analisado mais à frente), há apenas uma menção inicial ao fundador da cidade e depois, a figura desaparece para dar lugar a outras personagens que ganham maior destaque, à medida que o texto avança. Bruno José Vieira dá especial destaque a Juquinha Diniz, pai de Zilda Diniz Fontes e Nilza Diniz Silva, duas autoras também analisadas aqui, reconhecendo nele um pioneiro e grande incentivador da cultura local. De fato, como apontou

¹⁹¹ VIERA, Bruno José. **Op. Cit**, p. 5.

¹⁹² Idem, p. 11.

Fontes na apresentação da obra, a escrita de Bruno José Vieira segue o gênero de uma crônica histórica.

Por se tratar de um texto que versa sobre uma manifestação cultural do município, a música, é natural a escolha de Bruno José Vieira em dar menor destaque a Antônio Corrêa Bueno e um olhar maior para os nomes ligados à música e cultura locais, objeto de sua empreitada. Também houve um trabalho de pesquisa, coleta de informações e cruzamento de dados, como Zilda Diniz Fontes fez.

Bruno José Vieira intercala a narração dos fatos históricos com diálogos das personagens que ele se propõe a narrar. Apesar do enfoque dado à história das bandas de música de Morrinhos, Bruno José Vieira acaba entrando em discussões sobre a política morrinhense, se distanciando um pouco da ideia de uma política sem conflitos e inteiramente orientada para o bem comum, como escreveram a maioria dos historiadores públicos locais morrinhenses. Isso será mais bem discutido no próximo capítulo.

Bruno José Vieira, por outro lado, se percebe como alguém que escreve em nome da memória de uma instituição importante do município:

ISSO NÃO!... a minha, a NOSSA Banda de Música jamais ficará submergida na negridão do olvido, muito menos perdida longe, no espaço e no tempo. Ela viverá eternamente dentro dos nossos corações, pois é inalienável à história da ‘Cidade dos Pomares’ que tanto amamos, e a sua memória continuará sempre encarnando os tempos idos e vividos do Mestre SIMÃO e Mestre LÚCIO, do Major LIMIRIO e Tio VICENTE. e também simbolizando uma saudosa época em que Morrinhos, ao SOM DA LIRA, vivia sempre a cantar...¹⁹³

Observa-se, nesse trecho, um medo do esquecimento, acompanhado do saudosismo da época em que a Banda Musical exercia um papel importante na vida cultural do município. Há de se lembrar que a década de 1980, quando a obra foi escrita, popularizou tecnologias que permitiam o consumo de músicas gravadas, desobrigando as pessoas a ficarem presas às apresentações ao vivo, como ocorria nos séculos XIX e século XX.

Outro problema deve ser levantado a partir desse excerto. Bruno José Vicente valoriza a banda da qual ele próprio e seus familiares faziam parte. E outras expressões culturais, outros grupos, outros tipos de música? O próprio livro, como será visto no próximo capítulo, reconhece a existência de mais uma banda na cidade, que manteve suas atividades por certo período. O

¹⁹³ Idem, p. 95. Grifos do autor.

fato do escritor se ligar a uma dessas bandas (a mais antiga, reconheça-se) não é motivo para dizer que esse era o principal instituto responsável por se garantir a musicalidade do município, como a leitura da obra leva o leitor a crer.

Em 1983, a Rádio Morrinhos, a mais antiga a atuar na cidade, passou por uma grande reestruturação após ser vendida, tornando-se assim o principal veículo de informação e de difusão de músicas do município¹⁹⁴. Em paralelo, a Banda do município de Morrinhos entrou em ocaso. Se, de um lado, os historiadores públicos locais demonstram otimismo e celebram o progresso apresentado pela cidade de Morrinhos ao longo de sua formação, por outro, a tecnologia advinda com o progresso representa um risco de dissolução do passado que esses autores se prontificam a resgatar e salvar.

Como se observou no capítulo anterior, **Morrinhos ao Som da Lira** teve boa receptividade entre articulistas e na própria Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos. Não se pode ignorar que essa obra encontrou espaço no seio da elite local, não discutindo questões relativas às demais manifestações culturais populares.

2.2.1.3 Nilza Diniz Silva

Nilza Diniz Silva, irmã de Zilda Diniz Fontes, também deixou contribuições para a história de Morrinhos. Ambas são filhas de Juquinha Diniz (José Mendes Diniz), nascido no estado de São Paulo e, como dito, migrou para Morrinhos, tornando-se particularmente influente na cultura e na arte local. Ela nasceu no dia 26 de maio de 1925.

Recorrendo ao livro **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**, de Zilda Diniz, tem-se que Nilza Diniz Silva nasceu em Morrinhos e estudou em várias escolas da cidade e em Uberlândia, Minas Gerais. Fez faculdade em Ituiutaba, no mesmo estado, além de se formar em matemática na cidade de Goiânia. Foi professora em várias escolas de Morrinhos, trabalhando nas disciplinas de matemática, estatística e sociologia. Também foi funcionária da Empresa de Correios e Telégrafos, entre 1960 e 1966, quando transferiu seu cargo para a Secretaria da Educação¹⁹⁵.

No dia 03 de dezembro de 2015, a Universidade Estadual de Goiás (UEG), concedeu à Nilza Diniz Silva o título *Honoris Causa*. Além das três graduações, a escritora cursou uma especialização e um mestrado em Letras e Linguística, pela Universidade Federal de Goiás. Foi

¹⁹⁴CORREIA, Juca Ribeiro. **A história da Rádio Morrinhos**. 2008. 34 f. Monografia em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2008., p. 24.

¹⁹⁵ FONTES, Nilza Diniz. **Op. Cit.** p. 177.

figura central na fundação da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos. Deixou seis livros escritos e quatro peças teatrais. Após a morte de Zilda Diniz Fontes, Silva assumiu muitas das atividades da irmã, particularmente, à frente da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos, empreendendo esforços na construção do Teatro Juquinha Diniz. Faleceu no dia 23 de fevereiro de 2021 e está sepultada no cemitério São Miguel, em Morrinhos/GO.

No sítio eletrônico da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, há um perfil da autora. Lá, encontra-se que Nilza Diniz Silva era contabilista, bacharel em Filosofia, Ciências e Letras. Em 1992, a autora defendeu a dissertação de mestrado em Literatura Brasileira pela UFG, analisando a obra de José Godoy Garcia, **Hinos e Bandeiras do Telurismo**¹⁹⁶.

Essa dissertação foi publicada na forma de livro sob o título **Hinos e Bandeiras do Telurismo**. Nilza Diniz Silva afirma que empreendeu a pesquisa por reconhecer José Godoy Garcia como um dos responsáveis pelo Modernismo em Goiás. Ademais, a autora enxerga no autor uma patente preocupação com a valorização do espaço regional, o que também justificaria a necessidade de se empreender uma pesquisa sobre ele¹⁹⁷. Ela própria, Nilza Diniz Silva, é também uma poeta que tem no regional a sua fonte de inspiração.

Apesar da preferência pela matemática, Nilza Diniz Silva se dedicou à escrita de poemas, poesias, crônicas, letras de músicas e hinos de escolas, textos para jogral e paródias. Outrossim, escreveu o livro **Escola: célula importante da educação**, para documentar a história da educação no município de Morrinhos. Segundo a própria Silva, a ideia do livro surgiu a partir de um curso de especialização em Supervisão Educacional, feito na cidade de Goiânia, quando a autora entrou em contato com a teoria educacional do neozelandês Clarence Edward Beeby.

BEEBY expõe sua teoria (a que chama simplesmente hipótese) considerando que há quatro Etapas ou Estágios de Desenvolvimento de um Sistema Educacional e que o nível de instrução dos professores e a quantidade e o tipo de treinamento que recebem são os responsáveis pela passagem de um sistema educacional de um estágio para outro mais elevado [...] Esse estudo incentivou-nos a pesquisar sobre a Educação em nossa cidade, considerando os diversos tipos de Escolas que aqui se propuseram a ministrar conhecimentos, desde a alfabetização com todas as suas deficiências até a abertura da Faculdade, considerada o ápice dessa pirâmide tão irregular, mas que deu a Morrinhos lugar de destaque.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Disponível em: <https://www.aflag.com.br/academicas/87-nilza-diniz-silva>, acesso em 13 de out. de 2023.

¹⁹⁷ SILVA, Nilza Diniz. **Hinos e Bandeiras do Telurismo**. Goiânia: Kelps, 2012.

¹⁹⁸ _____. **Escola: célula importante da educação**. Goiânia: Kelps, 1995, p. 9.

Assim, Nilza Diniz Silva buscou demonstrar o desenvolvimento da educação no município. Segundo ela, a educação na região começou a partir de ações isoladas de leigos e, à medida que a cidade crescia, novas instituições de ensino foram estabelecidas. Portanto, a autora buscou mapear desde os rudimentos das letras ensinadas em Morrinhos até que “o processo foi tomando novo rumo, à medida que a cidade passou a receber o influxo do progresso e os responsáveis pelo ensino puderam receber melhor instrução sendo então treinados para o Magistério”¹⁹⁹.

Esses dois elementos marcam a escrita de Nilza Diniz Silva: um olhar evolucionista, que aponta como o desenvolvimento e progresso da cidade significou a chegada de novas visões educativas, mais modernas e atreladas a um ensino mais eficiente e, ao mesmo tempo, um olhar que celebra o progresso, nessa relação de mão dupla: à medida que o progresso chegava à cidade, a educação se desenvolvia enquanto a melhora a educação no município também foi um fator de progresso.

O livro de Nilza Diniz Silva segue o mesmo padrão adotado por outros autores que se dedicam à história de Morrinhos: um breve histórico da cidade, reconhecendo o trabalho de seus predecessores ao se levantar a história do município (notadamente, Zilda Diniz Fontes e Bruno José Vieira). Novamente, é feita uma censura quanto à conservação da documentação histórica acerca do município:

Muita coisa se perdeu da história de Morrinhos. Muitos registros foram destruídos pela ação do tempo ou pela negligência dos que deveriam trabalhar por sua conservação. Por outro lado, poucos morrinhenses registraram fatos e acontecimentos importantes, que constituem a história, a vida da cidade. Desses poucos, podemos salientar Celestino Filho, com **Ligeiros dados históricos geográficos de Morrinhos**, Zilda Diniz Fontes, com **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares** e Bruno José Vieira que nos conta a história das Bandas de Música de Morrinhos no livro **Morrinhos ao som da lira**²⁰⁰.

Ao mesmo tempo que recrimina a negligência que levou à perda de documentação histórica da cidade, Nilza Diniz Silva coloca-se a favor da visão elitista sobre o passado de Morrinhos veiculada pelos historiadores públicos locais já analisados, ao apontar que “poucos morrinhenses registraram fatos e acontecimentos importantes, que constituem a história, a vida da cidade”. Ao apontar Zilda Diniz Fontes e Bruno José Vieira como exceções a essa realidade, Nilza Diniz Silva coaduna com a ideia de que essas obras trazem a história do município que

¹⁹⁹ Idem, p. 10.

²⁰⁰ Idem, p. 11. Grifos da autora.

deve ser contada, ignorando as muitas outras histórias que foram silenciadas ao longo desse processo.

Como observado na obra de Zilda Diniz Fontes e em José Afonso Barbosa, Nilza Diniz Silva cita algumas informações coletadas com João Corrêa Bueno, bisneto de Jacinto, um dos irmãos de Antônio Corrêa Bueno. É de João a informação de que a capela que deu origem ao povoado teria sido construída entre 1833 e 1838. João teria conservado duas pontas de aroeira tiradas dos estios da capela e que, numa delas há a gravação a fogo das datas mencionadas.

A pesquisa empreendida por Nilza Diniz Silva consistiu em três passos. Em primeiro lugar, ela buscou ler o que foi escrito sobre a cidade de Morrinhos, de modo particular, o trabalho de Zilda Diniz Fontes, sua irmã. Em seguida, a autora realizou algumas entrevistas, depoimentos e, finalmente, visitou as escolas que ainda funcionavam no município quando o livro foi escrito.

Novamente, como no caso de Zilda Diniz Fontes, Nilza Diniz Silva não dispunha de formação superior em História, portanto, não ocorreu um empreendimento alicerçado na história oral ou em outras correntes historiográficas. Ainda assim, não se pode ignorar que há método e confrontação de fontes no trabalho realizado pela autora.

O ponto inicial da linha do tempo traçada por Nilza Diniz Silva é a criação das primeiras escolas no município, ainda antes do surgimento da primeira escola oficial, o atual Colégio Estadual Pedro Nunes. O ápice desse processo (permeado pela criação de várias instituições de ensino), para a autora, deu-se com a fundação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras (FECLEM), atualmente sede do Câmpus Sul da Universidade Estadual de Goiás.

Repetidamente, na introdução do livro, a escritora reconhece que o trabalho que ela empreendeu possui falhas, seja pela dificuldade de se levantar dados, seja por escolhas teóricas que a historiadora pública local realizou. Ela demonstra reconhecer que nem todas as fontes que ela encontrou ofereceram dados válidos para a pesquisa, denotando que, em maior ou menor medida a autora empreendeu uma crítica às fontes. Tanto é, que ela encerra sua introdução com um convite para que outros pesquisadores empreendam pesquisas sobre a história da educação em Morrinhos:

Outros trabalhos poderão aparecer em um futuro próximo, com mais detalhes, menos falhas, com embasamento teórico, que servirão de fonte de pesquisa aos estudiosos desta cidade. Esperemos que isto aconteça e que Morrinhos se beneficie com o registro de suas atividades educativas formadoras de sua História²⁰¹.

²⁰¹ Idem, p. 19-20.

Do ponto de vista teórico, Bebbly é o eixo sobre o qual se assenta a escrita de Nilza Diniz Silva. A todo momento, ela tece comparações entre os elementos levantados na pesquisa empreendida e as etapas descritas pelo teórico neozelandês. Além de livros e depoimentos, Nilza Diniz lança mão de textos publicados em revistas, contos e palestras proferidas por personalidades morrinhenses.

O texto de Nilza Diniz Silva é permeado de poemas e poesias²⁰², escritas não apenas por ela, mas por várias pessoas, muitas das quais são objeto de pesquisa da autora. Tais poemas são ilustrativos, segundo a própria escritora, do amor devotado por esses indivíduos à educação e/ou à cidade de Morrinhos.

Provavelmente pela própria natureza da pesquisa e obra empreendida por Nilza Diniz Silva (direcionada para a educação no município), observa-se nela, a exemplo do que aconteceu com Bruno José Vieira, uma maior presença de pessoas que não são ligadas à elite morrinhense. Professores e alunos dos mais diversos recortes sociais são citados no decorrer da obra, da mesma forma que músicos oriundos das mais diversas realidades também o foram no caso de Vieira.

Isso, porém, não eclipsa o fato de que há uma visão tradicional da escrita da história e da própria educação, por parte de Nilza Diniz Silva. Basta citar que a autora vincula a educação a uma noção positivista de progresso, ao mesmo tempo que faz uma história linear, ainda que mais aberta a atores de diferentes grupos sociais, algo que Zilda Diniz, por exemplo, não havia feito.

É preciso salientar ainda que, na obra de Zilda Diniz Fontes, **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**, no quarto capítulo, dedicado às letras, encontram-se citadas pessoas ligadas à educação, cuja origem remonta, na maioria absoluta dos casos, à elite morrinhense (sendo filhos, irmãos, parentes de políticos e coronéis do município, como no caso de Guilherme Xavier de Almeida, José Xavier de Almeida Junior e Raul Nunes da Silva).

Quinze anos, porém, separam a obra de Zilda Diniz Fontes da obra de Nilza Diniz Silva. Nesse intervalo, houve a criação da FECLEM e com ela a criação do curso de História no município de Morrinhos. Nesse período, novas unidades educacionais foram estabelecidas. Além disso, houve um aumento no número de graduados na cidade. Isso provavelmente influenciou a autora a adotar uma perspectiva mais holística que a de sua irmã. Finalmente,

²⁰² Algo comum na maioria dos historiadores públicos morrinhenses. Zilda Diniz Fontes parece ter sido a pioneira desse estilo, em que entremeia textos de caráter histórico com poemas. Outros historiadores públicos locais acabaram seguindo o mesmo caminho.

enquanto o texto de Fontes se propôs a ser um compêndio da história de Morrinhos, Nilza Diniz Silva lançou um olhar mais específico sobre um aspecto da vida local.

Uma última observação é necessária. Tanto Zilda Diniz Fontes quanto Nilza Diniz Silva são, as duas próprias, ligadas em alguma medida a uma minoria da cidade com acesso à educação formal, sobretudo na modalidade superior. Essa realidade se reforça, como dito, pelo fato de serem duas mulheres que historicamente tiveram, e ainda têm, maior dificuldade do que os homens no acesso à educação.

2.2.1.4 José Afonso Barbosa

José Afonso Barbosa é outro historiador público que exemplifica a necessidade de transcender a ideia de memorialismo. Autor profícuo, com formação superior em História, a obra do escritor apresenta grande circulação pela cidade.

Ele nasceu na zona rural do município de Morrinhos, no dia 03 de outubro de 1949. Ambos os avós eram naturais de Minas Gerais (Uberlândia, no Triângulo Mineiro). Pelo lado materno, o autor tem raízes em Patrocínio, cidade mineira em que Antônio Corrêa Bueno, tido como fundador da cidade, residiu antes de se mudar para Santa Cruz e depois para Morrinhos. Iniciou os estudos na zona rural, mudando-se para a cidade aos dezesseis anos, quando passou a estudar nas escolas do município, no período noturno. Graduiu-se em História, pela Universidade Estadual de Goiás (turma 2003-2006).

Procurei alcançar a grandeza da alma. Não me contentei com a mediocridade sugerida pelo destino. Determinado, domei o animal xucro que vivia dentro de mim. Lutei incansavelmente para atingir minha meta. Não foi fácil vencer as trevas da ignorância. Só com muito esforço consegui vislumbrar a sabedoria. Contudo, ela parecia inatingível. Mas não esmoreci. Busquei-a noite e dia. Foi dura a queda de braços. A sorte parecia desprezar-me, rir da minha cara. Mas não me dei por vencido. Esforcei-me mais ainda, desesperadamente. Devorei uma montanha de livros. Alumiei, com a lanterna da alma, as curvas do destino. Hoje, como em noite de lua clara, navego no oceano do saber, maravilhado com a informação que brota de cada letra, de cada palavra, de cada frase, de cada verso, de cada livro...²⁰³

Esse trecho, escrito pelo autor e colocado na introdução de um de seus livros, chama atenção ao fato de que ele teve algumas dificuldades em seu caminho para a própria formação. É fato que José Afonso Barbosa foge do tipo ideal de memorialista que é mais comum no Brasil: um membro da elite, com alguma formação acadêmica (Direito, Medicina, Engenharia e outros) que, ao se aposentar se dedica à escrita das memórias do local em que vive.

²⁰³ BARBOSA, José Afonso. **Na trilha do passado**. Goiânia: 2015, p. 9.

José Afonso Barbosa, ao contrário, tem origem simples, sendo um trabalhador do campo que buscou na dedicação aos estudos um meio de ascensão social. Ele relata ter trabalhado em várias áreas, como boia-fria, calçador de rua, vigilante bancário, comerciante, fazendeiro, vendedor e representante comercial. Finalmente, chegou a exercer cargos de confiança (ligados à área cultural do município), durante os mandatos de Rogério Carlos Troncoso Chaves e de Joaquim Guilherme Barbosa de Souza.

Autor profícuo, em 16 de dezembro de 2011, o decreto municipal n.º 1.133 o nomeou “Embaixador Cultural da Cidade de Morrinhos”. O decreto foi assinado pelo então prefeito Cleumar Gomes de Freitas. Foi um dos principais articuladores da fundação da Academia Morrinhense de Letras, no ano de 2004, da qual o historiador público foi presidente por quatro mandatos²⁰⁴.

José Afonso Barbosa escreveu poesias e livros dedicados à história da cidade de Morrinhos. O primeiro livro publicado pelo autor, **Corcel do Tempo**, no ano de 1982, foi de poesia (muitas delas, tendo Morrinhos como tema). Já o primeiro livro sobre a história da cidade de *Morrinhos, o Triângulo da História*, foi lançado no ano de 2011. **Na Trilha do Passado, A História da Vila Bela Através da Fotografia, Imigração: Quem Acolhe Colhe, Os Frutos da Terra e Antônio Corrêa Bueno: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX** completam a lista de obras sobre a história local já publicados pelo escritor que segue em atividade, no momento dessa pesquisa.

Algumas das obras históricas de José Afonso Barbosa misturam dados trazidos a partir de pesquisa em arquivos e fontes com licença poética, fruto da imaginação do autor. Ainda assim, não se ignora que o autor lidou com uma variedade de documentos, como assinala o próprio escritor: “Consultando documentação histórica referente à cidade de Santa Cruz de Goiás, que se encontra nos arquivos da Diocese de Ipameri, chegamos à conclusão de que a cidade de Morrinhos teve seu início em 1822”²⁰⁵.

O historiador público local buscou deixar claro aos leitores que suas reflexões foram fruto de pesquisas. A preocupação em ressaltar isso ao leitor é tão patente que, com pequenas variações, a frase acima citada aparece em outras publicações de José Afonso Barbosa, sempre apontando que ele fez uma consulta nos arquivos da Igreja católica (seja em Morrinhos, seja na Diocese de Ipameri).

²⁰⁴ No último capítulo, há uma seção dedicada à Academia Morrinhense de Letras, em que mais detalhes sobre essa instituição são oferecidos ao leitor.

²⁰⁵ Idem. p. 18.

Esse mesmo autor que denota toda uma preocupação em deixar claro que suas informações são fruto de pesquisa, igualmente, não teme em escrever usando a própria imaginação para produzir algumas de suas obras. É o que se vê, de modo particular, em **Antônio Corrêa Bueno**: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX. Esta narrativa, que alguns denominarão memórias, outros real/fantástico, outros ainda romance histórico.

Digo apenas que é um simples tributo a quem a cidade de Morrinhos deve todo seu passado de glórias e conquistas, anunciando ainda um porvir de infinita grandeza, concebidas pelas mãos campesinas daquele que deixou como herança ao seu povo, o amor ao trabalho, o zelo da terra de onde sai o pão nosso de cada dia.²⁰⁶

Nesse livro, José Afonso Barbosa se propõe narrar a viagem de Antônio Corrêa Bueno às terras que dariam origem ao município de Morrinhos. Não há muitas fontes e dados que permitam ao autor descrever o caminho percorrido por aquele que se considera o fundador da cidade.

Ao investigar as raízes de José Afonso Barbosa em Patrocínio, pode-se perguntar se o destaque dado a Antônio Corrêa Bueno não é um meio de incluir o próprio autor na história de Morrinhos, enfatizando as contribuições dos mineiros no desenvolvimento da cidade. De outro modo, o próprio autor tem ascendência mineira, logo, ele valoriza um grupo.

Apesar da forte presença de Corrêa Bueno na escrita da história pública local morrinhense, é fato que o nome dessa personagem histórica não aparece em alguns momentos decisivos da história de Morrinhos, como, no registro de doação de terras ao patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, fonte considerada por Zilda Diniz Fontes e pelo próprio José Afonso Barbosa o documento fundador da cidade. Esse documento, na forma de uma escritura pública, foi assinado em 26 de março de 1845, possibilitando em 31 de julho do mesmo ano a elevação da Capela Curada de N. Sra. do Carmo dos Morrinhos à condição de Matriz de uma nova paróquia desmembrada da Paróquia de Santa Cruz.

A doação foi feita pelo Capitão Gaspar Martins da Veiga, um nome pouco citado na história da cidade de Morrinhos. Não há rua ou prédio público com o nome dele. Por outro lado, Antônio Corrêa Bueno é epônimo de um bairro e do museu público municipal, localizado no prédio que serviu de Câmara e cadeia local, em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo.

²⁰⁶ BARBOSA, José Afonso. **Antônio Corrêa Bueno**: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX. Goiânia: Kelps, 2020. p. 15.

Essas homenagens citadas, porém, ocorreu após a publicação do livro de Fontes, fazendo dela uma das principais responsáveis por criar o mito ao redor de Corrêa Bueno.

Ilustração 2 - Museu Antônio Corrêa Bueno



Fonte: Wesley Ribeiro Alves (2024)

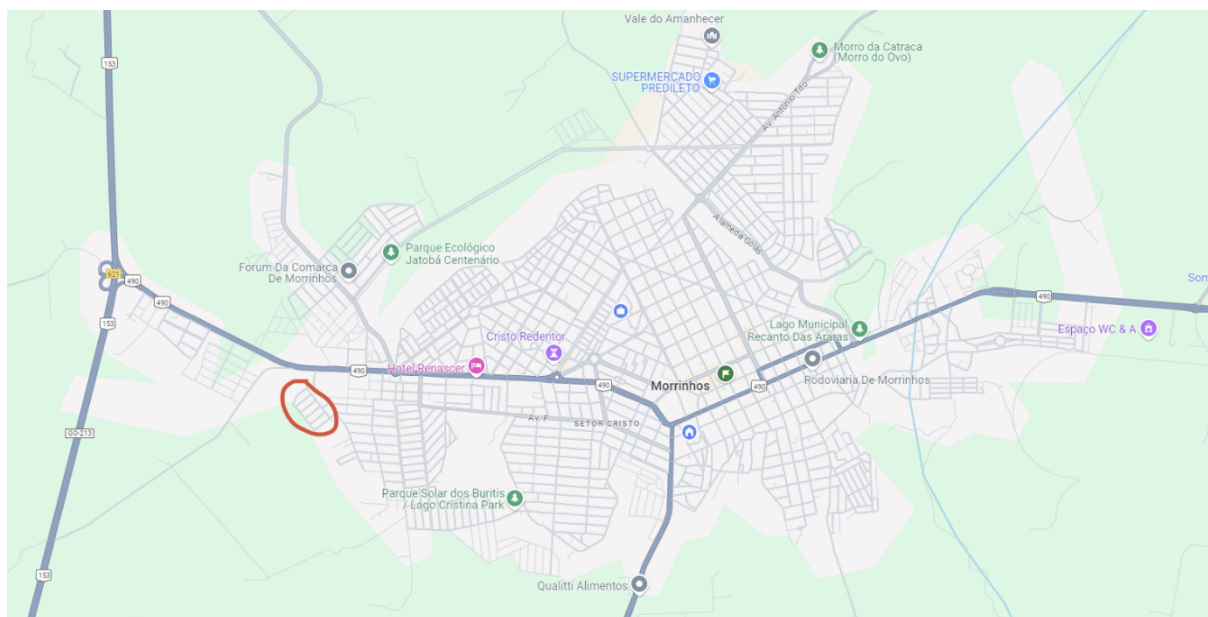
Também contribui para o foco na figura de Antônio Corrêa Bueno o fato de se atribuir a ele grau de parentesco com Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, fundador da Cidade de Goiás (à época, Arraial de Santana) e de Santa Cruz (de onde Morrinhos foi desmembrada), nas primeiras décadas do século XVIII, sendo por extensão, considerado o fundador do próprio Estado de Goiás, seguindo a historiografia tradicional.

Para uma cidade que aspirava ser importante líder política do Estado, esse parentesco serviria ao mesmo tempo para dar maior destaque a Morrinhos na história goiana, fazendo-a participante da criação de Goiás, enquanto justifica a alegada vocação do município para uma posição de liderança no Estado. Mais que isso, confere às elites locais uma aura de empreendedorismo e espírito aventureiro, tal qual muitos autores atribuíram, ao longo do tempo, às figuras dos bandeirantes.

Na apresentação do livro dedicado à história de Antônio Corrêa Bueno, encontra-se: “O nome mais importante da história de nossa Terra é o de Antônio Corrêa Bueno e o mais esquecido e nunca lembrado pelos administradores do município, no momento de prestar

tributos às personagens insignes, que ocupam lugar de destaque nos anais de nossa História.”²⁰⁷
 O livro foi escrito em 2020. Apesar dos protestos de José Afonso Barbosa, Antônio Corrêa Bueno a essa altura, já tinha seu nome usado para nomear o museu da cidade (onde o próprio Barbosa trabalhou), além do próprio bairro Antônio Corrêa Bueno já existir nesse momento, em que pese ser um dos empreendimentos imobiliários mais recentes da cidade de Morrinhos.

Ilustração 3 - Mapa da Cidade de Morrinhos (Destaque para o Residencial Antônio Corrêa Bueno)



Fonte: Google Maps (2004).

A área marcada no mapa se refere ao Residencial Antônio Corrêa Bueno. O bairro está localizado em uma das áreas de expansão da cidade de Morrinhos, no sentido da BR-153. De fato, é uma região de ocupação urbana bem mais recente do que aquela observada ao redor da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, cuja construção se atribui ao próprio Antônio Corrêa Bueno e familiares. Apesar da presença da personagem histórica ter sido observada desde as primeiras obras que tratam da história da cidade, só mais recentemente essa figura tem ocupado o espaço público, nomeando logradouros da cidade.

Para o autor, a justificativa para a ausência de referências a Corrêa Bueno na cidade se justifica pelo fato de a homenagem a vultos centrais da história de Morrinhos não trazer votos para os políticos:

E, quando alguém questiona seus gestores quanto a não homenagem aos grandes vultos que consagraram o nome de nosso município, uma vez que as homenagens que são realizadas, geralmente, não são feitas respeitando a linha descendente, com o justificado mérito, o que se ouve dos homens públicos

²⁰⁷ Idem. p. 11.

como justificativa é que os "vultos históricos antigos não dão votos. As pessoas importantes desaparecidas mais recentemente, mesmo sem o devido merecimento público pelos reais serviços prestados à comunidade, dão, sim, retorno político, que traduzido da linguagem politiqueria, quer dizer 'votos'.²⁰⁸

Assim, José Afonso Barbosa associa o apagamento de personagens que ele considera centrais na história de Morrinhos ao pouco capital político que essas pessoas poderiam agregar aos gestores e candidatos municipais. É esse encobrimento da história de Morrinhos em nome de interesses eleitorais o motivo que fez com que o historiador público local escrevesse um livro em homenagem ao "ilustre fundador" do município.

Contudo, ao patrocinar e elaborar uma história focada na figura do "bandeirante" mineiro que se encontrava incriminado e que veio para regiões longínquas de Santa Cruz recomeçar com a família a própria vida, José Afonso Barbosa e os outros historiadores públicos locais acabaram contribuindo para outros apagamentos.

Não se encontram nas páginas desses autores os povos originários que habitavam a região. Fica-se com a impressão de que a área que se constituiria Morrinhos nunca foi ocupada por nenhuma comunidade indígena. Mais que isso, fala-se muito da figura de Corrêa Bueno e de outros líderes políticos locais, mas nenhuma linha sobre os escravizados que havia no município. Não há uma palavra sobre as trabalhadoras, trabalhadores, pobres e minorizados que contribuíram para a edificação da cidade.

Ainda mais, os mesmos políticos que, segundo José Afonso Barbosa, apagaram Antônio Corrêa Bueno da história e da memória coletiva local são depois analisados e elogiados pelo próprio historiador público local, o que acaba reforçando o ciclo de exclusões e apagamentos na história pública local de Morrinhos.

O livro **Antônio Corrêa Bueno: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX** é, dessa forma, classificado pelo autor como escrito a partir da memória histórica. Contudo, o livro se ancora em pouquíssima documentação histórica, dado que, salvo algumas informações constantes na documentação eclesial, inexistem dados sobre a comitiva de Antônio Corrêa Bueno que chegara à cidade de Morrinhos.

José Afonso Barbosa se mostra ciente das implicações que a obra dele possui:

Esta narrativa, que alguns denominarão de memórias, outros de real/fantástico, outros ainda de romance histórico. Digo apenas que é um simples tributo a quem a cidade de Morrinhos deve todo seu passado de glórias e conquistas, anunciando ainda um porvir de infinita grandeza, concebidas

²⁰⁸ Idem. p. 11.

pelas mãos campesinas daquele que deixou como herança ao seu povo, o amor ao trabalho, o zelo da terra, de onde sai o pão nosso de cada dia.²⁰⁹

Portanto, o próprio autor reconhece que seu livro dedicado a Antônio Corrêa Bueno transita entre o real e o romance, entre a história e a memória. O autor, porém, prefere fugir dessa contenda, realçando a proposta de que o livro é um tributo a uma figura alçada por ele à centralidade da história de Morrinhos.

Segundo os dados levantados por José Afonso Barbosa, Antônio Corrêa Bueno nasceu na zona rural de Santo Antônio do Monte, em Minas Gerais, sendo o quinto filho do casal João Caetano Corrêa Bueno e Antônia Maria de Jesus. “Criança bonita e saudável passou pela primeira infância gozando de toda a liberdade no campo, praticando todo tipo de brincadeira de criança naquele tempo primoroso, quando os meninos e meninas faziam seus próprios brinquedos e deliciavam a vida ao ar livre, cheios de peraltices.”²¹⁰

Note-se, porém, que o Antônio Corrêa Bueno acusado de cometer um crime desaparece na escrita de José Afonso Barbosa. Ao contrário, foca-se nas características de Corrêa Bueno como trabalhador, dedicado à terra e à família. Todavia, a questão de Barbosa ter escrito uma ficção ou uma obra de história volta à tona no prefácio do livro, escrito por uma pessoa que não é identificada:

Na sua narrativa, com marcas cunhadas entre romance e fatos históricos, ficção e realidade, percebem-se detalhes minuciosos de uma comitiva de mineiros que saiu de Patrocínio (MG), passando por diversas regiões do sul do Estado de Goiás [...] O que se faz mais interessante é a estratégia utilizada pelo autor, em que utiliza um caminhar de fatos históricos e reais dentro de uma ficção atrativa e com riqueza dos usos, costumes, a fé em Nossa Senhora do Carmo, a cultura do viajante e meio de superação de imprevistos e das dificuldades geradas pelas incertezas do devir²¹¹.

Portanto, o prefácio aponta para o fato de que se está diante de uma ficção²¹². Ainda assim, José Afonso Barbosa se valeu de estratégias discursivas para conferir verossimilhança ao seu texto:

Registra-se o conteúdo do livro em terceira pessoa, na perspectiva de narrador observador e, salpicado, por muitas vezes, com o uso do discurso indireto livre, o que faz realçar uma maior veracidade dos acontecimentos em curso

²⁰⁹ Idem, p. 15.

²¹⁰ Idem, p. 30.

²¹¹ Idem, p. 25-26.

²¹² O prefácio não traz autoria, mas se pressupõe ser do próprio José Afonso Barbosa, visto que o autor não tem o hábito, em suas obras, de convidar terceiros para escreverem.

[...] Veja, pois a característica discursiva em pequenos trechos do discurso indireto livre, em que revelam a força de expressão e autenticidade dos fatos.²¹³

O autor ainda lançou mão de outro recurso para conferir mais credibilidade à sua obra, o uso de fotografias. O autor alterna fotos antigas do município de Morrinhos e fotos atuais. Todas as fotos usadas nesse livro são monocromáticas, o que pode ser justificado pelos custos de impressão que aumentam consideravelmente para as obras coloridas. Entretanto, um efeito secundário dessa estratégia é que todas as fotos presentes na obra se envolvem numa aura de antiguidade, conferindo-lhes uma sensação de historicidade ainda maior, no sentido de algo ligado ao passado de Morrinhos.

Boris Kossoy se dedicou a refletir sobre a relação entre história e fotografia. “Toda fotografia tem atrás de si uma história”²¹⁴. Como salienta o historiador, em primeiro lugar, houve uma intenção para que a foto existisse, buscando-se registrar um determinado tema do real. Em segundo lugar, a própria foto materializada é, por si mesma, um elemento histórico e, finalmente, os caminhos percorridos por ela, por meio das pessoas que a viram, a guardaram e a manusearam.

A fotografia conserva um fragmento determinado da realidade, como assevera Kossoy. Contudo, se trata de um fragmento selecionado com base em certas intenções, para atender a determinadas finalidades²¹⁵. Na obra de José Afonso Barbosa, como se observará, o autor claramente quis conferir maior verossimilhança ao texto através do uso das imagens que serão discutidas a seguir.

Reconhecendo a importância da fotografia nos estudos históricos de diversas áreas do saber, Kossoy não apenas aponta seu valor documental, mas lembra a própria existência de uma história da fotografia, em que a imagem precisa ser alvo de uma análise historiográfica.

Kossoy estabelece uma série de marcos metodológicos para refletir sobre o emprego de fotografias. Para o historiador, refletir sobre a finalidade de produção das fotos se revela uma estratégia profícua, pois:

Ao contrário de apreciações estetizantes - voltadas exclusivamente à "qualidade artística ou técnica das imagens", colocando à margem qualquer preocupação maior com o referente e elaboradas a partir de conceitos tradicionais empregados na apreciação da obra de arte pictórica -, é na decifração da finalidade a que se destinavam as imagens que se encontrará um

²¹³ Idem, p. 26.

²¹⁴ KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 4ed. São Pulo: Ateliê Editorial, 2012. p. 47.

²¹⁵ Idem, p. 50.

rico veio para a compreensão da estética fotográfica nos diferentes períodos de sua história.²¹⁶

Essa abordagem, conforme o próprio Kossoy, permite que o pesquisador compreenda como estética e ideologia, dois componentes fluidos e indivisíveis, estão implícitos na representação fotográfica. Uma série de exemplos é dada pelo autor, como as missões fotográficas encomendadas por governos e em divulgação e promoção comercial de produtos. Em paralelo, buscou-se interpretar o contexto sociocultural das imagens selecionadas por José Afonso Barbosa. Ainda recorrendo a Kossoy, observa-se que a fotografia reúne múltiplas informações da realidade selecionada²¹⁷. Isso se torna ainda mais visível nas imagens que ilustram a obra de Barbosa.

Para se alcançar isso, realizar-se-á análise iconográfica e a interpretação iconológica de cinco páginas a seguir que foram digitalizadas diretamente do livro **Antônio Corrêa Bueno: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX**:

Ilustração 4 - Página 27: Livro **Antônio Corrêa Bueno**



Fonte: BARBOSA, José Afonso. **Antônio Corrêa Bueno: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX**. Goiânia: Kelps, 2020, p. 27.

Iconograficamente, a foto mostra a primeira imagem da padroeira de Morrinhos, Nossa Senhora do Carmo, sob uma mesa de madeira, em tons monocromáticos. Sob a interpretação

²¹⁶ Idem, p. 144.

²¹⁷ Idem, p. 150.

iconológica, percebe-se que de todas as fotografias que aparecem na obra em questão, essa talvez seja a mais importante e a que mais confere verossimilhança ao texto de José Afonso Barbosa. Trata-se de uma imagem de madeira, do século XIX, que teria sido trazida pelo próprio Antônio Corrêa Bueno. Essa imagem é pouco vista pelos fiéis e pelas pessoas que moram na cidade de Morrinhos. Ela se encontra sob guarda dos padres estigmatinos, que atendem a Paróquia Nossa Senhora do Carmo²¹⁸.

Por muitos anos, ela ficou guardada na residência paroquial, fazendo com que poucos devotos que tinham acesso à casa dos padres pudessem vê-la. Fora disso, a imagem era usada em raros momentos especiais, como alguns congressos ou momentos festivos da paróquia. A imagem não é utilizada nem mesmo na festa da padroeira do município, quando se usa imagens maiores, seja para a novena, seja para a procissão e coroação da imagem realizadas no dia 16 de julho.

Atualmente, a imagem se encontra na casa paroquial, onde residem os padres que trabalham na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, portanto, longe dos olhares da maioria dos fiéis da cidade. Apesar da importância dessa imagem, o leitor do livro não é informado de que se trata de um artefato importante na história e na religiosidade do município. As informações trazidas aqui são frutos dos conhecimentos do pesquisador.

Kossoy reforça que as fotografias são um meio de conhecimento pelo qual se visualizam microcenários do passado, entretanto, a imagem não reúne em si o conhecimento do passado. Para o autor, o aporte do signo escrito continua sendo indispensável para os historiadores que buscam compreender as imagens acerca do passado.

Uma das categorias gerais de fontes fotográficas mais frequentes é a dos originais fotográficos tal como foram produzidos no passado, os artefatos de época, encontrados principalmente de forma avulsa ou como parte integrante de álbuns de família ou de uma variada gama de publicações²¹⁹.

É o caso da fotografia da primeira imagem de Nossa Senhora do Carmo do município de Morrinhos, que figura no livro de José Afonso Barbosa. Por mais que o autor não teça

²¹⁸ Na Matriz Nossa Senhora do Carmo, encontra-se outra imagem mais nova para a veneração pública dos fiéis. Mesmo durante a Festa da Padroeira do Município (cujos eventos costumam ter lugar entre o final de junho e a primeira quinzena de julho, com o ápice entre os dias 9 e 16 de julho), a imagem exposta para veneração não é essa imagem pioneira. Recentemente, porém, os padres locais têm utilizado essa imagem (e outras) para visitar empresas e instituições públicas morrinhenses durante o mês de junho, convidando a população para participar dos festejos.

²¹⁹ KOSSOY, Boris. **Op. Cit.**, p. 83.

nenhuma análise ou explicação sobre os motivos da presença das fotos no livro, elas permanecem ali, para estabelecer um vínculo entre o leitor e o passado da cidade.

Como se observará a seguir, essa imagem da Padroeira de Morrinhos disputa lugar com outras fotografias que não são contemporâneas aos acontecimentos narrados pelo autor e que ocupam tão somente a função de ilustrar o texto, não sendo problematizadas ou analisadas por José Afonso Barbosa, como se faria numa pesquisa histórica tradicional, por exemplo.

Ilustração 5 - Página 97: Livro **Antônio Corrêa Bueno**



Fonte: BARBOSA, José Afonso. **Antônio Corrêa Bueno**: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX. Goiânia: Kelps, 2020, p. 97.

A página 97 traz duas imagens da igreja matriz Nossa Senhora do Carmo. A primeira foto traz a segunda matriz de Morrinhos, uma igreja com duas torres, localizada numa praça com algumas árvores ao redor da construção. Trata-se da foto de uma pintura. Embaixo, vê-se a imagem da terceira matriz de Morrinhos, com apenas uma torre. Ao fundo, observa-se a presença de uma casa, numa fotografia de fato. Ambas, estão em tons monocromáticos.

As duas imagens, no plano iconológico, buscam ilustrar na obra de José Afonso Barbosa, o peso do catolicismo na história local. Enquanto a primeira matriz perdurou até a década de 1910, a segunda existiu entre as décadas de 1930 e 1970. No quarto capítulo desta tese, é possível perceber como a figura dessa matriz está mais presente no município do que o próprio prédio atual da igreja Nossa Senhora do Carmo.

As antigas fotos da matriz não são apenas um marco de reforço ao catolicismo local. Elas também se referem aos tempos áureos da cidade, quando ela tinha maior destaque na política e economia do estado de Goiás. Nessa igreja, os membros da elite celebrados pela história pública local se batizaram, casaram-se, tornaram-se compadres.

Ilustração 6 - Página 111: Livro **Antônio Corrêa Bueno**



Fonte: BARBOSA, José Afonso. **Antônio Corrêa Bueno**: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX. Goiânia: Kelps, 2020, p. 111.

A imagem traz uma fotografia de uma igreja em tons monocromáticos (ao contrário, os traços arquitetônicos são notadamente distintos do templo da padroeira local). Não é possível afirmar que se trata do templo dedicado à Nossa Senhora do Carmo em Morrinhos. Ao lado dele, observam-se casas. Há a presença de uma grande cruz, na frente da igreja, normalmente, um marco de missões religiosas organizadas por congregações e ordens de padres e/ou freiras. Um grupo de cavaleiros montados está no primeiro plano da imagem capturada. A comparação com outras imagens reconhecidamente da matriz morrinhense leva a crer que não se trata da igreja da cidade, sobretudo pela falta de uma torre e pelas diferenças das casas construídas ao redor.

No plano iconológico, a imagem serve para ilustrar um trecho do próprio livro do autor:

Domingo era o dia de a família de Antônio Corrêa Bueno engalanar-se toda e ir visitar o arraial para assistir à missa, confessar seus pecados e fazer sua oblação, cumprindo, assim, os compromissos com a justiça divina. Era também a ocasião de confraternizar-se com amigos e parentes, em alegres

almoços e jantares regados a churrasco, cantoria e muita cachaça, não faltando ainda a dança, o jogo de truco, a queda de braço e o desafio na montaria de potros selvagens. Os animais eram tão arredios que, só de passar a mão no seu pelo, o baio tremia todo, de tão arisco que era. Esses encontros serviam ainda para traçar planos para o futuro do distrito, que já dava ares de crescimento. Preocupava bastante aos responsáveis pelo arraial o crescente número de crimes praticados na localidade, que eram frequentes, principalmente nos quiosques e cabarés, com leve destaque para os crimes de encomenda e lavagem da honra. Inclusive era solicitada a ajuda ao Governo da Província para o reforço da tropa policial para o combate à criminalidade. Com o sol já quase beijando a noite, a família Corrêa Bueno se despedia da parentela e seguia para o sítio, seu recanto de paz e sossego.²²⁰

Nota-se que a pessoa fugira de um crime cometido em Minas Gerais passe, na cidade de Morrinhos a se preocupar com crimes cometidos no arraial que crescia. Ademais, na pena de José Afonso Barbosa, os membros da família Corrêa Bueno se mostram católicos devotos, que vão à cidade para as suas orações. Dessa forma, a imagem da igreja não é acompanhada por nenhuma rubrica que lhe traga informações e/ou fontes, mas, ao mesmo tempo, assume uma função maior que a simples ilustração do livro, desempenhando o papel de conferir verossimilhança àquilo que o autor escreve.

A citação acima coloca a questão: até que ponto a história de Antônio Corrêa Bueno, narrada por Barbosa não é a própria história do autor? Não seriam essas experiências e vivências do próprio escritor, vividas por ele mesmo ou ouvidas de antepassados, amigos e familiares?

²²⁰ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.**, p. 113.

Ilustração 7 - Página 59: Livro **Antônio Corrêa Bueno**

Fonte: BARBOSA, José Afonso. **Antônio Corrêa Bueno**: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX. Goiânia: Kelps, 2020, p. 59.

No plano iconográfico, a imagem da página 59 traz um homem sozinho cercado de três cavalos e montado num quarto. A paisagem ao redor lembra a vegetação típica do Cerrado. O homem tem um chapéu, roupas de sertanejo e, nos cavalos, traz uma série de objetos, no que aparenta ser um movimento migratório ou desempenho de alguma atividade profissional que envolva o deslocamento dessas coisas. Existe uma estrada de terra visível na imagem. Novamente, não há nenhuma fonte ou data sobre a foto. Contudo, é impossível que se trate de uma foto da época de Antônio Corrêa Bueno.

Ao longo dos séculos XIX e XX, houve movimentos migratórios para várias regiões do país. A imagem reforça a ideia de que a vinda de Antônio Corrêa Bueno e seus companheiros para a região que seria Morrinhos foi cercada de dificuldades e trouxe consigo uma áurea de desbravador corajoso. Ocorre que, por não se tratar de uma imagem contemporânea aos fatos narrados, algumas questões podem ser colocadas.

A estrada presente na imagem não condiz com uma via do primeiro quartel do século XIX. Trata-se de um caminho relativamente largo que se tornou comum à medida que os veículos automotores se popularizaram, no século XX. Supõe-se que em uma região pouco explorada como na época, houvesse mais mata do que a imagem captura sugere. É possível

observar alguns objetos como malas sendo carregados nos cavalos. São objetos, porém muito mais ligados à segunda metade do século passado que ao século XIX ou começo do XX.

Como lembra o próprio Kossoy:

A fotografia não está enclausurada à condição de registro iconográfico, isento dos cenários, personagens e fatos das mais diversas naturezas que configuram os infinitos assuntos a circundar os fotógrafos, onde quer que se movimentem. Há um olhar e uma elaboração estética na construção da imagem fotográfica. A imaginação criadora é a alma dessa forma de expressão; a imagem não pode ser entendida apenas como registro mecânico da realidade dita factual²²¹.

A imagem, introduz um fato narrado por José Afonso Barbosa, a perseguição à comitiva de Antônio Corrêa Bueno por parte de um homem chamado Tadeu. Segundo o texto de José Afonso Barbosa, Tadeu havia se desentendido com Guimba, um escravo de confiança de Corrêa Bueno, levando-o a expulsar Tadeu da comitiva.

Se Antônio Corrêa Bueno é o herói da narrativa de José Afonso Barbosa, Tadeu foi alçado à condição de grande vilão. E isso se fez não apenas pelo caráter duvidoso de Tadeu, mas também pela sua aparência física. Pode-se afirmar, portanto, que Tadeu é o anti-Antônio Corrêa Bueno, pois se o último nasceu uma criança bonita e foi bem cuidado na infância, Tadeu sofreu desde cedo com o abandono parental e a exclusão da sociedade.

Tadeu parecia assombração de tão desajeitado que era, a feiura em pessoa. [...] Havia gente que, quando o via, corria de medo dele. A natureza lhe fora madrastra. [...] Tadeu era o próprio espantalho, sendo assim, era tratado à distância. A comida, quando a recebia, era engolida no curral, no meio dos animais. Dormir, só mesmo no paiol, no meio de pulgas, carrapatos, ratos e baratas. [...] Transar, só mesmo com bicho. Achava normal. O gosto era o mesmo, dizia. Às vezes, tinha vontade de deixar um bichinho, mas não valia a pena. Ter filho seria aumentar a dor no mundo. Já tinha 20 crimes nas costas, era matador de aluguel. “Quebra de milho” era sua diversão. Seu Schimdt 38, que lhe fora presenteado por seu padrinho [...] Tadeu era caolho e manco, a caolhice aconteceu quando era menino. [...] O defeito na andadura foi motivado por um acidente com um machado.²²²

Ainda segundo José Afonso Barbosa, a mãe de Tadeu tentou enterrar o filho quando esse nasceu. A falta de afeto desde o nascimento teria motivado essa pessoa a se tornar um assassino de aluguel. Assim, a imagem inicial da história auxiliou na ilustração da narrativa, fornecendo ao mesmo tempo, um senso de realismo para o leitor.

²²¹ KOSSOY, Boris. **Op. Cit.**, p. 51.

²²² BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.**, p. 61-63.

Segundo o texto de José Afonso Barbosa, Tadeu conseguiu o que queria. Após alguns dias rondando a comitiva, por volta de duas horas da manhã, atacou Guimba com 20 facadas na altura do tórax e, finalmente, o degolou. Quatro componentes da comitiva, ouvindo os gritos da vítima, teriam se reunido, encurralado Tadeu e deferido contra ele um tiro no peito. Enquanto o escravo Guimba foi enterrado numa cova rasa, com as orações de um capelão que acompanhava a comitiva, o corpo de Tadeu foi deixado no caminho, para ser comido pelos urubus²²³.

Tadeu é mais do que uma figura necessária de contraponto ao herói da história de José Afonso Barbosa. É possível interpretar Tadeu como um arquétipo de todas as dificuldades que Corrêa Bueno, em sentido estrito, e a própria cidade de Morrinhos, em sentido lato, tiveram de enfrentar para que se estabelecessem. Antônio Corrêa Bueno era a criança bonita, saudável, criada com liberdade, criatividade, numa família bem estruturada. Tadeu, em seu turno, era a criança feia, indesejada, sem bons atributos. Em que medida o primeiro não representaria a própria Morrinhos, uma cidade bonita, pequena, de família, mas vocacionada ao desenvolvimento, que precisou lutar contra o atraso, as dificuldades e os entraves para o progresso?

Retome-se uma descrição feita pelo autor: “Tadeu era o próprio espantalho, sendo assim, era tratado à distância. A comida, quando a recebia, era engolida no curral, no meio dos animais”. Tadeu aqui representa o atraso, uma vida que se desenrola entre animais, em que inclusive se praticava zoofilia. Antônio Corrêa Bueno, em seu turno, se revela como a antítese de tudo isso. Essa disputa entre os dois aponta, nessa perspectiva, para o fato de que os pais fundadores da cidade seriam figuras de caráter e moral distintas.

Os termos escolhidos por José Afonso Barbosa para descrever Tadeu também denotam uma visão preconceituosa do autor. Algumas expressões são ofensivas a pessoas com deficiência, além de haver um claro esforço do escritor em tentar inferiorizar tudo aquilo que difere do herói de sua escrita, Antônio Corrêa Bueno. Esse preconceito, portanto, serve para rechaçar tudo o que diverge da historiografia pública estabelecida por ele.

Mesmo se tratando de uma narrativa que transite pelo ficcional, percebe-se que certas escolhas são muito reveladoras do pensamento do autor, que enxerga a cidade de Morrinhos como em todos os aspectos uma cidade distinta, já que ela lutou contra a barbárie, selvageria e atraso e venceu, simbolicamente representado pela luta de Antônio Corrêa Bueno e seu rival, Tadeu.

²²³ Idem, p. 74.

Muitas imagens aparecem com o intuito de ilustração:

Não é incomum encontrar-se livros, relatórios e outras publicações contendo cópias fotográficas de época coladas nas páginas dos mesmos a título de ilustração. Incluem-se ainda nesta categoria as coleções de vistas rurais e urbanas, retratos e outros temas lançados comercialmente pelas editoras ou mesmo por estabelecimentos fotográficos do passado.²²⁴

Entretanto, no trabalho historiográfico não se pode restringir o papel das fotografias à ilustração. Kossoy argumenta que a informação visual do fato representado na imagem capturada não é colocada em dúvida. Há uma objetividade positivista creditada à fotografia, algo que persiste ainda hoje. “Decorre desta certeza universal um corolário perigoso: tudo o que a fotografia registrou é verdadeiro”²²⁵.

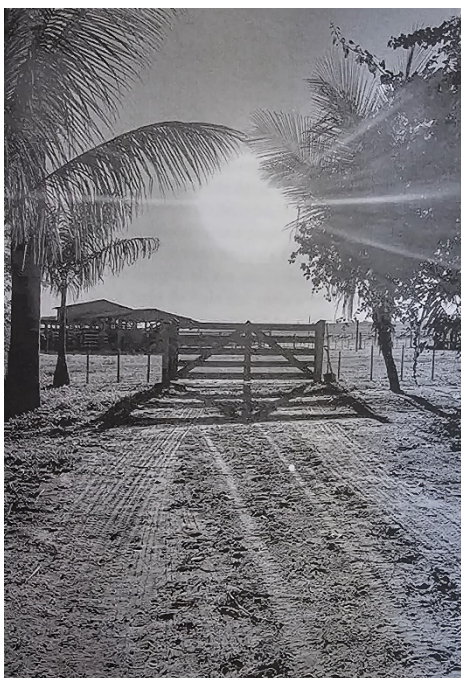
Kossoy aponta a existência de dois tipos de fontes fotográficas tomadas por escritores. Em primeiro lugar, aquelas “tomadas pelo autor por puro prazer documental ou estético, por sua vontade própria, desvinculada, em princípio, de alguma aplicação imediata”²²⁶ e aquelas encomendadas a fotógrafos profissionais. Na obra de José de Afonso, trata-se do primeiro caso. A fotografia é uma interpretação da realidade. Para além de questionar a veracidade do registro fotográfico, busca-se compreender como José de Afonso Barbosa se articula com as fotos escolhidas por ele. Não são oferecidos ao leitor dados sobre a autoria das imagens. É bem possível que o próprio José Afonso Barbosa tenha sido o autor de alguns desses registros.

A última imagem que foi digitalizada do livro, é a constante na página 115 do livro de Barbosa.

²²⁴ KOSSOY, *Op. Cit.* p. 83.

²²⁵ *Idem*, p. 115.

²²⁶ *Idem*, p. 116.

Ilustração 8- Página 115: Livro **Antônio Corrêa Bueno**

Fonte: BARBOSA, José Afonso. **Antônio Corrêa Bueno**: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX. Goiânia: Kelps, 2020, p. 115.

Outra foto de uma fazenda contemporânea, cuja presença busca conferir verossimilhança aos relatos tecidos pelo autor. No plano iconográfico, é uma porteira ao final de uma estrada marcada por pneus de veículos automotores. Palmeiras e outras árvores estão presentes na foto monocromática. Ao fundo, os telhados de uma estrutura da fazenda são visíveis. Foi uma fotografia tirada contra o sol.

Percebe-se não se tratar de uma foto do século XIX ou do começo do século XX por alguns fatores. Em primeiro lugar, a porteira, a cerca e o curral ao fundo da imagem são de modelos adotados nas fazendas contemporâneas. Além disso, a presença de rastros de veículos automotores, como caminhonetes, carros e motocicletas, igualmente denota que não se trata de uma fazenda do município de Morrinhos em seus primórdios. A própria foto, a qualidade da exposição, os efeitos que se notam no sol sinalizam o fato de que foi utilizado um equipamento mais atual para a produção da fotografia.

Essa imagem, introduz a história de Ângelo Albuquerque e Geraldo Albuquerque, moradores da Fazenda do Barreiro, que está localizada no município de Morrinhos. O primeiro sofria de crises de convulsões que tratadas por um curandeiro na cidade de Catalão (distante aproximadamente de 174 km de Morrinhos). Já Geraldo, havia sido diagnosticado com

hanseníase (chamada de lepra por José Afonso Barbosa), ele acabou levado para um leprosário em Vila Boa, de onde não mais chegaram notícias acerca dele.

É uma imagem de caráter ilustrativo, que, porém, serve para reforçar o papel do agronegócio na formação da identidade e da economia murrinhenses. Ao usar uma foto contemporânea para se referir a um momento passado, José Afonso Barbosa passou a impressão de que os atuais agricultores e fazendeiros são herdeiros dos ditos desbravadores do município.

Apesar do foco na figura de Antônio Corrêa Bueno e em seus familiares, o livro se abriu para o debate de outras personagens que fizeram parte da história dos primórdios de Morrinhos. Isso posto, o livro **Antônio Corrêa Bueno: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX** busca preencher uma lacuna apontada na pesquisa, a pouca produção que existe acerca da cidade de Morrinhos no século XIX. Seja a historiografia, seja os memorialistas e historiadores públicos, há uma ênfase na Morrinhos do século XX. De fato, a documentação sobre o século XIX é diminuta em Morrinhos, o que explica essa lacuna.

O livro conclui contando como supostamente ocorreu falecimento de Antônio Corrêa Bueno, que teria acontecido na própria Vila de Morrinhos:

Os festejos a Nossa Senhora do Carmo eram justamente a razão da ida de Antônio Corrêa Bueno à vila, já que ele era a pessoa mais importante do lugar, por ser o fundador e patrono da vila, sendo, por isso mesmo, reverenciado pela comunidade local. Sua chegada era aguardada com enorme expectativa. Na verdade, ele era a peça chave (*sic*) do evento. Já na vila, Antônio Corrêa Bueno visitou alguns familiares, parentes e amigos²²⁷.

O livro não cita o ano em que a morte de Antônio Corrêa Bueno ocorreu, o que se torna pouco relevante para José Afonso Barbosa, do que situar a morte do fundador da cidade no período da festa de Nossa Senhora do Carmo, de 07 a 16 de julho. Deve-se sublinhar que essa festa não tem uma dimensão apenas religiosa, dado que em 16 de julho também se celebra o aniversário da cidade de Morrinhos.

Alguns pontos dessa narrativa precisam ser discutidos. Em primeiro lugar, a festa da padroeira da cidade nem sempre ocorreu no período destacado pelo autor. Na realidade, houve casos em que as festividades foram suspensas. O formato de uma festa que começa no dia 07 de julho, com uma novena que se estende até o dia 15, sendo o dia de Nossa Senhora do Carmo celebrado a 16 de julho é relativamente recente. O próprio José Afonso Barbosa, como se verá, cita a Festa do Centenário (celebrada pela primeira vez em 1945), como a origem desse formato.

²²⁷ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.**, p. 171.

De fato, na atualidade, a festa da padroeira da cidade de Morrinhos é importante no calendário local, tendo sido, inclusive, inserida no Calendário Cívico Cultural do Estado de Goiás²²⁸.

Outro ponto a ser questionado é o relevo atribuído pelo autor à figura de Antônio Corrêa Bueno na cidade de Morrinhos. Ora, ao se conferir outros documentos e textos, inclusive escritos por José Afonso Barbosa, percebe-se que coronéis e pessoas com mais recursos financeiros é que tinham real destaque na cidade de Morrinhos. Não é o caso de Antônio Corrêa Bueno, conforme a própria escrita de Barbosa aponta.

Na sequência, José Afonso Barbosa afirma que Antônio Corrêa Bueno descera pela Avenida das Flores, tomado por lembranças, ora agradáveis, ora dramáticas, de sua vida. Essa caminhada de Corrêa Bueno, mais que um deslocamento espacial, assume a feição de um encontro do criador com sua maior criação, a cidade de Morrinhos.

Ao chegar à Praça do Coreto, chamou sua atenção uma apresentação da Banda de Música Lira Santa Cecília, tendo à frente de sua apresentação o Maestro, saudoso Mestre Simões Ribeiro de Queiroz, que sempre dedicou sua vida e sua arte à cultura do lugar, enriquecendo as festas, tertúlias e saraus, pródigos na localidade.²²⁹

Algumas questões precisam ser levantadas aqui. Ao se analisar a obra de Bruno José Vieira, **Morrinhos ao som da Lira**, um livro dedicado à história da Banda de Música da cidade de Morrinhos, observa-se que segundo o levantamento do autor, a primeira banda da cidade deve ter sido formada por volta da década de 1860, que tivera como primeiro regente, Simões Ribeiro de Queiroz. É possível, portanto, que de fato Antônio Corrêa Bueno tenha visto a formação dessa banda.²³⁰

Contudo, relata o próprio Bruno José Vieira que Simões Ribeiro de Queiroz conduziu a primeira Banda de Morrinhos por pouco tempo, pois fora acometido por problemas na coluna vertebral, que restringiu as atividades musicais dele, o obrigando a passar o comando para outra pessoa, Lúcio Rosa de Almeida, um descendente de escravizados. Não são citados, na obra de Bruno José Vieira, nenhum vínculo de amizade entre Simões e Corrêa Bueno, o que, em existindo de fato, seria uma grande lacuna do autor, dado que isso seria um elemento importante da biografia do maestro: ser amigo do fundador da cidade. Essa amizade, provavelmente, é fictícia, visto que, em 1860, Bueno já teria falecido e a Praça do Coreto é da década de 1920.

²²⁸ A Lei Estadual 19.211 de 07 de janeiro de 2016, do Estado de Goiás, incluiu no Calendário Cívico Cultural do Estado de Goiás, a festa de Nossa Senhora do Carmo, que ocorre entre os meses de junho e julho.

²²⁹ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.**, p. 171.

²³⁰ VIERA, Bruno José. **Morrinhos ao Som da Lira**. s/l, s/e, 1981. p. 25

O relato de José Afonso Barbosa continua. Antônio Corrêa Bueno se sentou, enquanto Mestre Simões Ribeiro de Queiroz executou uma música dedicada ao fundador da cidade.

Ao final da apresentação, Antônio Corrêa Bueno, emocionado, agradeceu a cada um dos artistas, reverenciando-os e também ao público, que o aplaudia com grande entusiasmo. A seguir, Antônio Corrêa Bueno sentou-se na cadeira novamente, papeando com seu irmão Caetano Corrêa Bueno, dando ótima gargalhada, justamente quando o assunto girava em torno da caça abatida naquele dia, o veado campeiro, seu esporte preferido, momento em que Antônio Corrêa Bueno teve morte súbita (dizia-se que a pessoa havia morrido de repente), causando verdadeiro reboiço na praça, e logo em toda a vila e no seu entorno. Mas ainda era possível ouvir a canção a ele dedicada pelo Mestre Simões Ribeiro de Queiroz que se espargia nos céus de Vila Bela.²³¹

José Afonso Barbosa não se contenta por situar a morte de Antônio Corrêa Bueno no centro da urbe. A Praça do Coreto localiza-se atrás da igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, local onde teve início o povoamento da região, ou seja, a morte de Corrêa Bueno está, a um só tempo, no centro da cidade e no centro da história local. Como se observará no último capítulo desta tese, o Coreto e a Igreja Nossa Senhora do Carmo, com o Casarão do Coronel Hermenegildo de Moraes formam o lugar mais importante na escrita dos historiadores públicos locais de Morrinhos.

José Afonso Barbosa transcreveu a canção que supostamente foi dedicada ao fundador da cidade por Simões Ribeiro de Queiroz.

O sol desce,
A noite vem.
Meu peito suspira, Hora do Amém.

De Minas aqui vim, Lavrei o chão goiano.
Colhi belos frutos,
Disso me ufano.

Cheguei à velhice,
Glória dos escolhidos.
Firmei contratos,
Corri os montes,
Sempre fiel à Virgem do Carmo
E Seu projeto esclarecido.

Vila Bela,
Presente da Virgem Santa.
Joia do Sul goiano,
Que Deus à Glória levanta.

²³¹ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 172.

Brava gente,
 Bela história conduz.
 Nasceu sob os sinais
 Da Mãe Santíssima,
 Triunfa sob a Luz.²³²

Não se apresenta nenhuma comprovação para a autoria da música citada acima, seguindo a mesma tendência observada nas fotos e episódios apresentados pelo escritor ao longo de sua obra. Sem embargo, José Afonso Barbosa, como citado em sua biografia é também autor de poemas, aliás, sobre isso eram os primeiros livros publicados por ele e é comum encontrar poemas da lavra dele mesmo nos livros de história de Morrinhos por ele escrito. Finalmente, essa letra não se encontra referenciada em nenhum outro livro, seja nas obras de história pública, seja nas obras acadêmicas. É difícil imaginar que Bruno José Vieira ou Zilda Diniz Fontes não teriam referenciado esse texto. Assim, parece mais plausível acreditar que a música seja de autoria de Barbosa.

Antônio Corrêa Bueno fechava os olhos para a vida, concluindo, assim, uma bela página da história goiana, que teve seu início lá no longínquo ano de 1822, quando aqui chegou, dando início ao surgimento e organização de um povoado, depois distrito, vila, até se tornar uma bela cidade, que se tornaria a "Sala de Visitas de Goiás", orgulho dos murrinhenses, dos goianos²³³.

Logo, não apenas a vida, mas também a morte de Antônio Corrêa Bueno foi investida de uma aura de sacralidade. Novamente, toda essa centralidade dada por José Afonso Barbosa à figura do fundador do município, vincula-se a uma forma do próprio autor se vincular à história da cidade que ele se propõe narrar. Há, pois, uma convergência entre a história de Corrêa Bueno e a do próprio José Afonso Barbosa, este último, descendente de pessoas vindas da mesma cidade de onde veio Bueno.

Antônio Corrêa Bueno, dessa forma, foi alçado à condição de uma figura visionária, ainda que fosse analfabeto. Heroico, Bueno assume ares de um bandeirante do século XIX, uma espécie de *selfie made man* (homem que fez a si mesmo) do sertão, que lutou contra todas as intempéries para criar uma cidade em um local desabitado. José Afonso Barbosa, segundo seus próprios relatos é também um homem que, de origem humilde, se fez a si próprio, através das letras e dos estudos.

Nos demais livros de José Afonso Barbosa, aqueles dedicados à história do município propriamente dito, encontra-se um historiador que segue a cartilha tradicional da escrita da

²³² Idem, p. 173.

²³³ Idem, p. 174.

história de uma cidade do porte de Morrinhos. O foco do autor se volta para os grandes feitos e os grandes nomes da cidade. Enquanto Zilda Diniz Fontes privilegiou as figuras que nomeavam os logradouros da época em que **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares** foi escrito, José Afonso Barbosa volta seu olhar para os que ocuparam o cargo de intendente ou prefeito.

Não é raro que José Afonso Barbosa repita textos em vários de seus livros. Por exemplo, os livros **Triângulo da História** e **Nas Trilhas do Passado** conservam muitas similaridades entre si, ainda que o primeiro seja mais volumoso, por trazer a transcrição de leis, decretos e documentos consultados pelo historiador público.

O autor, ao contrário de Zilda Diniz Fontes, permite-se um maior lirismo em suas colocações, em especial, ao discutir a fundação e o futuro da cidade de Morrinhos. Contudo, a exemplo de Fontes, José Afonso Barbosa é igualmente ufanista, adotando um tom elogioso ao descrever as personagens e feitos históricos do município de Morrinhos.

Além do principal defensor da memória de Antônio Corrêa Bueno, José Afonso Barbosa é particularmente incomodado com o fato de Morrinhos celebrar a sua própria fundação a 16 de julho de 1845. Ele, em todos os seus livros, insiste que tal situação é fruto de um erro da própria Igreja Católica do município que acabou sendo replicado pela imprensa escrita da cidade e entrando no imaginário local.

A Igreja, e demais membros da sociedade morrinhense, num erro involuntário, passaram a citar a data de 1845, como a fundação do Arraial, o que é um tremendo disparate, pois a data de 31 de julho lembrava apenas a criação da Paróquia e não a fundação do Arraial, que se deu justamente em 1822, vinte e três anos antes, portanto. A não separação do ano dos dois eventos causou um nó na história do município, passando os órgãos públicos, escolas e demais segmentos da sociedade, a ver na data da fundação da Paróquia a data da fundação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos, gerando uma tremenda confusão.

Em 1945, a Igreja teve a ideia de comemorar o centenário da elevação da Capela de Nossa Senhora do Carmo à condição de Freguesia, insistindo no erro não intencional de não separar as datas dos dois acontecimentos de alta relevância nos destinos da cidade. Persistindo, assim a confusão, causa de graves prejuízos históricos à sua comunidade.²³⁴

A preocupação de José Afonso Barbosa com a data de fundação do município vai ao encontro da preocupação do autor em se valorizar a figura de Antônio Corrêa Bueno, dado que as duas coisas estão intimamente ligadas. “Na verdade, a cidade de Morrinhos já contava com

²³⁴ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.**, p. 364-365.

cento e vinte e três anos de vida, pois a fundação do Arraial se deu em 1822, pelo mineiro Antônio Corrêa Bueno, que viera para o sertão goiano fugido da justiça mineira”²³⁵.

José Afonso Barbosa insiste que se divulgue o ano de 1822 como o de fundação da cidade e não o de 1845. Para o autor, a insistência no ano errado causa um *gravíssimo dano histórico* ao município. O gravíssimo dano histórico a que se refere o historiador público é, sem dúvidas, a figura de Antônio Corrêa Bueno que acaba eclipsada na historiografia local, uma vez que, ao se tomar a fundação da Paróquia como marco inicial do município, a história do bandeirante perde destaque para a presença de instituições como a própria Igreja e o Estado.

De resto, os pontos em comum com o livro de Zilda Diniz Fontes, ainda que seguindo um estilo, métodos e visão um tanto distinto, também valem ao trabalho de José Afonso Barbosa os mesmos problemas vistos na obra da historiadora pública local. O escritor acaba entregando uma história linear, calcada nos grandes feitos e nos grandes homens do município, excluindo os mesmos grupos que ficaram de fora da produção de Zilda Diniz Fontes e que, nas obras de Bruno José Vieira e Nilza Diniz Silva apareceram pelas contingências dos objetos que cada um analisou, respectivamente.

2.2.2 O Memorialismo no campo da história pública

Ao propor uma reflexão sobre a relação entre a história e o público que a produz e consome, o campo da história pública pode servir para se debater o papel do memorialismo na escrita do passado das cidades. Esta seção é dedicada a analisar dois autores cujas obras são memorialísticas, contudo, eles trazem características próprias daquilo que se convencionou entender como esse gênero textual.

A já citada Ana Cláudia Fonseca Brefe, como discutido na introdução da tese, apresentou aquilo que a Academia compreende ser a literatura memorialística. Uma crônica biográfica de um período, na qual o escritor expõe fatos dos quais ele participou ou teve conhecimento situacional. Esse gênero, como já apontado, remonta à França medieval. São memorialistas, nessa concepção clássica, homens ricos que fazem da escrita do passado um trabalho secundário ou mesmo um passatempo. Por vários aspectos, como se verá nesta seção, essa definição mostra-se limitada e contraproducente.

Sebastião Bento da Silva e Gabriel da Silva são dois autores que tiveram significativamente menos acesso à educação formal do que todos os autores analisados nessa

²³⁵ Idem, p. 366.

pesquisa. São os únicos dois que não tiveram acesso ao ensino superior. O primeiro cursou o Ensino Médio, o segundo não chegou a terminar o Ensino Fundamental.

Ao analisar um texto de Jill Liddington, Ricardo Santhiago asseverou: “Em um dos primeiros textos estrangeiros sobre o tema vertidos para a língua portuguesa, a historiadora britânica Jill Liddington insistiu na história pública como uma prática, ‘escorregadia’, mas positivamente ecumênica”²³⁶. Esse ecumenismo aludido pelo autor brasileiro aponta a história pública como uma arena plural de diálogo e compartilhamento. Por ser plural, trata-se também de um espaço suscetível a conflitos, contradições e mesmo aporia.

Em artigo, cujo título se questiona acerca da história pública no Brasil, Ricardo Santhiago realizou uma reflexão acerca da expansão do acesso ao ensino superior no país e da Comissão Nacional da Verdade, respectivamente nos governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) Dilma Rousseff (2011-2016). Em paralelo, proliferaram livros de história, revistas e publicações que passaram a ser consumidos pela população. O avanço da internet, então, fez com que novas produções culturais chegassem ao público, como filmes, documentários, minisséries e outras produções audiovisuais.

A “ida ao público” significou, em grande medida, uma busca por resguardar o valor do historiador, dos métodos de pesquisa histórica e de sua autoridade profissional frente a outros agentes e procedimentos potencialmente danosos à cultura histórica [...] Diante desse prognóstico, a história pública pôde ser vista como uma tábua de salvação, e não mais como um cordão de perguntas inconvenientes (Quem constrói a história? Quem a consome? Quem está em condições de consumi-la? Quem decide o que é relevante enquanto história?).²³⁷

Assim, a história pública para Santhiago emergiu como um duplo rótulo. De um lado, ela é capaz de oferecer identidade e legitimidade profissional ao historiador que já atuava fora de sala de aula, sem o reconhecimento dos pares. Todavia, ela também se revelou capaz de promover situações e espaços de intercâmbio, discussões de boas práticas, em torno de atividades até então realizadas de maneira intuitiva ou voluntarista.

Isso não se opera sem riscos ou desafios. Com o aumento do interesse do público pela história, emergiriam revisionismos, ameaças ao Estado democrático e de direito, à liberdade de cátedra e de expressão, dentre outros problemas. Nessa seara, Ricardo Santhiago apontou que ocorreu um realinhamento da história pública feita no Brasil, não com modelos de ampliação

²³⁶ SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? *In*: MUAD, Ana Maria. SANTHIAGO, Ricardo. BORGES, Viviane Trindade. (Org.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 323-330. p. 324.

²³⁷ Idem, p. 326-327.

de audiências, mas como formas orgânicas de diálogo social, com as tradições de pesquisa narrativa e participava que, aos historiadores do presente brasileiro, não são estranhas²³⁸.

É assim que, segundo Santhiago, a história pública no Brasil pode contribuir para repensar modos de leitura e significação do passado, além de releituras de tradições intelectuais diversas. Assim, Ricardo Santhiago defende ser impossível falar em *uma* história pública brasileira, mas sim em *alguma* história pública brasileira.

[...] seu ‘ecumenismo’ [*da história pública*] congênito desdobra-se em uma espécie de desconforto diante da dogmatização conceitual, da ritualização de procedimentos, do confinamento entre ‘o que é’ e o que não é história pública, do alargamento do abismo entre historiadores e outros intérpretes do passado – gestos que pasteurizam e, assim, privatizam essa prática, cuja riqueza reside precisamente em seu caráter pulsante, instável, imprevisível, desmistificando, que exige a todo tempo uma reinvenção do *ethos* do pesquisador. História pública, como já escrevi, é menos um receituário do que ‘um dispositivo capaz de animar uma reflexão com consequências práticas, estimulando a revisão e a revitalização dos princípios e das práticas do pesquisador’.²³⁹

Sendo esse espaço “ecumênico” como pensado por Santhiago, pode-se, assim, compreender o memorialismo como um gênero da história pública. De outro modo, como se evidencia neste capítulo, memorialistas também podem ser tomados como historiadores públicos, uma vez que, através de seus métodos de escrita e pesquisa, eles estabelecem uma relação dinâmica com o público.

Seguindo Santhiago, a história pública não é percebida como um objetivo final, uma nova subdisciplina ou uma profissão. Trata-se de um procedimento descentralizado, que deve ter na escuta, no reconhecimento e nas trocas verdadeiras como sua base metodológica. A história pública, assim, surge como um meio para a construção de um diálogo polifônico com a disciplina histórica, um diálogo feito a partir de diferentes perspectivas teóricas, experiências e inserções²⁴⁰.

Nesse cenário, buscou-se compreender o trabalho de Sebastião Bento da Silva e de Gabriel da Silva. Dois historiadores públicos que lidaram com o passado e o presente das tradições culturais morrinhenses. É importante frisar que esses autores não reivindicam para si o título de historiadores. É esta tese quem o faz, enfatizando o caráter público de seus textos.

²³⁸ Idem, p. 327-328.

²³⁹ Idem, p. 329.

²⁴⁰ Idem, p. 329-330.

Isso ocorre porque buscaram, através do diálogo com o público, refletir sobre as relações da comunidade com o tempo e as tradições culturais.

Uma última nota, antes da análise dos autores. Em vários momentos, foi dito que se compreende o memorialismo como um conceito universalizante e, portanto, limitado para se compreender as dinâmicas do processo de escrita do passado. Assim, não se pretende fazer da história pública um novo memorialismo. Antes disso, será mostrado nessa parte do capítulo, como a pluralidade deste campo consegue absorver formas distintas de se produzir história e memória.

2.2.2.1 Sebastião Bento da Silva

Sebastião Bento da Silva é um autor que foge ao que se observou até este momento. Enquanto todos os escritores que foram anteriormente apresentados têm formação superior, Sebastião Bento da Silva estudou até o Ensino Médio, obtendo o título por meio de um curso supletivo. Além do livro de história pública local, **Tradições Morrinhenses: Ensaio literário de cultura tradicional** (2016), foi autor de outras três obras. A primeira foi publicada no ano de 1975, **Luzes nos caminhos; Reflexão**, de 1988 e **Minervino – uma vida missionária** (uma biografia), de 1997. Esses textos também são memorialísticos. Silva ocupa a cadeira número 24 da Academia Morrinhense de Letras. Na década de 1990, foi vereador em Morrinhos, além de ter se aposentado como servidor público na Secretaria do Estado da Fazenda.

O autor cita a colaboração de vários membros da Academia Morrinhense de Letras para a elaboração de **Tradições Morrinhenses: ensaio literário de cultura tradicional**. Destacam-se as contribuições de José Afonso Barbosa e Nilza Diniz Silva. Essa realidade mostra que os historiadores públicos locais em Morrinhos formam uma rede de ajuda para a pesquisa, produção e publicação de suas obras, ainda que elas apresentem discussões divergentes entre si.

A obra foi composta a partir do relato de foliões abordados por Sebastião Bento da Silva, que começou as pesquisas no ano de 2007, quando as fontes dele informavam que o primeiro grupo de folia de Morrinhos completava 100 anos, sendo uma das mais antigas do Estado de Goiás.

Sebastião Bento da Silva compreendia que o avanço da educação formal no município aumentava o interesse pela cultura:

Na medida em que o analfabetismo declina, o interesse pela cultura se acentua. Este é um fenômeno natural, em todo o mundo. O conhecimento torna as pessoas melhor informadas [*sic*] o que as levam a se interessar mais pelas tradições históricas, principalmente se essas tiverem uma relação com os seus costumes ou crenças.²⁴¹

O autor conserva a acepção de cultura ligada à ideia de instrução escolar. Ainda assim, o autor se mostrou otimista com o interesse que as pessoas podem despertar pela preservação da tradição, a partir do maior acesso à educação formal. Em sentido contrário, o autor apontou que o avanço das tecnologias da informação representa um perigo para a manutenção das tradições que ele mesmo pretende documentar e preservar.

Sebastião Bento da Silva mostrou-se resistente a algumas consequências das transformações ocorridas na sociedade, devido aos avanços tecnológicos. “Hoje, com o advento da mídia, tudo mudou. Até mesmo na roça, as pessoas, com rara exceção, preferem as coisas modernas em detrimento dos seus costumes tradicionais. Todavia, não será por isso que haveremos de renegar a história de nossos costumes antigos.”²⁴². Como se observará no capítulo seguinte, Sebastião Bento da Silva tem uma abordagem conservadora em relação à cultura, atrelando a manutenção da mesma à preservação de valores familiares e religiosos que lhe são caros.

Ainda que a expressão não apareça diretamente na obra, Sebastião Bento da Silva parece defender um olhar de alteridade sobre as folias de reis. “Para falar da gente da roça, é necessário ter uma experiência vivida com os seus costumes e seu linguajar. Na elaboração deste trabalho, tivemos contato com pessoas que ainda cultivam tais costumes”²⁴³. Não se trata de defender que o autor tenha produzido uma obra etnográfica, contudo, percebe-se que ele buscou cercar-se de cuidados para garantir que seu trabalho compreendesse os valores e o olhar de mundo das pessoas que ele pesquisava.

O autor reconhece que existe uma grande produção intelectual sobre as folias. Para Sebastião Bento da Silva a novidade de seu trabalho reside mais em apresentar uma visão morrinhense de uma tradição que o município compartilha com tantas outras cidades do Brasil, além das características próprias da folia local, do que uma novidade absoluta de objeto. “Assim, este modesto trabalho literário constituiu-se em um apelo ao amor e a terra, que todo

²⁴¹ SILVA, Sebastião Bento. SILVA, Sebastião Bento da. **Tradições Morrinhenses: Ensaio literário de cultura tradicional**. Goiânia: Kelps, 2016. p. 8.

²⁴² Idem, p. 8.

²⁴³ Ibidem.

Morrinhense carrega no coração, com o intuito de se fazer um resgate destes valores tradicionais”²⁴⁴.

O escritor não ambiciona o título de historiador para si, nem apresenta seu trabalho como um produto da história. Ao contrário, ele o classifica como ensaio literário, como já é patente no próprio título da obra e, repetidamente, aparece em suas páginas. Ao não ignorar essa realidade, o autor fez questão de deixar visível que o trabalho que ele realizou apresenta lacunas e limitações.

Temos plena consciência das nossas limitações literária (sic), mesmo assim, aventuramo-nos a adentrar em seu terreno espinhoso por natureza, reservado a outrem mais preparado intelectualmente e com maior capacidade para realização de textos com o mesmo conteúdo literário. Entretanto, como um apaixonado pela tradição do nosso povo, eis o nosso trabalho²⁴⁵.

Apesar de Sebastião Bento da Silva não assumir para si a alcunha de historiador, insiste-se que a história pública é um campo adequado para analisar essa obra. Observe-se a preocupação do autor em lidar com a tradição do povo. A preocupação com o público é o que une a obra ao campo em questão.

Além disso, percebe-se que Sebastião Bento da Silva, e outros historiadores públicos locais, como Zilda Diniz Fontes, Nilza Diniz Silva e Bruno José Vieira não ambicionam ocupar o espaço destinado à história produzida no interior da academia. Muitos desses autores reconhecem as limitações de suas obras e o espaço que lhes é destinado na discussão sobre o passado da cidade. Cabe à academia consagrar um espaço para lidar de forma distinta com essas produções.

Esse espaço, necessariamente, precisa ser aberto e plural, reconhecendo que a autoridade sobre o passado não é de uso exclusivo da academia. Nesse contexto de uma autoridade compartilhada, a história pública emerge como um campo plural e no qual podem ser reconhecidas diferentes formas de se discutir o passado de uma comunidade.

A convenção acadêmica classifica obras como a de Sebastião Bento da Silva como memorialistas. O autor reivindica para si a autoria de obra literária, possivelmente pela falta de educação universitária e de formação acadêmica em história. Se o conceito de memorialismo relega esses textos para o segundo plano da intelectualidade, não se busca aqui, como já expresso anteriormente, fazer da história pública um novo “memorialismo”.

²⁴⁴ Idem, p. 9.

²⁴⁵ Idem, p. 10.

Reconhece-se história pública em todas as obras analisadas na pesquisa justamente por serem em primeiro lugar, produtos de História (que lidam, articulam, problematizam o passado de uma dada comunidade) e por terem na interface e relação com o público um ponto central. Há, porém, uma diversidade de métodos, textos, gêneros e produções (filmes, músicas, exposições, obras de arte) que se inserem nesse campo aberto e plural da história pública.

O livro de Sebastião Bento da Silva está dividido em três partes. A primeira e maior delas, integralmente dedicada às folias. Além de contextualizar as folias do município, apontando a história e as características dessa manifestação cultural, o autor apresenta sua visão acerca dos grupos de folia de Morrinhos e, seguindo a fórmula que se encontra em outros autores morrinhenses, faz questão de listar os nomes de destaque e liderança nas folias morrinhenses. Ele ainda mapeia as companhias de folia que atuam nas diferentes regiões do município, remontando ao século XIX até chegar à contemporaneidade.

A segunda parte se liga a uma série de manifestações culturais da cidade de Morrinhos, indo da música até os carros de boi, analisando danças, melodias e a própria rádio local. A Banda Musical, a Academia Morrinhense de Letras e algumas personalidades da cultura morrinhense também são analisados nessa parte. Finalmente, a terceira parte é dedicada aos causos escritos pelo autor.

Ao contrário dos demais escritores, o autor não fez um resgate da história de Morrinhos, remontando à fundação do município ou à figura de Antônio Corrêa Bueno. Ao contrário, ele prefere contextualizar as folias de Morrinhos e as demais manifestações culturais da cidade no âmbito da cultura popular brasileira.

Sebastião Bento da Silva também usou fotografias em sua obra. Contudo, se as fotografias no livro de José Afonso Barbosa tinham uma função ilustrativa e podiam levar o leitor a se confundir entre fotos contemporâneas ao que era narrado e aquelas que eram contemporâneas à elaboração da escrita, Silva demonstrou um cuidado maior com o uso das imagens. Ele buscou trazer o máximo de informações que conseguiu sobre as fotos. A seguir, apresenta-se três exemplos de uso de imagens por parte do autor.

Ilustração 9 - Página 16: Livro **Tradições Morrinhenses**

Fonte: SILVA, Sebastião Bento. SILVA, Sebastião Bento da. *Tradições Morrinhenses: Ensaio literário de cultura tradicional*. Goiânia: Kelps, 2016. p. 16.

Na imagem há uma companhia de folia. São todos homens, usando uma indumentária, provavelmente o uniforme do grupo. Há a presença de vários instrumentos musicais característicos dessa manifestação cultural popular, como violas e tambores. Ao fundo, a presença da vegetação denota que se trata de uma folia que percorre a zona rural de Morrinhos. Há uma diversidade étnica entre os componentes.

Para apresentar o grupo da Folia Centenária, o autor lista o nome de todos os integrantes, além de informar o ano que a imagem foi capturada, 1952. A foto se ajusta ao tópico em que o autor analisa as diferentes versões sobre a origem e surgimento do grupo de folia mais antigo do município. Ele não cita a fonte da imagem, mas demonstra um cuidado com a foto utilizada, apresentando ao leitor o nome das pessoas presentes na fotografia, enquanto o texto dele oferece ao leitor as informações que o escritor julgou importante.

Essa imagem, portanto, no plano iconológico, transmite ao leitor a preocupação do autor em mostrar que suas informações provêm de pesquisa. Além disso, ela reforça a ideia de que as tradições culturais morrinhenses remontam há várias décadas, sendo marco tanto do catolicismo local quanto da história do município. A presença exclusiva de homens, serve para lembrar que por muito tempo, as folias foram uma atividade predominantemente masculina.

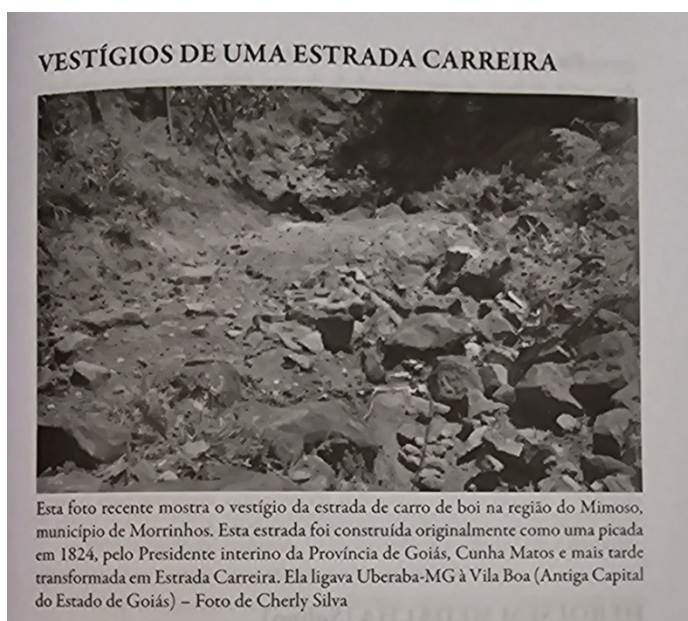
Ilustração 10 - Página 34: Livro **Tradições Morrinhenses**

Fonte: SILVA, Sebastião Bento. SILVA, Sebastião Bento da. *Tradições Morrinhenses: Ensaio literário de cultura tradicional*. Goiânia: Kelps, 2016. p. 34.

Nessa imagem, encontram-se várias pessoas misturadas à companhia de folia. Há uma diversidade etária e étnica entre os presentes, com crianças, adultos e idosos, além da presença de mulheres, o que não foi notado na imagem anterior. Instrumentos musicais dividem espaço com guarda-chuvas abertos. As folias de rei ocorrem na temporada de chuvas da região de Morrinhos. Ao fundo, um automóvel está visível. No plano principal, encontra-se a bandeira da companhia.

Essa imagem traz a ideia de que a folia mobilizava muitas pessoas na zona rural do município de Morrinhos. Além disso, a presença do veículo sinaliza que se trata de um contexto em que a região começava a se modernizar, à medida que automóveis começavam a ser tornar mais comuns. Lembre-se que os deslocamentos das folias, eram feitos originalmente a pé, contudo, com o avanço e popularização dos carros, novas formas de mobilidade se tornaram possíveis.

A foto acima se encontra no tópico onde o autor descreve a chegada de uma folia em uma fazenda. A fotografia foi encontrada no arquivo de uma família e representa o giro de uma folia no ano de 1964. O autor não chega a falar especificamente da foto no texto, ainda assim, oferece ao leitor o mínimo de informações sobre a imagem. Se compararmos com a postura adotada por José Afonso Barbosa, que oferece pouco contexto para as imagens que utiliza em sua obra.

Ilustração 11 - Página 97: Livro **Tradições Morrinhenses**

Fonte: SILVA, Sebastião Bento. SILVA, Sebastião Bento da. *Tradições Morrinhenses: Ensaio literário de cultura tradicional*. Goiânia: Kelps, 2016. p. 34.

Trata-se da foto de uma estrada repleta de pedras, em um terreno fortemente acidentado. A presença dessa imagem reforça a impressão de que o caminho percorrido pelas folias de rei era difícil, apontado a fé e a persistência dos foliões. A legenda da fotografia traz dados históricos, a fim de se conferir verossimilhança ao documento histórico.

A imagem acima é uma foto recente, e o autor deixa claro que se trata disso. Ainda assim, ao invés de utilizar uma fotografia aleatória de uma estrada de boi (como no caso da porteira, do livro sobre Antônio Corrêa Bueno de José Afonso Barbosa), Sebastião Bento da Silva fez questão de se valer de uma foto contemporânea de uma estrada originalmente construída em 1824.

Sebastião Bento da Silva não fez uma história das imagens. Ainda assim, o que se nota é que, ao se comparar o trabalho desse autor (que a rigor apenas estudou até o Ensino Médio) e o de uma pessoa com formação superior em História, o primeiro demonstrou um trato mais próximo do acadêmico com as fotografias utilizadas. Contudo, nenhum dos dois autores fez um trabalho de história acadêmica, problematizou o uso dessas imagens ou apresentou uma discussão teórica e/ou metodológica que lhes permitisse fazer isso. Não era, certamente, o objetivo de nenhum deles.

Silva, portanto, quis traduzir para o público a história e a memória de tradições culturais populares de Morrinhos. É preciso que se reconheça o valor do esforço desse trabalho, oriundo

de pessoas simples e humildes, algo que destoa dos trabalhos anteriormente analisados. Assim, trazer a escrita de pessoas como Sebastião Bento da Silva e do próximo autor, Gabriel da Silva, para a arena da história pública é um ato de valorização do trabalho desses autores. Ademais, representa a possibilidade de se discutir os usos do passado a partir de um campo que reconhece a multiplicidade de atores e consumidores dos tempos pretéritos.

2.2.2.1 Gabriel da Silva

Também devotado às manifestações culturais morrinhenses, de modo particular às Folias de Reis e de Nossa Senhora do Carmo, encontra-se Gabriel da Silva. Natural de Caldas Novas, ele cresceu na zona rural e se mudou para a cidade de Morrinhos. Torneiro Mecânico, formado em um curso técnico por correspondência, o autor foi membro de companhias de folia do município de Morrinhos, onde exerceu sua fé e devoção católica. O autor faleceu em 22 de outubro de 2023, com oitenta e sete anos de idade.

A obra **As folias de Santos Reis e Nossa Senhora do Carmo em Morrinhos: observações anotações de um devoto** é prefaciada por José Henrique Rodrigues Machado, ex-superintendente municipal de cultura de Morrinhos (2008-2012), graduado em Letras, mestre em História (PPGH/UEG), doutor em Performances Culturais (PPGPC/UFG), onde conduziu pesquisas sobre as folias da cidade. José Henrique assim apresenta o autor:

Sinto-me muito à vontade em apresentar este trabalho do escritor Gabriel da Silva, para mim, o amigo Biela, pois, ao ver a riqueza de fatos trazidos, escritos com muito capricho, em máquina de datilografia, me veio a ideia de compilar esses dados e organizar este livro para o nobre escritor morrinhense. Não por ocupar o cargo de Superintendente da Cultura, mas por ver no texto e na riqueza de seus dados, a necessidade de documentação. Na escrita da história, aprendi, que se não documentamos a história é engolida, e, muitas vezes se perdem os seus registros.²⁴⁶

José Henrique demonstra uma proximidade e amizade com Gabriel da Silva, a quem ele classifica como memorialista. “Agora, ao falar do escritor memorialista Gabriel da Silva, uma nostalgia recai sobre mim [...]”²⁴⁷. O autor preparou os originais numa máquina de escrever, o que permite inferir de que ele não tem intimidade com o computador e as ferramentas de edição de texto.

²⁴⁶ SILVA, Gabriel da. **As Folias de Santos Reis e Nossa Senhora do Carmo em Morrinhos: Observações e Anotações de um Devoto**. Goiânia: Kelps, 2020. p. 12.

²⁴⁷ Idem, p. 13.

Novamente, encontra-se em Gabriel da Silva um autor memorialista que foge ao arquétipo dos memorialistas, conforme observado em outras pesquisas. Homem do campo, com pouca educação formal, ao procurar escrever as memórias que ele conservava de suas décadas de participação em folias, acabou publicando um trabalho que o alçou à intelectualidade do município, segundo o próprio José Henrique. Por outro lado, de fato a obra dele é a que mais se aproxima do memorialismo tradicional, aquele pesquisado por Ana Claudia Brefe.

Gabriel da Silva escreveu um livro de memórias. Não há citações, nem fontes documentais com as quais o autor dialogou. A obra mescla fatos vividos pelo escritor ou de conhecimento dele, a partir de relatos que ele foi ouvindo desde a infância, com explicações acerca dos elementos culturais e religiosos que compõem o universo das folias (quem são os Santos Reis, elementos como bandeiras, palhaços etc.).

O “ecumenismo” da história pública aludido por Ricardo Santhiago permite classificar Gabriel da Silva como historiador público. O foco dessa compreensão se ancora na relação da obra analisada com o público que a consome. Além disso, Gabriel da Silva também é um exemplo de público que produz história.

O livro Gabriel da Silva passou pelo crivo da Superintendência Municipal de Cultura. Entretanto, não houve grandes mudanças no conteúdo trazido pelo autor em sua obra. O parágrafo a seguir é particularmente simbólico disso.

Em 1930, quando terminou a primeira guerra ou Dr. Getúlio Vargas foi colocado presidente da República do Brasil, presidente provisório, mesmo assim ele colocou o seu companheiro de guerra para ser governador de Goiás o doutor Pedro Ludovico Teixeira, também governador provisório, e neste período no governo de Goiás Dr. Pedro Ludovico Teixeira criou o município de Morrinhos e colocou o Dr. Raul Nunes, prefeito provisório de Morrinhos, também seu companheiro de guerra, então acabou o rego d'água, mas o Mato ficou com o nome de Mato do Açude, hoje parque ecológico²⁴⁸.

O parágrafo, ao mesmo tempo, aponta para duas características da escrita de Gabriel da Silva. De um lado, como dito, a escrita se aproxima muito de um ensaio. O segundo elemento, é a presença de algumas imprecisões históricas. Observe-se que, o autor coloca como contemporâneas a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a tomada de poder por Getúlio Vargas (1930).

Outra imprecisão cronológica ocorre quando Gabriel da Silva afirma que Morrinhos foi criada a partir da ação de Pedro Ludovico. O município havia sido definitivamente

²⁴⁸ Idem, p. 86.

reestabelecido em 29 de agosto de 1882, portanto ainda no Império. Todavia, Raul Nunes de fato era prefeito (intendente) quando Pedro Ludovico chegou ao poder, contudo, ele ocupava o cargo desde novembro de 1927 e permaneceu interinamente até dezembro de 1930, sucedido por João Reis, o primeiro de uma série de prefeitos nomeados pelo interventor estadual.

Importante observar o uso do título Dr. para caracterizar Getúlio Vargas, Pedro Ludovico e Raul Nunes, denotando o respeito que o autor conserva por essas figuras de poder no contexto nacional, estadual e municipal. Reforce-se que, Gabriel da Silva cresceu na zona rural, numa região muito influenciada pelos coronéis de Morrinhos, de modo que o respeito imposto por essas figuras permanece na escrita do autor.

O leitor que lê os textos de Gabriel da Silva poderá ter a impressão de que está lendo a transcrição de uma conversa ditada pelo autor. O texto passou certamente por uma revisão ortográfica. Entretanto, conservou-se a linguagem simples e uma escrita leve, como quem desfila memórias de acontecimentos vividos ou recebidos ao longo da vida. Não se trata, portanto, de um autor que quer apresentar com rigor metodológico, informações e dados sobre manifestações culturais. Essas características destacam a obra de Gabriel da Silva das demais obras aqui analisadas.

O livro começa com Gabriel apresentando os motivos pelos quais ele optou por escrever sobre as folias murrinhenses:

Eu ainda era Menino e morava na zona rural. Meu pai era o caseiro e eu o ajudava, eu tinha só 10 anos e andava na frente dos bois, no carro. Numa descida, ao passar por uma porteira, eu caí na frente dos bois e eles passaram por cima de mim. O carro passou com a roda na minha perna direita, acima do joelho, e quase torou fora e eu fiquei bem pisoteado. Então a minha mãe fez uma promessa para Santos Reis pela minha recuperação e ela mesma cuidou de mim. Naquele tempo ninguém falava em médico, e eu sarei e fiquei perfeito. Cresci e fui jogar bola e com meus 36 anos, minha mãe já velhinha, me cobrou a promessa de Santos Reis²⁴⁹.

Essa citação não apenas reforça a percepção de que se está diante de um livro de memórias pessoais, como apresenta a folia como uma manifestação muito próxima da história e da fé do autor. Nesse sentido, o autor mescla histórias pessoais com as histórias da manifestação cultural que ele se propõe a abordar. Ao fim, Gabriel da Silva acaba entregando para o leitor aquilo que o próprio título da obra sugere: anotações de um devoto dos Santos Reis e de Nossa Senhora do Carmo.

²⁴⁹ Idem, p. 15-16.

Gabriel da Silva seguiu contando a sua própria história. Ele procurou o guia da folia da região Barreiro, Chapadão e da Matinha (zona rural de Morrinhos) para cumprir a promessa de acompanhar a folia por dez anos. Ao longo desse caminho, que em muito superou os dez anos, ele decidiu contar a história dessa folia. Assim, ele encontrou figuras como João Marques, que havia sido festeiro da Folia de Santos Reis, em 1927. A partir das conversas com esse senhor se juntaram a outros membros de folias, como Manuel Amaro e João Beraldino, dentre uma série de outras pessoas.

É importante salientar que se trata de uma pessoa com pouco acesso à instrução formal. Um homem que viveu no campo e que, ainda assim, buscou escrever suas memórias e as memórias de outras pessoas. No fim, Gabriel da Silva acabou conversando com figuras que levaram uma tradição centenária na cidade, ocupando um espaço que trabalhos acadêmicos não percorreram.

Passados os relatos pessoais, Gabriel da Silva narrou a sua versão da história dos Três Reis Magos: Belchior, Gaspar e Baltazar. Ele se vale de uma série de histórias populares sobre essas figuras para narrar a jornada deles até se encontrarem com o Menino Jesus. Para o escritor, Belchior (africano), Gaspar (persa) e Baltazar (indiano) teriam construído escolas para divulgar a devoção a Deus e, guiados por presságios se encontraram no meio do caminho para a cidade de Belém.

Além das citadas imprecisões históricas, Gabriel da Silva se vale de conceitos já superados pelas ciências humanas. Na página 23, por exemplo, lê-se que: “Então chamou o profeta da caravana de Baltazar que veio das índias e sabia a língua Síria caldaica [*sic*] que era mais difundida entre a raça semita”²⁵⁰. Não se pode, contudo, cobrar do autor precisão histórica ou acadêmica, porque não é a isso que se dedica à obra.

As Folias de Santos Reis e Nossa Senhora do Carmo em Morrinhos: Observações e Anotações de um Devoto, nesse contexto, configura-se, ainda, como uma importante fonte de pesquisa para eventuais trabalhos sobre essa manifestação cultural que ultrapassa os cem anos no município. E, ainda que não se negligencie que se está diante de um trabalho que segue muitos dos preceitos do memorialismo, é inegável que a ideia de autoridade compartilhada também é útil para se relacionar com o escrito de Gabriel da Silva.

Gabriel da Silva foi um folião. Ele desenvolveu uma relação pessoal com essa manifestação cultural que deu sentido à sua vida. Além disso, ele conversou com outros foliões e venceu inúmeras dificuldades conhecidas para a publicação de livros no Brasil, além do pouco

²⁵⁰ Idem, p. 23.

acesso à educação formal. Portanto, essa publicação exemplifica que o público não deve ser tomado apenas como receptor de conhecimento histórico, mas também como criador.

Por isso, o memorialismo é insuficiente para se compreender obras como a aqui analisada. Ao se tomar Gabriel da Silva como historiador público, é possível analisar melhor as relações entre público e história, entre consumidores e produtores da escrita sobre o passado. O memorialismo, por si, não abarca essas dimensões.

A obra permite ao leitor adentrar no universo das folias a partir do olhar de um de seus integrantes que dedicou décadas de sua vida a essa tradição. Gabriel da Silva, em seu trabalho de reunir informações para o livro, apresenta também uma série de fotografias e dados, como listas de foliões e festeiros que iniciam em 1904.

Gabriel da Silva finaliza seu livro afirmando que “As folias são a vida de cultura de fé da cidade de Morrinhos, e eu coloquei aqui muito de minhas observações como folião. Espero que tenham gostado²⁵¹”. Isso não ocorre sem antes ele lamentar o pouco interesse dos jovens em conhecer e vivenciar tradições culturais da região, como a catira, dança do lenço, dança da peneira e pagode da roça²⁵².

O autor defende a ideia de que a história do município de Morrinhos não se limita àquilo que foi narrado nos livros acadêmicos. “Os nossos jovens de hoje não conhecem nada da nossa cultura: a raiz, a história que não está em livros, vem das pessoas que escreveram esta história e quem sabem ler [*sic*], de Morrinhos”²⁵³.

As obras de Gabriel da Silva e de Sebastião Bento de Oliveira têm ainda outra particularidade. Apesar das questões aqui levantadas, foram duas obras que se abriram para novos personagens da história e da cultura local. Trata-se, portanto de um olhar de duas pessoas simples que se abriram para contar a história de pessoas simples que conduzem manifestações culturais relevantes no cenário local.

Finalmente, Gabriel da Silva fez uma crítica importante ao falta de haver pouco espaço para a cultura no ensino de história nas escolas, enquanto a dimensão política e econômica toma a maior parte das aulas na educação básica. A obra desse autor, portanto, é por si só um feito. É raro se encontrar uma pessoa que teve pouco acesso à educação formal e que passou a maior parte da vida na zona rural que consegue vencer todas as dificuldades e deixar um importante contributo para a discussão sobre o passado local.

²⁵¹ Idem, p. 90.

²⁵² Idem, p. 83-84.

²⁵³ Idem, p. 83.

2.2.3 A ampliação de audiências no campo da história pública

Finalmente, as obras de Antônio de Oliveira Ávila Júnior e de João Orlando Luiz de Oliveira são pensadas como exemplos de ampliação de audiências no campo da história pública. Assim, esses dois autores e suas respectivas obras são analisados como epítomes de história pública pelos esforços deles em fazer com que suas reflexões alcançassem um público maior que o acadêmico.

Os autores fizeram isso por diferentes caminhos. De um lado, Antônio de Oliveira Ávila Júnior fez um empreendimento no qual buscou reunir informações sobre o passado morrinhense e tornar isso acessível para estudantes do Ensino Fundamental da cidade. Ele utilizou seu trabalho na Empresa de Correios e Telégrafos para apresentar a história local através de selos de cartas.

Já João Orlando Luiz de Oliveira publicou pesquisas acadêmicas empreendidas por ele, ao longo de sua formação intelectual, na forma de livros para que a sociedade morrinhense pudesse acessar aquilo que o autor escreveu. A última seção apresenta uma concepção de história pública próxima da visão tradicional. Refere-se à ideia de um procedimento que amplia audiências, usando, se necessário, novas mídias como filmes e documentários.

2.2.3.1 Antônio de Oliveira Ávila Júnior

Antônio de Oliveira Ávila Júnior formado em Letras pela Universidade Estadual de Goiás e natural de Morrinhos é outra pessoa que escreveu sobre a história da cidade, partindo de uma abordagem diferente da adotada pelos demais autores. Ele procurou contar a história de Morrinhos a partir dos selos. Não se pode perder de vista que esse autor e as instituições trazidas até aqui são contemporâneas do processo de expansão e interiorização do ensino superior efetuado entre os anos 1970 e 1980.

Apesar da formação em Letras, Antônio de Oliveira Ávila Júnior (nome que ele utiliza em suas publicações) se tornou funcionário da Empresa de Correios e Telégrafos, o que explica a busca por escrever a história local a partir de selos. Segundo o próprio autor, a ideia para o livro surgiu a partir de um ciclo de palestras que ele realizava nas escolas de Ensino Fundamental do município sobre a cidade de Morrinhos e sua história. Ao perceber que não conseguiria atingir todo o público que ambicionava, veio a ideia da redação do livro.

Enquanto a maioria dos autores se referem mutuamente, isso não ocorre com Antônio de Oliveira Ávila Júnior. As informações são apresentadas de forma a parecer que o próprio

escritor pesquisou e produziu todo o conteúdo. Contudo, na entrevista conduzida com o autor, percebe-se que boa parte do que ele escreve tem origem em textos de outros historiadores públicos locais.

O livro de Antônio de Oliveira Ávila Júnior, **Morrinhos: nossa história em selos** inicia não com os primeiros dias de Morrinhos, mas com a história da carta, remontando à Antiguidade e à introdução do selo como prova de pagamento de taxas postais, mudando a responsabilidade do destinatário para o remetente da carta. Novamente, não é apresentada ao leitor nenhuma referência bibliográfica que ancore as informações levantadas pelo autor.

Os selos apresentados pelo autor não foram necessariamente utilizados em cartas pelos Correios. O título da obra pode dar a entender que se trata de uma pesquisa que usa como fonte selos lançados pelos correios em alusão a dados e fatos ligados ao município de Morrinhos. O autor convidou artistas e alunos de escolas para produzir imagens que no livro são dispostas no formato de selos. A imagem a seguir é a digitalização de uma das páginas do livro, que apresenta um selo que de fato foi produzido pela Empresa de Correios e Telégrafos:

Ilustração 12 - Página 33: Livro Morrinhos: Nossa história em selos



Fonte: ÁVILA, Antônio. Morrinhos: nossa história em selos. Goiânia: Kelps, 2019. p. 33.

O selo mostra a Praça da Fonte Luminosa, localizada na Praça Raul Nunes. Situa-se entre as ruas Dr. Pedro Nunes e Rio de Janeiro. Originalmente, o local serviu como cemitério, até ser convertido em praça, com os corpos trasladados para o Cemitério São Miguel, localizado

na Rua Major Limirio Frauzino. Trata-se de uma cartela com 12 selos. Segundo o próprio autor, qualquer pessoa pode procurar os Correios e produzir selos personalizados como esses.

Como dito, a maioria das imagens presentes no livro não viraram selos utilizáveis em cartas. Em sua maioria, as páginas são ilustradas por fotografias que permitem ao leitor visualizar os locais ou edifícios mencionados no texto. A moldura utilizada na imagem, portanto, tem o formato padrão adotado nos selos das cartas dos Correios.

Há dois trabalhos que se destacam no campo da análise da filatelia. De um lado, encontram-se Kézia de Lira Feitosa e Diego Andres Salcedo. Os autores são ligados à ciência da informação e publicaram o artigo “Selos comemorativos brasileiros: uma proposta de representação do conhecimento”. Trata-se de um dos textos mais referenciados quando se pensa na representação temática dos selos postais comemorativos produzidos no país.

Para os autores:

[...] um selo postal pode ser considerado um documento, quando olhado atentamente por um historiador e que, para manter a memória social, dialoga com outros textos. Dessa forma, sua representação pode ser pensada enquanto representação de imagem em sua totalidade, o plano de expressão, a interface e a superfície material do selo postal.²⁵⁴

Dessa forma, os selos se revelam como fontes históricas interessantes, em especial, levando-se em conta os selos produzidos no contexto de comemorações específicas. Os selos comemorativos, como os produzidos no trabalho de Antônio de Oliveira Ávila Júnior, diferem dos postais tradicionais, porque os primeiros têm uma tiragem e período de circulação pré-determinados pelos Atos Normativos e Editais dos Correios²⁵⁵.

De acordo com Feitosa e Salcedo, os elementos verbovisuais devem ser levados em conta pelo pesquisador que se aproxima desse tipo de documento. Em primeiro lugar, trata-se de analisar a macroestrutura, que alcança obrigatoriamente o motivo da emissão, valor facial e nome do país ou entidade emissora. Reforçando ao leitor que, no caso do livro de Antônio de Oliveira Ávila Júnior, a maioria dos selos não foi utilizada em cartas (como o selo da Fonte Luminosa de fato foi utilizado), portanto, o próprio autor pode ser encarado como a entidade emissora.

²⁵⁴ FEITOSA, Kézia de Lira Feitosa. SALCEDO, Diego Andres. Selos comemorativos brasileiros: uma proposta de representação do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 232-251, jan./mar. 2019, p. 241.

²⁵⁵ **Idem**, p. 242.

Esses selos, todos eles aqui reproduzidos e os demais que se encontram no livro do autor, portanto, têm como objetivo ilustrar os logradouros considerados importantes por Ávila. Feitosa e Salcedo elaboraram um método de pensar os selos como fonte de pesquisa composto de sete etapas. Na primeira, descrever-se-á a imagem-motivo, isto é, os elementos pictóricos presentes no selo. Em seguida, procede-se à análise dos personagens presentes no documento e, em terceiro lugar, os motivos, o evento que levou à emissão do selo²⁵⁶.

Segue-se, listando as entidades ou instituições relacionadas ao objetivo da emissão, a legenda, que são os elementos textuais que possivelmente aparecem no selo e, por fim, o ano de emissão do selo, que pode ou não estar associado aos motivos de comemoração vinculados ao selo.²⁵⁷

O segundo trabalho consultado para pensar a filatelia na história foi a pesquisa de mestrado empreendida por Marco Antônio Navarro da Silva. Em sua dissertação com título **Os selos do Reich: a filatelia como forma de difusão da cultura política nacional-socialista (1933-1945)**, ele analisou como os selos foram usados no contexto do nazismo.

O procedimento definido por Marco da Silva envolvia a escolha dos selos emitidos apenas pelos nacional-socialistas na Alemanha (1933-1945). A análise incluía os elementos visuais estampados nos selos e blocos postais, avaliando também possíveis elementos textuais presentes, além da avaliação do simbolismo nos selos e blocos postais dentro do contexto do nacional-socialismo²⁵⁸.

O autor lidou com uma grande quantidade de selos, 490 mais precisamente. Assim, ele buscou estabelecer análises quantitativas, como o padrão de cor empregado, os padrões artísticos, as temáticas utilizadas. Essa metodologia não pode ser replicada na presente tese, uma vez que estamos falando de imagens concebidas na forma de selos, boa parte deles, publicados em preto e branco, não coloridas. Ademais, a fonte desta pesquisa é o livro, não os selos propriamente. O tema é um só, a cidade de Morrinhos. Ainda assim, as reflexões sobre a imagética dos selos analisados por Marco da Silva serviram de inspiração para a atual reflexão que se faz.

Seguindo o método traçado pelos autores acima citados, divide-se os selos produzidos por Antônio de Oliveira Ávila Júnior em três tipos: selos de logradouros, selos de desenhos produzidos por morrinhenses e selos de pessoas. Foram excluídos desta análise exemplos de

²⁵⁶ Idem, p. 245.

²⁵⁷ Idem, p. 246.

²⁵⁸ SILVA, Marco Antônio Navarro da. **Os Selos do Reich: A filatelia como forma de difusão da cultura política nacional-socialista (1933-1945)**. 2014. 354f. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2014, p. 33.

selos históricos que se encontravam no livro. Essa exclusão se justifica por não ser selos ligados ao município de Morrinhos. Além disso, empreendeu-se uma análise destacando os elementos pictográficos e textuais dos selos. Como os selos são ilustrações em preto e branco de um livro, não foi possível analisar as cores utilizadas nem aspectos como valor e circulação.

Como o foco da pesquisa não são os selos propriamente ditos, mas o uso que a obra de Antônio de Oliveira Ávila Júnior fez deles, **Morrinhos**: nossa história em selos pode ser analisada pelo prisma da história pública. Entretanto, a reflexão limitar-se-á a apenas um exemplo de selo de cada tipo produzido pelo autor. O primeiro deles, que não foi de fato usado pelos Correios, representa o prédio da antiga cadeia e câmara municipal de Morrinhos, onde hoje está instalado o Museu Antônio Corrêa Bueno.

Ilustração 13 - Página 46 (selo de logradouro): Livro **Morrinhos**: Nossa história em selos



Fonte: ÁVILA, Antônio. *Morrinhos: nossa história em selos*. Goiânia: Kelps, 2019. p. 46.

Analisando o selo, observa-se no plano imagético, uma fotografia do prédio onde se localiza o Museu Antônio Corrêa Bueno. A foto foi tirada pelo próprio autor. Exceto pela inscrição da própria construção “Museu Antônio Correa Bueno”, não há outro escrito no selo.

Esse prédio está localizado em frente à Praça Nossa Senhora do Carmo, na Rua Dr. Pedro Nunes. Essa construção, uma das mais antigas da cidade, foi escolhida como sede do museu por esse motivo. Como dito, esse selo não foi usado em cartas, ao contrário daquele que retrata a Fonte presente na Praça Raul Nunes. O selo do “Museu Antônio Correa Bueno” acaba reforçando a ideia de que a história de Morrinhos se limita a um ponto muito específico da urbe,

localizado nos arredores da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo (que fica em frente ao Museu), elemento presente em outras obras de história pública local, ao qual se voltará no quarto capítulo desta tese.

O segundo é da categoria de selos de desenhos de morrinhenses:

Ilustração 14 - Página 40 (selos de desenhos): Livro **Morrinhos**: Nossa história em selos



Fonte: ÁVILA, Antônio. *Morrinhos: nossa história em selos*. Goiânia: Kelps, 2019. p. 40.

Não há texto escrito junto a esse selo. No plano imagético, é possível observar-se um esboço dos três morros que dão nome à cidade. São eles, o Morro da Cruz (onde se encontra a Estátua do Cristo Redentor, no setor Aeroporto), Morro da Saudade (o maior dos três, na saída para Caldas Novas, onde começa um bairro com o mesmo nome) e Morro do Ovo (na saída para a cidade de Piracanjuba, também conhecido como Morro da Catraca).

Esse selo, portanto, procura reforçar a ideia de que a onomástica do município tem origem nos acidentes geográficos que circundam a cidade. Ele, portanto, serve ao propósito de reforçar os marcos historiográficos estabelecidos pelos próprios historiadores públicos locais. O selo acompanha textos que explicam a imagem e ainda elogiam o trabalho artístico de Osvaldo Luiz²⁵⁹. Há outros selos com locais da cidade, bem como artefatos filatélicos de desenhos feitos também por alunos de escolas do município.

O próximo é representativo da última categoria, a dos selos de pessoas:

²⁵⁹ Artista morrinhense, que ministra cursos de pintura na cidade.

Figura 15 - Página 40 (selos de pessoas): **Livro Morrinhos: Nossa história em selos**



Fonte: ÁVILA, Antônio. **Morrinhos: nossa história em selos**. Goiânia: Kelps, 2019. p. 34.

Também não há nenhuma frase ou palavra escrita nesse selo, que se compõe exclusivamente da fotografia de um adulto jovem em trajes de formatura. O selo é acompanhado de um texto elogioso ao médico Penido de Oliveira. Segundo o autor:

[...] Dr. Penido de Oliveira, um veemente incentivador da cultura na cidade de Morrinhos [...] que muito nos encanta com sua conversa muito agradável, seja nos competentes atendimentos em seu consultório ou em um bate-papo à beira de um campo de futebol, atividade esportiva da qual é adepto²⁶⁰.

No momento de elaboração desta tese, Dr. Penido atendia na cidade de Morrinhos, em um hospital da rede complementar de saúde local. O selo, portanto, procura homenagear um membro da elite local, dado que se trata de um dos médicos mais tradicionais do município, que atua desde a década de 1960. Enquanto profissional da saúde, acabou conquistando fama e prestígio na comunidade.

Os selos elaborados pelo autor, portanto, ainda que não tenham sido usados em correspondências, servem de indicativo de como a historiografia pública local encontra diferentes espaços e formas de produção e circulação no município. Antônio de Oliveira Ávila

²⁶⁰ ÁVILA, Antônio. **Morrinhos: nossa história em selos**. Goiânia: Kelps, 2019. p. 34.

Júnior acabou encontrando em um livro de selos uma forma de produzir e discutir a história local, fazendo circular o pensamento dos escritores morrinhenses.

Valendo-se de sua ligação com os Correios, dado que o autor é funcionário de carreira da estatal, Ávila encontrou na estética dos selos uma forma de ilustrar seu livro. Como ele aponta na entrevista concedida ao pesquisador, o objetivo da obra era tornar acessível aos habitantes de Morrinhos o conhecimento acerca da origem dos locais que eles mesmos frequentam. Nessa seara, ele fez concursos em escolas, convidou artistas e produziu fotografias dos locais retratados em seu livro. Como visto em outras obras, o livro também traz alguns poemas sobre Morrinhos, escritos por diversos autores referenciados ao longo do texto.

Antônio de Oliveira Ávila Júnior se mostrou resistente à ideia de vender o livro que produzira, assim, buscou o apoio de empresas para tornar o livro gratuito para as pessoas:

Palavras não são suficientes para agradecer a colaboração das empresas que contribuíram para concretizar este projeto, um sonho antigo, oriundo de palestras realizadas em escolas do município de Morrinhos, escrito em 2011 e publicado em 2019, e o mais importante de tudo, ajudando a torná-lo beneficente. Muito obrigado a todos pela solidariedade e incentivo à cultura.²⁶¹

Todas as imagens apresentadas, sejam as fotografias tiradas pelo autor, os desenhos produzidos pelos estudantes e pelos artistas locais estão, no livro, em preto e branco. Contudo, a última parte da obra é cognominada *selos de empresas*. Nesse capítulo, encontram-se as logomarcas das empresas que patrocinaram a publicação do livro, todas elas em imagens coloridas, também na forma de selos.

A seção dedicada aos patrocinadores do livro é dividida em duas partes. A primeira, chamada de *Selos empresariais* traz imagens maiores, com um histórico da empresa doadora. Ao todo, são 10 empresas, pertencentes a 8 grupos empresariais e ao Sindicato Rural de Morrinhos. A segunda, cognominada de *selos comerciais*, traz selos menores de 42 empresas que também colaboraram com a publicação.

Esses selos são cartões e logos de companhias que ajudaram na publicação da obra. Eles não são aqui reproduzidos por serem exatamente isso, propagandas das empresas que ajudaram Antônio de Oliveira Ávila Júnior a tornar seu livro gratuito para a população local.

²⁶¹Idem, p. 7.

Dada a relação de patrocínio dessas empresas, o autor conta a história delas não poupando adjetivos para enaltecer os feitos dessas companhias. Ao citar o caso de um empresário português que atua no ramo de distribuição de bebidas, escreveu Ávila Júnior:

Com muita perseverança e dedicação ao trabalho, em 1997 conseguiu expandir seus negócios, passando então a empregar mais de 100 funcionários, tornando-se uma das empresas mais bem sucedidas de Morrinhos, contribuindo para o fortalecimento do comércio local e tornando-se um exemplo de empreendedorismo²⁶².

Portanto, em vez de se dedicar a uma análise e/ou reflexão crítica acerca da economia e da atuação das empresas e entidades empresariais na cidade de Morrinhos, o autor optou por fazer propaganda dessas companhias, como forma de retribuir o financiamento oferecido por elas na produção dos livros. Em Morrinhos, isso é algo recorrente. José Afonso Barbosa também lançou mão desse artifício, da mesma forma que outros autores que serão analisados a seguir.

Ora, ao recorrerem ao financiamento privado de suas obras, parte da análise dos autores acaba sendo enviesada. Muitos dos políticos, cuja história os escritores ambicionam descortinar são ou antepassados, fundadores ou os próprios proprietários das companhias que financiam a publicação das obras. Esse financiamento, evidenciado pela presença de propagandas e logomarcas das empresas patrocinadoras (na contracapa e no miolo do livro), aponta para uma relação entre o que os historiadores públicos locais escrevem e aquilo que essas companhias desejam ver publicado.

Antônio de Oliveira Ávila Júnior, nas eleições municipais de 2020, recebeu 413 votos para o cargo de vereador. Concorrendo pela terceira vez, acabou eleito, devido aos votos atribuídos à legenda (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB). Ligado à Igreja Católica morrinhense, especificamente ao movimento da Renovação Carismática Católica e da Sociedade São Vicente de Paulo, a primeira com viés mais conservador e a segunda um movimento que distribui cestas básicas para pessoas carentes da cidade de Morrinhos. Além disso, o autor é membro do Rotary Club de Morrinhos Cidade dos Pomares, um dos clubes de serviço da cidade, frequentado por outros membros da Academia Morrinhense de Letras. Antes de escrever sobre a história de Morrinhos, ele foi autor de um livro com técnicas de redação para vestibulares e concursos, o qual é vendido pela internet. Nas eleições de 2024, não

²⁶² Idem. p. 70

conseguiu a reeleição, apesar de sua votação ter crescido para 506 votos, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Portanto, originalmente, o livro escrito pelo autor foi pensado para o público infanto-juvenil. Como a própria dedicatória de *Morrinhos: nossa história através de selos* já aponta, a ideia da obra nasceu a partir de um ciclo de palestras que eram oferecidas pelo autor em escolas locais. Contudo, o autor acabou distribuindo o livro para diferentes públicos e faixas etárias. É possível observar na obra de Antônio de Oliveira Ávila Júnior uma preocupação com a dimensão didática de seu texto, entendendo que ele transitaria entre as escolas do município.

Se obras como as de Zilda Diniz Fontes, Bruno José Vieira, Nilza Diniz Silva, José Afonso Barbosa e Sebastião Bento da Silva caracterizam-se, em maior ou menor escala pelo menos por um diálogo com as fontes, a obra de Antônio de Oliveira Ávila Júnior emula um livro didático. Se forem observados os livros distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação Básica Pública ou mesmo os adotados por grandes sistemas de ensino privado, não é comum a existência de muitas citações. Ao contrário, essas obras apresentam aos estudantes uma história descritiva e narrativa. Ávila Júnior fez algo semelhante com sua publicação.

A recusa em vender o livro, por parte de Antônio Ávila é explicável pelo patrocínio captado pelo autor. Ademais, a distribuição gratuita da obra o deixou mais conhecido na sociedade morrinhense. A publicação do livro ocorreu antes da eleição do escritor para a Câmara Municipal de Morrinhos, é de se questionar se parte dos leitores de Ávila Júnior também não se tornaram, posteriormente seus eleitores, dado que, para além do eixo assistencial-religioso, o autor-edil também tem penetração no meio cultural.

Antônio de Oliveira Ávila Júnior enxerga sua obra como um texto de história, contudo, ele não ignora o fato de que não se trata de um trabalho elaborado a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos que guiam os historiadores dentro da ciência história. Na visão dele, as obras que se voltam para a análise da história da cidade, quase sempre, seguem por um viés político, algo que ele procurou evitar. Uma explicação possível seria o fato de que, por ser um livro pensado para crianças e adolescentes, o autor julgou que eram temas que não despertavam o interesse de seu público-alvo.

Assim, o Antônio de Oliveira Ávila Júnior escritor é também um professor de formação, servidor público numa estatal, político morrinhense, membro de uma comunidade religiosa e de um clube de serviços, está à frente de trabalhos sociais e se relaciona com diferentes públicos de faixas etárias e classes diversas. Portanto, toda essa realidade é trazida para a obra que ele

entrega para a comunidade, sob o patrocínio de grupos empresariais que também têm seus interesses ao financiarem esse tipo de produção.

2.2.3.2 João Orlando Luiz de Oliveira

João Orlando Luiz de Oliveira é outro historiador que produziu obras destinadas à população morrinhense. Como Gabriel da Silva, ele não é natural de Morrinhos. O autor nasceu na cidade de Joviânia, mas devido a laços familiares, foi batizado no município de Morrinhos, um dos motivos que o faz se considerar um morrinhense. Ao longo da formação educacional e da atuação profissional, João Orlando Luiz de Oliveira morou em diversas cidades da região sul de Goiás e no Triângulo Mineiro.

Iniciou os estudos com a própria mãe, responsável pela alfabetização. Em Joviânia cursou a primeira e segunda série do atual Ensino Fundamental, em Goiânia fez a terceira e quarta séries. Após conseguir passar num exame de admissão, seguiu para um colégio estadual na capital de Goiás, onde estudou até a sétima série. Os irmãos do autor se mudaram para Minas Gerais, e ele seguiu com eles para a cidade de Uberlândia, onde concluiu o oitavo ano. De volta a Goiânia, fez um curso de eletromecânica, desistiu da faculdade de Economia na Universidade Federal de Uberlândia para retornar a Joviânia, onde passou a atuar como professor.

João Orlando Luiz de Oliveira conseguiu ser aprovado num concurso para professor do Estado de Goiás e para o Banco do Estado de Goiás, mas acabou optando pelo magistério. Após mudar-se para Pontalina, decidiu começar a graduação em História na FECLEM de Morrinhos. Foi aí que o autor decidiu mudar-se para a cidade de Morrinhos, como forma de evitar os deslocamentos diários de ônibus. Na cidade, conseguiu trabalho em um colégio particular, onde lecionou até a aposentadoria. Além de história, graduou-se em geografia, diante da necessidade de professores na área, no colégio em que trabalhava. Acabou ingressando na Academia Morrinhense de Letras, membro do Rotary Club Morrinhos Cidade dos Pomares e atuante na comunidade católica de Morrinhos, a partir do movimento da Renovação Carismática Católica.

O autor chegou a começar dois mestrados, mas acabou abandonando os cursos, o primeiro em História na Universidade Federal de Uberlândia, por motivos de saúde, dado que teve um descolamento de retina, o segundo em Meio Ambiente, porque à época surgiu para ele a possibilidade de uma especialização na mesma área, que lhe pareceu mais interessante.

Ele tem um livro de autoria própria, **A modernização agrícola do Sul Goiano**: início do processo gerador de exclusão social em Morrinhos, e participa como coautor de outras publicações, como no caso de **Morrinhos**: Economia e Política (1870-1970). Dos autores

analisados nessa pesquisa, é ele quem mais se aproxima do modelo de história *para o público*, seguindo a já citada tipologia de Ricardo Santhiago, dado que ele transpõe produções acadêmicas para o público.

Sob essa perspectiva, compreende-se João Orlando Luiz de Oliveira como um historiador (e de fato, a formação dele permite o emprego dessa denominação sem grandes questionamentos) que, ao procurar ampliar a audiência de suas pesquisas acadêmicas, acabou produzindo história pública.

Não optamos em estabelecer um modelo de abordagem para a pesquisa cujo caráter envolve fatores sociais, econômicos e políticos. Tendo em vista essa pluralidade, não escolhemos uma corrente específica dentre as Escolas Históricas como fio condutor desse trabalho. Tornou-se conveniente lançarmos mão de referências diversas que respondem aos problemas propostos nesta abordagem.²⁶³

A leitura desse excerto pode levar à impressão de que o autor produziu um texto que rompe ao modelo linear e positivista verificável nas demais obras analisadas até aqui. Contudo, o livro analisado acabou seguindo os caminhos tradicionais, discorrendo sobre a economia e a política local a partir de um olhar conservador.

Com isto percebe-se que a própria população não tem real consciência da sua exclusão, acham natural o processo hierárquico social, que os mesmos (sic) vivem e fazem parte de uma população que é utilizada como massa de manobra política, peça chave no assistencialismo social, são lembrados em épocas e em campanhas publicitárias, mas nunca socorridos ou seus problemas resolvidos [...]²⁶⁴.

Percebe-se no texto uma visão conservadora das classes populares, dado que o autor enxerga esses indivíduos como *massa de manobra* e não como seres pensantes. Ao criticar o aludido domínio das oligarquias políticas locais, o historiador público acaba reproduzindo o discurso de inferioridade dessas classes.

Assim, vê-se aqui uma exclusão distinta da qual foi empreendida por Zilda Diniz Fontes e José Afonso Barbosa. Enquanto os dois narram uma história focada nas elites, que ignora os grupos minorizados da cidade, João Orlando Luiz de Oliveira acaba ignorando os interesses da

²⁶³ MELO, Andrey Oliveira. SILVA, Darly Rosa. OLIVEIRA, João Orlando Luiz. MELO, Wander Oliveira. **Morrinhos: economia e política 1870-1970**. Goiânia: Kelps, 2014. p. 17.

²⁶⁴ OLIVEIRA, João Orlando Luiz. **A modernização agrícola do sul goiano: início do processo gerador de exclusão social em Morrinhos**. Goiânia: Kelps, 2015. p. 50-51.

população local, optando por uma abordagem generalizante que trata ao todo como dependentes da generosidade e do assistencialismo do poder de turno.

Ao longo da pesquisa, portanto, observou-se uma grande diversidade de autores que se dedicaram à escrita sobre a cidade de Morrinhos. Isso se reflete em uma pluralidade de métodos, estilos, públicos e abordagens. Entretanto, uma conclusão imediata é possível de ser extraída, a posição de que conceito de memorialismo empregado na academia para classificar essas obras e cujo uso tem sido consagrado nos últimos anos não se mostra capaz de abarcar a complexidade do trabalho desenvolvido por esses escritores que contribuíram de forma consistente para a produção de uma historiografia morrinhense.

Ademais, o termo memorialismo é igualmente insuficiente para se lidar com os usos e a influência do trabalho desses historiadores públicos na sociedade local. Em primeiro lugar, pois o termo memorialismo acabou se tornando um conceito universalizante que ignora a diversidade de gêneros e estilos da escrita do passado. Por outro lado, o termo não reflete o papel do público como consumidor e produtor de história.

A ideia de história pública mostra-se mais adequada para se compreender o fenômeno analisado nesta pesquisa, seja pela pluralidade do termo, seja por se configurar como um campo propício para o diálogo. Além disso, abre-se uma via de maior diálogo entre esses autores e a própria academia, ao se reconhecer que ambas as realidades são formas de se escrever história, ainda que as balizas metodológicas que guiam cada trabalho sejam distintas.

Não se pode ignorar que os historiadores públicos locais analisados têm método e categorias de análise, não obstante esses procedimentos difiram do método científico e historiográfico consagrado pela academia e apresenta uma série de questões que podem e devem ser colocadas. Negligenciar o papel desses autores como historiadores públicos locais é contraproducente. Tal atitude reforça uma ideia positivista: a academia detém o monopólio da verdade, o que impede o diálogo ou limita suas vias.

Portanto, os historiadores públicos locais emergem não apenas como guardiões da memória da cidade de Morrinhos, mas também como aqueles que registram essa memória através da escrita. Eles também são produtores dessa memória, seja enquanto partícipes da história local, seja enquanto sujeitos que articulam o passado, tornando-o disponível para um público maior. Esse público esse que muitas vezes não é alcançado pelos produtos das universidades locais.

Este capítulo evidenciou, então, que a história pública não apenas é um campo mais plural que outras tentativas de classificação de trabalhos produzidos sobre o passado fora da Academia. Mais que isso, a história pública permite que se reflita sobre o público em sua

dimensão de produtor e consumidor da história e da memória. Essa é sem dúvidas uma grande potencialidade da história pública.

Pensar a história pública a partir da noção de autoridade compartilhada, como visto, é um caminho fundamental para a academia. Como já expressei, não se entende a história pública como uma panaceia que solucionará todos os problemas da história no século XXI. Contudo, em tempos de ampliação de audiências e de vozes nas inúmeras ágoras que surgem no mundo, é fundamental que a história se debruce sobre os questionamentos e possibilidades introduzidas pelo campo.

No capítulo seguinte, se buscará analisar o impacto do trabalho dos historiadores locais na concepção da cidade de Morrinhos. Até o presente ponto, reconheceu-se que o passado do município foi tornado acessível ao público por meio das obras destes autores. Agora, o objetivo é entender como a escrita deles influenciou a formação e consolidação de uma visão sobre Morrinhos. Visão essa, como será verificado, que se baseia em uma tríade que se tornou central na escrita desses autores.

CAPÍTULO III

HISTÓRIA COM O PÚBLICO: A MORRINHOS IMAGINADA PELOS HISTORIADORES PÚBLICOS LOCAIS

As cidades são mais que locais onde as pessoas residem, trabalham e realizam atividades fundamentais para sua sobrevivência. Cidades são lugares de criação e de difusão de sentidos e significados. Ser cidadão implicou, conforme aponta a historiadora Sandra Pesavento em diferentes formas de se relacionar com a urbe, ao longo do tempo:

Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos²⁶⁵.

Se a afirmação de que a cidade é a obra máxima do ser humano pode ser discutível, não restam dúvidas de que a urbe é produzida e reproduzida das mais diversas formas, um espaço sempre construído e reconstruído. De fato, cada cidade traz em si mesmas diversas outras cidades imaginadas, (re)criadas, sentidas, vividas.

Diante dessa realidade, a cidade se revelou um tema profícuo em todos os ramos da literatura, inclusive na academia. Uma quantidade considerável de obras foi produzida tendo a cidade como objeto central de estudo, análise ou elemento central. As chamadas “histórias de cidades”²⁶⁶, como conceitua Pesavento, são antigas, muitas vezes vinculadas a mitos fundadores e elementos identitários. Apesar disso, o compromisso teórico da ciência histórica com a escrita das histórias das cidades, em sua materialidade enquanto estrutura, é recente. Apenas na década de 1960, os primeiros estudos acadêmicos sobre a temática foram elaborados, conforme aponta Pesavento²⁶⁷.

Por outro lado, no campo da história social, as histórias urbanas são muito frequentes. Maria Varanda Teixeira Carpintéro e Josianne Francia Cerasoli concordam com a posição de Pesavento de que a produção intelectual sobre as cidades tem crescido nos últimos anos, de forma significativa, mas, que de fato os historiadores se mantiveram distantes desse debate:

²⁶⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, jan-jun. 2007, p. 11.

²⁶⁶ Idem, p. 11.

²⁶⁷ Idem, p. 11-12.

Durante alguns anos, constatamos na leitura de uma série de livros e artigos escritos por arquitetos, sociólogos, geógrafos e economistas o recurso a interpretações históricas como base para problematizar as cidades modernas. Foi interessante constatar a reduzida presença de historiadores discutindo temas relativos à cidade e à habitação, frente à gama de estudos produzidos por outras disciplinas²⁶⁸.

As duas pesquisadoras, reconhecendo essa realidade, redigiram um artigo. O objetivo era proporcionar aos historiadores focados em questões urbanas a chance de entender como a temática se desloca de forma singular no contexto do urbanismo. Mais especificamente, elas buscaram apreender as concepções de história que estão presentes na produção dos arquitetos. Elas citam a década de 1980 como decisiva na produção intelectual brasileira sobre as cidades, quando a temática urbana na historiografia veio a se tornar efetivamente pauta dos estudos históricos no Brasil²⁶⁹.

Na arquitetura, porém, particularmente, nos estudos das últimas décadas do século XX, os arquitetos compreendiam que “estudar a cidade e acompanhar suas transformações significa configurar uma base para planejar e se possível solucionar os eventuais problemas de gestão do espaço urbano²⁷⁰”. Portanto, tais trabalhos têm um horizonte pragmático, voltado para o futuro das cidades e para se dirimir as tensões sociais que o crescimento desmesurado poderia gerar.

Uma das consequências observadas por Carpintéro e Cerasoli dessa postura é que muitas vezes, ao longo dos estudos empreendidos sobre as cidades no século XX, há até alguma preocupação com os problemas sociais, mas permanece um paradigma evolutivo-linear para a análise de cidades em que os conflitos sociais estão ausentes.

As duas autoras entendem que as contribuições da filósofa Françoise Choay e de Michel Foucault foram importantes para que uma geração de pesquisadores passasse a se relacionar de novas formas com a cidade enquanto objeto de estudo²⁷¹. Ao mesmo tempo, a partir dos anos 1990, estudos de historiadores e sociólogos passaram a se dedicar a temáticas como moradia operária, sanitarismo, engenharia, arquitetura, urbanismo, memória e patrimônio histórico em diversas cidades do Brasil. Também nesse período, houve, para Carpintéro e Cerasoli um período de maior diálogo entre história e arquitetura, trazendo novos caminhos para se pensar a pólis.

²⁶⁸ CARPINTÉRO, Maria Varanda Teixeira. CESAROLI, Josianne Francia. A Cidade como História. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009, p. 63.

²⁶⁹ Idem, p. 79.

²⁷⁰ Idem, p. 69.

²⁷¹ Idem, p. 73-74.

No artigo “A Cidade como História”, Carpintéro e Cerasoli têm a produção intelectual da USP como universo de pesquisa. Segundo as autoras, houve uma sensível renovação no debate intelectual sobre as cidades, produzidas naquela instituição. A produção local foi, para elas, influenciada por transformações que ocorriam no mundo todo.

Ainda que reconheçam a inequívoca dimensão cultural das cidades, Carpintéro e Cerasoli argumentam a necessidade de se compreender o fenômeno urbano em sua dimensão material como também na produção social, ainda que materialidade, cultura e outros aspectos do urbano se encontram indissociáveis. Finalmente, elas advogam que uma abordagem histórica da cidade para alcançar a pluralidade de saberes, precisa se ancorar nos diversos campos conceituais e disciplinares que se dedicam à cidade²⁷².

Retomando Pesavento, tem-se que mesmo o discurso histórico sobre as cidades contém uma poética e se vale de recursos literários. Dessa maneira, o historiador que se dedica à questão da cidade tem o desafio de distinguir os elementos ficcionais nas narrativas que se propõem dotadas de veracidade. “E, nesse sentido, as fronteiras entre as narrativas histórica e literária se revelam mais porosas ou tênues, o que sem dúvida enriquece a leitura de uma cidade”²⁷³.

A cidade é objeto de muitos discursos, logo, o historiador que se dedica à temática precisa se munir de uma farta documentação, mesmo daquelas que, a um primeiro olhar, não parecem ter a urbe como alvo prioritário. Assim, livros, periódicos, jornais, documentos oficiais, a oralidade, enfim, fartos são os elementos que podem servir para a análise do urbano e dos discursos produzidos ao redor dele²⁷⁴.

Na escrita do passado local, o progresso ocupa um espaço de destaque, sendo um dos elementos que compõem a tríade sobre a qual se assenta a história de Morrinhos. Contudo, como apontado nos capítulos anteriores, esses historiadores públicos locais ou não têm formação acadêmica, ou não escrevem textos acadêmicos, na maioria das vezes. Dessa forma, uma série de elementos indissociáveis dos debates acerca do progresso permanecem ausentes dos debates desses escritores, como as tensões e conflitos sociais e as disputas de memória.

Outrossim, se na Pauliceia discutida por Breje o passado colonial é eclipsado pelas reformas urbanas do final da segunda metade do século XIX, em Morrinhos, ocorre que a cidade do período imperial é praticamente ignorada, em nome da Atenas de Goiás cuja narrativa se desenvolve no alvorecer do século XX, sob a égide da República que dava os primeiros passos no Brasil.

²⁷² Idem, p. 99-101.

²⁷³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Op. Cit.**, p. 18.

²⁷⁴ Idem, p. 19.

Esse fato pode ser explicado pela pouca oferta de fontes acerca do período imperial, as quais pudessem ser acessadas pelos historiadores públicos locais, além disso, esses autores focam seus trabalhos no período em que a cidade ganhou maior destaque no cenário goiano, isto é, a virada do século XIX para o XX, já sob os auspícios da República. Assim, cumpre analisar como Morrinhos foi inventada pela pena dos autores locais.

Maria Stella Bresciani aponta que:

Essa dificuldade em mapear as características e problemas da cidade contemporânea, sugere Secchi, leva ao desejo de volta à situação anterior, numa reprodução do passado que, anacrônica, viola o decurso do tempo. É impossível, afirma, reviver ou fazer sobreviver ideias, tradições e modos de construção que se opõem ao sentido da evolução das práticas sociais. A “restauração” seria, assim, “com frequência uma falsificação e um anacronismo [...] a conservação se torna pura invenção de um passado imaginário que nunca existiu. [...] o quadro de uma cena urbana esvaziada de seu conteúdo, odores, ruídos [...]”. Diferenciada desta, outra aproximação, por ele nomeada “neoclássica”, retoma conceitos das tradições do passado e não as formas e uma linguagem. Essa concepção, adotada por vários projetos contemporâneos, parte da premissa de que “a verdadeira tradição não se resume a ser testemunha de um passado superado, mas constitui força viva que anima o presente e lhe fornece informações” (Secchi, 2006, p. 92)²⁷⁵.

Sob essa perspectiva, boa parte dos historiadores públicos locais adotou um discurso saudosista, em especial, como se verá no eixo política, da tríade observada em Morrinhos, fantasiando um passado em que a cidade era habitada por grandes homens, grandes políticos, grandes mentes.

Nessa perspectiva, o presente capítulo se dedica a analisar como a cidade de Morrinhos foi inventada a partir dos textos dos historiadores públicos locais. Como se observará, esses autores criaram um tripé que marca a produção intelectual não acadêmica desses escritores, a política, o progresso e a educação-cultura em Morrinhos.

3.1 A INVENÇÃO DE MORRINHOS

Os historiadores públicos locais buscam introduzir suas respectivas cidades na modernidade, estabelecendo os elementos que permitem identificar a cidade que surgiu no passado e aquela que chegou ao presente em posição que a torna digna de nota e de incontáveis páginas dedicadas à memória local.

²⁷⁵ BRESCIANI, Maria Stella. Cidades e Urbanismo: Uma possível Análise historiográfica. Vitória da Conquista: **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista/BA, v. 9, n. 1, p. 21-50, 2009., p. 22.

Para compreender como se deu a invenção de Morrinhos, dois trabalhos foram fundamentais. De um lado, encontra-se a obra coletiva organizada por Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira, **A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**, 1994. Por outro lado, **A Invenção do Nordeste**, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, 2011.

Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira apontam que o período que vai do último quartel do século XIX até o começo da década de 1920 é caracterizado por mudanças intensas e abrangentes no Brasil, tanto sociais quanto políticas. Duas efemérides foram pioneiras nesse processo, segundo os autores, a Abolição (1888) e a República (1889). A sociedade urbano-capitalista que nascia, seria marcada pela ubiquidade das oligarquias regionais e pela fraqueza do poder central, que desaguariam na Revolução de 1930.²⁷⁶

[...] a medicina (normatizando o corpo), a educação (conformando as “mentalidades”) e a engenharia (organizando o espaço). Os especialistas destas áreas, junto com a geração literária de 1920 (a vanguarda modernista) – formuladora por excelência de uma síntese construída sobre o binômio identidade cultural-identidade nacional – elaboraram o paradigma moderno que se cristaliza na década de 30.²⁷⁷

Para os autores, ao firmarem-se na tríade medicina, educação e engenharia, é possível que se evite a confusão costumeira entre o moderno e o modernismo estético. Perceber-se que é possível encontrar essa mesma lógica na formação da elite local de Morrinhos. Boa parte dos nomes alçados à condição de líderes políticos locais eram médicos, professores (ainda que originalmente oriundos de outras áreas, notadamente o direito) ou engenheiros.

Herschmann e Pereira asseveram a preocupação das elites em controlar os indivíduos, sob a justificativa da necessidade de afastar o atraso colonial brasileiro. Sob esse prisma, os discursos de engenheiros, médicos e professores vão ao encontro do intento das classes dominantes, promovendo os caminhos para que se atingissem e orientassem os indivíduos.²⁷⁸

Morrinhos não tem um passado colonial, já que o núcleo que se configuraria no espaço urbano de Morrinhos surgiu a partir da década de 1820, já no contexto de um país independente. Assim, o discurso moderno murrinhense se deu a partir de uma tentativa de se ligar o município de Morrinhos à Cidade de Goiás, capital e capital e ponto fulcral da colonização goiana. Uma

²⁷⁶ HERSCHMANN, Micael M. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: _____. **A invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994., p. 9-42, p. 12.

²⁷⁷ Idem, p. 13.

²⁷⁸ Idem, p. 27.

figura é central nesse processo, Antônio Corrêa Bueno, o bandeirante fundador de Morrinhos, cuja história liga a cidade à figura do Anhanguera, tido como o pioneiro e fundador do Estado de Goiás.

Milton Santos apresenta o conceito de cidade dos notáveis²⁷⁹, que se encaixa nesse cenário e, como se notará a seguir, é especialmente evidente ao se perceber o respeito dedicado às personalidades políticas da cidade de Morrinhos.

Dois historiadores públicos locais têm especial responsabilidade pela consolidação da figura de Correia Bueno no imaginário e na própria historiografia local, Zilda Diniz Fontes e José Afonso Barbosa.

Antônio Correia Bueno e seus irmãos, descendentes de Bartolomeu Bueno, chegaram às terras do município da atual cidade de Morrinhos em princípios do século XIX. Tinham saído de Patrocínio, Minas Gerais, onde se achavam incriminados, e se dirigiram para Santa Cruz, Goiás. Pretendendo, naturalmente, manter distância maior entre a terra de origem e a futura morada, embrenharam-se mais para dentro, a umas trinta léguas daquele povoado. Goiás era o sertão e nele se sentiriam a salvo de problemas com a justiça da província de Minas Gerais.²⁸⁰

O trecho citado acima é reproduzido praticamente de forma literal em quase todas as obras que se propõem a tratar da história de Morrinhos: os irmãos Correia Bueno, liderados pelo mais velho deles, Antônio, que fugiram de sua cidade natal, em Minas Gerais, a procura de um lugar em que possam se estabelecer, longe do alcance da justiça mineira.

Em **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**, encontram-se poucos dados sobre as origens dos supostos pioneiros de Morrinhos. Para além de terem nascido na cidade de Patrocínio, a autora, Fontes, frisa a devoção da família à Nossa Senhora do Carmo, a quem prometeram a construção de uma capela:

Os Correia Bueno, preocupados com a sua segurança, prometeram a Nossa Senhora do Carmo que levantariam uma igreja em sua homenagem, se fossem felizes na nova morada. O cumprimento da promessa levou cinco anos, com a Igreja iniciada em 1833 e concluída em 1838, datas que gravaram em um pedaço de aroeira, ponta do esteio da construção e se achava em poder de João Correia Bueno, o descendente mais próximo da família fundadora desta cidade.²⁸¹

²⁷⁹ SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2013. p. 56.

²⁸⁰ FONTES, Zilda Diniz. **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**. Goiânia: Oriente, 1980. p. 15.

²⁸¹ Idem, p. 15-16.

A pouca oferta de dados sobre as origens da família, entretanto, não é, de forma alguma, obstáculo para que esse elemento da história morrinhense seja repetido por cada autor que se propõe a deixar sua contribuição acerca da história local. É o caso de Antônio Ávila: “O povoamento iniciou-se na primeira metade do século XVII, quando Antônio Corrêa Bueno e seus irmãos, descendentes de Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, chegaram à região”²⁸².

Se Fontes oferece poucos dados sobre as origens da família Correia Bueno, diferente é o caso de Barbosa. Em suas várias obras (sempre tendo a cidade de Morrinhos como elemento central de sua obra), Barbosa lança mão de forte lirismo em suas obras, fazendo história, poesia e romance se entrelaçarem.

Estou fora de mim. O mágico canto do sabiá-coleira espreme o meu peito e as lágrimas rolam sobre o meu rosto numa viagem sem fim.
Hoje, 3 de outubro de 2013, 18 horas, lembra-me Antônio Corrêa Bueno quando aqui chegou ao limiar de junho de 1822, procedente de Minas Gerais e ouviu o mesmo canto que ouço agora. O mesmo canto que enchia de gozo a floresta intacta, anto sagrado que aquecia a nossa terra.²⁸³

Esse lirismo é uma das marcas da escrita de Barbosa, algo que foi mais bem discutido no capítulo anterior, dedicado a pensar esses autores como historiadores públicos locais. Aqui interessa perceber como o autor lida com o mito fundador morrinhense. De fato, o referido escritor se ancora em documentação que dá suporte às datas que ele cita, contudo, a imaginação permeia sua escrita²⁸⁴.

Outrossim, é central a ligação entre o Bueno de Morrinhos e o homólogo de Goiás: “Belo o destino de Antônio Corrêa Bueno. Aliás, belo o destino da família Bueno, fundadora de cidades em solo goiano: Vila Boa, de Bartolomeu Bueno da Silva. Bonfim, de Antônio Bueno, e Morrinhos de Antônio Corrêa Bueno”²⁸⁵.

A força de Antônio Corrêa Bueno na obra de Barbosa é notável e, como visto, mereceu do autor a escrita de um romance histórico. De fato, Corrêa Bueno é chamado de bússola que guiará a cidade de Morrinhos em seu desenvolvimento²⁸⁶. Para o autor, a população local é tributária dos feitos deste pioneiro e visionário.

²⁸² ÁVILA, Antônio. **Morrinhos: nossa história em selos**. Goiânia: Kelps, 2019. p. 36.

²⁸³ BARBOSA, José Afonso. **Na Trilha do Passado**. Goiânia: Kelps, 2015. p.15.

²⁸⁴ José Afonso Barbosa consultou, para a construção de suas obras, a documentação disponível na Cúria da Diocese de Ipameri, à qual pertence a Paróquia de Santa Cruz, da qual a Paróquia Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos foi desmembrada em 1845. É de lá que ele tira as informações que o levam a datar a chegada dos Corrêa Bueno entre o final de maio e começo de junho de 1822. Idem, p. 15.

²⁸⁵ Idem, p. 15.

²⁸⁶ Idem, p. 16.

Toda essa reverência ao redor de Antônio Corrêa Bueno, a ponto de transformá-lo numa entidade quase sacra, parece escusar os autores morrinhenses de responderem a algumas perguntas que parecem centrais: O quanto a família Corrêa Bueno era próxima dos descendentes do Ananguera? Qual crime Antônio Corrêa Bueno teria cometido em sua cidade natal, a ponto de fazê-lo abandonar a cidade de origem e se aventurar em outro Estado²⁸⁷? Já nas futuras terras morrinhenses, teria alguém da família pioneira cometido algum ilícito? Finalmente, como os Corrêa Bueno deixaram sua posição de centralidade na história de Morrinhos para praticamente desaparecer em momentos-chave da história local, como na criação da Paróquia Nossa Senhora do Carmo e na própria emancipação do município²⁸⁸.

Novamente, a imaginação e o lirismo de Barbosa aparecem para responder a essas indagações:

Em nenhum documento encontramos a rubrica de Antônio Corrêa Bueno. Daí a conclusão de que ele era muito retraído e analfabeto. Ou seria tal anonimato motivado pelo medo de ser descoberto pela justiça? É possível que sim. Uma vez que era fugitivo da justiça mineira²⁸⁹.

A construção da capela em honra à futura padroeira de Morrinhos, Nossa Senhora do Carmo, se deu a pedido de que os recém-chegados ao Sul de Goiás encontrassem nas novas terras prosperidade e paz para seguirem suas vidas, após o temor da justiça que eles viveram em Minas Gerais.

Na política morrinhense, apenas dois descendentes de Antônio Corrêa Bueno, segundo Barbosa, obtiveram destaque. José Corrêa Bueno, trineto de Antônio Corrêa Bueno, que foi membro do Conselho Municipal entre 12 de agosto e 12 de outubro de 1909, foi nomeado pelo então presidente do Estado de Goiás, Urbano Coelho de Gouvêa. Igualmente, João Lopes Zedes Filho, outro trineto, foi juiz de Direito e 1º vice-intendente do município, entre 1919 e 1923.

João Lopes Zedes Filho também serve, na escrita de Barbosa, como elo entre Morrinhos e Bartolomeu Bueno da Silva, o Ananguera.

Observe que fato curioso este: na comitiva bandeirante de Bartolomeu Bueno da Silva de 1722, havia ali um João Lopes Zedes, com grande destaque na hierarquia daquela bandeira. Pelo que conhecemos, ele era uma pessoa de elevada posição econômica, política e militar, o que lhe garantia prestígio

²⁸⁷ Paira na oralidade de Morrinhos, a ideia de que Antônio Corrêa Bueno teria cometido um homicídio na cidade de Patrocínio, o que justificaria a necessidade de abandonar a região. É o que se observará no terceiro capítulo, ao se analisar uma peça de teatro, O Auto do Carmo, que narra a viagem de Bueno até Morrinhos.

²⁸⁸ 31 de julho de 1845 e 29 de agosto de 1882, respectivamente.

²⁸⁹ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.**, p. 20.

junto ao chefe bandeirante, Bartolomeu Bueno da Silva. Seis gerações mais tarde, um descendente daquele João Lopes Zedes, viria para Morrinhos e se casaria com Exordina Corrêa Bueno, bisneta de Antônio Corrêa Bueno, fundador de nossa cidade e que fazia parte da família do bandeirante. Aqui João Lopes Zedes se destacou na sociedade da época, dando sua contribuição na política e no comércio. Exercendo com sabedoria vários ramos da atividade comercial e industrial de nossa terra.²⁹⁰

A despeito, como se verá nas páginas seguintes, do desejo dos historiadores públicos locais em caracterizar a cidade de Morrinhos como vocacionada ao progresso, sendo um marco do desenvolvimento em Goiás, inicialmente, era preciso demarcar de forma clara a ligação da cidade com a própria história do Estado.

Por isso, a insistência em se identificar Antônio Correa Bueno com o Anhanguera, como forma de mostrar que ainda que indiretamente a cidade de Morrinhos já estava, desde as origens, vocacionada à condição de liderança dentro do Estado de Goiás.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior é uma das referências quando se pensa em como certas imagens são alçadas à condição de representativas de dada região. A exemplo de Herschmann e Pereira (1994), Muniz também aponta a existência de um tripé formativo da identidade nordestina. Trata-se da tríade seca, fome e revolta. Naquilo que se vincula nas mídias sobre o Nordeste, esses três elementos emergem como centrais para a caracterização do local.

Seja na mídia, seja na cultura popular, seja na própria academia, Muniz aponta como é difícil que se caracterize o Nordeste sem que se evoque a um desses elementos em particular ou mesmo aos três em conjunto. Assim, se a medicina, a educação e a engenharia foram as responsáveis por inventar o Brasil moderno dos anos 1920-1930; a seca, a fome e a revolta fizeram o mesmo pelo Nordeste e ainda hoje o fazem²⁹¹.

Assim, ao revisitar as obras construídas sobre Morrinhos pelo trabalho dos historiadores públicos locais, é possível visualizar uma tríade que marca a cidade e o imaginário construído sobre ela: política, progresso e educação-cultura. Essa tríade é notável em vários elementos do trabalho dos historiadores públicos locais.

²⁹⁰ Idem, p. 21.

²⁹¹ Não se ignore, porém, que Durval Muniz de Albuquerque parte de um arcabouço teórico e metodológico diferente daquele adotado na presente pesquisa. Enquanto esta tese lida com os conceitos de imaginário e representação, Albuquerque se guia pela noção de estereótipo (tomado por ele como um discurso assertivo, repetitivo, fruto de uma caracterização grosseira e indiscriminada de um grupo tomado como estranho). Esse conceito não será aqui discutido. Além disso, o Nordeste, universo da pesquisa desse autor se configura como uma região muito distinta daquela que se pesquisa no contexto do presente trabalho acadêmico. Finalmente, a inclusão dessa tríade se fez apenas para mostrar como mesmo em regiões distintas, partindo-se de fundamentos teóricos diferentes, é possível perceber como há tentativas reducionistas de se escrever a história e de se caracterizar uma dada localidade,

A política na Morrinhos inventada pelos historiadores públicos locais é alçada à condição de vocação da cidade. Particularmente é muito celebrado pelos que se dedicam à história local, o nome de pessoas que chegaram a ocupar postos de destaque na política estadual de Goiás. Notadamente, dois períodos são muito evocados: os anos finais do século XIX até o começo do XX (1880-1920) e as décadas de 1980 a 1990. Nesses momentos, encontram-se figuras de destaque oriundas de Morrinhos nas esferas estaduais do poder.

O progresso emerge como uma sina da cidade. Os historiadores públicos locais, citam invariavelmente a posição geográfica estratégica do município (próximo de grandes centros econômicos e administrativos, como Goiânia, Brasília e Uberlândia), a vastidão do território e a tenaz vontade de seus habitantes em empreender na região. Assim, muitos trabalhos oferecem intermináveis listas de comerciantes, empresários e agricultores que nasceram ou se estabeleceram na região e fizeram fortuna.

Evidentemente, não se pode falar de progresso sem se evocar seu oposto: o atraso²⁹². O atraso aparece na escrita da história pública local sob várias facetas: ora na ausência de grandes líderes políticos contemporâneos, ora na negligência e desconhecimento do passado outrora glorioso, ora na percepção de que a cidade não cresceu tanto quanto as vizinhas Itumbiara e Caldas Novas, ora ainda no lamento de que a cidade perdeu boa parte de seu protagonismo político e econômico no cenário goiano.

A educação surge como terreno fértil para destacar o pioneirismo da cidade na área. A alcunha de Atenas de Goiás é reivindicada pelos historiadores públicos locais. Particularmente celebradas por eles, as primeiras instituições de ensino que surgiram no município são descritas em minúcias, apontando que enquanto Goiás carecia de acesso à instrução, Morrinhos ostentava grande número de intelectuais. Como se verá, porém, os grandes *vultos*, herdeiros das elites locais invariavelmente se mudavam para a região Sudeste do país, a fim de concluir seus estudos.

A educação, contudo, vem ainda acompanhada de um elemento, a cultura. Por isso, nessa pesquisa, optou-se pelo binômio educação-cultura, dado que as duas são constantemente evocadas como faces da mesma moeda: as escolas locais formariam uma elite culta, tornando a cidade um campo onde a cultura, popular ou erudita, pode vicejar de forma ímpar, se comparada às demais cidades do Estado.

A partir das contribuições de Peter Lee, é possível depreender que as pessoas trazem consigo um “passado bastante longo, complexo e confuso, além de dinâmico o bastante para

²⁹² Tradicionalmente, na historiografia goiana, o oposto de progresso é atraso, como aponta o trabalho de Meira (2019).

reproduzir o poder de alguma sanção particular ou destino que possam ser encontrados nele, e o passado apela à história para a sua validação”²⁹³. Assim, o passado vem carregado de heróis, exemplos de moralidade e míticas idades de ouro. Por isso, aqui e acolá, a história vem ao encontro do imaginário social, com o intuito de legitimá-lo, o que é particularmente visível nas produções exteriores à Academia.

Ao longo do capítulo, fala-se sobre a elite morrinhense. Porém, existe na cidade uma elite local e uma elite intelectual. Em Morrinhos, a primeira corresponde à classe dominante, que detém poder político e econômico. Os políticos e coronéis compõem esse estrato social. A elite intelectual da cidade se configura como os indivíduos que conseguiram acessar o Ensino Superior.

No início do século XX, as duas elites são uma só, pois eram poucos os que tinham condições financeiras de estudar fora. Conforme o acesso às universidades se ampliou, as duas esferas começam a se distinguir, ainda que, como visto ao longo da pesquisa, elas mantenham íntima relação e inúmeras intersecções. Alguns dos autores analisados no capítulo anterior podem ser entendidos como parte da elite intelectual morrinhense, como as irmãs Zilda Diniz Fontes e Nilza Diniz Silva, além do próprio Bruno José Vieira.

Questionamentos podem ser colocados a qualquer um desses elementos que formam a tríplice identidade morrinhense. Há vários acadêmicos que interpõem questionamentos sobre essa visão de uma Morrinhos pautada pela política, progresso e educação. Não obstante, historiadores públicos locais do passado e do presente apostaram fortemente nessa tríade, o que nos força a discuti-la nas páginas seguintes.

3.2 POLÍTICA

Comum nas obras produzidas sobre a cidade de Morrinhos: o leitor, quase invariavelmente, se deparará com uma lista de personalidades que nasceram ou viveram na cidade. Pegue-se, por exemplo, a obra **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares** de Fontes. A autora traz 29 nomes classificados por ela como “vultos morrinhenses”²⁹⁴. Em **Na Trilha do Passado**, Barbosa faz algo semelhante, mas selecionou os nomes dos políticos que chegaram ao cargo de prefeito no município.

Para justificar a lista de vultos locais, Fontes escreveu: “Toda cidade registra nas suas ruas, praças, escolas ou edifícios públicos nomes de pessoas ligadas à sua história. É uma forma

²⁹³ LEE, Peter. Por que aprender História? Curitiba: **Educar em Revista**, n. 42, out/dez. 2011, p. 19-42., p. 23.

²⁹⁴ FONTES, Zilda Diniz. **Op. cit.** p. 27.

de homenagear aqueles que os dirigentes do momento querem ver lembrados pelas gerações do futuro”²⁹⁵. Assim, Fontes entende que a escolha de quais indivíduos devem ser ou não rememorados é influenciada também em demandas advindas do presente.

Mas para que o sejam [lembrados no futuro] é necessário que o homenageado signifique alguma coisa mais que apenas o nome gravado numa placa ou frontispício. É imprescindível ser individualizado, tomar forma e sentido como ser humano diferenciado de qualquer outro semelhante²⁹⁶.

Aqui, retoma-se a cidade dos notáveis pensada por Milton Santos. “A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista²⁹⁷”. Essa urbe, segundo Santos, é eclipsada pela cidade econômica, em que profissionais liberais tomam o lugar das figuras acima citadas, conforme o comércio se especializa e se desenvolve.

Fontes aponta que para as gerações atuais²⁹⁸, muitos dos indivíduos que dão nome aos logradouros locais são pessoas desconhecidas, o que, na visão da autora, tornava necessário o trabalho de coleta da biografia dessas personalidades.

A lista de Fontes segue uma ordem alfabética, elaborada a partir de personalidades que emprestam seus nomes a logradouros morrinhenses, enquanto Barbosa, no *Trilhas do Passado*, opta pela ordem cronológica dos ex-prefeitos da cidade. A escrita dos dois autores é, contudo, distinta. Fontes tende a limitar-se a citar dados biográficos, enquanto o texto de Barbosa vem carregado de elogios às personalidades descritas.

Não são apresentadas nas páginas seguintes todas as pessoas que esses autores analisam. Optou-se por discutir aqueles em que os elementos política, progresso e educação mais se fazem mais sensíveis. Como as duas listagens seguem critérios distintos, é natural que personalidades figurem com maior ou menor destaque em uma ou outra lista. Ademais, por mais que haja outras listas de personalidades escritas por outros historiadores públicos locais, aqui, optou-se por restringir ao trabalho de Fontes e Barbosa, dada à densidade e alcance do trabalho dos dois escritores.

Uma das personagens centrais da história morrinhense celebrada nas crônicas locais é a figura do Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes. A ubiquidade desta figura é atestada

²⁹⁵ Idem, p. 27.

²⁹⁶ Ibidem.

²⁹⁷ SANTOS, Milton. *Op. cit.*, p. 56.

²⁹⁸ Relembrando que **Morrinhos**: de Capela a Cidade dos Pomares foi, originalmente, publicada em 1980.

também nos estudos de acadêmicos que se dedicam a pensar a história econômica e política do município no século XIX.

A experiência do passado —glorioso, do protagonismo político, naquele modelo de cidade ainda colonial, dos notáveis, no dizer de Milton Santos (2009), encontrou seu eco, tal qual uma expectativa às avessas, na formulação de uma cidade econômica, em que seu arranjo espacial se revestia de significado ao demonstrar que o ideal da concretude da cidade moderna apenas apontava para a trajetória passada como inevitável, dentro de seu próprio regime de historicidade²⁹⁹.

Júlio Cesar Meira, em sua tese de doutoramento, aponta que a imagem do Coronel Hermenegildo de Moraes se estabeleceu, porque enquanto a maioria das localidades do interior do país (e de Goiás) se configuravam como simples arraiais dedicados a suprir as demandas do mundo rural (as cidades dos notáveis de Milton Santos), Hermenegildo tinha atividades e um modo de vida urbano, num contexto em que a cidade burguesa ainda não havia se estabelecido³⁰⁰.

Dessa forma, o pesquisador salienta que a representação do Coronel Hermenegildo no imaginário morrinhense se liga à dicotomia entre o rural e o urbano, que expõe de um lado um grande latifundiário (o maior do município) e, ao mesmo tempo, símbolo da vida urbana incipiente naquela localidade.³⁰¹

Victor Nunes Leal compreende que o conceito de coronelismo passou por variações ao longo do tempo e da região em questão. Ainda assim, o entende como fruto de uma adaptação do poder privado, se configurando como um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, destacadamente, os senhores de terras.³⁰² A estrutura agrária é central na configuração dessa prática da política brasileira, central durante a Primeira República.

Hermenegildo nasceu na cidade de Goiás, no ano de 1833, se mudando para Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara), no contexto da Guerra do Paraguai, onde se dedicou à carreira de comerciante³⁰³. José Afonso Barbosa apresenta mais detalhes sobre a vida do coronel:

²⁹⁹ MEIRA, Júlio Cesar. **Ideias de Progresso e Modernização**: projetos de (re)urbanização do Município de Morrinhos/GO (1950-1970). 2017. 244 f. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal de Uberlândia (UFU) 2017., p. 29.

³⁰⁰ Idem, p. 131.

³⁰¹ Idem, p. 131-135.

³⁰² LEAL, Victor Nunes, **Coronelismo, Enxada e Voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

³⁰³ FONTES, Zilda Diniz. **Op. cit.**, p. 37.

Filho de André Corsino de Moraes e Maria das Virgens da Conceição, nasceu a 13 de abril de 1833, no Arraial de Curralinho, Distrito da Cidade de Goiás, hoje Itaberaí. Realizou os estudos elementares na Escola de Primeiras Letras criada no Arraial por Decreto Imperial de 20 de setembro de 1831. Mais tarde, transferindo-se para a Cidade de Goiás realizou os estudos preparatórios feitos no Liceu de Goiás [...]. Na cidade de Goiás, iniciou-se no comércio, aplicando então a energia de sua juventude nos empreendimentos da época, a princípio organizando tropas de burros para transporte de mercadorias e assim conhecendo os principais comerciantes goianos daquele tempo, criando uma gigantesca rede negócios³⁰⁴.

Novamente, o tom elogioso de José Afonso Barbosa faz crer que se está diante de um homem dotado de honra e espírito empreendedor. De fato, ele chega a ser classificado como o maior capitalista de Goiás, devido aos empréstimos concedidos aos boiadeiros que exportavam gado³⁰⁵. Evidentemente, na prática, o coronel se portava muito mais próximo da figura de um agiota que de um banqueiro.

Fontes aponta que Hermenegildo fixou residência em Morrinhos, como forma de fugir de uma epidemia de malária. A presença dele na região fez da cidade um centro comercial importante para as localidades circunvizinhas. Fontes também enxerga no coronel a figura de um banqueiro, não de um agiota. De fato, para a autora, o sucesso comercial dele foi fundamental para a sua ascensão política na província de Goiás.³⁰⁶

A informação sobre a epidemia de malária que assolava Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara) é reiterada por Barbosa, em **Triângulo da História**, tal epidemia teria causado a morte de muitas pessoas escravizadas³⁰⁷. Hermenegildo de Moraes, na cidade, prosperou e se tornou um bastião da economia local:

Hermenegildo Lopes de Moraes resolveu se mudar com a família [...] para a Vila Bela de Morrinhos, lugar de clima sadio, bonito, de posição geográfica privilegiada em franco desenvolvimento, aonde (*sic*) Hermenegildo, homem de grande visão comercial instalou seu comércio atacadista e deram novo impulso ao transporte de mercadorias no lombo de muars [...]. Dotado de um admirável tino comercial, era incansável na lida, o que lhe propiciou adquirir, por meio do trabalho honrado e perseverante, sólida fortuna, uma das maiores de Goiás daquele tempo. Era, na verdade, o maior capitalista de Goiás.³⁰⁸

³⁰⁴ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 39.

³⁰⁵ Idem, p. 40.

³⁰⁶ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 38.

³⁰⁷ BARBOSA, José Afonso. **Triângulo da História**: Subsídios para a história de Morrinhos. Goiânia: Kelps, 2017. p. 22.

³⁰⁸ Idem, p. 22-23.

O enaltecimento ao coronel é de tal monta que Barbosa chega a afirmar que a cidade mudou da água para o vinho com a presença de Hermenegildo na região. “O comércio cresceu, a política já abria suas picadas, a passadas largas, mostrava-se por inteira, desenhava-se um novo mapa na geografia política de Goiás, a cultura fazia-se presente [...]”.³⁰⁹ Nota-se um forte alinhamento de Barbosa com o discurso da elite local, uma vez que o agita Hermenegildo é eclipsado pelo capitalista Hermenegildo.

Retomando a categoria de análise de Milton Santos e, como apontado na tese de Meira, o Coronel Hermenegildo é encarado como aquele que transformou a Morrinhos dos notáveis na Morrinhos econômica. O que ocorre é, enquanto não se trata de um trabalho acadêmico, as contradições desse processo não são explicitadas por Barbosa.

Em nenhum momento, por exemplo, encontra-se nas páginas de José Afonso Barbosa alguma reflexão acerca do uso da mão de obra escrava por parte do coronel. Igualmente, não se questiona o grande latifúndio detido por Hermenegildo Lopes de Moraes, que chegaria à marca de oitenta e dois mil alqueires, indo da Vila Bela de Morrinhos até o Rio Paranaíba, ocupando boa parte do que hoje é o município de Bom Jesus, chegando a territórios das atuais Rio Verde e Palmeiras de Goiás³¹⁰. Os problemas urbanos que o crescimento de uma cidade traz, igualmente, não são apresentados.

Se a crítica a tais elementos está ausente nas páginas de José Afonso Barbosa, a associação dos vultos locais a uma vocação ao progresso não é. Reforçando a ideia de que a cidade é vocacionada ao desenvolvimento desde sua fundação, o historiador público local conseguiu unir pelo progresso duas figuras tão díspares como Antônio Corrêa Bueno e Hermenegildo Lopes de Moraes:

Vila Bela, agora estava no auge, política, econômica e culturalmente. O sonho de Antônio Corrêa Bueno e de seus irmãos Inácio, Gaspar, Vicente, Jacinto, Manoel e Caetano (seu irmão Pedro não o acompanhou para Goiás) descendentes de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (Antônio Corrêa Bueno o líder dos irmãos) fundador do arraial [...].³¹¹

Portanto, a um só tempo, Hermenegildo de Moraes é a primeira personagem histórica a reunir os três elementos da tríade que marcam a cidade. Homem de negócios, trouxe muito progresso para a cidade, o que dinamizou a vida cultural (elemento que se associa intimamente com a educação, além de que, como se verá, ele ajudou na fundação de uma escola na

³⁰⁹ Idem, p. 23.

³¹⁰ Idem, p. 24.

³¹¹ Ibidem.

localidade) de Vila Bela, finalmente, um homem com tamanho poder econômico, não ficaria sem ter também um grande poder político.

Foi a influência do coronel, segundo Fontes, que garantiu a elevação da Vila à condição de cidade em 29 de agosto de 1882 (quando se comemora a emancipação política do município), o que só foi possível mediante doação de casa que funcionaria como escola. “Tão grande era a sua influência que nenhuma decisão política importante se tomava em Goiás sem que Morrinhos se pronunciasse, segundo declarou o deputado Cônego José Trindade”.³¹²

O coronel, segundo Barbosa, foi quem escolheu o primeiro intendente para Morrinhos, Pedro Nunes da Silva, cuja família gerou grandes políticos para Morrinhos e o Estado de Goiás. Conforme a documentação apresentada pelo autor em Triângulo da História, na carta patente imperial (de 3 de março de 1883) que conferia tal cargo ao político, constavam três assinaturas, a de D. Pedro II, o imperador, a do presidente da Província de Goiás, Antônio Gomes Pereira Júnior e a do Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, então Comandante Superior da 4ª Companhia do 9º Batalhão do Serviço Ativo das Guardas Nacionais dos Municípios de Vila Bela e Santa Cruz da Comarca do Rio Piracanjuba.³¹³

Pedro Nunes (que mais à frente será analisado) e Hermenegildo de Moraes se tornaram os esteios do município, de acordo com a escrita de Barbosa:

Pedro Nunes da Silva assume a chefia política do município de Vila Bela de Morrinhos e fica à frente das lojas comerciais de Hermenegildo Lopes de Moraes, enquanto Hermenegildo dedica-se à administração de seu escritório bancário, às fazendas, à criação de gado, ao transporte de mercadorias e à liderança política de todo o Sudeste goiano. Pedro Nunes da Silva e Hermenegildo só fazem aumentar o prestígio na política. O major e o coronel mandam no município. Eles são a lei e a ordem. Sem eles tudo paralisa. O compadrio fala alto. A troca de favores é a norma da casa. A presença austera, intimidada, constrange...³¹⁴

Vê-se que, a despeito de Barbosa não questionar o escravagismo e/ou os latifúndios detidos por Hermenegildo de Moraes, o autor aponta a presença de práticas típicas do coronelismo brasileiro, como o compadrio e o uso do poder econômico e político para se impor à vontade dos coronéis sobre boa parte da população de uma dada região.

Hermenegildo Lopes de Moraes gozava de enorme prestígio no Estado de Goiás. Sua estrela estava em constante ascensão. Seu poderio crescia como

³¹² FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p 38.

³¹³ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 46.

³¹⁴ Idem, p. 48.

nunca. Ele era a lei. Mandava e desmandava. Mandava no Sul do Estado e principalmente mandava no município de Morrinhos, seu curral eleitoral.³¹⁵

De fato, o município tinha uma extensão muito maior que as atuais, dado que muitas cidades hoje emancipadas eram, à época, distritos de Morrinhos, o que potencializava exponencialmente a importância política de Hermenegildo no Sul de Goiás:

Era hábito de Hermenegildo Lopes de Moraes engalanar-se todo com seu terno branco e sair para seu passeio matinal. Isso diariamente. Se um transeunte do povo caminhasse em sentido na calçada da rua, oposto ao dele não podia em hipótese alguma dar de testa com ele. Tinha, ao aproximar-se dele, que descer da calçada, esperá-lo passar para só depois tomar o passeio da rua e retomar de volta seu destino. Se algum desavisado não cumprisse esse ritual, ao encontrar-se com ele, era severamente advertido pelo coronel por aquele descuido, exigindo, do desavisado, que aquilo não se repetisse mais, levando-se em conta sua importância de homem público e sua força econômica (Hermenegildo Lopes de Moraes que quase alcançara o título de Barão de Vera Cruz, não fosse a queda prematura da monarquia brasileira).³¹⁶

Ao morrer, em 15 de maio de 1905, na cidade de Morrinhos, Hermenegildo havia deixado uma vasta fortuna. Novamente, Barbosa não questiona os métodos empregados para que tal fortuna se construísse, preferindo, destacar o espírito empreendedor e honesto do coronel que lhe permitiram alcançar tal posição.

No ano de falecimento, conforme revela a pesquisa de Hamilton Afonso de Oliveira, o coronel Hermenegildo deixou um rebanho bovino de cinco mil cabeças, cujo valor era estimado em 75 mil contos de réis, cifra que representava apenas 4,2% do *monte-mór* do coronel³¹⁷. O trabalho desse pesquisador coaduna muito do que foi levantado pelos historiadores públicos locais morrinhenses, salientando, de modo particular, a vultosa riqueza adquirida pelo coronel.

Dentre a mostra dos 536 inventariados da região sul de Goiás que foram analisados o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes reunia todas as qualidades de um tradicional *coronel*. Uma vez estabelecido em Morrinhos, por volta de 1870, logo se tornou um chefe político local e a partir de uma série de alianças e casamentos estratégicos de seus filhos e enteados, conseguiu alargar sua influência no âmbito regional e provincial/estadual e, também, por meio do financiamento de obras públicas e privadas³¹⁸.

³¹⁵ Idem, p. 79.

³¹⁶ Idem, p. 80. Existe, porém, uma possível inconsistência no relato de José Afonso Barbosa. Morrinhos, no final do século XIX e início do XX não possuía ruas delineadas e calçadas, talvez, esse hábito pode se referir a outro político da cidade, talvez, o próprio Xavier de Almeida.

³¹⁷ OLIVEIRA, Hamilton Afonso. **A Construção da Riqueza no Sul de Goiás, 1835-1910**. São Paulo: Pimenta Cultura, 2023.

³¹⁸ Idem, p. 158. Itálico do autor.

Oliveira aponta para o fato de que, na ausência de bancos, Hermenegildo de Moraes exercia atividades financeiras na região sul do Estado, além de participar dos conchavos políticos, influenciando os destinos eleitorais de Goiás.

Meira aponta que:

[...] há uma identificação tão forte da memória histórica com a história e o período de mando do Coronel Hermenegildo e seu grupo, que acabou por haver uma incorporação de suas realizações e modo de vida, nas representações construídas sobre o passado, como se fossem de todos os habitantes, fazendo com que cada um se sentisse um pouco herdeiro dele, herdeiros de uma representação do passado em que a figura do Coronel Hermenegildo extrapolou a si próprio e a seu tempo, influenciando todo o *ethos* social da forma como a comunidade se vê e se imagina no presente³¹⁹.

Assim, pode-se afirmar que os feitos do coronel passaram a ser vinculados aos feitos da própria cidade, transformando-o em um arquétipo de Morrinhos. Conforme sinaliza o próprio Meira, Hermenegildo foi construído como um homem simples, religioso e ao mesmo tempo, rigoroso, que permitia à população acessar um pouco do patrimônio que ele acumulou, ao trazer para a cidade a fama que ele próprio possuía.

Parte da grandeza de Morrinhos residiria, portanto, em sua liderança. Percebe-se, em ambos os autores a ideia de que a elite política local é dotada de uma formação aprimorada, o que explicaria a natural vocação da cidade ao progresso e ao desenvolvimento. Quando os valores intelectuais não podem ser invocados, entra em cena a dedicação ao trabalho ou os laços de parentesco com pessoas importantes da cidade.

Essa impressão é corroborada por Meira, que expressa essa percepção em sua tese de doutoramento:

A ênfase na reconstrução imagética de Morrinhos passou a ser a das relações interpessoais, não a das condições de vida da população [...]. Dessa forma, a imagem do Coronel Hermenegildo sobressai na memória histórica oficial do Município de Morrinhos, frequentemente se confundindo com sua própria fundação, extrapolando em muito os próprios Correa Bueno e o Capitão Gaspar Martins da Veiga [...]³²⁰.

Portanto, ao deslocarem das condições de vida da população para as relações interpessoais da elite local, os historiadores públicos locais elegeram o coronel Hermenegildo como o eixo estruturante da memória histórica do município. O coronel Hermenegildo teve

³¹⁹ MEIRA, Júlio Cesar. **Op. Cit.**, p. 136. Itálico do autor.

³²⁰ Idem, p. 103.

quatro filhos, Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, que alcançou os cargos de deputado federal e senador (foi eleito governador, mas não chegou a tomar posse), Francisco Lopes de Moraes (que não há registros de que se dedicou à vida política), Alfredo Lopes de Moraes, deputado federal e presidente do Estado (1929-1930) e o genro, José Xavier de Almeida, também deputado federal e presidente de Goiás de 1901 a 1905, que se casou com Amélia Lopes de Moraes.

Começando pelo primeiro filho do coronel, o senador Hermenegildo Lopes de Moraes Filho³²¹. O senador Hermenegildo de Moraes chegou a ser eleito presidente do Estado de Goiás, mas não tomou posse, devido aos acontecimentos da chamada Revolução de 1909, além de ter ocupado vários mandatos como deputado estadual e federal. Em Morrinhos ele é conhecido pela alcunha de senador Hermenegildo (cargo que ocupava quando morreu) e sua representação no imaginário local chega a eclipsar a figura do pai.

Ao se recorrer ao texto de Fontes, aponta-se que:

Homem esclarecido e de larga visão, esteve sempre à frente dos bons serviços para o país e, em particular, para o seu Estado, correspondendo, assim à confiança que nela depositavam [...] Uma das grandes preocupações de Hermenegildo Lopes de Moraes era a educação em sua terra e, quando viu que não lhe seria mais possível trabalhar para isso, em virtude da proximidade da morte, pediu à esposa que empregasse parte dos seus bens na fundação de escolas em Morrinhos³²².

A figura do senador Hermenegildo de Moraes é frequente no imaginário popular local. Logradouros e prédios públicos como praças, avenidas e escolas foram construídos para homenageá-lo. A principal avenida comercial da cidade, onde se localizam o prédio da Prefeitura de Morrinhos, um dos três hospitais locais e o principal centro comercial, Centro Comercial Valterli José – localizado na Praça Monte Castelo, mais referenciada como Praça do Mercado, é chamada de Avenida Senador Hermenegildo de Moraes. Além disso, há uma escola privada de confissão católica romana, o Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, com mais de noventa anos de existência no município e que foi construído pela viúva do político.

Já a esposa do senador, Maria Amabini de Moraes, conhecida como Dona Fiica, é menos presente. Só mais recentemente uma avenida da cidade recebeu o nome dela. Além disso, na história pública local, Fontes é que acaba referenciando-a. Ainda assim, trata-se de uma

³²¹ Para que se evite confusões entre o coronel Hermenegildo e o filho dele, o senador Hermenegildo, o segundo sempre será nomeado nessa pesquisa com o cargo público que veio a ocupar.

³²² FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.**, p. 40.

benemérita famosa na cidade e, eventuais futuros trabalhos sobre o apagamento ou silenciamento desta figura da historiografia pública local se fazem necessários.

O senador Hermenegildo nasceu em Santa Rita do Paranaíba, atual Itumbiara, a 6 de outubro de 1870, contudo fixou residência em Morrinhos em tenra idade, conforme relatos de Fontes, a partir da mudança do pai, o coronel Hermenegildo. Essas informações, levantadas pelos historiadores públicos locais, são corroboradas por pesquisadores acadêmicos, como no caso de Oliveira. Em São Paulo, cursou Direito, exercendo em Morrinhos a profissão de advogado. Foi também deputado federal, onde atuou na Comissão do Código Civil. O casal Hermenegildo e Maria Amabini não teve filhos.

Ainda segundo Fontes:

Uma das grandes preocupações de Hermenegildo Lopes de Moraes era a educação em sua terra e, quando viu que não lhe seria mais possível trabalhar para isso, em virtude da proximidade da morte, pediu à esposa que empregasse parte dos seus bens na fundação de escolas em Morrinhos.³²³

Dentre as escolas construídas pela viúva do senador, destaca-se o já referido Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, instituição de ensino católica, administrada pelos padres da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo, estigmatinos, desde a década de 1930 na cidade.

Ainda que não cite nenhuma fonte, Barbosa aponta que a ponte Afonso Pena, que liga o Estado de Goiás ao Estado de Minas Gerais, entre as atuais cidades de Itumbiara e Araporã, respectivamente, teria sido construída graças aos esforços do político. O autor destaca, de modo particular, uma suposta grande amizade existente entre o senador Hermenegildo de Moraes e o então presidente da República, Afonso Pena (1906-1909).³²⁴

Recorrendo ainda a Barbosa, lê-se que a revolta chefiada pelos Bulhões que, em 1909, impediu que Hermenegildo Lopes de Moraes Filho assumisse a presidência de Goiás não foi lamentada pelo político. Ao contrário, segundo o historiador público local, o senador preferia a política nacional, onde compunha diversas comissões do Congresso Nacional:

Homem de modos finos, que amava o Rio de Janeiro, os saraus, os belos espetáculos teatrais, as grandes viagens pela Europa, Oriente Médio; que via a capital de Goiás apenas como uma grande fazenda inóspita e inabitável aceitara a incumbência de candidatar-se a presidente do Estado de Goiás

³²³ Idem. p. 40.

³²⁴ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.**, p. 82.

apenas para agradar ao seu cunhado Xavier de Almeida, que pretendia continuar dominando a política goiana.³²⁵

O período da chamada Revolução de 1909 é narrado por Barbosa como um momento particularmente complicado da política morrinhense. Como a cidade era o local em que residiam os políticos depostos pelo movimento liderado pelos Bulhões, os chefes locais acabaram sofrendo com a perseguição política, em particular, os Xavier de Almeida e os Lopes de Moraes, duas famílias que se uniram devido a acordos matrimoniais.

Novamente, mesmo que não falte aos Lopes de Moraes nenhuma das características de um típico coronel do período da Primeira República brasileira, como apontado por Oliveira, esses elementos cedem lugar aos repetidos elogios à formação intelectual dos membros da família.

Na pena de Barbosa, o senador via a capital goiana como uma fazenda inóspita e inabitável. É de se questionar em que medida a formação intelectual e toda a fineza dos Lopes de Moraes, louvadas pelos historiadores públicos locais só se tornaram possíveis ou destacáveis graças a uma estrutura de poder que alijava a maioria da população do acesso à educação formal, condenando um elevado contingente social a ser explorado no campo, enquanto a elite latifundiária concentrava o poder, a renda e o acesso à cultura urbana.

Portanto, se por um lado, conforme apontou Fontes, o senador Hermenegildo e Maria Amabini tinham preocupações com o acesso à educação, a ponto de patrocinarem a criação de escolas no município, por outro, eles são frutos de um sistema calcado na desigualdade social absoluta. Além disso, ao preferir a vida no então Distrito Federal, percebe-se no político ao menos um desinteresse pelos problemas goianos.

Esse desinteresse, na escrita de José Afonso Barbosa se torna quase uma qualidade. Ora, atribui-se a José Xavier de Almeida o interesse em continuar dominando a política goiana, ao passo que o senador Hermenegildo de Moraes tinha interesses mais nobres ou mais amplos que o de Xavier de Almeida.

Leal classifica esse tipo de liderança como absenteísta, isto é, aquela que “só volta ao feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou, mais frequentemente, para fins partidários”.³²⁶ O poder econômico e o capital político construído por indivíduos como José Xavier de Almeida e a família Lopes de Moraes explicam como mesmo distantes de Goiás, eles seguiam exercendo significativa influência local.

³²⁵ Idem, p. 84.

³²⁶ LEAL, Victor Nunes. **Op. Cit.** p. 45.

Uma vez proibido de assumir a presidência do Estado, a perseguição ao clã Lopes de Moraes não cessou. O ápice delas se daria com a nomeação de Aníbal Franklin Mascarenhas como delegado de polícia da cidade. Nas palavras de Barbosa, a escolha se deu com o objetivo único de “perseguir, infernizar a via dos morrinhenses”. A lei que outrora era personificada nas famílias Lopes de Moraes, Nunes da Silva e Xavier de Almeida era agora personificada no delegado plenipotenciário³²⁷.

Gaúcho, natural de Porto Alegre, Aníbal Franklin Mascarenhas se casou em Morrinhos, onde chegou a ser conselheiro e intendente municipal. José Afonso Barbosa avalia que o delegado, que acabou assassinado a tiros no centro da cidade em 24 de julho de 1910, foi morto devido ao abuso de poder dele próprio.³²⁸

A representação do delegado Mascarenhas acabou entrando no imaginário local como a de um delegado violento e autoritário, responsável pela prisão do próprio Xavier de Almeida. Ocorre que o delegado se tornou símbolo não apenas da perda de poder das oligarquias morrinhenses no Estado de Goiás, como também da ingerência e do arbítrio sobre a cidade, colocando entraves para a elite que transportava a Morrinhos dos notáveis para a Morrinhos econômica, conforme preconizado por Milton Santos.

Partindo para a esposa do senador Hermenegildo, Maria Amabini de Moraes, louvada por Fontes. “Se existe alguém em Morrinhos que mereça homenagem e gratidão do povo, esse alguém se chama Maria Amabini de Moraes”³²⁹. Quando da escrita de **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**, Dona Fiica, como era conhecida Maria Amabini, ainda se encontrava viva, dado que ela foi uma mulher centenária.

Com 26 anos casou-se com o deputado federal Hermenegildo Lopes de Moraes, havendo no Sobrado do Cel. Hermenegildo dupla festa, pois Amélia Augusta também se casava com o dr. José Xavier de Almeida, presidente do Estado de Goiás.

O casal Hermegenildo e Fiica dividia a vida entre o Rio de Janeiro e Morrinhos, em virtude da participação ativa daquele ilustre homem na política. [...] estudou no Rio com o professor particular, Apel Braga, demonstrando grande interesse pela língua francesa, que na época dominava os salões como hoje o inglês domina.³³⁰

Com a morte do Senador Hermenegildo, Maria Amabini passou a se dedicar, segundo Fontes, à educação em Morrinhos. Em 1936, ela atuou pela vinda de irmãs franciscanas para a

³²⁷ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p 84.

³²⁸ Idem, p. 88.

³²⁹ FONTES, Zilda Diniz. **Op. cit.** p. 59.

³³⁰ Ibidem.

cidade de Morrinhos, doando a própria casa para tal empreendimento. Quando as irmãs se recusaram a continuar na cidade, a própria Dona Fiica recorreu ao arcebispo de Goiás, D. Emanuel Gomes de Oliveira, trazendo para a cidade as Madres Agostinianas para o Colégio Feminino e os Padres Estigmatinos para o masculino. Assim, foram fundadas a Escola Normal Dr. Hermenegildo de Moraes e o Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, ambos homenageando o falecido político. Uma terceira escola fora fundada pelas Agostinianas, o Ginásio Da. Maria Amabini de Moraes, fechado quando a congregação deixou a cidade.³³¹

Fontes ainda cita a venda de terras feita por Dona Fiica, que dividiu as fazendas que possuía em diversas regiões rurais de Morrinhos, em pequenas glebas vendidas a longo prazo e sem juros para que lavradores pudessem assim se fixar na terra. A historiadora pública local usa, para tanto, a expressão “verdadeira pequena reforma agrária”.³³²

Ela ainda está por detrás da construção de dois cinemas na cidade de Morrinhos, da doação da chácara Pipoca aos padres Estigmatinos e da doação de alguns terrenos. Em 1950, ela recebeu a bênção apostólica do Papa Pio XII, além de ter sido considerada pela Câmara Municipal, a Mulher Símbolo de Morrinhos³³³.

O casal senador Hermenegildo e dona Fiica também foi incorporado ao imaginário da cidade (sob muitos aspectos, de forma ainda mais presente que o próprio coronel Hermenegildo). Cosmopolitas e sem filhos, se configuram na escrita dos historiadores públicos locais, Fontes e Barbosa, uma espécie de pais da cidade, uma vez que os moradores do município se tornaram filhos e receptores das benesses do casal.

O senador que preferia as discussões nacionais, alheio ao que ocorria em Goiás é símbolo de uma cidade voltada para o desenvolvimento e vocacionada a uma posição de destaque na região em que se encontra. Dona Fiica, encarnaria a pessoa muito rica, mas dotada de uma generosidade que lhe permitiu distribuir boa parte da fortuna que a família construía em benefício da cidade.

Em Leal, observa-se como a troca de favores era uma marca da política brasileira à época. Os chefes locais adentravam o ilícito para atender aos interesses de seus apaniguados, configurando o que Leal compreende como filhotismo. Essa prática, além de fortalecer o poder das elites locais, desestabilizava as administrações municipais, dado que colocava obstáculos à formação de uma burocracia estatal capacitada.³³⁴

³³¹ Idem. p. 60.

³³² Ibidem.

³³³ Idem, p. 61.

³³⁴ LEAL, Victor Nunes. **Op. Cit.** p. 60.

Ora, a partir de Morrinhos, segundo a historiográfica pública local, ocorreu a ocupação e o desenvolvimento do sul de Goiás. Da mesma forma como o casal Hermenegildo e Maria Amabini teriam dispersado benesses para a cidade, Morrinhos teria sido o centro irradiador do desenvolvimento para a região, integrando-a no capitalismo que se afirmava e na dinâmica econômica do Estado e do país.

Alfredo de Moraes foi outro descendente do coronel Hermenegildo de Moraes que se lançou na política estadual. Assim, começa Fontes a descrever a figura de Alfredo Lopes de Moraes, intendente de Morrinhos entre 1916 e 1919:

Dr. Alfredo Lopes de Moraes: Eram seus pais o Cel. Hermenegildo Lopes de Moraes e Francisca Carolina de Nazaré Moraes, tendo nascido em Morrinhos, no dia 23 de novembro de 1880. Os primeiros estudos foram feitos na sua cidade, o ginásio no Gymnasio Moretzsohn, em São Paulo, o 1º ano de engenharia em Ouro Preto. Viu, porém, que era outra sua vocação e trocou o curso pelo de Direito, fazendo-o na célebre Faculdade de São Paulo, o Largo do São Francisco³³⁵.

Já Barbosa descreve esses mesmos fatos nos seguintes termos:

ALFREDO LOPES DE MORAES – Intendente Municipal (17/05/1916-1/11/1919). Nasceu no dia 23 de novembro de 1880. Elegante, boa presença física, simpático, vestindo-se magnificamente bem, filho de Hermenegildo Lopes de Moraes e Francisca Carolina de Nazareth Marquez, goiano, da cidade de Morrinhos. Coursou o primário em sua terra natal. O ginásial, o secundário e os preparatórios no Ginásio Moretzohn de São Paulo. Em Ouro Preto, fez o primeiro ano de Engenharia. Vendo, porém, que não era aquela sua vocação, voltou para São Paulo, cursando ali, Direito, na Faculdade de São Paulo, no Largo do São Francisco.³³⁶

Apesar do estilo mais sóbrio de Fontes, é perceptível na escrita de ambos os autores o desejo de destacar os grandes feitos de Alfredo Lopes de Moraes, apontando que a cidade fora liderada, no começo do século XX, por um homem de grandes credenciais acadêmicas e pessoais. Isso ocorre porque o político citado é filho da elite governante da cidade e, de fato, chegaria ao posto de presidente do Estado de Goiás, entre 1929 e 1930³³⁷.

³³⁵ FONTES, Zilda Diniz. **Op. cit.** p. p. 27.

³³⁶ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 66.

³³⁷ Citando uma entrevista feita com Leo Godoy Otero, neto de Alfredo Lopes de Moraes, Zilda Diniz Fontes aponta que em 1930, o político renunciou ao cargo por uma série de fatores, dentre os quais, a ingerência da família Caiado e o fato de o político morrinhense haver jurado fidelidade a Júlio Prestes, eleito presidente da República, mas que não chegou a assumir devido à Revolução de 1930. De fato, Alfredo Lopes de Moraes sempre fez oposição ao varguismo, sendo filiado à UDN (FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 28-29).

Em seu turno, Barbosa é menos comedido ao ressaltar os atributos do intendente morrinhense: “Substituiu seu cunhado Pedro Nunes da Silva. Homem de brilhante inteligência, fala fácil, elegante, amigo do povo, comunicativo, tem ótimo e inovadores projetos para continuar dando novo visual à cidade”³³⁸.

Seguindo ainda a esteira dos descendentes e pessoas ligadas ao coronel Hermenegildo de Moraes, chega-se à família Xavier de Almeida, com particular destaque para José Xavier de Almeida, genro do coronel. Segundo informações de Fontes, ele teria participado do movimento abolicionista na cidade de Goiás: “[...] ainda muito jovem participou do movimento abolicionista promovido pelos estudantes da sua cidade. Deve ter sido membro bastante ardoroso pois um dos clubes destinados à libertação dos escravos levava o seu nome.”³³⁹

Fontes relata certa relutância de José Xavier de Almeida em entrar para a política (tal relutância deve ter desaparecido, pois, segundo Barbosa, ele chegou a convencer o cunhado a se candidatar à presidência do Estado). Contudo, quando Xavier de Almeida entrou na vida pública, após algumas secretarias estaduais, acabou elegendo-se deputado federal e presidente de Goiás. Casou-se na cidade de Morrinhos com Amélia Augusta Lopes de Moraes, filha do coronel Hermenegildo.

O seu quadriênio (1901-1905) caracterizou-se por uma série de medidas de alta relevância para os goianos, tais como instalação da Academia de Direito, respeito às liberdades públicas, elevação das rendas estaduais, incentivo ao comércio e à produção, valorização dos elementos da terra, moralização e aprimoramento da Justiça, melhoria e construção de estradas e pontes³⁴⁰.

Novamente, é possível perceber a figura de um político jovem e com espírito empreendedor, cuja gestão seria, na visão desses historiadores públicos pautada por acelerado desenvolvimento material e intelectual seja da cidade, seja do estado de Goiás. Ao final, percebe-se como Fontes encontra-se alinhada ao discurso elitista, já que ao invés de problematizar as relações de poder, a autora prefere ressaltar os aspectos positivos da liderança dessa família política.

³³⁸ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 67.

³³⁹ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 50. Após pesquisas em trabalhos acadêmicos acerca do Movimento Abolicionista em Goiás, não foi possível identificar o nome de José Xavier de Almeida entre os membros mais destacados. Contudo, isso não descarta a possibilidade de o político ter participado de alguma maneira no processo. Como aponta Zilda Diniz, ele era um jovem estudante e a historiografia goiana tende a privilegiar os políticos que abraçaram o movimento. A esse respeito, ver: SANTA CRUZ, Fábio S. **Província imensa e distante: Goiás de 1821 a 1889.** Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019.

³⁴⁰ Idem, p. 51.

A morte de Afonso Pena, então presidente do Brasil, mudou os rumos da política no Estado de Goiás e impediu a candidatura de José Xavier ao Senado, o que fez com que ele se dedicasse à criação de gado na cidade de Morrinhos, onde faleceria aos 85 anos de idade.

Entretanto, às virtudes de gestor público, somam-se, na escrita de Fontes, às virtudes de um bom cidadão:

Foi um homem extremamente cortês e atencioso, que fazia questão de cumprir os deveres que a vida social impõe. [...] Como os cabelos pratearam cedo, a brancura deles se misturava à das roupas o que lhe dava um ar de distinção e respeito encontrado em muito pouca gente. Continuando a tradição da família, a casa de dr. Xavier esteve sempre aberta ao povo humilde das zonas pobres da cidade. Na época das jabuticabas e das mangas os portões do Sobrado eram abertos e uma procissão de latas e sacos subia todos os dias a rua Senador Hermenegildo, até acabar a safra dessas frutas. O interessante é que ninguém precisava pedir. Bastava saber que os portões tinham sido abertos para que a romaria se iniciasse. Crianças, moços e velhos adentravam o quintal enorme e repleto de árvores, para a festa das frutas.³⁴¹

O casamento de Xavier de Almeida com a herdeira de Hermenegildo, Amélia Augusta Lopes de Moraes, é considerado por José Afonso Barbosa uma parceria espetacular³⁴². Tal casamento, para o autor, foi responsável por aumentar o protagonismo da cidade na política, economia, arte e cultura goiana. “Tal acontecimento encheu de brilho toda a população de Goiás. Principalmente a do Sudeste. Quase toda a imprensa escrita, de Goiás e do Triângulo Mineiro estava presente, incluídas algumas do Rio de Janeiro e São Paulo. Os salões e cafés teriam assunto para o ano todo”³⁴³.

Assim sendo, José Xavier de Almeida é mais um caso de personalidade que encarna a um só tempo todos os elementos que compõem a identidade morrinhense. Político de destaque, Xavier de Almeida chegou ao ápice do poder estadual no começo do século XX. Erudito, formou-se em direito pela Faculdade do Largo do São Francisco, era amante de música clássica. Finalmente, sua administração e visão de mundo eram pautadas por uma ideia de progresso e desenvolvimento do Estado que estava sob sua administração.

Mesmo a derrota política do ex-governador na Revolução de 1909, que fez com que os Bulhões-Jardim assumissem o poder do Estado de Goiás (numa fugaz aliança com os Caiados) e condenassem Xavier de Almeida ao ostracismo político em Morrinhos ganha, na narrativa de

³⁴¹ Idem. p. 53.

³⁴² BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.**, p. 69.

³⁴³ Idem, p. 71.

José de Afonso Barbosa as características da luta de um jovem político progressista contra uma poderosa oligarquia dedicada a condenar o Estado de Goiás ao atraso.

Retomando Cornelius Castoriadis, percebe-se que os historiadores públicos locais de Morrinhos, ao tecerem a história desse grupo político e do que será visto em seguida, fizeram a escolha por fixar no imaginário social de Morrinhos, a ideia de uma família vocacionada à política e ao desenvolvimento econômico.

Contudo, conforme o entendimento de Bronislaw Baczko, tal imaginação serve ao propósito de justificar o poder e domínio dessa família, ao mesmo tempo que explica as razões pelas quais a cidade de Morrinhos foi um lócus importante do poder político de Goiás durante os anos finais do século XIX e os iniciais do XX. Outrossim, as tensões e conflitos sociais ficam para o segundo plano, na perspectiva adotada pelos escritores locais.

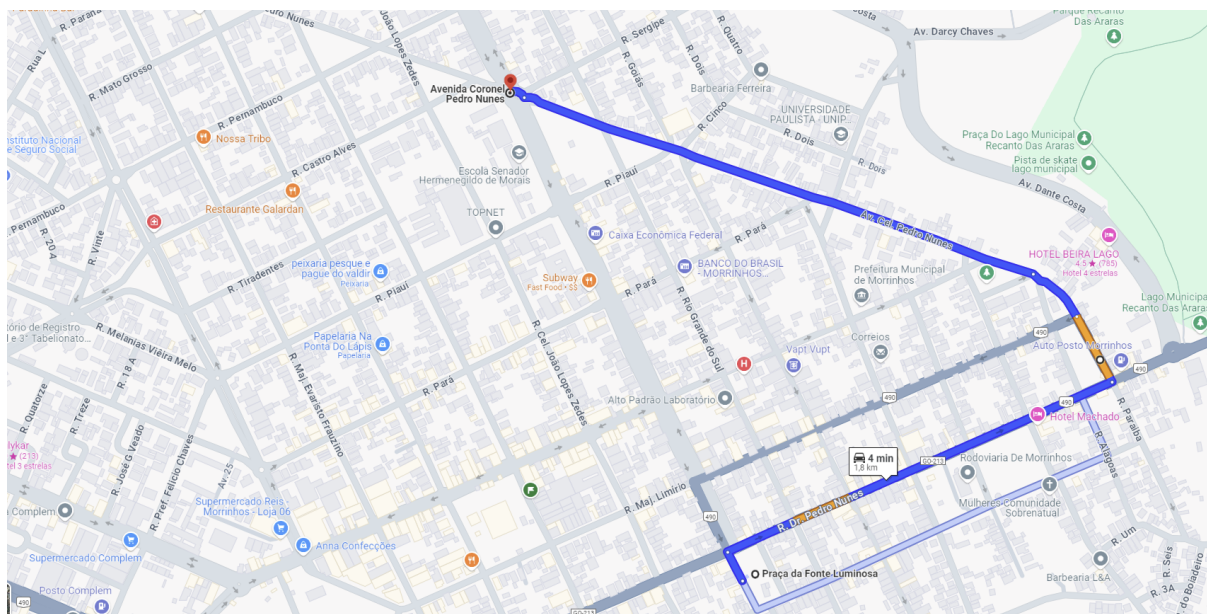
O segundo clã político, ao redor do qual orbita a memória histórica e a historiográfica pública local é o Clã dos Nunes. O patriarca do grupo era coronel Pedro Nunes. Político nascido na Cidade de Goiás, chegou a ser eleito terceiro vice-presidente do Estado de Goiás, além de ter sido vereador e presidente da Câmara de Morrinhos em várias ocasiões. Casado com Maria Carolina da Silveira, teve seis filhos, dois dos quais se tornaram intendentes da cidade. Esses filhos, porém, vieram a falecer de tuberculose, relativamente jovens. O próprio Pedro Nunes faleceu dessa doença, em 1921, aos 71 anos de idade.

Fontes atribui a ele a construção do Paço do Conselho Municipal, em frente à Praça Nossa Senhora do Carmo, cuja parte inferior abrigava as celas dos prisioneiros³⁴⁴. O Coronel Pedro Nunes acabou tendo seu nome dado a uma avenida (que passa pela Matriz Nossa Senhora do Carmo) e o primeiro grupo escolar da cidade, o atual Colégio Estadual Coronel Pedro Nunes.

O clã Nunes da Silva também recebeu abundantes elogios nas páginas dos historiadores públicos locais morrinhenses. Veja-se o caso do primeiro filho intendente municipal de Morrinhos, Dr. Pedro Nunes da Silva Filho cujo nome está na rua que dá acesso à Rodovia que liga a cidade a Caldas Novas, cruzando com a Avenida que homenageia o pai e ainda com a praça que homenageia o irmão, Raul Nunes.

³⁴⁴ Atualmente, o prédio abriga o Museu Antônio Corrêa Bueno, cuja imagem pode ser vista no capítulo anterior.

Ilustração 16 - Trajeto da Praça Raul Nunes até a Avenida Coronel Pedro Nunes



Fonte: Google Maps (2014).

Em azul-escuro é possível acompanhar o trajeto que se faz da Praça Raul Nunes (Praça da Fonte Luminosa) até se chegar à Avenida Coronel Pedro Nunes (avenida que passa ao lado da Igreja Matriz Cristo Redentor e é endereço do casarão do coronel Hermenegildo de Moraes, além da Praça do Coreto, oficialmente, Coronel Hermenegildo de Moraes).

A despeito da aura de inteligência e magnanimidade que envolve os descendentes da família, a sombra da morte prematura dos herdeiros é algo que marca a história do grupo. As notas mais elogiosas são reservadas aos três filhos homens: Pedro e Raul Nunes, que foram prefeitos da cidade e Antenor, o primeiro médico nascido em Morrinhos. “Os seis filhos de Pedro Nunes da Silva e Maria Carolina da Silveira, quatro homens e duas mulheres, todos dotados de brilhante inteligência, nobre caráter, e grande humanismo, principalmente Pedro Nunes da Silva Filho, Raul Nunes da Silva e Antenor Nunes da Silva”³⁴⁵.

Começando pelo primogênito, Pedro Nunes da Silva Filho. Nascido em Morrinhos, graduou-se em Direito no Largo do Francisco, na Faculdade de Direito de São Paulo. E é a carreira jurídica a primeira a ser louvada pela pena de José Afonso Barbosa:

Voltando à sua terra natal, nela se estabelece como advogado, destacando-se como maior juriconsulto de Goiás e um dos melhores do Brasil; o Mendes Pimentel goiano tem como esse o caráter puríssimo e indomável. Clóvis Beviláqua se admira (pela palavra de João Dente e de Spencer Vampré) da

³⁴⁵ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 49.

intuição e cultura jurídicas extraordinárias de Pedro Nunes da Silva Filho. É o mestre do Direito (apesar de ser também o mestre da Justiça).³⁴⁶

Os atributos intelectuais de Pedro Nunes também são louvados por Fontes. Para tanto, ela traz uma citação de um colega de universidade, cujo nome não é citado e cujas fontes não aparecem.

Veio do grande Estado que produziu os Bulhões e o Pádua Fleury. É baixo e gordo, musculatura rija de atleta grego. Adora a vida e compreende, como poucos, a grande volúpia de respirar e viver... Um dos melhores talentos da turma, sempre obteve as primeiras notas. Fala bem, escreve melhor, e – coisa rara – sabe direito e latim. Amigo até o sacrifício, é, ao mesmo tempo inimigo dos seus inimigos até à raiz dos cabelos. Gosta de longos passeios noturnos, sozinho, embuçado, com ares de matamouro mas leva consigo um grande coração. Acha um encanto secreto nas páginas do Ribas e declama Guerra Junqueiro com uma admiração estranha de fanático. Vai agora pouco à Academia quer até à farta gozar esse resto de “bom tempo”. Vaticínio: Futuro Presidente do Estado de Goiás.³⁴⁷

Tanto Fontes como Barbosa destacam o fato de que era esperado que Pedro Nunes Filho se tornasse presidente de Goiás, o que nunca ocorreu, dado que, seguindo o destino de muitos integrantes do clã, ele morreu jovem, vítima de tuberculose. Entretanto, o aludido espírito cosmopolita do político morrinhense é louvado pelos autores locais como sinal de sua grande inteligência.

De fato, Fontes, assim como Barbosa, se ancoram no trabalho de intelectuais do Direito que teceram notas elogiosas sobre Pedro Nunes Filho para corroborar a crença de que ele fora um dos grandes exemplares da intelectualidade que florescia na Morrinhos da primeira metade do século XX.

Fontes empreendeu uma pesquisa em autos processuais envolvendo uma querela fundiária³⁴⁸ e contaram com a participação de Pedro Nunes. Para tanto, ela cita em sua obra os

³⁴⁶ Idem. p. 80.

³⁴⁷ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 65.

³⁴⁸ De acordo com Zilda Diniz Fontes, essa disputa foi chamada, na revista “Álbum Brasileiro” de 1927, de “Uma questão dos diabos”. A fazenda Bom Jardim do Marzagão foi dividida judicialmente em 1913, englobando milhares de alqueires da fazenda Piracanjuba. Moradores desta última fazenda, se sentindo alijados de seus direitos recorreram à Justiça Federal e perderam, contudo, corria notícias de prevaricação envolvendo quatro dos cinco desembargadores. Tal situação se arrastou por anos, até que uma das proprietárias da fazenda Piracanjuba, Caia, nomeou Pedro Nunes Filho como procurador e deu-lhe poderes para seguir com o caso. O advogado, porém, aceitou a causa, desde que não recebesse nenhuma forma de pagamento. É nesse contexto que o morrinhense entrou em contato com juristas brasileiros, a fim de conseguir apoio e consultoria para a causa (Idem, p. 65).

pareceres enviados por Clóvis Beviláqua³⁴⁹ à referida causa que foi assumida por Pedro Nunes Filho:

Este parecer é dado em face das peças principais do processo, que foram apresentadas em cópia. E o meu sentimento de justiça leva-me a aproveitar o ensejo para declarar a boa impressão que me deixou o trabalho do advogado de Caia (o dr. Pedro Nunes) quer como construção jurídica de valor, quer como reposição lógica, erudita e clara do assunto³⁵⁰

As notas elogiosas são repetidas por João Dente³⁵¹:

por tal forma exaustivo e completo que não há o que se lhe possa fundamento acrescentar. Raramente me tem sido apresentado aqui, para estudos de casos jurídicos submetidos ao meu parecer, tão brilhante arrazoado. Profunda foi realmente a minha impressão ante a cultura jurídica... Aliás idêntica foi a impressão do Professor Clóvis Beviláquia indiscutivelmente o maior dos nossos juriconsultos pátrios; e ele contra os hábitos adotados na elaboração de tais trabalhos sentiu a necessidade, como um desencargo de consciência, de manifestá-la no final do seu parecer. Com franqueza, não há o que qualquer juriconsulto possa aditar, como esclarecimento, ao que já disse o seu advogado. É um dever que cumpro com satisfação deixar patente, num caso como este, o nome de profissional que tanto zelo e tão dificilmente igualável competência revela no exercício de seu mandato.³⁵²

Igualmente, por Spencer Vampré³⁵³:

Venho felicitá-lo pelo seu brilhantíssimo trabalho, nas razões produzidas na ação da divisão e demarcação da Fazenda Bom Jardim. Raramente tenho compulsado alegações que impressiona, e se o voto vencido do brilhante Desembargador Ayrosa pode servir de consolação aos que pelejam pelo direito, fique ele ao menos com alto protesto contra as ilegalidades consagradas pelo Acórdão embargado. Não pude deixar de fazer-lhe este ato de justiça, e por isso receba estas linhas como expressão muito cordial da minha estima, simpatia e admiração.³⁵⁴

Os textos citados dão mostra, segundo Zilda Diniz, da genialidade intelectual de Pedro Nunes Filho. Contudo, um grande vulto da política local não o seria se não lhe somassem

³⁴⁹ Clóvis Beviláqua (1859-1944), jurista cearense, atuou na elaboração do Código Civil de 1916, sendo considerado seu principal autor.

³⁵⁰ Idem, p. 66.

³⁵¹ João Gonçalves Dente (1874-1939) foi um promotor paulista, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo.

³⁵² FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.**, p. 66.

³⁵³ Spencer Vampré (1888-1964), advogado e juriconsulto paulista, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi também deputado estadual e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1938. Disponível em: <https://direito.usp.br/diretor/3428a044bfb5-spencer-vampre>, acesso em 04 de jun. de 2023.

³⁵⁴ Idem., p. 67.

também atributos de generosidade e desprendimento de posses materiais. Segundo Fontes, como intendente de Morrinhos, Pedro renunciara a seus vencimentos (10% da arrecadação municipal), doando os valores para a construção do Grupo Escolar Coronel Pedro Nunes, fundado em 13 de maio de 1924. Redundante dizer que o corpo docente dessa instituição educacional é coberto de elogios, dada à qualidade dele.³⁵⁵

Observe-se, agora, como Antenor, outro dos filhos do coronel Pedro Nunes, é retratado nas letras de José Afonso Barbosa:

Primeiro filho de Morrinhos, formado em Medicina, com louvores, em março de 1924, no Rio de Janeiro, homem elegante, bonito, que se vestia magnificamente bem, pé de valsa, grande sucesso com as mulheres, escrita perfeita, profissional competente, humano, caridoso, fez da Medicina um sacerdócio, tratando seus pacientes com carinho e humildade franciscana durante os onze anos que a exercitou. Foi o facultativo mais amado de nossa terra.³⁵⁶

Notas elogiosas também foram empregadas para descrever Maria Carolina da Silveira, a esposa de Pedro Nunes, alcunhada de “mãe dos pobres”, “pois a todos socorria com desvelo e boa vontade, não medindo para isso esforços, nem hora. Estava sempre de prontidão para atender o faminto, o andrajoso, o aflito, o desesperado”.³⁵⁷

Contudo, as notas mais elogiosas à filantropia e solidariedade para com os mais necessitados aparecem nos perfis biográficos traçados acerca de Raul Nunes da Silva, poeta, escritor e prefeito de Morrinhos, tido como o mais *progressista* da primeira metade do século XX, pelos autores locais.

Segundo dona Maria Barbosa Reis que, em 1929, juntamente com seus irmãos enfrentava o manto negro da orfandade e teve que sair da cidade para ser operada em Bonfim (atual Silvânia), foi o prefeito Raul Nunes da Silva uma das primeiras pessoas que se prontificaram em lhe socorrer, no que fosse preciso [...] Seu exemplo de vida, o amor, a caridade e o respeito semeados no coração de seus filhos, a encorajara para enfrentar as dificuldades daquele momento difícil e seguir seu ideal abençoando sua memória com uma prece ungida pela fé mais viva e pela gratidão mais sincera³⁵⁸.

Aqui, cabe salientar que os historiadores públicos locais entendem como progressista se um governante que se preocupa com obras de caráter modernizador da cidade. Não há nenhum traço de progressismo social na dimensão adotada por eles. O dito progressismo de figuras

³⁵⁵ Idem, p. 68.

³⁵⁶ Idem, p. 49.

³⁵⁷ Ibidem.

³⁵⁸ Idem, p. 85.

como Raul Nunes da Silva e outros políticos é, na realidade, um projeto de modernização conservadora. O texto acima, escrito por José Afonso Barbosa, nesse contexto, destaca como Morrinhos teve a oportunidade de ser governada por uma pessoa dotada *de preocupação e consciência social*, na passagem da década de 1920 para 1930. Novamente, o filho de um destacado coronel do município cede lugar à figura de um administrador intelectual e atento às necessidades dos mais humildes.

Barbosa coaduna com essa visão trazida por Fontes. A exemplo de outras personagens citadas até aqui, Raul Nunes exerceu várias atividades no município de Morrinhos, após retornar à cidade natal, depois de ter estudado antes em escolas de Minas Gerais. Governando a cidade durante a Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder, Raul Nunes acabou sendo o último intendente e o primeiro prefeito de Morrinhos³⁵⁹.

Os adjetivos usados para descrever o referido político são abundantes: “homem de espírito lúcido, larga visão, alto tirocínio”. Para justificar tais elogios, José Afonso Barbosa cita trecho de uma fala de Raul Nunes, comentando a violência no Estado de Goiás, em 29 de janeiro de 1915:

Nada de sentimentalismo – Não alimentemos ilusões: se o Estado de Goiás ainda conserva perante as nossas instituições o seu equilíbrio político é em respeito à poderosa lei da inércia [...]. No seio da nação há um monstruoso apêndice causador de grandes males. A falta de vontade própria [...]. Pois lhe falta o essencial: o que, no homem, se chama cérebro e, no Estado, governo. Ora, o Estado é um organismo vivo, um ‘homem grande’, no elegante pensar aristotélico, tendo seus órgãos distintos e harmônicos [...]. Células que sentem membros que agem, cérebro que pensa. Logo à maneira do homem cujo cérebro se acha sob o império de um pensamento mórbido, incapaz, portanto, de volição – o Estado na carência de governo estará unicamente sujeito às influências existenciais, recebendo-as e transmitindo-as inconscientemente, segundo as leis da atração e repulsão, as correntes centrífugas e centrípetas [...]. Governo é ordem, é administração, é liberdade, é justiça, é moralidade e direito. Goiás hoje é ‘um doente, impressionado pela sua desordem orgânica, pela anarquia administrativa [...]. Seu governo alheio às nossas mais prementes necessidades encarcera seus filhos em pútridas masmorras, sangrando seu corpo, sua alma no reino da covardia [...].³⁶⁰

No texto, percebe-se que Raul Nunes era um ferrenho opositor da política em curso no Estado de Goiás. Particularmente, José Afonso Barbosa aponta que tal crítica pode ser ligada à

³⁵⁹ Idem, p. 82.

³⁶⁰ Ibidem.

Revolução de 1909 (Barbosa utiliza aspas para se referir à dita revolução). “Acontecimentos de triste memória para o nosso município”.³⁶¹

De fato, a Revolução de 1909 é apontada como um divisor negativo de águas da história de Morrinhos, elemento central na perda de relevância da cidade no cenário político goiano, o que teria desencadeado o posterior ostracismo econômico do município. O próprio conceito de Revolução para o episódio descortinado em 1909 é problemático, uma vez que se trata de um fato comum na história da Primeira República brasileira: arranjos e rearranjos políticos feitos entre as elites para se manterem no poder, afastando eventuais distensores.

A dita Revolução levou ao afastamento do grupo político de José Xavier de Almeida da política estadual.

A fim de acabar com a dominação xavierista, os políticos goianos articularam um movimento armado, organizado com aliados políticos do norte e do sul em torno da capital. No dia primeiro de maio de 1909 a tropa avançou sobre a Capital, que a recebeu de forma pacífica. Em 24 de Julho, tomou posse na Presidência do Estado o militar (e cunhado de Leopoldo de Bulhões), Major Urbano Coelho Gouvea.³⁶²

Participaram da articulação que afastou Xavier de Almeida do poder a citada família Bulhões, bem como os Caiado, após uma série de desentendimentos entre as oligarquias que disputavam a hegemonia no Estado de Goiás. Frederico Paixão e Margot Costa e Silva asseveram que Morrinhos continuou tendo relevo nos novos arranjos políticos, dado que a cidade era o lar dos grandes comerciantes goianos que atuavam como banqueiros³⁶³.

Apesar das notas carregadas de tristeza, Barbosa destaca a administração Raul Nunes como um período de desenvolvimento do município, por exemplo, ao garantir água encanada e a construção de uma caixa d'água para o município antes mesmo da capital da época, a Cidade de Goiás, ter tal serviço público.

Mais uma vez, as virtudes caritativas do laureado são exaltadas por Barbosa, ao citar o caso em que Raul Nunes ajudou uma moradora da cidade, órfã e que teve de buscar auxílio médico em outra cidade: “Seu exemplo de vida, o amor, a caridade e o respeito semeados no coração de seus filhos, a encorajara para enfrentar as dificuldades daquele momento difícil e

³⁶¹ Idem, p. 83.

³⁶² PAIXÃO, Frederico Oliveira da. COSTA E SILVA, Margot Reinann. A Formação História do Território Goiano e a Política Coronelística. **Estudos**, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 215-227. p. 225.

³⁶³ Idem. p. 226.

seguir seu ideal abençoando sua memória com uma prece ungida pela fé mais viva e pela gratidão mais sincera”.³⁶⁴

Contudo, nesse período da história da cidade de Morrinhos ainda não é possível associar os governos do clã Nunes a um projeto modernizador ou mesmo a uma moldura de progressismo. Observando-se a tese de Meira e os dados levantados a seguir, apenas a partir da segunda metade da década de 1940 é que se notam iniciativas do poder público para o desenvolvimento da cidade (organização da rede sanitária, calçamento das ruas na região central etc.). Até aqui, e mesmo em administrações subsequentes, observam-se apenas algumas iniciativas particulares e não uma orientação do poder público. Logo, esse olhar para Raul Nunes como um líder modernizador se vincula muito mais a uma história de grandes vultos políticos do que de fato a um projeto de modernização³⁶⁵.

Escritor, Raul Nunes também deixou alguns sonetos, como transcrito por Barbosa e produzido em 1928:

Por toda a parte há fome, e ânsia de instrução,
Almas que querem luz, bocas que pedem pão.
E o poder afinal, a força Onipotente,
Afoga esse desejo, e criminosamente...

Essa criança loira que te pede esmola
É produto do vício e nunca foi à escola.
Anda aí pela rua, a pobre pequenina,
Sem pai, sem mãe, sem lar, cumprindo a sua sina.

Nasceu sobre um monturo, é filha da miséria,
E vai parar, por fim, no lupanar de Impéria.
E, no entanto, Senhor, não é difícil não,

Salvar-se essa inocência, e dar-lhe educação.
O Estado que dirige e o que o Poder conduz,
Por que não dá ao Povo o pão, o ensino, a luz?³⁶⁶

O soneto supracitado, denominado “Luz... Mais luz”, aponta, segundo Barbosa, a indelével preocupação social de Raul Nunes. De fato, o poema do político murrinhense mostra uma consciência de que significativa parcela da população vivia à margem dos benefícios sociais, em especial, do acesso à educação, que se apresenta para Raul Nunes como uma preocupação particularmente patente.

³⁶⁴ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.**, p. 85.

³⁶⁵ MEIRA, Júlio Cesar. **Op. Cit.**

³⁶⁶ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.**, p. 85.

Além da instrução escolar, Raul Nunes demonstra-se, no texto, preocupado com a fome que açoitava as pessoas. A miséria da população é atestada, na segunda estrofe, pela criança loira que pede esmolas, a qual é fruto de um vício. O autor não detalha qual é o vício em questão. Pode se tratar do álcool, entretanto, ao se considerar a forte fala moralista de Raul Nunes, mencionada anteriormente, é possível que ele também se refira à prostituição. Essa impressão é reforçada no último verso da segunda estrofe, que chama a atenção para a orfandade da criança em questão.

Raul Nunes destaca ainda as condições de higiene às quais a população estava submetida. Vê-se que a criança mendicante da segunda estrofe nascera sobre um monte de lixo (monturo), na terceira estrofe, sendo uma progênita da miséria. Apesar dessa situação de miséria, Raul Nunes acredita que não é difícil salvar a vida do infante, apontando, novamente, a educação como caminho para a salvaguarda da inocência e da vida dos mais jovens.

O mote central para o político parece ser o trio: pão, ensino e luz. Esse tripé seria, na visão do ex-prefeito poeta, o penhor para garantir uma boa qualidade de vida para os habitantes do município de Morrinhos, os quais estavam submetidos a condições de miséria.

Num primeiro olhar, o soneto parece refletir a preocupação social de Raul Nunes, contudo, crê-se que o poema seja ainda mais revelador. Para além da preocupação com os desfavorecidos morrinhenses, o texto mostra que a suposta cidade pujante, progressista e motor do desenvolvimento do sul goiano convivia com a miséria latente.

À vista disso, cumpre questionar até que ponto todo o desenvolvimento aclamado e celebrado ao redor das grandes personalidades políticas e acadêmicas do município chegaram a todos os habitantes de Morrinhos. O soneto de Raul Nunes realça a ideia de que a história é dominada por grandes figuras, em detrimento da defesa de um contexto em que o desenvolvimento atinja toda a urbe e seus moradores. Por mais que elementos de uma cidade econômica começassem a aparecer, a cidade dos notáveis é que ainda dava a tônica na Morrinhos dos Nunes.

Fontes reforça os elogios a Raul Nunes, apontando que suas publicações ocorriam, de modo particular, na cidade de Uberaba:

Espírito lúcido, inteligência, privilegiada, não se contentava com o simples viver. Comprazia-se em longas leituras e muitas vezes em escrever também, mas se escondia sob pseudônimo. Fosse verso ou prosa, o nome de Raul se convertia em duas iniciais ou Zaratustra, com o qual assinava suas produções publicadas nos jornais de Uberaba: A Tribuna e Jornal do Comércio.³⁶⁷

³⁶⁷ FONTES, Zilda Diniz. *Op. Cit.*, p. 190.

O uso de pseudônimos é algo recorrente na literatura, como se sabe. Os motivos para tanto vão desde o fato de escritores construírem diferentes perfis de escrita até os casos em que os literatos fogem da censura ou de perseguições. Igualmente, há os casos em que autores lançam mão de pseudônimos para não se responsabilizarem diretamente pela obra.

Também Fontes exalta as características de grande construtor de Raul Nunes. A escritora lembra o fato de que a casa do prefeito Raul Nunes ficava em frente à praça do Coreto, praça essa, remodelada na administração dele. Na década de 1930, aquela era a região central Morrinhos, nas proximidades da igreja matriz Nossa Senhora do Carmo, adjacente ao salão paroquial. A referida casa localiza-se na Avenida Coronel Pedro Nunes, pai de Raul e que também fora intendente de Morrinhos.³⁶⁸

Os laços familiares da família Nunes são exaltados por Fontes:

Na época da florada, esses e mais [pés de magnólia, na avenida] os que existiam em frente à casa de Raul, exalavam um perfume penetrante que se misturava ao das folhas de eucaliptos da praça e da avenida. Na calçada, encostado à parede da casa, um grande banco de pau, o tabuão como era chamado, ficava sempre cheio de pessoas que à tarde iam bater um papo e tomar a fresca. A bandeja de café e biscoitos feitos pela perícia de Marieta vinha lá de dentro cheirosa e convidativa. D^a Mariquinha, mãe de Raul, fazia questão de oferecê-los a todos que os visitavam. Era aquilo tradição da família que possuía [sic] enorme círculo de amizade e cujos membros sempre se destacaram na vida social e política tanto do Município como do Estado. Cel. Pedro Nunes, marido de Da. Mariquinha, tinha sido intendente em mais de um mandato, além de chefe político e Dr. Pedro Nunes da Silva Filho, também intendente, fundara o Grupo Escolar que levava o nome de seu pai, além de destacar-se como um dos advogados de mais cultura do Estado de Goiás. Pertenciam ainda à família do Cel. Hermenegildo de Moraes e Dr. Alfredo Lopes de Moraes, ex-presidente do Estado.³⁶⁹

Essa citação é particularmente reveladora de muitos pontos sobre a figura de Raul Nunes e da própria dinâmica política morrinhense entre os anos de 1910 e 1940. Em primeiro lugar, percebe-se que, se de um lado a miséria grassava no município, conforme apontado no soneto do próprio Raul Nunes, do outro se verifica que as obras de melhorias feitas (como plantio de flores e árvores, remodelação de praças) ocorriam nas regiões em que as elites políticas morrinhenses habitavam. Contudo, nas periferias permaneciam a miséria e o abandono. Essa região, como se observará no capítulo seguinte, é o ponto fulcral da historiografia pública local morrinhense (a região compreendida entre a Igreja Matriz, o Coreto e o Casarão do coronel Hermenegildo de Moraes).

³⁶⁸ Idem, p. 193.

³⁶⁹ Ibidem.

Nota-se que política e relações familiares são intimamente ligadas em Morrinhos nesse período. Na família Nunes da Silva surgiram três intendentes do município. Por laços matrimoniais, a família se uniu aos Lopes de Moraes, tornando o poder político municipal exclusivo desse pequeno grupo.

A hospitalidade e a gentileza na recepção da família estão em consonância com o típico modelo coronelístico que marcou tantas regiões do Brasil na primeira metade do século XX. A essas qualidades, soma-se a solidariedade ou disponibilidade em ajudar as demais pessoas da região a resolver os seus problemas pessoais.

É o que ocorre numa passagem narrada por Fontes, em que a intercessão de Raul Nunes evitou um desenrolar mais trágico. “Costumam dizer que os homens se desentendem por três barras: barra de ouro, barra de córrego e barra de saia”. No caso em particular, o episódio envolve essa terceira situação³⁷⁰.

Segundo Fontes, um homem chamado Benedito, criado na casa dos Nunes da Silva e que vendia sorvetes nas ruas com um carrinho, se apaixonou pela mulher de um dos soldados que havia se mudado com a chegada de um novo destacamento policial na cidade. Um encontro amoroso entre os dois foi marcado para uma casa na praça da Matriz, contudo o combatente descobriu a traição e com mais dois soldados se colocaram a perseguir sorveteiro que fugira.

O fugitivo resolvera esconder-se no gabinete do prefeito Raul Nunes. Dentro do escritório, os soldados entraram e sem pedir autorização do referido prefeito, vasculharam todo o local de trabalho, o que deixou, segundo a autora, a população morrinhense indignada. Nesse ínterim, os soldados se retiraram do escritório e se juntaram a mais seis soldados, nas cercanias da cadeia municipal (do lado contrário à Matriz Nossa Senhora do Carmo). Eles prometiam ainda pedir reforços à capital, Goiás³⁷¹.

Contudo, 50 pessoas, entre os locais, resolveram seguir os soldados, dispostos a prendê-los, diante do desrespeito ao prefeito. “Nós é que devemos pedir providências enérgicas ao governador, gritam no meio do povo. Vamos ao telégrafo, gente. Não temos tempo a perder”.³⁷² Os soldados acabaram rendidos pela população local, com exceção de um que teria chegado a Pouso Alto (atual cidade de Piracanjuba), para onde fugira com medo dos populares. O próprio Benedito, que desencadeara toda a confusão também fora preso.

Observa-se aqui mais alguns elementos característicos do coronelismo do período, a ponto de a população local enxergar o prefeito como uma autoridade superior à dos soldados,

³⁷⁰ Idem, p. 194.

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Idem, p. 195.

em teoria, responsáveis pela segurança pública. Como aponta José Murilo de Carvalho, a cidadania não se havia consolidado no Brasil da Primeira República. A grande propriedade rural (da qual Raul Nunes era um dos donos), era um dos obstáculos à consolidação da cidadania. “No Nordeste e nas áreas recém-colonizadas do Norte e Centro-Oeste, o grande proprietário e coronel político ainda age como se estivesse acima da lei e mantém controle rígido sobre seus trabalhadores”³⁷³.

Raul Nunes morreu em 09 de maio de 1935, aos 41 anos de idade. Uma nota fúnebre, produzida por Francisco de Brito é utilizada por Fontes para demonstrar como o político entraria para os anais da história morrinhense.

Raul Nunes parecia, a quem o visse pela primeira vez, um bicho do mato em contato forçado com a civilização. [...] Quanto engano, entretanto, nesse julgamento apressado. Ele era um prefeito civilizado, um estudioso dos problemas sociais com imensos tesouros de bondade guardados no coração. Nada, porém, impressionava tanto em Raul Nunes como sua vida pública. A sua atuação na política foi um exemplo: desassombrada e em plena consonância com os interesses do povo. [...] Em 1929, prefeito de Morrinhos, seguia a bandeira vermelha da Aliança Liberal que acenava ao nosso patriotismo em promessas de renovação. [...] Em 1932, vimo-lo ao lado de alguns companheiros organizando a resistência do povo de Morrinhos, com o mesmo entusiasmo e a mesma fé. [...] Raul Nunes só poderia morrer na lembrança ingrata de seus conterrâneos. Goiás, a quem ele dedicou largo trecho da sua vida de lutador ousado, que não olvide o seu nome, pagando com o esquecimento a gratidão de que ele se tornou credor.³⁷⁴

A cidade de Morrinhos deu o nome de Raul Nunes à praça onde está instalada a fonte luminosa da cidade. Essa praça foi construída na mesma área em que outrora abrigava o cemitério municipal e se localiza entre as ruas Rio de Janeiro e a Rua Dr. Pedro Nunes, como dito, em homenagem ao irmão mais velho de Raul.

Para além do núcleo formado ao redor do coronel Hermenegildo de Moraes e seus descendentes biológicos, herdeiros e/ou aliados políticos, outros nomes também surgiram como representantes da égide da política, do progresso e da educação. Observe-se o caso do major Evaristo Frauzino Pereira. Barbosa adota uma abordagem mais econômica nos elogios ao major, enquanto Fontes busca exaltar as muitas qualidades do intendente morrinhense no ano de 1917. Barbosa se limita a salientar que Evaristo Frauzino Pereira era um homem de máxima

³⁷³ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

³⁷⁴ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.**, p. 196.

confiança de Sylvio de Mello, médico e político local, a ponto de ser compadre dele, “o facultativo mais admirado de nossa cidade”³⁷⁵.

Evaristo Frauzino Pereira foi intendente no ano de 1917, de forma interina. Foi comerciante e proprietário rural, conforme apontam os autores consultados. Para Fontes, ele era um homem irascível, contudo, um trabalhador honesto e dedicado.

Honesto e exigente nos negócios, conservava em dia a escrituração da firma e nunca ultrapassava, no ganho, 20% ao marcar o preço de venda de qualquer mercadoria. Uma transação infeliz o fez perder a loja e mais tarde a chácara também. Como, porém, o trabalho nunca o tivesse intimidado, arregaçou as mangas e seguiu em frente, embora na humildade de uma nova atividade. Pôs-se a transportar lenha em um carroção puxado por bois, a fim de manter dignamente a família. Para esta foi exemplo de trabalho e honradez e um pai rigoroso e exigente, que procurou, entretanto, dar um bom nível de vida.³⁷⁶

Os traços de um homem trabalhador e honesto, segundo a autora foram repassados aos filhos “todos marcados com o selo da honradez e responsabilidade que caracterizam os Frauzino Pereira”³⁷⁷. Os descendentes citados se tornaram professores, profissionais do Direito e comerciantes em Morrinhos e em outras cidades. Novamente, a historiografia pública local segue sua tendência de trazer uma história baseada nas relações interpessoais.

Evaristo Frauzino, apesar de não ter nenhuma ligação direta ou indireta com a educação, mostra-se uma personagem digna de nota pela sua capacidade de empreender e de recomeçar, mesmo diante de um grande revés. As narrativas sobre Morrinhos também ressaltarão essa capacidade da cidade de enfrentar seus momentos de decadência e retomar o caminho do progresso.

Outra família que se destaca nas obras dos autores morrinhenses é a família Gomes de Mello, cuja epítome se dá em torno da figura de Sylvio Gomes de Mello. Nordestino, natural de Alagoas, se radicou em Morrinhos em 1916, tornando-se o primeiro médico da cidade. Sylvio de Mello é mais um dos casados com uma mãe dos pobres. “Cotinha, como a chamava, ou Da. Lourdes como o povo a conheceu a vida inteira, foi a companheira ideal para o médico, a mãe dos pobres, que participava de todos os problemas e dores procurando sempre dar consolo e solução”³⁷⁸.

O médico foi o responsável pela inauguração da luz elétrica na cidade (o que ocorrera no mesmo dia do nascimento do primeiro filho do casal Sylvio de Mello e Da. Lourdes de

³⁷⁵ Idem, p. 69.

³⁷⁶ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 33.

³⁷⁷ Ibidem.

³⁷⁸ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 73.

Mello), através da Empresa de Força e Luz de Sylvio Gomes de Mello, que abasteceu a cidade até 1954, quando a CELG (Centrais Elétricas de Goiás S/A) passou a atender o município, comprando e desativando a companhia de Sylvio de Mello. Como já descortinado por Júlio Cesar Meira, não se trata de um projeto do poder público local, mas de iniciativa de um particular.

A companhia elétrica foi outra oportunidade de o político local demonstrar seu espírito caritativo, segundo Barbosa: “Sylvio Gomes de Mello garantiu luz de graça para quem não pudesse pagar. As lâmpadas de pequenas voltagens eram distribuídas gratuitamente, tanto para os pobres como para os abonados”³⁷⁹.

Também foi dele a iniciativa de inaugurar a Casa de Saúde e Maternidade Sylvio de Mello, hospital que ainda existe na cidade e que fora o pioneiro da região. Como ocorre com outras pessoas já citadas nessa pesquisa, os grandes feitos de Sylvio de Mello são levados à exaustão. As ditas qualidades de líder do político radicado em Morrinhos levaram, em 1958, o Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional a convidá-lo para ser candidato a governador de Goiás, o que acabou não ocorrendo³⁸⁰.

Aqui se repete a fórmula consagrada pelos historiadores públicos locais, particularmente, Fontes e Barbosa, a escrita da história dos grandes vultos. Nessa perspectiva, a cidade de Morrinhos foi, como dito, liderada por grandes personalidades, dotadas de virtudes ímpares e que os cacifariam para postos mais altos na administração estadual. Contudo, a maioria deles não chegava lá. Em alguns casos, uma eventual candidatura ao governo do Estado não saía do campo da conjectura (Raul Nunes e Sylvio de Mello, por exemplo), em outros a morte prematura (Pedro Nunes Filho) ou mudanças na conjuntura política estadual (Hermenegildo de Moraes) abortavam os voos mais altos das personalidades morrinhenses.

A história dos grandes vultos não apenas serve para se exaltar os nomes da política local, ela também é uma válvula de escape para que os historiadores públicos locais. Isso evita que se foquem em outras questões da história local como a concentração de renda e poder em poucas famílias, falta de projetos públicos de desenvolvimento e infraestrutura. Em vez disso, focam em iniciativas particulares e isoladas. O coronelismo e todas as questões atreladas a essa prática política e social ficam eclipsados pelo assistencialismo dos poderosos do município.

Pecuarista, Sylvio de Mello teria acumulado fortuna com seus serviços médicos, conforme aponta Barbosa:

³⁷⁹ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 79.

³⁸⁰ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 74.

Houve o caso, em 1922, de um paciente, José Ferro, riquíssimo fazendeiro do distrito de Santa Rita do Pontal, atual Pontalina, onde hoje se localiza o município de Vicentinópolis, antigo “Paletó”, que tendo quebrado o fêmur na queda de um cavalo, contratou os serviços de Sylvio de Mello que ficou em sua fazenda, durante noventa dias, tempo que levou para que o paciente obtivesse a cura. Ao final desse período, José Ferro lhe deu a bagatela de trinta contos de réis; trezentos alqueires de chão a gema do lugar; mais uma pedra de brilhante que valia outros trezentos alqueires de terras. Conseguiu, assim, acumular, em poucos anos, invejável fortuna.³⁸¹

A falta de políticas públicas de saúde não é questionada em nenhum momento. Ao contrário, o uso de serviços de saúde como forma de concentração de poder e renda atingem uma conotação positiva, no texto de Barbosa, dando à figura de Sylvio de Mello ares de uma espécie de *self-made man* do sertão. Barbosa não cita fontes, mas afirma que Sylvio de Mello era padrinho de oitenta por cento dos nascidos em Morrinhos e das pessoas que se casavam no município. Ainda segundo o historiador público local mencionado anteriormente, Sylvio de Mello ganhou grande influência em Palmeiras de Goiás.

Há uma convergência entre Barbosa e Fontes, ao asseverarem que a casa de Sylvio e Lourdes de Mello era aberta para todos os moradores locais:

Para esse povo a sua casa estava sempre aberta, só se fechando as portas e portões na hora de dormir. Gostava de se ver rodeado de gente e procurava constantemente encontrar motivos de comemoração que eram assinalados inúmeras vezes com churrasco, jantar ou almoço.³⁸²

Sua casa, na rua do Comércio (atual Barão do Rio Branco), vira ponto de encontro do povo. Principalmente do povo pobre, gente da zona rural, que ali se aglomera para fazer o desjejum, almoçar, tomar café, jantar, às vezes até pousar. Sua casa se transformou em local de verdadeira romaria. Ali se comia do bom e do melhor, a qualquer hora do dia ou da noite. As tachonas de comida estavam sempre quentes e cheias, à espera do visitante. Depois, vinha a sobremesa, o café, o pito, a conversa fiada, a sesta... ‘Ó cozinha abençoada sô’, ‘Sô Sylvio tem o coração de ouro’, ‘A dona Lourdes é a mãe do pobre’.³⁸³

Sylvio de Mello reúne todas as características atribuíveis a um coronel local, da mesma forma que ocorrera com o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes. A todas essas qualidades, soma-se uma suposta personalidade trabalhadora.

O trabalho para ele era algo que fazia parte de si mesmo, de sua vida. Levantava-se cedo diariamente e partia com os peões para a fazenda. Voltava à cidade para o almoço e para as compras do que era necessário no sítio. De novo no volante do carro, pois jamais admitiu um motorista particular,

³⁸¹ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 78.

³⁸² FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 74.

³⁸³ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 79.

ganhava a estrada e só retornava a casa, com os empregados, ao cair da tarde.³⁸⁴

Sylvio de Mello e Lourdes de Mello acabariam morrendo num acidente de carro, voltando de uma viagem com destino à cidade do Rio de Janeiro, em 1974. Além do hospital privado ainda em funcionamento na cidade, Sylvio de Mello é homenageado dando nome a um colégio inaugurado no ano da morte do médico e ex-prefeito, além de uma rua. Já Lourdes de Mello tem seu nome dado a uma escola infantil.

Seguindo a lista de personalidades locais, depara-se com a figura do coronel Fernando Barbosa, mineiro que se mudara para Santa Rita do Pontal (atualmente Pontalina). A partir dali, fixou residência em Morrinhos no ano de 1923, onde acabou fazendo amizade com a família Nunes da Silva, em especial com Pedro Nunes da Silva Filho e Raul Nunes. Tanto é, que participou da fundação do Grupo Escolar Pedro Nunes. Segundo Fontes, a amizade com o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, permitiu o envio do primeiro diretor da escola e do material necessário para o funcionamento do grupo escolar em Morrinhos.³⁸⁵

Barbosa atribui a vinda do coronel para a cidade de Morrinhos devido a uma herança de seis mil alqueires de terras no município, tornando imperiosa a necessidade de administrar esse capital³⁸⁶. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, Fernando Barbosa foi nomeado prefeito da cidade de Morrinhos pelo governador Pedro Ludovico, dada a ligação do coronel com a Aliança Liberal.

Fernando Barbosa teve participação bastante ativa nos problemas de Morrinhos e era incansável na busca de soluções. Foi um eterno viajante, um homem que não temia distâncias nem figurão importante que pudesse valer-lhe nas suas pretensões. Na construção da BR-153, foi infatigável nas idas ao Rio de Janeiro na esperança sempre viva de conseguir que a estrada passasse o mais perto possível de Morrinhos, pois sabia que o traçado deixava-a (*sic*) a uma distância que muito a prejudicaria [...] É, pois, merecedor de ter o seu nome registrado na história da cidade que ele ajudou a progredir.³⁸⁷

De fato, Fernando Barbosa acabaria deixando a cidade de Morrinhos por um tempo, trabalhando nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde fora fiscal. Aposentado, retornaria a Morrinhos, onde faleceu em 1957, e foi sepultado no cemitério São Miguel.

³⁸⁴ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 75.

³⁸⁵ Ibidem, p. 36. Tanto Zilda como José Afonso concordam com a amizade existente entre Fernando Barbosa e o presidente de Minas, porém, Zilda cita Antônio Carlos (p. 36) enquanto José Afonso cita Melo Viana (p. 90).

³⁸⁶ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 96.

³⁸⁷ Idem, p. 36.

O feito de conseguir mudar o traçado da BR-153, que passaria em Aloândia para Morrinhos também é considerado uma prova de seus dotes políticos, segundo Barbosa. Contudo, o historiador público local vai mais longe. Ele afirma que foi do coronel Fernando Barbosa a ideia de mudar a capital de Goiás para o município de Campinas. A ideia é sustentada pelo depoimento do prefeito de Campinas, coronel Licardino de Oliveira Ney.³⁸⁸

A influência de Fernando Barbosa, para Barbosa, era ainda maior. Segundo o historiador público local, o coronel era amigo de Getúlio Vargas, tendo conseguido diretamente dele o cargo de fiscal em Minas Gerais. E aqui, o historiador público cita um episódio para comprovar a amizade:

Passados alguns anos, Getúlio Vargas estava em visita a Belo Horizonte, e o Cel. Fernando Barbosa foi assistir ao seu discurso num auditório no centro da capital mineira. Sentou-se na última fila do salão para ouvir o chefe. Formou-se a mesa de autoridades, falaram alguns discursos e depois chamaram o presidente para fazer uso da palavra. Esse, de microfone em punho, disse: 'Quero chamar para fazer parte desta mesa o meu grande amigo Cel. Fernando Barbosa'. E lá do fundo veio aquela figura humilde, acanhada, querendo esconder-se dentro de si mesma... E a plateia aplaudindo-o.³⁸⁹

Seriam esses bons relacionamentos do coronel Fernando Barbosa que o permitiram ter êxito em suas empreitadas, de modo especial, na construção de instituições educacionais em Morrinhos. Tanto o é que a filha de Fernando, Maria Barbosa Reis se tornou professora e fundou uma escola dedicada aos alunos do bairro São Francisco de Assis, um dos mais pobres da cidade, a Escola Dom Bosco.³⁹⁰

A dedicação e a generosidade de Maria Barbosa Reis em relação à educação valeram a ela o título de Irmã Dulce da Educação, de acordo com Barbosa. De fato, os elogios à figura dessa personagem são fartos na pena de Barbosa:

Dona Maria Barbosa Reis, admirável mulher! Passou por quinze partos caseiros e nunca pediu afastamento do trabalho uma única vez. Mulher de ferro! Dava à luz hoje, amanhã já estava no batente. Fantástica mulher! Que exemplo de profissional de educação! Imagina só, 'Meio Século de Magistério'. A família coronel Fernando Barbosa é merecedora de um monumento. Um monumento que honre essa nobre família mineira que adotou a cidade de Morrinhos como sua cidade e deu a vida por ela.³⁹¹

³⁸⁸ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 91.

³⁸⁹ Idem, p. 93.

³⁹⁰ Idem, p. 97.

³⁹¹ Idem, p. 98.

Percebe-se que o autor aponta a necessidade de que se faça justiça à memória e aos feitos desta família. De fato, no parágrafo seguinte, ele se torna ainda mais explícito:

Deixo aqui um apelo aos gestores municipais desta abençoada terra de Antônio Corrêa Bueno, para que analise a valorosa obra da família Cel. Fernando Barbosa e veja ao quanto às vezes a nossa terra é ingrata com suas personagens históricas. Mas nunca é tarde para reparar nossas falhas. Ainda é tempo. Faça um monumento em homenagem à família Fernando Barbosa, luminares da cultura, da política, do amor à nossa terra. Salda senhores, esta dívida. O tempo urge.³⁹²

É o nome de Fernando Barbosa que nomeia a principal avenida que faz a ligação da cidade com a BR-153, aquela mesma que teve seu traçado alterado a partir das investidas do coronel junto ao Governo Federal, no Rio de Janeiro. Entretanto, o nome da referida família não aparece em nenhuma escola nem em outro local que aponte para as contribuições culturais deixadas por eles.

José Cândido Ribeiro, professor natural de Morrinhos, nascido no ano de 1905 e dá nome a uma escola de Ensino Fundamental de primeira fase na cidade é outra personagem que reúne em si a tríade política, progresso e educação. Fontes e Barbosa asseveram que o professor chegou a estudar num seminário, com vistas à ordenação presbiteral, abandonou a carreira eclesiástica para abraçar a advocacia.

Nascendo em berço humilde, conseguiu, porém, galgar posição invejável na sua cidade, graças ao papel desempenhado em favor da instrução. Em 1931 fundou a Escola Normal de Morrinhos, que tanto valeu à mocidade da época, a maioria deles sem condição de estudar fora. Com a abertura do Colégio das Irmãs Agostinianas, a Escola Normal se fechou, transferindo-se os seus alunos para ele, em 1939. Prof. José Cândido passou a lecionar português na nova escola, continuando a servir à causa de instrução, dentro da qual tinha sido diretor e mais tarde inspetor.³⁹³

A origem modesta é atestada por Barbosa, que atribui a ascensão social de José Cândido à dedicação à instrução na cidade de Morrinhos. “Grande orador. Humano ao extremo. Cultura invejável. Espírito brilhante³⁹⁴” são os adjetivos dados ao professor pelo referido historiador público local.

O professor entrou para a política local, elegendendo-se vereador em 1951, sendo o mais votado no pleito. Com o afastamento do prefeito eleito, Jurandir Vasconcelos por questões de

³⁹² Ibidem.

³⁹³ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 42.

³⁹⁴ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 270.

saúde, José Cândido acabou assumindo a prefeitura da cidade de Morrinhos. Aqui os dois historiadores públicos que ora são consultados são elogiosos à administração Cândido, ainda que por motivos diferentes.

Coração aberto aos problemas de todos, pobres ou ricos, simples e bom, José Cândido procurava servir em toda plenitude aos que o buscavam, fosse como professor, advogado, prefeito ou simplesmente o homem. Na simplicidade do seu gesto, angariou amigos sem conta. Na Prefeitura, promoveu um mutirão de trabalho sobre o córrego Maria Lucinda, que o fez viver um dos mais emocionantes momentos de sua vida. Ao seu chamado, dezenas de trabalhadores pegaram as ferramentas e se juntaram na ponte abaixo da cadeia, onde o prefeito os tinha ido esperar. Alegres e dispostos, sentindo a força do líder humano e bom, executaram com entusiasmo a tarefa e ao seu término o inesperado aconteceu: o prefeito, derramando lágrimas de emoção, foi levado em triunfo nos ombros dos operários até a Prefeitura, entre gritos, vivas e foguetes. A história quase se repetiu quando seu filho Helenês, 25 anos depois, deixou a Prefeitura de sua cidade: bastaria uma palavra, uma só, e também seria carregado pelos conterrâneos.³⁹⁵

José Cândido foi o idealizador de mutirões de trabalho na cidade, como força de se realizar obras que eram necessárias à comunidade local. Barbosa, em seu turno, destaca o catolicismo do prefeito. Na administração dele, a paróquia Nossa Senhora do Carmo recebeu uma significativa doação da prefeitura para a conclusão do salão paroquial, além de outra, oriunda do deputado Celestino Filho³⁹⁶.

Coube ao prefeito recepcionar os pracinhas morrinhenses que voltaram da campanha na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Fontes cita que poucos trabalhos do professor sobraram para a posteridade, como alguns discursos e artigos escritos em jornais. O falecimento do professor e político foi, a exemplo de outras personalidades já citadas, lamentada pela cidade:

Faleceu no dia 10 de março de 1953 e sua morte foi uma prova eloquente de quanto era querido pelo seu povo: pretos, pobres, ricos, uma multidão sem conta o acompanhou, comovida até o cemitério local.

Para homenageá-lo, a praça onde constituiu a sua família, a escola que ali se instalou depois e a biblioteca fundada no governo de Joviano Antônio Fernandes receberam o nome de "Prof. José Cândido", um dos baluartes de instrução em Morrinhos e uma das inteligências mais luminares desta terra.³⁹⁷

³⁹⁵ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 43.

³⁹⁶ Respectivamente, os valores doados foram de 25 mil e 50 mil cruzeiros. BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** 270.

³⁹⁷ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 46.

Outras personalidades são louvadas e reverenciadas nas páginas dos historiadores públicos locais de Morrinhos, contudo a lista que aqui é apresentada e discutida serve ao propósito de exemplificar como a tríade política, progresso e educação se articula na cidade e em sua história.

Percebe-se que, em geral, todos os grandes políticos da cidade são também ligados ao progresso e ao desenvolvimento da cidade de Morrinhos, bem como à educação e cultura locais. Como dito, é difícil de se dissociar esses três elementos na produção dos historiadores públicos locais.

Contudo, observa-se que a narrativa que se produz ao redor dos grandes nomes da política local ocorre, com raras exceções, sobre o questionamento acerca das práticas coronelísticas dos referidos líderes locais. O pouco espírito crítico dos historiadores públicos locais parece ir ao encontro de um desejo de se glorificar a cidade e de se reforçar a ideia de que, enquanto outras regiões do Estado e do país apresentam políticos ruins, a cidade seria uma ilha com bons governantes.

Apesar das poucas críticas presentes nessas obras, há também reflexões importantes tecidas pelos historiadores públicos locais. Por exemplo, Barbosa rechaça a tese de que o coronelismo foi sepultado na Revolução de 1930:

A maioria dos historiadores nacionais, fazem as exéquias do coronelismo brasileiro juntamente com o fim da Primeira República, 1930, o que não é verdade. Quem nasceu até os anos 40 do século XX, sofreu na pele o ranço do mandonismo no País, principalmente o homem do campo, o lavrador, o ribeirinho, que sempre se sujeitaram ao regime de semiescravidão, imposto pelos latifundiários, os empresários, os políticos. Outra chusma de historiadores brasileiros, afirmam que o fim do coronelismo se deu com o Golpe Militar de 1964, o que também foge à verdade.³⁹⁸

Para o historiador público local, o coronelismo segue forte na política brasileira, dado que o país continua dominado pelos descendentes daqueles que foram, no passado, os coronéis e representantes das oligarquias que controlavam a primeira República. Assim, o autor reconhece que, ainda que Morrinhos tenha avançado e se modernizado em muitas áreas, particularmente no campo da economia, permanecem resquícios de seu passado.

Boris Fausto compreende o coronelismo como uma face do clientelismo, presente tanto nas cidades quanto no campo. “Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de

³⁹⁸ BARBOSA, José Afonso. **Os frutos da Terra: História**. Goiânia, Kelps. 2020, p. 195.

serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público”³⁹⁹. Assim como Victor Nunes Leal, Fausto compreende que o coronelismo assumiu diferentes feições pelo Brasil. O autor entende que as raízes desse fenômeno político remontam ao Brasil colônia, tendo a República criado as condições para que os chefes locais aumentassem o poder. Assim, ele compreende que traços do coronelismo tendem a permanecer na história do país.

Contudo, como se percebeu, o que foi escrito pelos historiadores públicos locais sobre a política em Morrinhos é a história dos grandes vultos. Uma história que não se volta para as muitas questões da vida urbana e rural do município, ignorando a miséria de muitos, a falta de trabalho e remuneração digna, a ausência de projetos do poder público para Morrinhos. Ao contrário, são privilegiadas as qualidades pessoais de cada líder político.

Como apontado por Júlio Cesar Meira, muitos dos feitos do coronel Hermenegildo, mas também de outros políticos do período, passam a ser atribuídos ao município como um todo. Contudo, como Hamilton Afonso de Oliveira desvelou, está-se diante da figura de coronéis, no sentido clássico estabelecido pela historiografia. Ao vincular a história do município às venturas e desventuras desses indivíduos, os historiadores públicos locais conseguem desviar-se de temas mais espinhosos da história local e mesmo explorar outras explicações para a perda de influência da cidade no cenário estadual.

Restam alguns questionamentos sobre a postura adotada pelos autores locais. Em primeiro lugar, ao longo da discussão aqui tratada, são perceptíveis as limitações metodológicas do gênero de escrita da história adotado pelos escritores murrinhenses. Isso acabou limitando a própria reflexão crítica dos historiadores públicos locais sobre as figuras que se propõem analisar.

Fontes, por exemplo, optou por um recorte em que os nomes das ruas da cidade são a base de sua reflexão. O resultado foi uma história masculina, branca e focada em pessoas que detinham o poder político e econômico do município. Não há, no livro dela, oposição ou questionamentos à elite política local. Além disso, falta uma análise crítica sobre as decisões tomadas por essas lideranças.

Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares acabou sendo uma obra conservadora, que se de um lado é uma base inequívoca para a historiografia murrinhense, por outro, acaba perpetuando a visão e o discurso da elite local acerca da cidade de Morrinhos. Um bom exemplo disso pode ser dado na análise da figura do Coronel Hermenegildo de Moraes.

³⁹⁹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2024. p. 226.

Em nenhum momento, observam-se questionamentos sobre a origem da riqueza acumulada pelo coronel. Ele é vendido como um *self-made man* local. A ingerência dessa figura na política local e estadual também não é problematizada, ao contrário, parece muito mais ser louvada pela autora e mesmo por Barbosa que, nunca é demais lembrar, dispõe de formação superior em História.

Sintoma parecido é sensível na obra de Barbosa, que, como já expressei, soma-se o peso de se tratar de uma pessoa graduada em História. Como explicado no capítulo anterior, Barbosa adotou diferentes gêneros de escrita em suas obras. Ainda assim, como Fontes, Barbosa acabou ecoando os interesses da elite, abdicando de uma maior e necessária crítica à história que ele próprio narra.

É aqui que a ideia de história pública se mostra também particularmente profícua, uma vez que enquanto um campo do fazer histórico, é possível analisar essas obras como história que são. Por serem histórias que circulam e são consumidas direta ou indiretamente na cidade de Morrinhos, partes do discurso e da visão de mundo difundidas nas páginas desses autores podem ser tomadas como verdades por aqueles que lerão ou serão atingidos por esses textos.

A história escrita por Fontes e Barbosa é bastante focada em Morrinhos. Não existe um olhar mais aprofundado sobre o que ocorria no cenário estadual e mesmo nacional. Um olhar mais abrangente sobre outras regiões, certamente, tornaria o trabalho desses historiadores públicos menos enviesado. Assim, eles poderiam compreender que a história da cidade não difere tanto de outros núcleos urbanos espalhados pelo país.

Dessa forma, não se trata simplesmente de um projeto de escrita conservador da história local de Morrinhos. Trata-se também de um projeto provinciano, uma vez que é muito centrado na cidade e pouco ou nada articulado com a história goiana e/ou brasileira.

Coronelismo, mandonismo e todas as questões ligadas às práticas políticas da primeira metade do século XX no Brasil em geral e em Morrinhos, no particular, desaparecem. O que emerge, porém, é a ideia de políticos vocacionados ao cuidado da cidade e à natural liderança do próprio Estado de Goiás. Faltam reflexões mais robustas sobre os métodos de construção e manutenção do poder e mesmo um olhar mais crítico sobre os significados e consequências dessa liderança sobre a cidade.

Portanto, observa-se, nesse primeiro elemento da tríade de sustentação da historiografia morrinhense, que a história pública local foi construída sobre a ideia de que a cidade de Morrinhos é o lar de uma elite política credenciada a liderar o próprio estado. O eixo política vem, portanto, pautado por homens com grandes recursos financeiros. Não há povo nem crítica presente nas obras que versam sobre o tema.

O eixo política, porém, vem acompanhado da ideia de desenvolvimento econômico da cidade de Morrinhos. A vocação ao progresso emerge, assim, como a segunda característica local que será discutida no tópico a seguir.

3.3 PROGRESSO

O leitor que se depara com textos dos historiadores públicos locais morrinhenses terá a impressão de que a cidade de Morrinhos se caracteriza por ser uma ilha de desenvolvimento e grandes potencialidades, enquanto seu entorno é marcado pelo atraso e por dificuldades de se integrar à dinâmica capitalista que se afirmava no Brasil da primeira metade do século XX.

O primeiro sintoma dessa realidade é a ânsia do município por preservar seu passado e manter claros os seus vínculos com a história goiana. A marcha inevitável que segue rumo ao progresso, ao desenvolvimento, à dita modernidade causa, em escala diretamente proporcional, um desejo de preservação daquilo que já foi. Assim, a modernidade se firma nessa ambiguidade: a busca desesperada por se separar de um passado que se busca superar, ao mesmo tempo que busca preservar os tempos pretéritos.

Como aponta José Roberto do Amaral Lapa, “[ser moderno] ganha o sentido de certo rompimento com certo passado, mas não com todo passado. A recíproca é verdadeira, i.e., assim como nessa colocação, moderno se identifica com o presente que é bom em oposição ao passado que é mau, o antigo pode colocar-se como bom em oposição ao presente que é mau”⁴⁰⁰.

Como apontou Reinhart Koselleck, o passado carrega elementos do futuro ⁴⁰¹. Conseqüentemente, a preservação do passado não ocorre apenas pelo sentimento de perda da tradição que o progresso traz. No entanto, essa preservação se opera também para que a sociedade encontre os elementos que balizarão o desenvolvimento do presente, penhor de um futuro próspero.

Koselleck escreve que o passado só pode ser experimentado porque conserva elementos de futuridade e vice-versa. “Assim, o progresso descortina um futuro capaz de ultrapassar o espaço do tempo e da experiência tradicional, natural e prognosticável, o qual, por força de sua dinâmica, provoca por sua vez novos prognósticos, transnaturais e de longo prazo”⁴⁰².

⁴⁰⁰ LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade**: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900. São Paulo: Edusp; Campinas: Editora da Unicamp, 2008., p. 19.

⁴⁰¹ KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC Rio, 2006. p. 36.

⁴⁰² Idem, p. 36.

A discussão sobre o progresso está muito presente nos trabalhos dos historiadores públicos locais morrinhenses. Eles carregam uma visão positivista do progresso, como ocorre com os memorialistas de Brefe, ainda que boa parte das obras tenha sido produzida quando esse paradigma já havia sido abandonado pela maioria dos intelectuais ocidentais.

Júlio Cesar Meira assevera que:

A partir da terceira década do século XX, o estado de Goiás, sobretudo em sua região sul, vivenciou um processo de grandes transformações, que se acentuou no período compreendido entre as décadas de 1950 a 1970, coincidindo com as mudanças mais globais pelas quais o país estava passando.⁴⁰³

Essas transformações citadas por Meira vão desde os programas governamentais de incentivo à ocupação da região, mudanças no perfil da agricultura e pecuária, com adoção de novas tecnologias, além de investimentos no setor de transportes. Todas essas metamorfoses fizeram do debate sobre o progresso central.

Crescimento econômico, urbanização acelerada, industrialização e melhoria das comunicações e dos transportes se tornaram fatores para se avaliar o progresso, adquirindo o significado de desenvolvimento contínuo, numa perspectiva capitalista. Se não era uma Paris, pelo menos o Brasil mexia-se.⁴⁰⁴

Portanto, o progresso, nessa seara, se confunde com o desenvolvimento capitalista, numa perspectiva, como se observará a seguir na escrita dos historiadores públicos locais morrinhenses. Júlio Cesar Meira reitera que o ideal de progresso que se constituiu no Brasil se desenhou, inicialmente, a partir de elementos externos à realidade nacional.

No tópico anterior, percebeu-se que, sob a ótica dos autores locais, a cidade de Morrinhos foi marcada no início do século XX por políticos que tinham projetos e ideias para colocar a cidade na vanguarda do desenvolvimento na região Sul do Estado de Goiás. Como discutido, valendo-se das discussões de Júlio Cesar Meira e de Hamilton Afonso de Oliveira, percebe-se que esse progresso era restrito à elite local, a qual permitia que a população participasse de uma pequena parte da fortuna que eles próprios haviam acumulado.

No entanto, existe um elemento que não só é utilizado por historiadores públicos locais, mas também por acadêmicos para justificar o desenvolvimento da cidade de Morrinhos em comparação com outras cidades da região: sua localização geográfica. Começando por Fontes, tem-se que:

⁴⁰³ MEIRA, Júlio Cesar. **Op. Cit.** p. 37.

⁴⁰⁴ Idem, p. 45.

Situada no Centro sul do Estado de Goiás, Morrinhos limita-se com os municípios de Caldas Novas, Marzagão, Água Limpa, Buriti Alegre, Goiatuba, Joviânia, Aloândia, Pontalina e Piracanjuba.

No início de 1889 publicava o *Semanário Oficial* a notícia de que ia ser mandado construir linha telegráfica de Uberaba a Morrinhos e daqui a Goiás, pois era "de grande vantagem ficar a Capital do Império ligada a Goyaz". Em 19 de março de 1890, já na República, nova notícia: "Inaugurada na Villa Bella de Morrinhos (ainda o termo Vila) a estação da linha telegráfica que tem de ligar a capital federal aos estados de Goiás e Mato Grosso".⁴⁰⁵

Fontes aponta que a localização de Morrinhos foi fundamental para que ainda na década de 1910 fossem construídas as primeiras estradas que ligassem a cidade às localidades circunvizinhas e às demais localidades de Goiás e do Triângulo Mineiro. Tais estradas foram construídas sob o patrocínio de políticos dotados, na visão de Fontes e de Barbosa, de grande capacidade e espírito empreendedor. De fato, a cidade recebeu o título de "Sala de Visitas de Goiás".

Nesse ínterim, a partir da década de 1920, a cidade acabou recebendo uma série de regionais de diversos órgãos, aproveitando-se da centralidade do município em relação ao Sul de Goiás.

Continuando o aproveitamento dessa posição, através da marcha do tempo, foram sendo instaladas Regionais de diversos órgãos, cujo número atualmente é bastante representativo. São elas: 1) Campanha Nacional de Alimentação Escolar-CNAE; 2) EMATER; 3) Conselho de Contas do Estado; 4) Receita Federal; 5) Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A.; 6) Goiás rural; 7) Delegacia Fiscal; 8) IPASGO; 9) IBGE; 10) Campanha do Combate à Febre Aftosa; 11) CELG; 12) Associação Médica de Goiás; 13) Agência Regional da Educação e Cultura; 14) Projeto LUMEN; 15) Polícia Rodoviária Estadual; 16) Delegacia Regional de Polícia; 17) Posto Agro Pecuário de Morrinhos; 18) SANEAGO; 19) DNER; 20) TELEGOIÁS; 21) INPS; 22) FUNRURAL; 23) SUCAM; 24) IBDF; 25) OSEGO; 26) c Ministério do Trabalho.⁴⁰⁶

Essas regionais instaladas na cidade se tornariam importantes extensões do poder estadual e federal na região. Além disso, serviriam como vitrine do poder da elite política local que, não raras vezes, conseguia o monopólio na indicação dos cargos para esses órgãos.

A crença de que a localização geográfica privilegiada da cidade é o fator decisivo para que a cidade tenha experimentado um grande desenvolvimento, se comparada com outras da região é compartilhada mesmo por acadêmicos:

⁴⁰⁵ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.** p. 23.

⁴⁰⁶ Idem. p. 26.

O que permitiu à cidade uma projeção política estadual e até mesmo nacional? De acordo com a pesquisa, alguns elementos conjugados levaram-na alcançar essa importância: a localização geográfica privilegiada, o movimento dos fazendeiros locais para a construção de infraestrutura (estradas e pontes) que pudesse facilitar o comércio e a projeção política em esfera estadual do chefe local, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.⁴⁰⁷

Miriam Fabia Alves, em sua tese de doutoramento, é mais uma das que apontam que a localização da cidade foi fundamental para o sucesso econômico do município no cenário goiano. Tal localização, contudo, teria contado com o apoio dos coronéis da região que souberam, na visão compartilhada entre a professora e os historiadores públicos locais, mover estradas de acordo com seus interesses, como no caso da construção da BR-153, cujo traçado original não contemplaria a cidade de Morrinhos.

São causas de louvor para os historiadores públicos locais marcos tomados como importantes, como o fato de Morrinhos ter acesso à água oriunda de uma caixa de abastecimento antes mesmo de que os moradores da capital do Estado, a Cidade de Goiás. Elementos como esse, patrocinados por governantes diligentes quanto ao progresso local são indícios de um núcleo urbano vocacionado ao desenvolvimento desde suas origens, para os autores locais⁴⁰⁸. Entretanto, é preciso lembrar que os primeiros acessos à água ou à eletricidade na cidade se deram pela atuação particular de líderes políticos locais. Apenas na década de 1940 é que se observou, como dito, iniciativas da administração municipal para investimentos na infraestrutura urbana.

A construção da infraestrutura para a cidade visava inserir Goiás na dinâmica capitalista que grassava no Triângulo Mineiro. Essa é a posição defendida por Eron Meneses de Amorim, mestre em História pela Universidade Federal de Goiás e professor da Universidade Estadual de Goiás em Morrinhos que fez sua pesquisa acerca das relações entre o coronelismo e a modernização do município durante a Primeira República (1889-1930).⁴⁰⁹

Essa visão do progresso, não obstante, não se confunde com o que tradicionalmente se chama progressismo. Ao contrário, como sugere Amorim, o que estava em curso era a superação de uma economia tradicional e a consolidação de uma forma de produção dinâmica, inserida na dinâmica capitalista de mercado que já era uma realidade naquela região mineira.

⁴⁰⁷ ALVES, Miriam Fabia. Política e Escolarização em Goiás-Morrinhos na Primeira República. 2007. 209 f. Tese de Doutorado em Educação – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2007. p. 142.

⁴⁰⁸ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** p. 83. A instalação da caixa d'água se deu durante a administração de Raul Nunes (1913-1914), segundo o historiador público local.

⁴⁰⁹ AMORIM, Eron Meseses de. Morrinhos: **Coronelismo e Modernização 1889-1930**. 179 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1998, p. 98.

Assim, tratava-se de tirar o Estado de Goiás do isolamento. Por ser a maior cidade da região Sul goiana, Morrinhos acabou sendo beneficiada por isso.

Esse progresso se deu sob o patrocínio e ação dos Lopes de Moraes, cujo capital foi fundamental. Como aponta Hamilton Afonso de Oliveira, em especial, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes concentrava, e por extensão, na cidade boa parte da renda estadual⁴¹⁰. Dessa forma, percebe-se que se empreende na cidade que é uma modernização conservadora, em que os elementos advindos com a modernização são acomodados numa estrutura coronelística que permanece inalterada.

Uma consulta à historiografia nacional ajuda a questionar a narrativa de culto ao progresso dos historiadores públicos morrinhenses. Marcos Napolitano aponta que a República no Brasil foi proclamada sob o culto ao progresso. A elite intelectual brasileira, composta por médicos, bacharéis, engenheiros acreditava que o Estado deveria promover a civilização do país, nos moldes europeus.

O problema, entretanto, é que o olhar da nossa intelectualidade era conservador e elitista. Muitos dos intelectuais tinham clara noção da responsabilidade das oligarquias rurais na perpetuação do atraso, mas nem por isso propunham saídas revolucionárias para essa situação, como era comum na época entre intelectuais europeus e americanos [...] Como as elites políticas da Primeira República não se viam como parte desses males – ao alimentarem o mandonismo local dos coronéis e ao não desenvolverem uma política contundente de alfabetização de massas, saneamento básico e estímulo à modernização econômica do país –, acabavam culpando o pobre por sua pobreza [...]⁴¹¹.

Assim, no quadro nacional, a Primeira República não é um período de grande progresso e desenvolvimento. Dificilmente, uma cidade do interior de Goiás seria diferente do contexto da Primeira República, como os historiadores públicos locais fazem crer em seus textos. Ao contrário, esses autores ignoram os problemas sociais que grassavam a sociedade de então, servindo aos interesses da elite local, como os intelectuais dos primeiros anos do século XX serviram.

A própria lógica do desenvolvimento de Goiás se mostra muito mais voltada para a relação do Estado com o Sudeste do Brasil, onde se encontram os estados de Minas Gerais, São Paulo e a capital federal, o Rio de Janeiro, do que para o Norte do Estado. A própria

⁴¹⁰ OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **Op. Cit.**

⁴¹¹ NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo.** São Paulo: Contexto, 2024. p. 52-53.

denominação dada a Morrinhos, sala de visitas de Goiás aponta isso: a ideia de que a civilização, a modernidade, o avanço econômico e as pessoas vêm do Sul, não Norte.

Ainda permanecendo no campo da posição geográfica, a grande oferta de terras, segundo Barbosa foi um fator decisivo para a vinda de migrantes oriundos de São Paulo para o Estado de Goiás:

Além de grande, o município era (é) composto de terras planas e férteis, rico manancial hidrográfico, ótimo clima, bem centralizado geograficamente, com estradas regulares (naquela época, hoje todas são asfaltadas) ligando as principais cidades do Estado de Goiás e do País. Portanto um belo e promissor local para o desenvolvimento da agricultura e pecuária.⁴¹²

Barbosa dedicou o livro **Os frutos da terra**: história a discutir o desenvolvimento econômico do município de Morrinhos. Uma de suas obras mais recentes, nas páginas desse texto encontra-se um autor mais crítico à política local, ainda que siga tecendo generosos elogios aos políticos do passado. Barbosa aponta que a cidade de Morrinhos, viu o coronelismo se consolidar da mesma forma que outras regiões de Goiás e do Brasil. Outrossim, imperava o espírito da troca de favores e do mandonismo⁴¹³.

Assim, o autor aponta que a agricultura se desenvolveu no município apenas com a chegada de paulistas e gaúchos a partir da década de setenta do século XX. Barbosa ignora que o período coincide com a chamada Revolução Verde e as iniciativas da ditadura civil-militar que governava o país para ocupar o cerrado através da modernização da agricultura e pecuária. De fato, ele apenas cita um programa de eletrificação das propriedades rurais e alguns investimentos pontuais na construção de estradas de rodagem que facilitassem o escoamento da produção que crescia desde então⁴¹⁴.

Marcos Marcelino (et al.) apontam que o município de Morrinhos fez parte do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados). De acordo com os autores, criado na década de 1970, o programa surgiu da necessidade de que o Japão aumentasse os seus fornecedores de grãos, vendo no Brasil um país adequado para esse projeto. Buscava-se, ademais, estimular a produção de alimentos,

⁴¹² BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.** 2020, p. 18.

⁴¹³ Idem, p. 39.

⁴¹⁴ Idem, p. 40.

aumentando a oferta no mundo, sob a égide de se levar desenvolvimento para a região do Cerrado⁴¹⁵.

Esse movimento foi fundamental para a vinda de migrantes do Sul e Sudeste do Brasil que se fixaram no Sudeste e no Sul de Goiás, “trazendo uma nova característica de trabalho e costumes, bem diferentes dos ‘nativos’ do lugar”⁴¹⁶. Com a chegada desses migrantes, houve uma expansão das áreas de produção do Cerrado, provocando a modernização do campo.

Até aqui, percebe-se que a narrativa da história pública local credita à localização estratégica e à presença de políticos empreendedores o desenvolvimento e progresso experimentado pelo município com o passar do tempo. Contudo, um terceiro elemento ainda é apontado como responsável por essa realidade: o espírito empreendedor dos morrinhenses.

Goiás foi ocupado a partir da mineração do século XVIII, quando as jazidas de ouro do rio Vermelho e do Meia Ponte trouxeram grande afluxo de pessoas que buscavam construir fortuna por meio da exploração do mineral. Esse não é o caso de Morrinhos:

Diferentemente da maioria das vilas e povoados surgidos até meados do século XIX, escudados por serras auríferas, rios e ribeirões pródigos no garimpo de aluvião, o município de Morrinhos surgiu do ideal de um mineiro de Santo Antônio do Monte, que se preocupava mais em produzir grãos para o alimento de sua gente, do que dar asas a fantasia humana, que sempre primou pela procura do ouro reluzente e o brilho diamantífero, que sempre foram abundantes nos gerais e cordilheiras dos sertões do Brasil⁴¹⁷.

Esse parágrafo é particularmente revelador. Observa-se aqui a crença de que o espírito fundador de Morrinhos é muito mais dotado de um pragmatismo que garante a sobrevivência e o desenvolvimento de atividades econômicas realmente exequíveis do que palco para o surgimento de atividades cuja exequibilidade e efetividade são altamente questionáveis.

Nessa seara, a ausência de jazidas minerais nos cursos d’água que cortam o município de Morrinhos não é vista como um problema, mas sim como algo positivo, dado que essa característica fez com que os rios da região fossem direcionados para o desenvolvimento de atividades econômicas de produção de alimentos.

Da mesma forma que as atividades minerais não teriam espaço na cidade, originalmente, ela não se mostrava, na visão de Barbosa, vocacionada à industrialização. Essa ausência de

⁴¹⁵ MARCELINO, Marcos Antonio. MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. BORGES, Júlio César Pereira. Reestruturação produtiva do capital no Cerrado: Morrinhos no contexto da modernização do campo em Goiás. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá/GO, v. 5, n. 1, p. 148-172, 2016. p. 164.

⁴¹⁶ Idem, p. 164.

⁴¹⁷ Idem, p. 131.

vocação para a indústria teria conferido, na visão do autor, tenacidade ao espírito dos morrinhenses:

O que era para ser motivo de perda pela ausência de vocação industrial, inicialmente, se tornou numa bênção, porque diante da ausência de altos investimentos na área industrial, o morrinhense teve de se virar e tirar do cultivo da terra toda a riqueza do município, o que fortaleceu ainda mais a têmpera de sua gente, blindando-a, ela e o município, contra as graves crises financeiras do país, dando, muitas vezes, a impressão de que a área territorial de Morrinhos nem faz parte do gigante Brasil, tal a sua maneira de safar-se dos períodos de vacas magras, que atinge o território brasileiro, e isto acontece justamente pelo alto grau de diversificação do uso da terra e mananciais, blindagem que chega também ao comércio e a incipiente indústria, como um todo, fazendo do local, espelho para os vizinhos, tanto na parte de produção comercial/industrial como na parte político-administrativa, o que projeta a urbe de Antônio Corrêa Bueno no cenário regional e goiano, pela sua autodeterminação econômico-administrativa.⁴¹⁸

Portanto, o terceiro elemento que explica o alardeado protagonismo econômico da cidade seria a tenacidade do povo. Isso foi moldado pela demora da urbe em se industrializar, fazendo com que, antes da indústria, a cidade se desenvolvesse por outras atividades econômicas. Apenas nos anos 1990, surgiram fábricas e indústrias no município empregando dezenas de pessoas, a maioria delas, ligadas ao agronegócio (processamento de leite, conservas alimentícias e cana-de-açúcar, principalmente).

Para Barbosa, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi fundamental para o desenvolvimento da cidade de Morrinhos, uma vez que a construção da BR-153 (originalmente, BR-14) coroou um processo iniciado pela edificação da nova capital de Goiás, Goiânia (inaugurada em 1933) e completada com a inauguração de Brasília em 1960. Tais obras trouxeram grandes investimentos para a região do Brasil Central, fomentando o comércio e o setor de serviços de Morrinhos⁴¹⁹.

O progresso da cidade de Morrinhos ainda foi mensurado pelo advento de pessoas oriundas de outras regiões e de outros países para viverem e trabalharem no município. Barbosa produziu uma obra para discutir a imigração para a cidade de Morrinhos, **Imigração: quem acolhe, colhe**.

Nesse livro, a cidade de Morrinhos emerge como uma terra hospitaleira, aberta para pessoas de todas as nacionalidades:

⁴¹⁸ Idem, p. 134.

⁴¹⁹ Idem, p. 150.

A cidade de Morrinhos, que sempre foi berço amigo e hospitaleiro, que sempre acolheu com respeito e simpatia o imigrante interno e externo, personagem este que se tornou símbolo do desenvolvimento comercial, social e político, sempre acreditando e valorizando a cidadania, esforçando para oferecer o melhor espaço possível para o crescimento humano, intelectual e profissional, sabendo que seu novo hóspede, estranho e arredo, logo se tornaria filho e contribuiria significativamente para o progresso, chegando mesmo a ser valioso fator de riqueza para a cidade e o município como um todo.⁴²⁰

Em sua obra, Barbosa cita 21 famílias que vieram em sua maioria do Líbano para a cidade de Morrinhos e aqui se tornaram pessoas de relevo no município. Além de sírio-libaneses, há italianos, alemães, russos e portugueses que se fixaram na cidade a partir de 1848 e continuaram vindo até as primeiras décadas do século XX.

A leitura do livro de Barbosa nos faz crer que não havia casos de xenofobia na cidade de Morrinhos, mesmo com os que vieram de países árabes. As dificuldades relatadas pelo autor, porém, parecem mais triviais: dificuldades com a língua e com os costumes locais, não com a falta de receptividade da população local.

Em todo caso, a vinda de imigrantes para o município de Morrinhos concorre, na narrativa do historiador público local para a ideia de que a cidade é vocacionada ao progresso, a ponto de atrair para si pessoas dotadas de tino comercial e empreendedor, capazes de dinamizar o desenvolvimento da urbe.

Contudo, a escrita do progresso não vem dissociada de seu vetor contrário, a decadência. A cidade de Morrinhos experimentou ao menos dois períodos de decadência, de acordo com os historiadores públicos locais. O primeiro se dá com a Revolução de 1909, quando o grupo político liderado por José Xavier de Almeida foi afastado do poder, impedindo a posse do governador eleito, Hermenegildo Lopes de Moraes Filho. Tal período teve uma curta duração, pois em 1917, os Lopes de Moraes firmaram uma aliança com o grupo dos Caiado, conseguindo fazer de Hermenegildo Lopes de Moraes deputado federal.

Contudo, o grande período de decadência veio a partir da década de 1930:

Até os anos de 1930, era a cidade que mais crescia em termos populacionais. Sendo também a urbe goiana que dava as cartas na política estadual. Tal hegemonia foi perdida, após a Revolução de 1930, conservando, porém, a liderança regional. Depois de um período de estagnação, principalmente na área econômica e populacional, o município voltou a crescer, a partir dos anos de 1980.⁴²¹

⁴²⁰ BARBOSA, José Afonso. **Imigração: Quem acolhe, colhe.** Goiânia: Kelps, 2018, p. 13.

⁴²¹ Idem. p. 167.

Essa estagnação referida por Barbosa não se refletia no campo da política, no qual a cidade seguia tendo relativo relevo. Contudo, em termos populacionais e econômicos, Morrinhos deixava de ser uma cidade atrativa. O autor não se debruça nas causas que levaram a essa estagnação, nem explica claramente os critérios que o levaram a situar em 1930 o início da decadência morrinhense, contudo, algumas hipóteses podem ser levantadas.

A posição geográfica de Morrinhos sempre foi levantada como fator decisivo para a sua vocação ao progresso e ao desenvolvimento. Contudo, a proximidade com a nova capital goiana e mesmo nacional pode ter tido uma consequência negativa. Ora, Morrinhos dista a aproximadamente 130 km de Goiânia, uma distância que pode ser percorrida de carro em menos de duas horas. Até Brasília, a distância sobe para 330 km, percorríveis em menos de quatro horas.

Ora, à medida que Goiânia crescia e se consolidava, Morrinhos perdia espaço como polo de decisões da região sul. Isso parece igualmente válido para o caso de Brasília, cuja construção mudou a lógica da comunicação entre o poder central, agora situado ao norte da cidade. Lembrese de que, pouco após a inauguração da cidade, ocorreu um golpe de Estado que colocou em marcha um projeto de ocupação do Centro-Oeste e do Norte do Brasil que avançava sobre as regiões menos povoadas (pela sociedade nacional). Da mesma forma, como dito, na década de 1970, o PRODECER surgiu para se garantir a ocupação do Sul e Sudeste goiano.

Ainda assim, a cidade de Morrinhos seguia tendo importantes quadros na política estadual, elegendo deputados estaduais, federais e eventualmente, governadores. Todavia, o cenário mudou a partir da década de 1980, na visão de Barbosa.

Só que ato contínuo, a cidade foi perdendo prestígio político na região chegando ao ponto de hoje não termos nenhum representante genuinamente morrinhense na Assembleia Legislativa de Goiás, nem na Câmara Federal, o que sempre tivemos com abundância, principalmente na Assembleia Legislativa. Houve uma época que Goiás foi chamado de “A República de Morrinhos”, porque nossos políticos dominavam todos os poderes do Estado. Isto dá bem a ideia da grande importância que sempre teve o nosso município⁴²².

Apesar do crescimento populacional de Morrinhos, a urbe não acompanhou o ritmo de outras localidades da região e do Estado de Goiás. Outrora maior cidade do Sul de Goiás, hoje

⁴²² Idem. p. 167-168. A época a que faz menção o historiador público local é o ano de 1998, quando, por uma semana os cargos de governador de Goiás, o presidente da Assembleia Legislativa, o prefeito de Goiânia e o presidente da Câmara Municipal da capital do Estado foram ocupados por políticos da cidade de Morrinhos. Essa expressão aparece em várias obras de José Afonso Barbosa.

Morrinhos é somente a terceira maior, ficando atrás de Itumbiara e Caldas Novas. Essa realidade ajuda a explicar a perda de relevância política do município no contexto do estado.

Definir o conceito de decadência não é simples. Para o historiador francês Jacques Le Goff, este é um dos conceitos menos claros da história. A própria gênese do vocábulo é de difícil mapeamento. “Parece não ter existido nem em grego, nem latim, para nos restringirmos ao Ocidente, equivalente do que mais tarde irá significar a palavra decadência, embora se concorde em atribuir a invenção deste conceito aos historiadores e pensadores da Antiguidade greco-romana⁴²³”.

Tanto o é que, para Le Goff, na própria Antiguidade não havia um conceito válido para se contrapor ao de decadência, dada que a própria ideia de progresso ainda não era claramente definida. Na Idade Média, o conceito ganhou forte conotação religiosa, sobretudo à medida que a cosmovisão cristã se tornava central, quando a partir do século XIII, a necessidade de uma Reforma da Igreja se tornava mais patente no discurso de inquisidores e reformadores⁴²⁴.

A despeito disso, Le Goff rejeita a ideia de que o conceito de decadência surgiu para se contrapor diretamente ao de progresso, conforme o último foi estabelecido pelos iluministas. “Decadência situou-se sempre numa leitura vertical da História, de cima para baixo, enquanto progresso se situa numa leitura horizontal, orientada para frente”⁴²⁵.

A preocupação do historiador francês é que com o termo decadência se tornou banal na comunidade de historiadores, sendo um instrumento de leitura da História, o que torna fundamental os estudos acerca do conceito. Por ser uma noção tão recorrente na academia, a ideia de decadência se mostra difusa em várias discussões (desde os debates sobre economia, passando pela moral, religião e demais aspectos da vida humana), chegando, por consequência, a influenciar a própria concepção de tempo:

A decadência é uma fase necessária para a renovação. [...] Nos casos de crença numa Idade de Ouro primitiva e no enfraquecimento contínuo, ou de uma civilização, assiste-se a um fenômeno de inversão. Há ainda a procura da regeneração, e desta vez não se trata de iniciar um novo ciclo, mas de voltar atrás no tempo por um retorno ao estado selvagem [...]. Dever-se-á procurar melhor os laços entre a utilização do conceito de decadência e a crença num tempo mágico, cíclico ou invertido.

Em qualquer dos casos, as teorias da decadência parecem assentar numa explicação mágica, mais ou menos consciente, do universo e da história.⁴²⁶

⁴²³ LE GOFF, Jacques. **Op. Cit.**, p. 343.

⁴²⁴ *Idem*, p. 345.

⁴²⁵ *Ibidem*.

⁴²⁶ *Idem*, p. 377.

Esse desejo de voltar ao passado se mostra presente na pena de alguns historiadores públicos locais. Perceba-se, porém, que, a decadência lamentada por Barbosa não significa uma decadência econômica. A partir de 1980, a cidade cresceu, ganhou indústrias de grande porte, instituições de ensino superior e chegou à década de 2020 com uma população que ultrapassa os 50 mil habitantes. Se se tomar a ideia clássica de desenvolvimento e progresso, poder-se-ia dizer que esse seja o período de maior crescimento da cidade.

Em Morrinhos, a decadência da cidade assume a forma de ostracismo político, à medida que a cidade que fora centro do poder e da tomada de decisão de Goiás fica, cada vez menos representada no cenário regional. Por isso, grande parte das páginas escritas pelos historiadores públicos morrinhenses se voltam para o começo do século XX, quando a cidade atingiu o ápice de sua influência no estado de Goiás. Mesmo com pesquisas recentes, como as realizadas pelos professores Miriam Fábria Alves⁴²⁷ e Júlio Cesar Meira⁴²⁸ colocando em xeque a visão de uma cidade progressista e em franco desenvolvimento, esse foi o período de maior prestígio do município nas instâncias de poder.

A própria ideia de decadência como conceito explicativo da história é alvo de questionamentos, conforme aludiu Jacques Le Goff. Sobretudo porque se trata de um conceito subjetivo. Mesmo entre os historiadores que tentaram limitar o conceito a apenas alguns aspectos da história, a ideia da decadência não deixa de ser problemática, dado que ela pode ser manipulada para fins ideológicos⁴²⁹.

O uso do conceito de decadência, para Le Goff está a serviço de tipos de história profundamente desacreditados na comunidade acadêmica contemporânea, como a história política, a história linear ou cíclica, a história catastrófica, feitas a partir de uma vaga noção de civilização⁴³⁰.

Ainda assim, o progresso se tornou uma marca constitutiva do discurso sobre o qual se assenta a historiografia produzida pelos historiadores públicos locais, ao mesmo tempo que a decadência na cidade assume a forma de ostracismo político, à medida de que outras cidades no Estado assumiram o posto de principal eixo econômico e político de Goiás.

A primeira consequência da ideia de progresso como vocação de Morrinhos é que os historiadores públicos locais deixam de debater elementos importantes da história local, como

⁴²⁷ ALVES, Miriam Fabia. **Política e Escolarização em Goiás-Morrinhos** na Primeira República. Belo Horizonte, 2007. Tese de Doutorado em Educação. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, 2007, 209f.

⁴²⁸ MEIRA, Júlio Cesar. **Reforma Reformulação Urbana no Brasil do Século XX: Análise dos Discursos de Progresso e Modernização em um Município do Sul de Goiás**. Curitiba: CRV, 2019.

⁴²⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7ª ed. Campinas: UNICAMP, 2013. p. 377-378.

⁴³⁰ Idem, p. 379.

os motivos que levaram o município à decadência, à medida que cidades da região como Caldas Novas e Itumbiara apresentavam maiores índices de crescimento. A própria matriz econômica local não é, assim, colocada em discussão, sendo louvada pelos escritores locais por suas potencialidades.

Questões como a desigualdade social e a invisibilidade dos trabalhadores locais não são colocadas em voga, ao contrário, os historiadores públicos locais preferiram reforçar a localização do município e a presença de organismos estaduais e federais como sinais de que a cidade foi o centro do desenvolvimento do Sul de Goiás.

Certos marcos como o acesso da cidade à água ou à eletricidade são, como visto, comentados pelos historiadores públicos locais. Isso, porém não ocorreu graças a projetos públicos de acesso de serviços básicos à população, mas sim pela ação individual da elite pública local. A ausência de projetos de infraestrutura urbana é mascarada na história escrita dos autores por essas ações individuais que reforçam a imagem de uma cidade conduzida por supostos líderes progressistas-desenvolvimentistas.

Faltam nesses trabalhos discussões sobre a renda, a natureza da matriz econômica local e as razões que levaram a cidade de Morrinhos a perder protagonismo para outras cidades da região e do próprio estado de Goiás. Até pela própria natureza da escrita dos autores e da história pública que se desenvolveu localmente, percebe-se a falta de pressupostos teóricos e metodológicos e uma análise documental mais aprofundada.

Trabalhadores, mulheres, desempregados, negros não se fazem presentes no ideal de progresso veiculado por esses autores. Essa visão positivista, portanto, exclui um grande contingente de pessoas que não necessariamente se dedicaram ao empreendedorismo. A economia informal, produções artesanais, agricultura de subsistência são temas que simplesmente não existem nos livros analisados, que preferem o enfoque num modelo industrial de desenvolvimento econômico.

Como ocorreu no eixo política, o eixo progresso dessa tríade acabou sendo mais um vetor pelo qual os historiadores públicos locais vocalizam um pensamento conservador, alinhado aos interesses da elite local. Por um lado, essa elite é vista como garantia do desenvolvimento e progresso econômico local, sem questionamentos acerca da desigualdade econômica existente.

Em paralelo, essa visão positivista de progresso, aparenta isentar os autores locais de se questionarem a ausência de políticas públicas de Estado para um desenvolvimento econômico mais justo e inclusivo. Não são oferecidas explicações para os problemas e desafios da cidade

que prefere insistir na ideia de que a localização geográfica do município é, por si, capaz de gerar seu desenvolvimento.

No discurso dos historiadores locais, além do conservadorismo e do vínculo com os interesses das elites, observa-se uma eficiente estratégia. Ela consiste em não se aprofundar na falta de intervenção do poder público em questões como saneamento e serviços públicos, e no incentivo à atividade e diversidade econômica da cidade.

A tríade da história morrinhense é fechada pela educação-cultura. Como se observará a seguir, também há questões que precisam ser colocadas sobre a forma como a história pública local da cidade lida com as questões ligadas à educação e à cultura.

3.4 EDUCAÇÃO-CULTURA

O terceiro elemento do tripé sobre o qual se assenta a identidade morrinhense é o binômio educação e cultura, marcas indelévels de uma cidade vocacionada ao papel de liderança do Sul de Goiás. Morrinhos é uma das cidades goianas que disputam o título de Atenas de Goiás, atrelando o seu período de progresso ao advento e à afirmação de práticas educacionais locais.

O epônimo Atenas de Goiás é um dos grandes indicativos de como o eixo educação-cultura é importante na historiografia local do município. Não se encontra, porém, em nenhum dos historiadores públicos locais em que momento a cidade passou a ser conhecida por essa alcunha:

Não se pode precisar quando Morrinhos recebeu a denominação de Atenas de Goiás. Pode-se, entretanto, dizer que o título lhe foi dado pelo que ela representou, na primeira metade deste século, na história da cultura e da política deste Estado, mormente no Sul. Jovens estudando fora, trazendo para a cidade livros e livros que passavam depois de mão em mão serviam de temas de debate em reuniões alegres e boêmias. O cultivo da oratória, das declamações e da arte dramática. O hábito da assistência aos juris para ouvir as defesas eloquentes e eruditas do doutor Pedro Nunes da Silva Filho, um dos grandes luminares do direito em Goiás. O quadro de líderes políticos cultos tanto na esfera municipal quanto estadual ou federal: Intendentes, Deputados, Presidentes, Senador. A abertura de escolas para a formação dos jovens do Município e das cidades vizinhas, que para aqui acorriam⁴³¹.

⁴³¹ FONTES, Zilda Diniz. **Op. Cit.**, p. 125.

Fontes assegura que boa parte dos letrados do município não chegaram a publicar suas obras e os que fizeram, muitas vezes se limitaram a jornais e revistas de grandes centros urbanos, o que tornou a pesquisa empreendida pela autora mais difícil e talvez pouco frutífera.

A ideia da Atenas de Goiás⁴³², entretanto, serviu como negação ou mesmo encobrimento do passado e mesmo do presente rural do município, buscando se associar a cidade à pólis grega. É o que sugere Júlio Cesar Meira, mostrando que a Atenas de Goiás foi o período em que o coronel Hermenegildo e sua parentela dominavam a cidade social, econômica e politicamente. Os jovens que estudaram fora eram os Lopes de Moraes e seus associados⁴³³.

Apesar de não poder ser datável, o fato é que a Atenas de Goiás persiste no imaginário local de Morrinhos e foi cristalizado em sua memória oficial e na historiografia pública local. Na visão de muitos dos que se dedicaram a escrever sobre Morrinhos, a cidade era um oásis de cultura e educação no suposto deserto que seria Goiás. No próximo capítulo, observar-se-á que essa visão não era consensual.

Maria Lúcia Fonseca, em sua pesquisa para o mestrado em História na Universidade Federal de Goiás, investigou as relações de mandonismo e coronelismo de 1889 a 1930. Conforme se observa em sua dissertação, o acesso à educação era de fato restrito à elite, que via na formação superior de seus descendentes, parte do projeto de domínio e concentração do poder estadual⁴³⁴.

O trabalho de Silva (irmã da já citada Fontes), professora e promotora das artes na cidade de Morrinhos é ilustrativo do papel da educação localmente. Para tanto, ela escreveu **Escola: Célula importante da educação**, uma obra dedicada a pensar a história da educação no município.

Desde o humilde professor de roça ao portador de diploma universitário, uma longa história existe para registrar os feitos daqueles que contribuem para o desenvolvimento e o crescimento de uma cidade. Morrinhos, que recebeu do passado uma herança cultural sólida, tornando-se portadora de títulos enaltecedores, tendo sua condição de cidade ligada à criação de uma Escola, possui também longa lista dos que se dedicaram a ensinar e muitos a educar com amor.⁴³⁵

⁴³² O discurso de que Morrinhos é uma espécie de capital intelectual ou cultural da região é não exclusivo. Na realidade, muitas cidades do interior do Brasil, em especial aquelas que acabaram tendo sua importância suplantada pelo desenvolvimento de outros núcleos urbanos, acabam sustentando discursos similares.

⁴³³ MEIRA, Júlio César. **Op. Cit.**, p. 135-136.

⁴³⁴ FONSECA, Maria Lúcia. **Coronelismo e Mandonismo local** – Morrinhos (1889/1930). 1997. 212 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1997., p. 105-108.

⁴³⁵ SILVA, Nilza Diniz. **Escola: Célula Importante da Educação**. Goiânia, Kelps, 1995, p. 17.

A autora cita a pesquisa da própria irmã que situa a elevação de Morrinhos da condição de vila à cidade a partir da fundação de uma escola, algo feito, como visto, sob o patrocínio do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes. Silva lamenta, contudo, que não haja anotações acerca do primeiro professor da instituição de ensino.

Conforme Fonseca, o primeiro grupo escolar do município surgiu devido às questões legais, dado que a Resolução 517 de 1874, que elevava o povoado à cidade exigia a existência de uma escola pública de primeiras letras para o sexo masculino, o que só foi cumprido em 1887, a partir da doação do coronel Hermenegildo de duas casas para a instalação de uma escola para ambos os sexos⁴³⁶.

Antes do primeiro grupo escolar da cidade, batizado de Coronel Pedro Nunes, Silva aponta que as primeiras escolas a atuarem no município eram mantidas por professores diletantes, muitos dos quais careciam de formação adequada para o exercício do magistério: “Os primeiros habitantes, ao se fixarem no local, determinaram a vinda de outras famílias e com elas vieram pessoas que possuíam alguma instrução que, no decorrer dos dias e dos anos, foi passada adiante, surgindo então as primeiras Escolas”⁴³⁷.

Fonseca cita em seu trabalho uma série de dificuldades que afastavam os alunos em potencial das escolas em Goiás durante a Primeira República, sendo particularmente sensível à ausência de recursos e às longas distâncias enfrentadas pelos alunos. De tal sorte que, na pesquisa da autora, no quarto bimestre de 1890, apenas uma aluna num universo de 54, frequentou a escola em todos os 61 dias letivos (Amélia Augusta Lopes de Moraes, a filha do coronel Hermenegildo). Mesmo descendentes da elite local chegavam a ter um alto índice de faltas, como o Pedro Nunes da Silva Filho, que no mesmo período acumulou 30 dias de faltas. Em geral, a autora afirma que as faltas eram justificadas⁴³⁸.

Voltando à historiadora pública local Nilza Diniz Silva, após abordar divergências entre os historiadores públicos locais acerca dos professores pioneiros de Morrinhos, ela se dedicou a analisar a atuação dos primeiros educadores do município, servindo-se de documentações diversas, como recortes de matérias jornalísticas ou mesmo de depoimentos de pessoas que foram alunas ou que tiveram algum contato com tais profissionais do ensino.

Na escrita de Silva, encontra-se uma preocupação com uma pedagogia ancorada em princípios tidos por ela como humanistas. Assim, é possível perceber inúmeras referências a Paulo Freire e à necessidade de uma educação calcada no amor aos alunos. Ao mesmo tempo,

⁴³⁶ FONSECA, Maria Lúcia. **Op. Cit.**, p. 80.

⁴³⁷ SILVA, Nilza Diniz. **Op. Cit.**, p. 22.

⁴³⁸ FONSECA, Maria Lúcia. **Op. Cit.**, p. 83-84.

Silva não ignora que o acesso à educação no começo do século XX em Morrinhos não se dava de forma igualitária, vendo-se fortemente o peso da desigualdade social e de gênero:

De acordo com o texto de Ellen Carneiro, verifica-se que só os rapazes de famílias abastadas diplomavam-se em cursos superiores nos grandes centros. A mulher podia, quando muito, fazer o Curso Normal fora, se a família tivesse condições financeiras para custear seus estudos. Mas o começo, as primeiras letras, eram feitas em Morrinhos, com professores de Escolas particulares.⁴³⁹

Nota-se, portanto, que apesar de Morrinhos orgulhar-se de ser uma cidade em que a educação e o acesso ao conhecimento são marcas do município, os historiadores públicos locais não conseguem eclipsar o fato de que por aqui, como em outras regiões do país no período, o acesso à formação era restrito a uma parcela da elite local.

Seguindo nesse período em que o ensino na cidade ocorria de maneira informal, a partir da iniciativa de particulares e não de um programa pedagógico estruturado pelo Estado, a leitura da obra de Silva leva à inferência de que a educação oferecida por esses professores diletantes não tinha diretrizes tangíveis ao mesmo passo que gozavam de ampla autonomia de ensino. Observa-se o relato acerca do professor José Doca, autodidata que se tornara professor para transmitir aquilo que aprendera em seus estudos pessoais.

Carente de formação didático-pedagógica, sem qualquer espécie de apoio, seja material, de coordenação ou supervisão, o professor itinerante era plenipotenciário. Sendo inquestionados seus métodos, reservando-se o direito, inclusive, de infringir a seus alunos castigos físicos (uso da palmatória), se ele julgasse necessário. O conteúdo programático também era arbitrado por ele, e visava atender às necessidades mínimas da parte interessada. Devido à absoluta heterogeneidade da classe, sob todos os aspectos, desde sexo, faixa etária, grau de escolaridade, nível socioeconômico (*sic*), visto que na mesma classe e mesmo turno, estavam os filhos dos fazendeiros, dos empregados e agregados da fazenda, bem como filhos do próprio professor; além das diferenças individuais, o que terminava por exigir um ensino personalizado.⁴⁴⁰

O próprio salário desses professores era pago por fazendeiros que mantinham as escolas nas propriedades ou na região deles. Em alguns casos, a Secretaria de Educação do Estado chegava a complementar a renda dos educadores. Apesar dos desafios encontrados por esses profissionais, Silva lamenta o ostracismo a que foram condenados esses professores na história do município, uma vez que poucos deles são lembrados.

⁴³⁹ Idem, p. 40.

⁴⁴⁰ Idem, p. 43.

Esses apontamentos sugerem uma aproximação da situação observada em Morrinhos com aquela descrita por Clarice Nunes acerca do Rio de Janeiro do começo do século XX: “Nessa perspectiva, a elite carioca defendia um projeto repartido da educação, cujos alvos eram, de um lado, ela própria e, de outro, as classes populares”⁴⁴¹. O projeto educacional das elites para a camada pobre preconizava os hábitos e atitudes essencialmente higienistas, como forma de se padronizar os comportamentos que se buscavam afirmar. Seja no Rio de Janeiro, seja em Morrinhos, os castigos físicos eram comuns no processo pedagógico de então.

Se em Morrinhos apenas a elite conseguia acesso ao ensino superior ou a uma proposta pedagógica mais estruturada, a situação até a década de 1920 não era muito distinta na Capital Federal de então. Prevalciam escolas de ensino primário isoladas, a maioria pequenas escolas que funcionavam sob a regência de um único professor⁴⁴². Trata-se de um quadro muito semelhante ao que foi encontrado na cidade de Morrinhos da época.

No mesmo período em que o ensino começou a ser homogeneizado no então Distrito Federal, Morrinhos viu formar-se em seu território a primeira escola, o já referido Grupo Escolar Coronel Pedro Nunes, criado graças a recursos advindos do governo de Minas Gerais, após pedidos do coronel Fernando Barbosa, como já destacado.

A partir daí, Silva segue narrando o processo de formação das escolas do município de Morrinhos. Na sua escrita, há uma preocupação evidente em resgatar o passado dos grandes educadores da cidade. Mesmo enfrentando dificuldades regionais, financeiras e falta de apoio institucional, o ensino fundamental, médio e superior prosperou na cidade.

Conforme apontado por vários historiadores acadêmicos, o acesso à educação em Morrinhos era destinado a uma pequena elite. Da mesma forma, pode-se pensar a vida cultural da cidade. Da mesma forma, manifestações culturais como o teatro eram produzidas para a elite local.

A memória oficial e a história feita pelo público morrinhense foram construídas sobre a representação de uma cidade quase que cosmopolita, que ofereceria a seus moradores construções de grande qualidade, infraestrutura destacada e espaços de lazer e cultura impensáveis em outras localidades de porte similar no Estado àquela altura. Nessa identidade construída, os coronéis eram tidos como homens que souberam impulsionar o desenvolvimento, usando do poder político que detinham como forma de impulsionar o desenvolvimento da

⁴⁴¹ NUNES, Clarice. A Escola Reinventa a cidade. In: HERSCHMANN, Micael M. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 180-201., p. 184.

⁴⁴² Idem, p. 188.

cidade em todas as esferas da vida e nos campos da política, do progresso material/capitalista e da educação-cultura⁴⁴³.

De fato, conforme é perceptível no relato dos historiadores públicos locais, “nas primeiras décadas republicanas, Morrinhos possuía apenas duas escolas públicas primárias, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, além de escolas particulares. A cidade não contou na Primeira República com outras instituições escolares, como aulas avulsas ou colégio secundário.”⁴⁴⁴. Conforme aponta Miriam Fabia Alves, não se pode ignorar que a instrução que se oferecia na cidade estava à mercê e ao desígnio dos coronéis, sofrendo com as intempéries vindas das turbulências políticas locais.

No campo das artes, Morrinhos também é tomada, pelos historiadores públicos locais, como um lugar de acesso privilegiado. Duas expressões artísticas mereceram maior destaque por parte desses autores, a música e o teatro.

Um dos pioneiros na empreitada de discutir a questão da música no município de Morrinhos foi o maestro Bruno José Vieira, autor de **Morrinhos ao Som da Lira**, obra dedicada a analisar o papel da Lira Santa Cecília, a banda mais antiga da cidade. Esse livro é de tal importância que, na contracapa dele é trazido um comentário da historiadora pública local Fontes: “A partir desse trabalho não será mais lícito ao morrinhense desconhecer a importância da Banda que por tantos anos viveu ligada aos acontecimentos da história desta terra”⁴⁴⁵. Portanto, ao menos para o olhar dos autores locais, a obra em questão é central para se pensar a música na cidade de Morrinhos.

As informações trazidas por Bruno José Vieira, ele mesmo chegou a ser maestro da banda, são entremeadas em causos e histórias envolvendo os primeiros maestros a trabalharem em Morrinhos. “Quanto ao surgimento da primeira Banda de Música de Morrinhos, baseando-se nos fatos ocorridos e relacionados com a nossa urbe em toda a sua vivência, deduz-se que tenha sido criada no início da década de 1860.”⁴⁴⁶

Uma questão central, à qual o autor não responde é se a Banda de Morrinhos foi a primeira ou não da região. Para fugir da polêmica, à qual ele demonstra não ter elementos que suportem uma afirmativa mais clara, Bruno José Vieira preferiu dar o enfoque à popularidade que a banda gozava na região:

⁴⁴³ ALVES, Miriam Fabia. **Op. Cit.**, p. 149.

⁴⁴⁴ Idem, p. 150.

⁴⁴⁵ VIERA, Bruno José. **Morrinhos ao Som da Lira**. s/l: s/e, 1981.

⁴⁴⁶ Idem, p. 25.

Primeira Banda ou não da região, é certo porém que a nossa Banda desfrutava de uma grande fama que transcendia as fronteiras da cidade. Por isso, ela era solicitada sempre para participar nas festividades de cidades vizinhas, chegando até ir mais além, quando, certa feita, tocara numa das tradicionais festas do Divino Pai Eterno, que, desde tempos remotos, se realizam todos os anos em Trindade. A viagem longa e cansativa, foi realizada a cavalo, sendo os instrumentos transportados em carro-de-boi. Embora as viagens nessa época fossem penosas para os músicos, o entranhado amor à arte e o prazer de tocar compensavam todos os seus sacrifícios⁴⁴⁷.

Fundamental para Bruno José Vieira, portanto, é reconhecer que a Banda de Morrinhos era ao mesmo tempo, sinal de que a cidade conservava uma vida cultural rica, ativa e movimentada, ao mesmo passo que se tornara um produto cultural de exportação para a região, uma forma de fazer o município reconhecido pelo Estado.

O estranhado amor citado pelo autor, que levava os músicos a penosos sacrifícios, em nome de apresentações em locais importantes, como a Festa do Divino Pai Eterno emerge como signo de moradores abnegados e devotados às artes e à cultura, não medindo esforços e distâncias para tanto. Entre os causos narrados por Bruno José Vieira, envolvendo a banda, pode-se supor que ela era bem quista pelos coronéis e políticos da região, como no fato de que, na cidade vizinha de Caldas Novas, a banda fazia as refeições na casa do Coronel Bento de Godoy⁴⁴⁸.

E de fato, **Morrinhos ao Som da Lira** corrobora a tese de que o binômio educação-cultura não está dissociado da política ou dos discursos de progresso na cidade. A já citada Revolução de 1909 teve consequências práticas na vida e organização da banda de música local:

Em 1909, a Banda sofre uma mutação que poderia gerar consequências imprevisíveis para a sua sobrevivência. Trata-se do seguinte: Uma recente reviravolta na política estadual que se fizera contrária ao partido do governo, até então dominante em Morrinhos, vem mudar a fisionomia da política local. O governo Estadual nomeia o cidadão Annibal Franklin Mascarenhas, que na época era membro do Conselho Municipal, para o cargo de Chefe de Polícia desta cidade [...]. Além disso, assumira ele o cargo predisposto a fazer valer sua autoridade como Chefe de Polícia, mantendo uma política austera e intolerante, alheia a um possível entendimento entre o partido do governo e o da oposição. Em vista disso, para os opositores não haveria outra alternativa senão receber, de mau grado, a mudança que se processara na política municipal. Começaram então a surgir os desentendimentos com provocações de ambas as partes. Cirilo Cardoso de Almeida, Intendente Municipal, portanto correligionário político de Annibal Mascarenhas, resolve criar, ostensivamente, outra Banda de Música, que seria mantida pelo governo municipal. Para sua regência foi designado o maestro Lúcio, que abandona

⁴⁴⁷ Idem, p. 39.

⁴⁴⁸ Ibidem.

então a sua antiga Banda. Sendo funcionário público na época, viu-se obrigado a atender à solicitação⁴⁴⁹.

Assim, Morrinhos passou a conviver com duas bandas de música na cidade, o que acabava gerando atritos e animosidade entre ambas, dado que cada uma estava ligada a um dos grupos políticos que disputavam a hegemonia local. Enquanto o primeiro grupo musical do município ficou conhecida como antiga banda ou “Chaleira”, a nova, fundada sob os auspícios da intendência municipal, passara a se chamar Banda Democrata. Bruno José Vieira chega a citar que, quando um dos grupos aprendia uma música primeiro do que o outro, isso gerava conflito entre os dois grupos de músicos.

[...] a antiga Banda aprendeu a marcha ‘Margarida’ primeiro do que a Banda Democrata. Então a inédita música é executada em primeira audição pela Banda tradicional, nas ruas da cidade, para surpresa e ira dos adversários. Com isso, os ânimos tornaram-se exaltados entre as duas correntes partidárias. Propalava-se até que Anibal Mascarenhas teria dado ordem aos seus policiais para prenderem ou mesmo surrarem os músicos da ‘Chaleira’, assim que ela saísse tocando pelas ruas da cidade.⁴⁵⁰

Apesar de Bruno José Vieira relatar que não houve um confronto físico direto entre os membros dos dois grupos musicais, o chefe de polícia, Aníbal Franklin Mascarenhas chegou a decretar toque de recolher a partir das 21h30min e proibiu serenatas na cidade. Assim, fica patente que a banda, ou melhor, as bandas eram instrumentos políticos nas mãos dos grupos que se antagonizavam no começo do século XX pelo domínio da cidade de Morrinhos. Com o assassinato de Mascarenhas, a Banda Democrata foi perdendo importância, até ser dissolvida, após o falecimento do seu regente, Mestre Lúcio.

Aqui, é preciso que se faça uma observação. Bruno José Vieira foi regente da primeira Banda de Morrinhos, assumindo um cargo que era do pai dele, o Maestro Vicente José Vieira (que também dá nome a uma rua na parte central da cidade). “Me considerava um menino de sorte, pois, não perdia um espetáculo [*de circo*] sequer, uma vez que, entrando com papai, ‘mestre’ da Banda, não precisava pagar ingresso. Mais tarde, eu já tocava, fazendo harmonia.”. Portanto, não se pode perder de vista, que Bruno José Vieira narrou uma história da qual ele era partícipe⁴⁵¹.

O autor narra a história de vários circos que passaram por Morrinhos e que ele pôde acompanhar os espetáculos, seja por ter um pai influente na cidade (e que tocava nas exposições

⁴⁴⁹ Idem, p. 41-42.

⁴⁵⁰ Idem, p. 43.

⁴⁵¹ Idem, p. 61.

circenses junto com a banda), seja quando ele próprio passou a integrar a banda. Bruno José Vieira, não poupa adjetivos para descrever a relação do pai com a música e com a própria sociedade morrinhense:

Ele amava a música, quero crer, com a mesma intensidade com que amava a sua esposa e os seus filhos, apenas de maneira diferente, é claro. Foi uma pessoa simples, porém muito alegre e comunicativa, por isso todos os conheciam e dele gostavam, mesmo aqueles que residiam no município onde era bastante popular. Também a sua calma impressionante era notória, e às vezes, alguém disso se aproveitava, em confiança, para fazer brincadeira qualquer⁴⁵².

O homem sereno, calmo e simples, descrito por Bruno José Vieira chegou a exercer o cargo de Juiz Distrital da comarca. Assim, o maestro também teve de dirimir conflitos e problemas na região nos arredores de Morrinhos, que ficavam sob jurisdição da referida comarca⁴⁵³.

Marcos Napolitano entende que durante a Primeira República, havia uma elite intelectual que tinha dificuldades em incorporar as manifestações culturais populares como base para uma identidade nacional compartilhada e legitimada. Todavia, “no período que vai desde o início da República até 1920, cresceu entre os intelectuais a valorização do folclore rural juntamente com a busca (um tanto esquemática) por identificar ‘os tipos populares brasileiros autênticos’⁴⁵⁴. Em Morrinhos, esse movimento ocorreu de forma tardia. Nos trabalhos avaliados nesta tese, observou-se como o tipo cultural popular morrinhense autêntico é católico, sertanejo e rural (o que explica o interesse por manifestações culturais como as folias, catira e outros).

Fica clara a relação entre as bandas de música e a política local, sendo elos indissociáveis na corrente que marca a formação da identidade morrinhense, a partir da ótica dos historiadores públicos locais. Se as bandas de música emergiram intimamente ligadas ao poder público, as Folias de Reis e de outros santos seguem um curso diferente, surgiram como manifestações da cultura popular local, mas em algum momento, se encontraram com o poder local.

A despeito do inegável caráter popular que marca o surgimento e manutenção das folias em Morrinhos, não se pode negar os vínculos institucionais que essas manifestações culturais têm no município. Boa parte delas só ocorre graças à intervenção de instituições que garantem os recursos materiais ou humanos para a realização. Por exemplo, é o caso de algumas das folias que ocorrem sob patrocínio da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, se constituindo também

⁴⁵² Idem, p. 70.

⁴⁵³ Idem, p. 75.

⁴⁵⁴ NAPOLITANO, Marcos. **Op. Cit.**, p. 61.

como expressão do catolicismo romano institucionalizado e não somente como parte da religiosidade popular local.

Nesta pesquisa, percebe-se que a ideia de valorização da educação no município de Morrinhos é indissociável da ideia de valorização da cultura. Desta forma, as tradições culturais locais são constantemente evocadas pelos historiadores públicos locais. Como uma cidade centenária que fez do binômio educação-cultura um de seus tripés, Morrinhos orgulha-se fortemente de sua tradição cultural e percebe nelas um importante elemento de coesão social.

Particularmente são objetos de constantes trabalhos acadêmicos as Folias de Reis e de outros santos realizadas na cidade de Morrinhos. Algumas delas, de fato, chegam a ter mais de 100 anos de atuação no município e, a despeito do crescimento e modernização da cidade nos últimos anos, elas seguem sendo ativas e importantes na vida dos morrinhenses. A história pública morrinhense não ignorou o tema, dado que dois livros sobre a temática foram produzidos por historiadores públicos locais.

Em primeiro lugar, encontra-se o trabalho de Sebastião Bento da Silva, autor de **Tradições Morrinhenses: Ensaio literário de cultura tradicional** em 2016. O livro é dividido em três partes. A primeira, que mais diz respeito à presente política, narra a história da folia que percorre as regiões das comunidades Barreiro, Chapadão e Bom Jardim das Flores de Morrinhos, uma folia que já conta com mais de cem anos de tradição.

A segunda parte do livro discute elementos gerais da cultura morrinhense, como danças e músicas populares. Igualmente, são abordados personagens e instituições culturais importantes na história do município de Morrinhos-GO. Finalmente, a última parte é dedicada a casos, histórias de caráter popular, transcritas pelo autor e fazem parte do imaginário local.

Embora o título da obra sugira um ensaio literário, a leitura revela mais uma tentativa de construir uma memória das folias. Não é, de fato, um ensaio literário nos termos estritos. Como abordado no capítulo dedicado a pensar os autores que se debruçam sobre a história de Morrinhos como historiadores públicos locais, percebe-se aqui mais um representante desse gênero historiográfico.

Como ocorre com tantos autores que lidam com a história pública local, Sebastião Bento da Silva assumiu para si a missão de: “[dar] um pontapé inicial na busca do resgate da nossa cultura raiz, que como expressão cultural está um tanto esquecida”⁴⁵⁵. Para o autor, o avanço dos meios de comunicação de massa coloca em risco a preservação dos costumes tradicionais, uma vez que tais costumes têm sido preteridos em nome das “coisas modernas”. Conforme se

⁴⁵⁵ SILVA, Sebastião Bento. *Tradições Morrinhenses: Ensaio literário de cultura tradicional*. Goiânia-GO: Kelps, 2016, p. 7.

perceberá, o autor apresenta uma leitura mais conservadora acerca das tradições culturais que ele pretende preservar com a escrita de seu livro.

O autor explica que a segunda parte do livro, dedicada às diversas manifestações culturais populares morrinhenses nasceu intimamente ligada à primeira. Para ele, orientado por pessoas que o ajudaram na confecção de sua obra, era importante que se valorizassem também os demais costumes tradicionais da roça.

Existem bons livros sobre a folia de reis. Obras literárias de grande peso cultural, escritas por renomados historiadores e folcloristas. Mas os assuntos que enfocamos neste relato, possuem para nós, uma importância especial por serem genuinamente Morrinhenses com suas particularidades locais, que tocam o sentimento da nossa gente. Aliás, toda folia de reis encerra em si, este aspecto da tradição regional. Tivemos a intenção de resgatar a lembrança de um passado que nos fala de fé e de nossos costumes, que certamente serão reconhecidos no futuro.⁴⁵⁶

Assim, percebe-se que a obra ora citada não foi escrita a partir da grande produção intelectual acadêmica que versa sobre as folias. Ao contrário, o escritor demonstra consciência de que se trata de um tema já bastante discutido, entretanto, ao mesmo tempo, ele igualmente aponta que, a despeito de ter muitas folias centenárias, ainda faltam trabalhos que analisem as folias de Morrinhos.

Igualmente, para ele, as folias de Morrinhos compartilham elementos comuns com os costumes das demais cidades goianas, cujas folias já foram alvo de interesse de grandes obras de análise e de divulgação. Entretanto, à medida que o interesse pelo tema cresce em todo o país, o autor defende a necessidade de se refletir sobre as folias locais, como forma de se preservar esse passado, num contexto de transformações culturais.

A escrita de Sebastião Bento da Silva segue o padrão consolidado por outros autores que já foram aqui citados e analisados. Ou seja, um trabalho altamente descritivo, com pouca reflexão crítica. No campo da cultura, o saudosismo se faz presente como elemento central e catalisador do desejo de escrever do autor. Mais que isso, se Morrinhos é uma cidade vocacionada ao progresso, ela também é vocacionada a ser um centro irradiador de cultura.

O potencial cultural de Morrinhos é constantemente citado: “Morrinhos tem um enorme potencial histórico-cultural e por mais que tenhamos avançado muito em sua valorização nos últimos anos, o que é justo e louvável, ainda se faz necessário avançar mais na preservação da nossa identidade cultural”⁴⁵⁷. Seguindo aquilo que se encontra em outros historiadores públicos

⁴⁵⁶ Idem, p. 8.

⁴⁵⁷ Idem, p. 36.

locais, o autor cobra dos gestores públicos por maiores investimentos na preservação do passado e da história da cidade de Morrinhos. Sebastião Bento da Silva o faz sob a égide da necessidade de maiores investimentos na cultura tradicional, quer sejam folias de reis, danças da catira, quadrilha etc.

O autor não deixa, contudo, de questionar as tendências de importar tradições e práticas culturais que não são oriundas da cidade de Morrinhos.

Há em Morrinhos uma tendência de importar valores que nada tem a ver com a nossa tradição cultural. Penso que essa tendência pode, em parte, ser nociva na medida em que vai corroendo a cultura local. Se houver um trabalho de resgate das nossas tradições, Morrinhos poderá ser reconhecida como sendo uma das cidades goianas que mais valoriza sua cultura e seus valores.⁴⁵⁸

O autor ainda se dedica, num breve interlúdio a explicar que não tem nada contra novos padrões culturais que venham a se firmar na cidade, ao contrário, compreende que tais práticas são bem vidas e podem enriquecer a dinâmica cultural do município. Ainda assim, ele atenta para a necessidade de que a cultura local não se perca.

Ao apontar a fé católica como um elemento de união das famílias e comunidade morrinhense o autor retoma ao saudosismo de um tempo idílico na cidade:

Em outros tempos quase todos os devotos eram compadres. Um bom costume que foi sendo seguido por muitos. Batizavam-se os filhos a fim de se tornarem mais amigos. E este bom costume era mais frequente nos meios rurais. Talvez em consequência disto, os moradores da roça eram mais fieis (*sic*) em suas amizades ou irmandades. Tinham gosto pela tradição em família, incentivando a solidariedade humana. A sociedade atual impõe padrões que nada tem a ver com nossa verdadeira identidade cultural.⁴⁵⁹

Esse tempo perdido pelo avanço da modernidade, conforme apontado por Sebastião Bento da Silva era marcado pela honestidade absoluta das pessoas, pela lealdade e bons costumes. Trata-se de um tempo idealizado, em que a instituição fiadora do crédito era a própria palavra do cidadão e não os bancos ou empresas da área. Entre a ausência de industrializados e a economia de subsistência, imperava para o autor a ausência de prejuízos ou espertezas que existem atualmente.

Sebastião Bento da Silva joga luzes sobre um desafio que advém com a modernidade. Contudo, não se deve tomar essas ponderações como uma crítica ao progresso da cidade de

⁴⁵⁸ Idem, p. 36.

⁴⁵⁹ Ibidem.

Morrinhos. Trata-se muito mais de uma reflexão sobre como o desenvolvimento da urbe deve ser acompanhado pela preservação das tradições locais. Tal impressão se reforça pelos constantes apelos emitidos pelo autor sobre a necessidade de projetos que possibilitem a preservação das tradições mencionadas.

O catolicismo ocupa um elemento central no pensamento do autor⁴⁶⁰:

A sociedade atual padece de uma enorme carência de valores morais que a devoção proporcionou às pessoas no passado. A religião católica foi o braço forte da colonização brasileira e contribuiu para uma firme conscientização da fé cristã por meio da catequização dos povos indígenas e evangelização dos negros, daí porque a devoção aos Reis Magos ter fincado raízes profundas na história e na crença majoritária do povo brasileiro.

A Igreja Católica respeitou os costumes das manifestações folclóricas dos negros, cuja influência se estendeu por vários estados brasileiros, mesclando estilos, sem, contudo perder o sentimento de fé, conforme a tradição religiosa. Por isso, as festas de reis nunca perderam a sua importância em todo o país. Elas enaltecem a cultura do povo e incentivaram a boa conduta ética. Os historiadores comprometidos com a realidade da nossa história, nunca deixaram de reconhecer essa realidade.⁴⁶¹

Os dois parágrafos citados demandam um olhar mais acurado. Em primeiro lugar, o autor sugere que a sociedade atual carece de referências morais que poderiam ser encontradas no catolicismo romano, base sobre a qual ocorrera a colonização brasileira. Salta aos olhos, porém, a escolha de termos feita por Sebastião Bento da Silva. Enquanto os indígenas foram alvo de catequização (um trabalho que automaticamente remete aos padres jesuítas, e se associa mais a uma dimensão formativo-educativa dos futuros cristãos), os negros foram alvo da evangelização (um trabalho que remete mais à ideia de salvação das almas). Seria essa escolha motivada apenas para que se evitasse a repetição de termos, tornando a leitura do trabalho mais agradável, ou se trata de algum tipo de julgamento moral, guiada por uma visão de que o cativo imposto aos escravizados uma forma de salvação de suas almas?

Ademais, o autor alude a um suposto respeito por parte da Igreja católica acerca da cultura e das tradições dos negros. Observa-se aqui que o autor não fala das religiões africanas, mas sim de manifestações folclóricas dos negros. Sob a ótica de Sebastião Bento da Silva o

⁴⁶⁰ Não é possível, a partir do material consultado nesta pesquisa, afirmar, peremptoriamente se Sebastião Bento da Silva se identifica como um católico romano. Apesar da escrita dele demonstrar alguma ligação com a Igreja Católica, as fontes levantadas, em especial, a Revista da Academia Morrinhense de Letras (Volume 1), revelam que o autor é ligado a grupos Espíritas da cidade de Morrinhos, chegando a ser presidente de algumas associações vinculadas a esse credo religioso. Note-se, porém, que no Brasil a questão da filiação é muitas vezes um terreno movediço, com muitas pessoas se identificando como católicas, ainda que participando de outras cerimônias religiosas.

⁴⁶¹ SILVA, Sebastião Bento. **Op. Cit.**, p. 53.

catolicismo longe de ter sido imposto às populações escravizadas no Brasil, foi formado a partir do respeito das crenças dos povos conquistados.

Ainda chama atenção o fato de que o autor assevera que tal realidade é de conhecimento dos historiadores comprometidos com “a realidade da nossa história”. Assim dizendo, percebe-se aqui um conflito entre a história pública local e a história produzida na academia que há muito reconhece o processo colonizador como perpassado por inúmeras manifestações de violência.

A despeito da desilusão do autor com a modernidade e a perda da tradição, Sebastião Bento da Silva se mostra otimista quanto ao futuro, dado que há uma pequena parcela da população ainda comprometida com a valorização da cultura tradicional da terra. O autor afirma perceber entre os mais jovens um interesse crescente pela preservação dos valores culturais e religiosos⁴⁶².

Sebastião Bento da Silva chega a evocar o Art. 216, § II, que trata do patrimônio cultural brasileiro para reforçar a obrigação do Estado como promotor não apenas da preservação das tradições culturais destacadas pelo autor, mas de modo particular do resgate dos valores culturais do povo.⁴⁶³

Outro livro dedicado às folias de Morrinhos é a obra **As folias de Santos Reis e Nossa Senhora do Carmo em Morrinhos**: Observações e Anotações de um Devoto, escrito pelo folião Gabriel da Silva. Como o título da obra sugere, trata-se de um relato pessoal de um folião que pratica a folia como um elemento importante de sua fé.

Enquanto a obra de Sebastião Bento da Silva apresenta uma maior preocupação em precisar datas e pessoas envolvidas, Gabriel da Silva procura focar mais na experiência dos devotos. Logo, o seu relato não é muito preciso quanto às datas. Frequentemente, no mesmo parágrafo é possível encontrar menções a vários períodos distintos, muitas vezes separados por até um século de distância entre eles.

Após uma rápida explicação sobre as figuras dos Reis Magos e a história do encontro dessas personagens com o Menino Jesus, Gabriel da Silva vincula a origem das folias em Morrinhos à falta de atendimento regular de padres na cidade. Por conseguinte, floresceu na região um catolicismo popular que tinha nas folias uma de suas formas de expressão mais caras

⁴⁶² Idem, p. 54.

⁴⁶³ Idem, p. 101.

ao povo, em um contexto em que a participação regular nos sacramentos da Igreja romana se tornava inviabilizada pela ausência de sacerdotes⁴⁶⁴.

A seguir, o autor segue a já consagrada fórmula de outros historiadores públicos locais, uma lista com o nome dos responsáveis pelas folias da cidade (os chamados guias) e uma história de como essas manifestações culturais foram sendo transformadas à medida que o tempo avançava.

Nota-se, contudo, uma convergência entre as observações de Gabriel da Silva e aquelas apontadas por Sebastião Bento da Silva: a tradição das folias como elemento central para a manutenção e preservação de amizades e laços sociais:

As famílias que preservaram as tradições das Folias de Santos Reis da região do Barreiro, Chapadão, Bom Jardim e da Matinha foi por um acentuado sentimento de fé deixando para os seus descendentes. Um grande legado moral! Isso gerou um forte sentimento: amizade sincera! Ainda hoje existem famílias que preservam esses costumes. São os verdadeiros devotos de Santos Reis, todos desempenham o seu papel de folião com seriedade nas suas funções, faz tudo que pode, sem nenhum interesse financeiro, como antigamente! Isto é um exemplo digno de ser seguido pelos nossos sucessores.⁴⁶⁵

Novamente, a tradição e a cultura surgem como garantidoras da moralidade numa sociedade marcada pelo compasso da modernidade que avança aceleradamente. Nessa mesma sociedade, tradições culturais como as folias parecem ter o potencial, segundo a visão dos autores de garantirem a amizade, algo precioso para os autores, à medida que a impessoalidade moderna coloca em xeque os laços familiares e pessoais.

Conforme o progresso avança na cidade e a juventude se desconecta do passado, o autor também se revela preocupado com a preservação daquilo que ele entende como cultura morrinhense:

Os nossos jovens de hoje não conhecem nada da nossa cultura: a raiz, a história que não está em livros, vem das pessoas que escreveram esta história e quem sabem ler, de Morrinhos. Veja a Nossa (*sic*) primeira missa celebrada na Igreja Nossa Senhora do Carmo veio um padre de Piracanjuba. A nossa cidade não tinha padre ele celebrou uma missa sertaneja depois de receber a Folia Nossa Senhora do Carmo.⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ SILVA, Gabriel. **As Folias de Santos Reis e Nossa Senhora do Carmo em Morrinhos**: Observações e anotações de um devoto. Goiânia: Kelps, 2020, p. 26-28.

⁴⁶⁵ Idem, p. 59.

⁴⁶⁶ Idem, p. 83.

Como apontado mesmo por outros historiadores públicos locais, como Barbosa e Fontes, além de historiadores acadêmicos, Morrinhos tinha celebração de missas antes mesmo de a capela de Nossa Senhora do Carmo ser elevada à condição de Igreja Matriz de uma paróquia. É bem provável que Gabriel da Silva estivesse se referindo à primeira missa celebrada em honra da padroeira do município, no contexto de uma festa exclusivamente dedicada a ela.

Nota-se nesse excerto uma crítica à apreensão da cultura apenas por meio das vias acadêmicas. Ao contrário, o autor defende a ideia de que tal contato se dê pelas vias da experiência, do contato entre as novas gerações e aquelas que viveram, cultivaram e conservaram as tradições culturais da cidade. É o que se apreende da leitura a seguir:

Os pais dos nossos jovens precisam incentivar os seus filhos a participar mais dos eventos culturais da nossa região, conhecer a dança da catira, a dança do lenço, a dança da peneira e o pagode na roça. Os foliões de hoje fazem o que podem para continuar com essa cultura. Se cruzarmos os braços nós estamos escondendo a nossa identidade.⁴⁶⁷

Portanto, Gabriel da Silva se mostra menos convencido do papel do poder público na preservação das tradições locais e mais compelido a compreender que essa missão cabe aos próprios cidadãos do município. Assim, eles são quem devem, através da experiência, possibilitar o acesso das novas gerações, influenciadas pelo ritmo do progresso, à cultura originária de Morrinhos.

Em vista dessa realidade, percebe-se que o binômio educação-cultura na urbe de Morrinhos é sempre evocado como elemento intrínseco à formação da identidade local. Seja na preservação das tradições tidas como locais, seja na glorificação da herança educacional do município. Essa recorrente celebração do referido binômio, por outro lado, transparece um temor patente de que a cultura local se perca à medida que o progresso avança pela cidade. Portanto, a arte e a cultura que são valorizadas são aquelas à raiz da fundação da cidade.

Novamente, retorna-se a Barbosa, para quem a vida cultural da cidade de Morrinhos sempre fora vibrante desde suas origens: “A cidade de Morrinhos desde sua fundação, bem lá no início do século XIX, já trazia no sangue de seus pioneiros o gosto pela música, pela poesia, pela literatura, pelo teatro, enfim, pelas artes em geral”.⁴⁶⁸

Dessa maneira, o gosto pela arte seria algo indelével à alma e identidade morrinhense. Novamente, ao se recorrer aos estudos acadêmicos, percebem-se alguns questionamentos a essa

⁴⁶⁷ Idem, p. 84.

⁴⁶⁸ BARBOSA, **Op. Cit.** p. 145.

visão. Contiguamente, a tese dos historiadores públicos locais de que os coronéis e líderes políticos locais estariam interessados pelo desenvolvimento educacional da cidade não encontra eco em trabalhos acadêmicos.

Miriam Fabia Alves, em sua tese de doutorado apresenta a seguinte reflexão:

Embora a elite murrinhense tenha assumido, já ao final do século XIX, uma atitude progressista no que tange às condições para sua inserção na economia capitalista, não se percebe o reconhecimento da escolarização como parte efetiva dessa modernidade. Ao contrário, em consonância com o que acontecia nas demais cidades do estado e do país, a instrução primária pública continuou sendo oferecida em escolas isoladas, não-graduada, distintas para os sexos feminino e masculino, regidas por um único professor e com deficiências materiais e de infraestrutura vigentes na rede escolar da época. O discurso modernizador da instrução primária que se materializou inicialmente no estado de São Paulo com a implantação dos grupos escolares só ganhou ressonância em Goiás na década de 1920⁴⁶⁹.

Portanto, Miriam Fabia Alves, pesquisadora natural da cidade de Morrinhos e concluiu na cidade a sua graduação em História, apresenta uma visão que destoa daquela defendida pelos historiadores públicos locais, apresentando Morrinhos como qualquer outra do interior do Estado de Goiás.

Observe-se que, enquanto a Banda Municipal teve sua história contada em livro ainda na década de 1980, o primeiro texto de história pública local sobre as folias apenas foi produzido no século XXI. As razões que explicam esse lapso temporal não são objetos da presente pesquisa, entretanto, é possível questionar se a recente valorização das folias não se vincula, em alguma medida, por um maior apoio institucional a elas. Por exemplo, além da estruturação de muitos fundos estaduais e federais de subsídio à cultura, destaca-se a própria Igreja Católica da cidade que passou a patrocinar grupos de folia, como os vinculados à Festa da Padroeira, Nossa Senhora do Carmo, a partir do começo do século XXI.

Considerando que as obras analisadas são intimamente ligadas aos interesses da elite local, o apoio institucional às folias pode ajudar a explicar essa maior aceitação por parte dessa mesma elite acerca dessa manifestação popular. Todavia, ainda que popular, a Folia é uma expressão cultural de matriz católica. Certamente, a recepção a uma manifestação indígena ou de matriz africana não tenderia a ter as mesmas facilidades.

Portanto, por mais que a cultura seja elevada à condição de um dos componentes do imaginário local, não são quaisquer manifestações culturais que integram esse processo. A

⁴⁶⁹ ALVES, Miriam Fabia. **Op. Cit.**, p. 147.

própria Folia de Reis é um dos poucos elementos populares valorizados pelos historiadores públicos locais. Ainda assim, uma cultura popular circunscrita no contexto do catolicismo romano.

Se as páginas dos historiadores públicos locais de Morrinhos apresentam uma cidade culta e desenvolvida, ela não é ser povoada por uma gente diplomática e conciliadora. Na visão de Barbosa, os habitantes da Morrinhos da primeira metade do século XX era uma “uma gente de pavio curto”, cujos imbróglis eram resolvidos “no braço, no pescoço, na bala”. Ele chega a classificar os moradores da cidade como perigosos. “Tinha que andar com cuidado. Saber aonde (*sic*) punha o pé. Se não quisesse encontrar com São Pedro mais cedo.”⁴⁷⁰

Barbosa não percebe a contradição entre o povo de uma cidade culta, amante das letras e das artes, pautada por um forte desenvolvimento econômico e práticas de violência típicas de regiões em que o Estado e a lei não se fazem valer. Aliás, essa é uma constante na narrativa adotada pelos historiadores públicos locais que tendem a negligenciar os elementos que contradizem seus pontos de vista, ao mesmo passo que supervalorizam aqueles que vão ao encontro de suas teses e visões de mundo.

No fundo, Barbosa apresenta uma visão pautada por estereótipos, uma vez que, segundo Angela Moreira Domingues da Silva “compreender a história republicana brasileira passa por falar sobre violência política”⁴⁷¹. A autora lembra que a sociedade da Primeira República era pautada por violência de gênero, racismo estrutural, fragilidade institucional e discussões políticas.

Portanto, não se trata de uma exclusividade morrinhense, mas de um dado da sociedade brasileira, em que a população vivia num contexto de violência, acentuado pela ausência do Estado como árbitro das contendas sociais que eventualmente pudessem ocorrer.

Ainda assim, a educação-cultura segue povoando o imaginário local de Morrinhos e se constituindo como parte fundamental para a formação da identidade morrinhense. Mais que isso, trata-se de um elemento ao qual os historiadores públicos locais recorrem com bastante orgulho e sentimento de pertença, ainda que uma pesquisa mais acurada sobre tal realidade leve a questionar toda essa visão otimista sobre a educação e a cultura no município.

O eixo educação-cultura, portanto, não deixa de padecer do mesmo problema observado no eixo política e no eixo progresso: o forte alinhamento das obras com o discurso veiculado pela elite morrinhense. Ora, Morrinhos, a exemplo de outras cidades do país, só vai acompanhar

⁴⁷⁰ BARBOSA, José Afonso. **Op. Cit.**, p. 155.

⁴⁷¹ SILVA, Angela Moreira Domingues da. História do Brasil e violência política. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 17, p. 1-6, 2019., p. 1.

um processo de plena inclusão educacional a partir dos desdobramentos da Constituição Federal de 1988 e das metas de universalização do ensino.

Antes disso, o que de fato se observou na cidade é que uma pequena elite tinha acesso à educação. Como o próprio Victor Nunes Leal asseverou, trata-se de uma elite que, por todo o Brasil, dispunha de recursos para estudar nos grandes centros urbanos do país e retornar às suas bases apenas para manter o domínio político-partidário sobre a região.

Ao destacar as virtudes educativas de figuras públicas locais como os Lopes de Moraes e seus associados, os historiadores públicos locais acabam justificando o domínio político e econômico exercido por essas famílias sobre a cidade. Afinal, sob a ótica deles, trata-se de pessoas dotadas de elevado desenvolvimento cognitivo, cujos conhecimentos legitimariam não apenas a liderança política deles, mas também a capacidade de trazer desenvolvimento para Morrinhos e a região Sul de Goiás.

Mesmo a cultura propalada por esses autores está ligada aos interesses da aristocracia local. Observa-se o desejo de se exaltar uma cultura ancorada nos valores católicos e voltada para a exaltação da cidade de Morrinhos. Dito de outro modo, valoriza-se uma cultura que vá ao encontro dos interesses da elite local e que reproduza os valores dessa mesma elite.

Pontue-se que os livros que tratam da folia de reis, por exemplo, são relativamente recentes, já do século XXI, ainda que eles tratem de manifestações culturais centenárias. Coadunando o que foi escrito por Marcos Napolitano, nota-se que na cidade de Morrinhos, a produção intelectual sobre a cultura rural demorou para florescer, quando comparada com manifestações mais ligadas à elite (como o teatro, artes plásticas e bandas musicais). Portanto, há uma valorização dessas expressões católicas, contudo, de forma tardia.

Marcos Napolitano ainda aponta que a República trouxe a possibilidade de intelectuais locais construírem sua própria versão da história regional. Figuras como o bandeirante (em Morrinhos representado por Antônio Corrêa Bueno), o gaúcho, o sertanejo e o caipira passaram a povoar as produções locais. “Na literatura, esses personagens se destacam, pela capacidade de adaptação e resistência a um meio natural hostil, mas também pela esperteza e malícia diante das dificuldades do dia a dia”⁴⁷².

Como se verá no próximo capítulo, a cultura particularmente valorizada na cidade é produzida e distribuída por instituições mantidas por historiadores públicos e seus parceiros. Portanto, o projeto cultural defendido pela maioria desses intelectuais passa longe de uma cultura popular e democrática, encontrando-se a serviço da elite local.

⁴⁷² NAPOLITANO, Marcos. **Op. Cit.**, p. 57.

À vista dos elementos levantados nesse capítulo, observa-se que a história feita pelo público em Morrinhos se estruturou a partir desses três eixos: política, progresso e educação-cultura. Esses três elementos que, na escrita dos historiadores públicos locais fazem com que uma cidade cujo desenvolvimento se assemelha ao da maioria das cidades de porte e desenvolvimento histórico similar seja, para esses autores, distinta dos demais grupamentos urbanos, seja em Goiás, seja no país.

Nesse enquadramento, a política em Morrinhos é entendida como uma vocação do município e uma marca que a distingue das demais cidades goianas. Ao invés de discutirem as relações de poder que se teceram sob o coronelismo no município, os historiadores públicos locais preferiram exaltar os políticos locais. Questões como as desigualdades e a exclusão política não figuram nas representações do passado produzidas por esses autores. Perceba-se que em muitos casos, os historiadores públicos e os historiadores acadêmicos dispuseram das mesmas fontes, mas apenas as análises dos últimos conseguem dar conta das complexidades das relações sociais morrinhenses.

O progresso seria facilitado pela localização estratégica do município, tornando-o uma espécie de entreposto natural de mercadorias que busca adentrar o Estado de Goiás. Como observado, a cidade de Morrinhos foi, no alvorecer do século XX, um polo central da economia goiana, contudo, a construção de Goiânia fez com que os investimentos migrassem para a nova capital. A decadência que advém à cidade, nessa seara, se materializa justamente na perda do protagonismo político outrora exercido por personalidades morrinhenses em Goiás.

Não são todos os morrinhenses alcançados pelo progresso celebrado pelos historiadores locais. Ele surge concentrado nas mãos de alguns coronéis que, na transição da cidade dos notáveis para a cidade econômica, seguindo Milton Santos, permitiam que a população tivesse acesso a uma pequena parte do grande capital que acumulavam. Não havia projeto público de desenvolvimento na Morrinhos dos coronéis, mas nada disso é debatido ou problematizado na historiografia pública local.

Finalmente, o binômio educação-cultura seria, as marcas indeléveis no imaginário local de uma cidade cuja riqueza e progresso não ficariam restritos à elite detentora dos recursos financeiros e da hegemonia na política. O aludido pioneirismo da cidade na educação e a suposta vida cultural vibrante do município aparecem como provas de que todos os cidadãos poderiam se espovar nas benesses do progresso que grassava sobre o local.

O que se observa na prática é que a cultura popular não se faz presente nesse binômio. Só há espaço para uma cultura da elite letrada, o que se evidenciará de modo patente no próximo capítulo. Mesmo a história das Folias, contadas por historiadores públicos locais só se dá sob

duas égides, a primeira como preservação da religiosidade católica do município. A segunda, contando-se a história das lideranças dessas folias. Não se percebe, portanto, a atuação da maioria marginalizada como protagonista dessa história.

Dessa forma, política, progresso e educação-cultura agem como elementos interligados e indissociáveis, a tríade que faria de Morrinhos a Atenas de Goiás. Essa tríade daria ao município uma posição de destaque no cenário estadual, servindo como elemento que oblitera problemas, desafios e contradições da vida urbana no município e os problemas da formação urbana local.

Ainda que sejam pontuadas as falhas e contradições nos trabalhos dos historiadores públicos locais, é preciso reforçar que eles lidam com audiências distintas. Na maioria das vezes, o público desses autores é muito superior àquele conquistado pela Academia, o que torna o diálogo com esses produtores do conhecimento histórico fundamental.

Uma vez compreendido o papel dos autores analisados como historiadores públicos locais e apontado como as obras deles foram responsáveis por criar e consolidar um imaginário próprio acerca da cidade de Morrinhos, passa-se a analisar como essas obras circulam na sociedade morrinhense.

CAPÍTULO IV

HISTÓRIA PARA O PÚBLICO: REDES DE CIRCULAÇÃO E A HISTÓRIA PÚBLICA EM MORRINHOS

Um elemento importante da escrita do passado na história pública local é a forma como essas ideias circulam pela sociedade. Assim, o presente capítulo se propõe a discutir o papel de instituições como a Sociedade Dramática e Literária e a Academia Morrinhense de Letras, criadas por indivíduos da cidade de Morrinhos, muitos deles, historiadores públicos locais, na difusão do pensamento e da visão historiográfica desses autores na cidade. Ademais, analisar o caso de um projeto desenvolvido pelo governo do Estado de Goiás no ano de 2004 e que produziu uma obra de grande difusão entre estudantes do Ensino Médio à época. Em terceiro lugar, o capítulo demonstrará que a história pública local em Morrinhos não se limita apenas à tríade política, progresso e educação-cultura, mas também ao espaço geográfico em que ela se desenrola.

As fontes problematizadas neste capítulo foram selecionadas por terem estrita ligação com os historiadores públicos locais analisados nos capítulos anteriores e com as redes de circulação por eles criadas (notadamente, a Sociedade Dramática e Literária e a Academia Morrinhense de Letras). Observa-se que o material aqui analisado se encontra disponível para os moradores da cidade em bibliotecas e instituições educacionais, motivo pelo qual essas produções foram objeto de análise.

Pode-se questionar que essa difusão ocorre apenas em círculos fechados, em reuniões e eventos das instituições citadas aos quais a maioria da população local não tem acesso. A esse argumento se responde, porém, com o fato de que a história pública, aqui tomada como um movimento, encontra formas de divulgação que ultrapassam os livros. Professores que usam das obras publicadas para prepararem suas aulas. Celebrações e comemorações públicas que acabam chegando aos habitantes da cidade são formas de fazer circular o pensamento e as visões do passado, ainda que, sem uma reflexão crítica a essas obras.

Evidentemente, outras obras poderiam ter sido consideradas, como artigos escritos em jornais que circularam na cidade. Contudo, foram privilegiadas ações oriundas de instituições diretamente ligadas aos historiadores públicos locais, ficando os jornais como uma fonte a ser explorada em futuras pesquisas.

Sob esse princípio, optou-se pela análise das revistas da Festa de Arte da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos, das revistas da Academia Morrinhense de Letras e do

projeto **Se Liga no Futuro**: Morrinhos/GO, elaborado a partir de uma iniciativa do Governo estadual de Goiás.

Essas instituições acima citadas e o próprio projeto **Se Liga no Futuro**: Morrinhos/GO são analisados a partir do conceito de redes de circulação do historiador estadunidense Robert Darnton⁴⁷³. A escrita e a leitura, desde seu advento, passaram por profundas mudanças conforme a própria sociedade ia se transformando. Steven Roger Fischer, linguista neozelandês afirma que a leitura é uma operação diferente da escrita:

A leitura sempre foi diferente da escrita. A escrita prioriza o som, uma vez que a palavra falada deve ser transformada ou desmembrada em sinais representativos. A leitura, no entanto, prioriza o significado. A aptidão para ler, na verdade, pouco tem a ver com a habilidade de escrever⁴⁷⁴.

Se a compreensão moderna de leitura a situa como a habilidade de se extrair sentido de signos escritos ou impressos, na origem, para o autor neozelandês, a leitura era tomada como mera forma de capacidade de obtenção de informações visuais como base em sistemas codificados. Posteriormente, via-se como a capacidade de compreender um texto contínuo com sinais escritos sobre uma superfície gravada. O advento da internet e a primazia do eletrônico mudou as ideias do que é leitura.

Dessa forma, “Em seu sentido mais amplo, a escrita é a "sequência de símbolos padroniza dos (caracteres, sinais ou componentes de sinais) com a finalidade de reproduzir graficamente a fala e o pensamento humanos, entre outras coisas, no todo ou em parte⁴⁷⁵”. Fischer, porém, reconhece que essa definição é um tanto limitada, assim, ele prefere falar em escrita completa, como aquela que objetiva a comunicação, consiste em sinais gráficos artificiais (em superfície durável ou eletrônica) e emprega sinais que se relacionem ao discurso articulado.

Darnton relativizou a posição de centralidade da imprensa para a difusão do livro, sugerindo que, apesar da importância da impressão, nos primeiros cinquenta anos, o livro impresso continuaria sendo uma cópia do manuscrito., A partir de 1500, a literatura ganhou

⁴⁷³ Nas versões traduzidas da obra de Robert Darnton, os tradutores acabaram consagrando dois termos diferentes para esse mesmo conceito. Redes de circulação e circuitos de comunicação. Darnton pensa a França do Antigo Regime, à beira da Revolução Francesa, como foi discutido no capítulo. Optou-se, neste trabalho, pela primeira tradução, redes de circulação, por se compreender que as instituições aqui analisadas certamente fazem as obras e as ideias dos historiadores públicos locais circularem pela cidade e até além dela, mas não necessariamente essas instituições se comunicam com a sociedade morrinhense.

⁴⁷⁴ FISCHER, Steven Roger. **História da Leitura**. Trad. Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 9.

⁴⁷⁵ Idem. p. 14.

novos públicos, quando as técnicas de impressão atingiram um tal nível de padronização e de redução de custos que permitiu que mais e mais pessoas tomassem posse da palavra impressa⁴⁷⁶.

Conforme as técnicas de imprensa foram aprimoradas, o livro foi difundido em diversos núcleos urbanos europeus. Uma série de desdobramentos posteriores da história europeia teria os livros como elementos importantes de difusão de ideias e de formação ideológica dos indivíduos.

Uma dificuldade importante a ser vencida pelos autores e impressores, após o advento da prensa, foi a questão do financiamento das obras. Lucien Febvre e Henri-Jean Martin destacam que houve a ação de homens e grupos preocupados em adquirir certos textos e difundi-los⁴⁷⁷. A Igreja foi uma importante cliente nesse período inicial dos livros, além de algumas pessoas ricas que financiavam as obras dos humanistas.

A centralidade dos livros chega a um novo patamar, a ponto de figuras como Thomas Jefferson considerarem que o Iluminismo se dava entre autores e leitores, livros e bibliotecas⁴⁷⁸.

Robert Darnton, de forma similar ao pensamento de Fischer, aponta que a literatura é um espaço de poder:

[...] não é preciso se alinhar à escola de sociologia de Bourdieu para reconhecer as conexões entre literatura e poder. Na perspectiva de seus participantes, as realidades da vida literária contradiziam os ideais elevados do Iluminismo. Apesar de seus princípios, a República das Letras funcionava de fato como um mundo fechado, inacessível aos desprivilegiados⁴⁷⁹.

O autor se refere à República das Letras na qual participariam todas as pessoas, independentemente de suas origens. Essa ideia estava presente entre os pais fundadores dos Estados Unidos, mas a gênese dela se situa na França setecentista. Trata-se de um reino utópico, sem polícia, fronteiras ou desigualdades (exceto as baseadas no talento), pensado pelos iluministas⁴⁸⁰. Contudo, apesar da aparência democrática, o projeto era aristocrático, dado que apenas uma pequena elite letrada poderia participar desse projeto transnacional que uniria o mundo pelas letras. Os próprios autores precisavam do apoio da elite para tornar suas publicações possíveis:

Na prática [a República das Letras] era dominada pelos ricos e bem-nascidos. Longe de conseguirem viver do que escreviam, a maioria dos autores precisava cortejar mecenas, solicitar sinecuras, fazer lobby em busca de

⁴⁷⁶ DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 175.

⁴⁷⁷ FEBVRE, Lucien. MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**. 2 ed. Trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Edusp, 2019, p. 262-267.

⁴⁷⁸ DARNTON, Robert. **A Questão dos Livros**: passado, presente e futuro. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 24.

⁴⁷⁹ Idem, p. 23-24.

⁴⁸⁰ Idem, p. 22.

indicações para periódicos estatais, escapar de censores e usar de subterfúgios para ter acesso aos salões e academias onde reputações eram criadas. Ao mesmo tempo que sofriam humilhações nas mãos de seus superiores sociais, se voltavam uns contra os outros [...] a República das Letras sofria da mesma doença que corroe todas as sociedades do século XVIII: o privilégio⁴⁸¹.

Darnton, em linha com Febvre e Martin, aponta que essa necessidade de financiamento dos autores é premente mesmo na contemporaneidade, dado que o desafio dos custos de produção e distribuição das obras continuaria e ainda continua sendo um desafio. No contexto do Iluminismo, abordado pelo historiador estadunidense, uma das soluções encontradas para se contornar esse problema foi a especialização do saber, que coincidiu com a profissionalização da ciência no século XIX.

Dessa forma, brotaram periódicos especializados em todos os campos e subcampos produzidos por sociedades científicas e adquiridos por bibliotecas⁴⁸². Uma rede de circulação para produção e difusão de conhecimento foi formada. Funcionou bem por aproximadamente cem anos, segundo o autor. Então, as editoras perceberam o lucro potencial ao cobrar por assinaturas de periódicos científicos.

A história do livro foca nas redes de circulação, permitindo que pesquisadores conheçam os intermediários esquecidos da literatura. Esses meios são as pessoas que facilitam o trânsito das ideias expressas nas obras para um público além dos leitores: “Os intermediários culturais de toda parte operavam [...], avaliando a oferta e a demanda, filtrando o fluxo de literatura antes de assumir a forma de livro, que seria transportado em carroto para os leitores, no ponto final do sistema de distribuição”⁴⁸³. Darnton, porém, buscou explicar qual é a vontade de se estudar acerca dos intermediários literários que compõem a rede de circulação:

Será que esses rápidos relances na vida dos intermediários literários modificam nosso quadro da literatura? Não posso pretender que as obras de Voltaire e Rousseau assumam um novo sentido se soubermos quem as vendia. Mas, procurando conhecer Ostervald, Bosset, Morel, Bonnemain, Favarger, Guillon e Gerlache, podemos ter a sensação do século XVIII dos livros como artefatos. É claro que é fundamental estudar as edições originais. Tomando-os em toda a sua existência física, pode-se captar algo da experiência literária de dois séculos atrás.

Talvez isso soe como misticismo, mas também pode dissolver um pouco da mistificação que se instalou com a concepção da história literária como o grande homem e o grande livro. Os grandes livros fazem parte de um conjunto canônico de clássicos selecionados retrospectivamente, ao longo dos anos, pelos profissionais que se encarregaram da literatura – isto é, pelos críticos e

⁴⁸¹ Idem, p. 23.

⁴⁸² Idem, p. 27.

⁴⁸³ Idem, p. 143.

professores universitários cujos sucessores agora desconstroem-na. Esse tipo de literatura talvez nunca tenha sequer existido fora da imaginação dos profissionais e seus estudantes⁴⁸⁴.

O que Darnton propõe abre caminho para novas perspectivas nos estudos literários e historiográficos. O autor não buscou, como se observa acima, dar um novo sentido às obras elevadas à condição de clássicos do pensamento mundial. Ao contrário, é o sistema que elege uma obra como clássica que é posto em questionamento.

Dois argumentos foram apresentados por Robert Darnton para comprovar sua tese. Em primeiro lugar, autores como Jean-Jacques Rousseau e Voltaire eram mais lidos por suas obras ficcionais do que por aquelas que versavam sobre filosofia política (é o caso de *Émilie*, de Rousseau), no contexto do Iluminismo. Em segundo lugar, no século XVIII, as bibliotecas francesas tinham mais livros de mulheres e homens pouco citados pela história do que por aqueles alçados ao posto de clássicos.⁴⁸⁵

A República das Letras francesa incluía figuras como Voltaire e Rousseau, mas também incluía nomes menos conhecidos como Pindasat de Mairobert, Moufle d'Angerville e outros escritores que desapareceram da história da literatura. Essas obras abrem a possibilidade de se repensar a história literária. “E, se forem estudados em ligação com o sistema de produção e difusão da palavra impressa, poderão nos levar a repensar nossa ideia sobre a própria literatura?⁴⁸⁶”.

A rede de circulação não era composta, portanto, apenas por pensadores famosos. Da mesma forma em Morrinhos, por mais que Zilda Diniz Fontes e José Afonso Barbosa ocupem um lugar de destaque entre os historiadores públicos locais, há outros, mencionados nessa pesquisa ou não, que também contribuíram para a construção do imaginário local.

Se a necessidade de uma história do sistema de produção e difusão da palavra impressa é inescapável, resta pensar sobre a história do leitor, ao tratar disso, Darnton reconhece que:

[É] Possível, mas não fácil, pois os documentos raramente mostram os leitores em atividade, modelando o sentido a partir dos textos, e os próprios documentos também são textos, o que requer interpretação. Poucos têm uma riqueza tal que possa fornecer um acesso, mesmo que indireto, aos elementos cognitivos e afetivos da leitura, e um ou outro caso excepcional talvez não seja suficiente para se reconstruírem as dimensões internas dessa vivência. Mas os historiadores do livro já trouxeram à luz grandes quantidades de informações sobre a história externa da leitura. Tendo-a estudado como um fenômeno

⁴⁸⁴ Idem, p. 150.

⁴⁸⁵ DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução**: o Submundo das Letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 168-169.

⁴⁸⁶ Ibidem.

social, eles podem responder a muitas perguntas sobre ‘quem’, ‘o quê’, ‘onde’ e ‘quando’, o que pode ser de grande auxílio para tratar as perguntas mais difíceis sobre os ‘comos’ e os ‘porquês’⁴⁸⁷.

Os estudos sobre os leitores, em geral, se dividem entre o macro e o micro-analítico. A primeira se desenvolveu particularmente na França, e apesar de fornecer algumas linhas de orientação para os hábitos de leitura, Darnton entende que as generalizações podem ser muito genéricas para serem de fato satisfatórias. Em seu turno, os micro-analistas também lidam com o desafio de organizar uma grande quantidade de descobertas, tornando o desafio de reuni-las particularmente grande⁴⁸⁸.

No século XIX, era comum que grupos de artesãos contratassem pessoas para ler, como forma de os entreter enquanto trabalhavam, num processo similar ao que muitas pessoas recorrem se informando por telejornais que leem as notícias. Em grande parte da história, os livros foram mais ouvidos do que realmente lidos⁴⁸⁹. A leitura, era uma experiência mais privada na França dos séculos XVIII e XIX, em que um pequeno grupo que fazia parte de clubes de leitura conseguia ler quase tudo que quisessem, mediante o pagamento mensal.

Em Morrinhos, também foi comum que as obras dos historiadores públicos circulassem para além dos livros, como é o caso da Festa de Arte, em que gravuras, peças teatrais, saraus, poemas e publicações foram produzidos tendo como pano de fundo as obras dos historiadores públicos locais.

Darnton não despreza que as diferenças sociais e temporais faziam com que a leitura significasse algo muito distinto em várias regiões da Europa que ele se debruça⁴⁹⁰. “Se a experiência da grande massa de leitores está fora do alcance da pesquisa histórica, os historiadores deveriam ao menos conseguir captar alguma coisa do significado que tinha a leitura para os poucos que deixaram registros a respeito”⁴⁹¹.

A provocação deixada por Darnton convida aqueles que se dedicam à história da literatura a não se restringirem àquilo que os livros permitem revelar. Deve-se entender como essas obras circulam, são consumidas e apreendidas pelos leitores, ainda que haja poucas fontes disponíveis.

Não existem vias diretas nem atalhos, porque a leitura não é uma coisa distinta, como uma constituição ou uma ordem social, que possa ser rastreada

⁴⁸⁷ Idem, p. 153.

⁴⁸⁸ Idem, p. 154-159.

⁴⁸⁹ Idem, p. 162.

⁴⁹⁰ Idem, p. 166.

⁴⁹¹ Idem, p. 168.

ao longo do tempo. É uma atividade que envolve uma relação específica – de um lado, de outro o texto. Ainda que os leitores e os textos tenham variado de acordo com as circunstâncias sociais e tecnológicas, a história da leitura não deve ser reduzida a uma cronologia dessas variações. Deve ultrapassá-las, para enfrentar o elemento de relação que se encontra no núcleo da questão: como leitores mutáveis interpretam textos variáveis?⁴⁹²

Darnton, em **Poesia e Política**, ao analisar o caso de um jovem estudante de medicina preso na Bastilha, François Bonis, acusado de distribuir um *abominável poema sobre o rei*. Essa prisão desencadeou uma complexa operação policial que culminou na prisão de 14 pessoas, em 1749. Ao percorrer os caminhos dessas composições poéticas, o historiador estadunidense se deparou com uma realidade inescapável, o livro impresso era apenas uma das muitas formas de difusão desses poemas populares. Ora eles podiam ser ditados de uma pessoa a outra, memorizados, declamados, copiados em tiras de papel, cantados na música⁴⁹³.

Ao reconstruir o caminho percorrido pelas obras, Darnton conseguiu desvendar a rede de comunicação que transmitia essas ideias pela Paris da pré-Revolução Francesa. Esse, sem dúvidas é um testemunho da importância de se pensar uma história da literatura que vá além do livro impresso e de seus autores.

Mais algo ainda precisa ser escrito sobre a questão do consumo dos livros:

O problema da recepção dos leitores não tem solução fácil. Como penetrar a mente das pessoas que se esforçavam para interpretar a palavra impressa mais de dois séculos atrás e que praticamente não deixaram registro de suas reações? Às vezes, deparamos um comentário rabiscado nas margens, um apontamento num diário, um parágrafo num caderno de anotações, uma referência numa carta, um relatório de livreiro, um memorando de um informante da polícia, uma descrição numa obra de ficção ou um ensaio de algum contemporâneo fascinado pela disseminação da leitura como fenômeno social⁴⁹⁴.

Além da já posta questão da recepção das obras por parte dos leitores, Darnton lança a problemática de extrapolar as reações individuais para entender uma postura coletiva, que se chama opinião pública. Apesar de parecer impossível, Darnton aponta caminhos que refutam o ceticismo hiper-crítico. Os cafés eram um dos lócus de discussão da população politizada de Paris, onde inclusive, pessoas que decoravam passagens podiam declamá-las, quando não

⁴⁹² Idem, p. 187.

⁴⁹³ DARNTON, Robert. **Poesia e Política: Redes de comunicação na Paris do Século XVIII**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

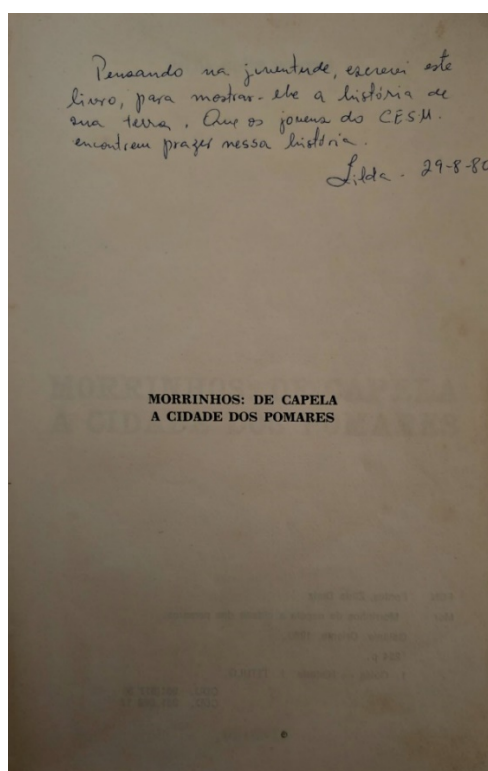
⁴⁹⁴ DARNTON, Robert. **O Diabo na água benta: ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão**. Trad. Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 101.

tinham uma cópia disponível. Darnton recorreu, por exemplo, a dossiês da polícia como uma das fontes para medir a recepção coletiva dos leitores às obras publicadas. Calúnias impressas tinham mais chance de serem levadas a sério do que as de boca a boca. O que o estadunidense deixa claro é a necessidade de os historiadores irem além da simples redação do livro, para que se produza uma análise o mais holística possível.

Nesta pesquisa, não foi possível trabalhar com a recepção das obras analisadas, o que demandaria um trabalho direto com o público leitor desses escritos. Por outro lado, como se verificará, foi possível perceber como as redes de circulação criadas em Morrinhos permitiram que as ideias difundidas pelos historiadores públicos locais alcançassem a população local. Assim, livretos, festas populares, logradouros são oportunidades para que o pensamento desses autores alcance uma audiência maior que apenas os dos leitores da cidade.

Na rede de circulação que existe em Morrinhos, as bibliotecas das escolas foram particularmente importantes. Abaixo, segue uma página digitalizada de um exemplar de **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**:

Ilustração 17 - Dedicatória de Zilda Diniz Fontes



Fonte: FONTES, Zilda Diniz. **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**. Goiânia: Kelps, 1980.

Durante as pesquisas, obteve-se acesso a um exemplar do livro que está na biblioteca de uma Escola Estadual do município, o Colégio Estadual Sylvio de Mello, atualmente Centro de

Ensino em Período Integral, Sylvio de Mello. A dedicatória, escrita pela própria Zilda Diniz Fontes, diz que: “Pensando na juventude, escrevi este livro, para mostrar-lhe a história de sua terra. Que os jovens do CESM encontrem prazer nessa leitura. Zilda – 29-8-80”.

A preocupação de Fontes é de tal monta que, encontraram-se mais exemplares de **Morrinhos**: de Capela a Cidade dos Pomares na biblioteca desse colégio do que na Biblioteca Municipal da cidade, onde, aliás, há apenas fotocópias do livro, enquanto no colégio há cinco exemplares dele. Portanto, a juventude é um dos públicos-alvo dos historiadores públicos locais e, como se observará nas iniciativas das instituições analisadas no presente capítulo.

Como expresso, observou-se a existência de uma tríade que pauta o imaginário e a produção historiográfica de Morrinhos, política, progresso e educação-cultura. Esse tripé, contudo, não circula na cidade apenas através dos livros já analisados anteriormente. Como na França pré-revolucionária de Darnton, uma série de iniciativas foi empreendida para garantir que as ideias expressas pelos historiadores públicos locais se firmassem em Morrinhos.

Sejam grupos como a Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos (da década de 1960), ou, mais recentemente, a Academia Morrinhense de Letras, sejam ações como peças de teatro, festivais, espaços públicos e livretos as ideias dos historiadores públicos locais ganharam espaço e se difundiram pelo município.

Observar-se, contudo, que a história pública de Morrinhos opera num espaço geográfico muito específico e restrito da cidade, compreendido entre a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, a Praça do Coreto (oficialmente, Coronel Hermenegildo de Moraes) e o antigo sobrado que serviu de habitação para o coronel Hermenegildo de Moraes, mais conhecido como Casarão do coronel Hermenegildo. Esses espaços ficam compreendidos entre as ruas Alagoas, Coronel Pedro Nunes e a própria Praça do Coreto, como mostrado no mapa a seguir:

Ilustração 18 - Mapa do Centro Histórico de Morrinhos



Fonte: Google Maps (2024)

O espaço indicado é justamente aquele em que a maioria das obras dos historiadores públicos locais de Morrinhos se realiza. Por exemplo, no campo religioso, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo eclipsa templos de outras confissões (protestantes, espíritas, afro-brasileiras) e mesmo da própria Igreja Católica local. Observa-se, porém, que o atual prédio da Matriz não é sequer o maior prédio religioso da cidade (posto ocupado pela Igreja de Nossa Senhora Aparecida e São Sebastião) ou o mais antigo (a atual Matriz data de meados da década de 1970, enquanto o templo da Igreja Cristã Evangélica é de 1935).

Por exemplo, há algumas pesquisas sobre as folias dedicadas aos Santos Reis, Santa Luzia e outras figuras importantes no catolicismo romano que se desenrolam em Morrinhos. Ademais, há um núcleo de pesquisas sobre história da religião na Universidade Estadual de Goiás que aponta para práticas religiosas como as do Espiritismo e do Protestantismo no município. Na história pública local, entretanto, essas práticas ocupam um espaço quase inexistente, diante da onipresença da devoção a Nossa Senhora do Carmo, a padroeira da cidade.

Ilustração 19 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo



Foto: Wesley Ribeiro Alves (2024)

A foto acima é a vista da igreja matriz a partir da Avenida Coronel Pedro Nunes. Atualmente, trata-se de uma construção em estilo modernista, substituindo outros templos que serviram como matriz da primeira paróquia de Morrinhos. Quando não é o lugar em que a história da urbe acontece, a igreja Nossa Senhora do Carmo surge nas obras dos historiadores públicos locais de forma indireta, por exemplo, através da fé das personagens históricas biografadas. A matriz ainda se faz presente, como se verá, em imagens e desenhos divulgados pela cidade.

Isso pode ser avaliado no caso da Praça do Coreto. Na atualidade, a praça não comporta mais as principais apresentações culturais do município como fazia no início do século XX, quando ela foi construída. Espaços públicos como a Praça Monte Castelo (popularmente a Praça do Mercado), Praça do Cristo Redentor (no Morro da Cruz, um dos pequenos morros que dá nome à cidade), e, mais recentemente, o Lago Municipal Recanto das Araras são mais utilizados para shows e grandes eventos da cidade que a Praça do Coreto.

Ora, se a Matriz Nossa Senhora do Carmo se constituiu como o centro espiritual da cidade de Morrinhos, evocado pelos historiadores públicos, a Praça do Coreto se firmou como o coração da cultura de Morrinhos, símbolo de uma cidade que, na pena dos autores analisados, como visto, é uma espécie de bastião da cultura no Estado de Goiás.

Ilustração 20 - Praça do Coreto



Foto: Wesley Ribeiro Alves (2024)

Finalmente, de frente à Praça do Coreto e seguindo uma das ruas laterais à Matriz, encontra-se o casarão do coronel Hermenegildo de Moraes e que ainda hoje segue como propriedade dos herdeiros do clã Lopes de Moraes. Oficialmente, a Praça do Coreto é denominada Praça Coronel Hermenegildo de Moraes. O casarão, porém, não é a casa mais antiga da rua.

O Casarão⁴⁹⁵, ainda assim, emerge como símbolo do poder local, dado que foi a residência de uma das figuras políticas mais importantes do município e que, no início do século XX, ocupou um lugar de destaque na política estadual goiana. Contudo, a importância dessa construção vai além do significado político dela. Morrinhos, a despeito dos vários anos de história não-indígena, não conserva grandes construções históricas, tornando-se o casarão um dos poucos símbolos da arquitetura do final do século XIX e início do XX a estarem de pé na cidade. Propriedade privada dos descendentes do coronel, o prédio não está aberto ao grande público.

⁴⁹⁵ No texto de Guilherme Xavier de Almeida, o Casarão é chamado de *O Sobrado*. Nessa pesquisa, porém, utiliza-se a denominação Casarão pela qual o prédio é mais conhecido na sociedade murrinhense na atualidade. Entretanto, mais à frente, ao se analisar o texto *O Sobrado*, manter-se-á a denominação adotada pelo autor.

Ilustração 21 - Casarão do Coronel Hermenegildo de Moraes



Foto: Wesley Ribeiro Alves (2024)

A preponderância da Matriz Nossa Senhora do Carmo, do Coreto e do Casarão do coronel Hermenegildo de Moraes se faz sentir em vários lugares da cidade de Morrinhos, até mesmo no ambiente acadêmico. As duas imagens a seguir foram tiradas em salas de aula da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sul, Sede Morrinhos.

Ilustração 22 - Pintura da Igreja Matriz N. Sra. do Carmo - Sala de Aula da UEG Morrinhos



Foto: Wesley Ribeiro Alves (2024).

A pintura acima é da antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, que permaneceu nesse formato nas décadas de 1930 e 1970. Imagens como essa são comuns de encontrar em Morrinhos. Assim como nas demais pinturas presentes na UEG Morrinhos, ela foi elaborada por Mário Pacheco, pintor local, no ano de 2020. Não se observa a mesma ubiquidade da atual Matriz de Nossa Senhora do Carmo. Nota-se que há uma exaltação à fé e à devoção à padroeira, contudo circunscrevendo essa devoção no passado áureo da cidade, quando o município possuía uma influência mais proeminente na esfera política e econômica estadual.

Hayden White ofereceu um aporte metodológico inicial para a compreensão das pinturas. Do primeiro, extraiu-se uma perspectiva cultural para o uso das imagens na história, enquanto o segundo apresenta uma estrutura para compreender a narrativa histórica embutida nas imagens.

Contudo, o uso dessas imagens apenas como forma de evidência pode ser problemático, dado que uma imagem nunca é uma representação precisa de uma cidade. Como se observa no caso da pintura do Coreto e do Casarão. Mais do que retratar dois monumentos de Morrinhos, essa pintura permite vislumbrar como a história oficial da cidade se encontra circunscrita nesse espaço.

Abaixo, a representação do Coreto com o Casarão ao fundo. Há uma licença artística de Mário Pacheco, uma vez que o ângulo apresentado na imagem não corresponde à realidade, dado que o Casarão está ainda um pouco acima do Coreto (pelo ângulo retratado, mostrar-se-ia

apenas uma parte dos muros do Casarão). Trata-se dos eixos política e educação-cultura representados em concomitância na mesma pintura.

Ilustração 23 - Pintura do Coreto e do Casarão - Sala de Aula da UEG Morrinhos



Foto: Wesley Ribeiro Alves (2024)

Iconograficamente, observa-se o coreto no primeiro plano, com uma árvore próxima. Ao fundo, o Casarão, cercado por vegetação. A antiga residência do coronel Hermenegildo é uma das últimas na cidade a conservar uma grande área repleta de árvores (a maior parte frutíferas). A existência desses grandes pomares pela cidade garantiu a Morrinhos o epônimo de Cidade dos Pomares.

Assim, no plano iconológico, essa pintura não apenas reforça a aliança entre cultura e poder político da cidade, em que a primeira é um veículo ideológico do segundo. Ela também reforça os principais aspectos ressaltados na historiografia local, como a referida ideia de que Morrinhos é a Cidade dos Pomares.

Portanto, essas imagens se enquadram na cultura morrinhense em que a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, o Casarão de Hermenegildo de Moraes e o Coreto são representantes de uma visão em que a cultura local é definida pela devoção à padroeira do município, pelas relações econômicas e de poder tecidas ao redor da elite local (personificada no coronel Hermenegildo) e pelo que essa mesma elite entende e produz como cultura.

White sublinha como as imagens, a exemplo dos textos, são formas de discurso que podem transmitir significados. Ora, não basta analisar o que as representações visuais

transmitem, mas também o que elas omitem. Observando as imagens aqui trazidas, é possível perceber uma série de omissões: as periferias, negros, trabalhadoras e trabalhadores não se fazem presentes.⁴⁹⁶

Essas omissões, como dito, moldam tanto quanto as presenças, uma percepção histórica de uma cidade que se fez a partir do centro e de seus grandes homens. Mais que ilustrações historicamente influenciadas, são imagens que destacam a opção da historiografia pública local em ignorar seu povo e favorecer sua elite.

Giselle Martins Venâncio, em suas pesquisas sobre as artes plásticas e a identidade nacional brasileira, aponta que, no início do século XIX, a maior parte da produção artística local era pautada pelo olhar estrangeiro. O exótico caracterizava sobremaneira as representações artísticas sobre o país. “Essa visão construída pelos ‘de fora’ em grande medida condicionou nosso próprio olhar”.⁴⁹⁷

Ao analisar *A Primeira Missa no Brasil*, de Victor Meirelles (1861), Venâncio mostra como a paisagem não apenas compõe o fundo, mas chega ao primeiro plano, envolvendo os personagens e participando ativamente da cena. Meirelles buscou atingir a verossimilhança, algo intrínseco ao pintor histórico. Ocorre que, como escreve a autora, a obra não é atemporal, portanto, a verossimilhança que se tem é aquela do século XIX, reproduzindo as ideias em voga quando a obra foi pintada.⁴⁹⁸

Nas pinturas de Mário Pacheco não há povo, isto é, pessoas retratadas. No plano iconográfico, aparece apenas a igreja Nossa Senhora do Carmo em destaque, cercada ao fundo por casas antigas do centro histórico. Pode-se argumentar que o pintor (Mário Pacheco) não é um especialista ou simplesmente não gosta de retratar pessoas em suas obras. Entretanto, essas pinturas acabaram reproduzindo uma das marcas da historiografia pública local da cidade de Morrinhos: não há povo, periferia, ou outras expressões religiosas que não a católica romana presentes na historiografia local.

Em Meirelles, aponta Venâncio, o Brasil é branco, com natureza exuberante e católico. Em Mario Pacheco, Morrinhos se limita a poucos metros quadrados, não tem povo e se desdobra por ação da elite que vivia naqueles espaços. Portanto, pinturas como essa da matriz e as seguintes, além de ilustrar secções da história selecionadas na historiografia pública local,

⁴⁹⁶ WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaio sobre a Crítica da Cultura. Trad. De Alípio Correia de França Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

⁴⁹⁷ VENÂNCIO, Giselle Martins. Pintando o Brasil: artes plásticas e construção da identidade nacional (1816-1922) **História em reflexão**: Dourados/MS, v. 2, n.4., jul/dez 2008., p 3-4.

⁴⁹⁸ Idem, p. 5

são elas também vocalizadoras de uma narrativa em consonância com aquilo que se produz acerca da história de Morrinhos.

Representações como essas são comuns na cidade de Morrinhos. Em pinturas de muros, quadros fixados em restaurantes, prédios públicos, supermercados, escritórios e no museu há a presença de imagens similares a essas trazidas aqui. Em redes sociais, vídeos circulam com fotografias desses lugares, além da estátua do Cristo Redentor. Normalmente, essas representações iconográficas vêm entremeadas a fotos de familiares e de figuras de destaque do passado político e da sociedade morrinhense.

A partir daqui, passa-se a analisar duas instituições culturais da cidade e um projeto promovido pelo governo do Estado de Goiás. Ambas as iniciativas são pensadas a partir da ideia de redes de circulação, de Robert Darnton. Tanto a Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos quanto a Academia Morrinhense de Letras encontram entre seus fundadores historiadores públicos locais analisados ao longo desta tese.

4.1 SOCIEDADE DRAMÁTICA E LITERÁRIA DE MORRINHOS E A FESTA DE ARTE

A Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos foi oficialmente fundada em 29 de julho de 1967, tendo como objetivo “cultivar a arte dramática no meio em que se acha; despertar nos jovens de Morrinhos o amor pelo Teatro, incentivando-os a desenvolver a arte dramática; desenvolver atividades literárias, musicais e recreativas”⁴⁹⁹, conforme é apontado na “Revista da Festa de Arte”⁵⁰⁰ em homenagem ao Sesquicentenário de Morrinhos (aniversário de 150 anos da cidade, celebrado a 1995, tomando-se o ano de 1845 como fundação do município, a partir da criação da Paróquia Nossa Senhora do Carmo e da elevação da Vila a Freguesia), num texto de autoria de Nilza Diniz Silva.

O grupo se enxerga como sucessor de um grupo de teatro Juquinha Diniz, fundado pelo próprio, no ano de 1921. Lembre-se de que Zilda Diniz Fontes e Nilza Diniz Silva são filhas dele. “Da mesma forma que a família Vieira está ligada à música, a família Diniz se liga ao

⁴⁹⁹ CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA. *Revista do Sesquicentenário de Morrinhos*. S/l: 1995, p. 5.

⁵⁰⁰ O pesquisador encontrou quatro destas revistas (as de número 2, 3 e 4 e a edição especial de 150 anos da cidade). De todas elas, a mais fácil de ser encontrada é a do Sesquicentenário, produzida no ano de 1995. Além de ter sido a última a ser produzida, a maior disponibilidade da revista indica que a tiragem foi significativamente maior. Enquanto nas demais revistas observa-se a presença de mensagens publicitárias, no caso da Revista do Sesquicentenário não há nenhuma publicidade, exceto menções aos ocupantes de cargos públicos no ano de 1995 (uma lista com os nomes do prefeito, vice-prefeito, primeira-dama, secretários, vereadores, membros do Judiciário, administradores do tabelionato, dentre outros). Há ainda menções elogiosas ao desenvolvimento e progresso da sociedade.

teatro, pois foi com Juquinha Diniz que se organizou o primeiro grupo dramático de Morrinhos, embora tenha havido antes dele uma ou outra representação teatral de pequeno vulto”⁵⁰¹.

A primeira Sociedade Dramática e Literária foi fundada por Juquinha Diniz, com a participação de sócios oriundos de Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara), onde o paulista viveu por alguns anos, antes de se fixar em Morrinhos. Com o capital levantado, construiu-se o Teatro Recreio, nas palavras de Fontes, uma construção simples “salão sem forro e janelas de madeira”⁵⁰². Esse teatro era localizado onde hoje fica a Praça do Coreto, à época, ainda não existia o coreto. O grupo acabou se esfalecendo, pelo falecimento de alguns e mudanças de outros. Entretanto, na década de 1931, houve o começo da segunda fase, a partir da liderança de dois filhos de Juquinha, Diniz e Aulio⁵⁰³. Foi uma fase curta, dado que a necessidade de cursar o Ensino Superior fez com que eles deixassem a empreitada.

Fontes cita que a terceira fase do grupo ocorreu com um conjunto de professoras e professores que ensaiavam adolescentes da cidade. O grupo se desfez com o acidente que vitimou o casal Sylvio e Lourdes de Mello, sendo Lourdes uma das líderes do projeto. O prédio do Teatro Recreio foi doado para a prefeitura de Morrinhos. Quando a construção começou a apresentar falhas estruturais, ela foi leiloada e, no local, foi construída uma casa⁵⁰⁴.

O ato da venda do teatro já demonstra que em Morrinhos há uma dificuldade de se preservar o patrimônio histórico local. São muitos os prédios e espaços públicos de importância histórica e cultural que foram demolidos ao longo do tempo no município. Assim, a cidade que se gloria de seu passado como “Atenas de Goiás” demonstra pouco ou nenhum compromisso em proteger sua própria história.

Houve, segundo a historiadora pública local, outras tentativas de se criar grupos de teatro na cidade, todos, porém, tiveram duração efêmera. Em 1962, as próprias Zilda Diniz Fontes e Silva resolveram criar grupos de teatro com alunos veteranos das instituições de ensino em que lecionavam. Algumas peças foram encenadas, atraindo o interesse dos moradores da cidade. Partindo da ideia de Miguel Frauzino, em 29 de julho de 1967, foi fundada a Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos.

A Sociedade, oficialmente, busca:

- Cultivar a arte dramática no nosso meio;
- Despertar nos jovens de Morrinhos o amor pelo teatro, incentivando-os a desenvolver a arte dramática;

⁵⁰¹ FONTES, Zilda Diniz. **Morrinhos**: de Capela a Cidade dos Pomares. Goiânia: Oriente, 1980, p. 79.

⁵⁰² Idem, p. 80.

⁵⁰³ Idem, p. 94.

⁵⁰⁴ Idem, p. 96-99.

- Desenvolver atividades literárias, musicais e recreativas⁵⁰⁵.

Esses objetivos se alinham ao que foi preconizado por Peter Lee. Segundo o autor, seja entre historiadores acadêmicos, ou sobretudo, entre os que não têm especialização na disciplina histórica, persiste a ideia de que a história ensina lições. Esse grupo, ao se preocupar com a educação dos jovens, reforça a ideia de que a história pode ensinar algo às novas gerações de Morrinhos, enquanto também promove o interesse pelas artes, conforme entendido pela Sociedade Dramática e Literária⁵⁰⁶.

Dentre as principais atividades do grupo, destaca-se a promoção da Festa de Arte de Morrinhos, um evento anual que busca divulgar as diversas expressões da arte do município por meio de exposições, palestras, concursos literários, teatro, desfiles e shows. Particularmente, o grupo privilegia a exposição de composições produzidas por morrinhenses. Em alguns anos da referida Festa, foram produzidas revistas que trazem textos dos membros da Sociedade e que servem como espaço para a circulação de ideias e textos de muitos dos historiadores públicos locais que também foram membros dessa sociedade.

A primeira edição da Festa de Arte ocorreu antes da própria oficialização da atual Sociedade Dramática e Literária, no ano de 1964:

A idéia da Festa de Arte nasceu de uma necessidade. A necessidade de mostrar ao povo o que em Morrinhos se fazia mas se guardava quase sempre para a apreciação do próprio artista ou, quando muito, para um grupo reduzido de amigos. [...] A princípio, pensamos em uma noitada de literatura e música morrinhenses, para que os jovens principalmente conhecessem os valores da própria terra. A ideia ganhou vulto à medida que começou a ser divulgada e se chegou à conclusão de que a simples noitada lítero-musical não bastava. Era necessário haver também a divulgação da pintura e do desenho [...] ⁵⁰⁷.

Os relatos de Fontes dão conta de que o evento extrapolou as expectativas do público, ganhando novas edições nos anos seguintes, com exceção de 1967, em que o evento não pode ser realizado. O cronograma da Festa de Arte varia muito de um ano para outro. Além disso, sua realização não é regular, já que em alguns anos, como 1981, não aconteceu. Por exemplo, a edição de 1970 ocorreu entre outubro e novembro. Por sua vez, em 1982 foi no mês de agosto. No geral, a Festa ocorre no segundo semestre.

⁵⁰⁵ Idem, p. 109.

⁵⁰⁶ LEE, Peter. Por que aprender História? Trad. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schimidt e Marcelo Fronza. Curitiba: **Educar em Revista**, n. 42, out/dez. 2011, p. 19-42. p. 28.

⁵⁰⁷ Idem, p. 233.

O primeiro número da “Revista da Festa de Arte” foi publicado na IV edição, em 1968. Na ausência de um exemplar da publicação, recorreu-se à descrição feita por Fontes:

A revista foi impressa em sistema offset, no Colégio Couto Magalhães, em Anápolis. A capa, criação de Maluba, em preto e branco, traz a figura de uma mulher com uma criança no colo. Contém trabalhos literários dos novatos, selecionados por concurso, e contou com a colaboração de Guilherme Xavier de Almeida, Alaor Barbosa, Reinaldo de Oliveira Gomes, Léo Godoy Otero, Calixto Bastos, Mário Borges, José Rodrigues Ferreira, Lauro Veloso, Frauzino Sobrinho, Nilza Diniz Silva, Bruno José Vieira⁵⁰⁸.

Não houve regularidade na publicação das Revistas da Festa de Arte. Outros três volumes viriam a ser publicados, em 1970, 1971 e 1982 (Edição do centenário de Emancipação Política do Município). Em 1995, outro número da revista foi publicado, dessa vez sob o patrocínio do Conselho Municipal de Cultura, por razão dos 150 anos de fundação do município, o Sesquicentenário.

É provável que Zilda Diniz Fontes e Nilza Diniz Silva se inspiraram em publicações de outras unidades da federação para a produção da revista. Uma hipótese é de que as professoras tenham entrado em contato com exemplares da “Revista de Cultura Acaiaca”, editada em Minas Gerais entre 1948 e 1957. As escritoras estudaram em Minas Gerais, como dito anteriormente, portanto, é altamente provável que a “Revista Acaiaca” tenha as influenciado. A revista dedicou um de seus números a Ituiutaba, cidade onde as historiadoras públicas locais fizeram seus cursos superiores. A edição apresentava uma compilação de informações sobre o município, bem como textos contendo sínteses sobre a história local.⁵⁰⁹

A “Acaiaca” se configurava como uma revista mensal, editada em Belo Horizonte/MG, trazendo textos sobre cultura, educação, turismo, além de fotografias sobre personalidades mineiras. Sabe-se que a revista teve ampla circulação por todo o estado, dado o fato de ter sido uma produção da Imprensa Oficial da capital de Minas Gerais⁵¹⁰.

Sobre a “Acaiaca”, Lucas Mendes Menezes escreveu: “Seus idealizadores acreditavam na literatura e na arte como meios de aprimoramento do homem e de esclarecimento do povo e

⁵⁰⁸ Idem, p. 236.

⁵⁰⁹ OLIVEIRA, Leonardo Silva. “**Essa Terra merece o nosso amor**”: As comemorações do centenário de emancipação política e administrativa de Ituiutaba. 2014. 81 f. Monografia (História) – Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Ituiutaba/MG, 2014.

⁵¹⁰ Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/Colecao_19.pdf, acesso em 28 dez. 2024. Não se chegou a analisar exemplares da Revista Acaiaca, contudo, ao consultar trabalhos acadêmicos que tiveram a Revista como fonte, observou-se um estilo de escrita muito próximo do empregado na Revista da Festa de Arte de Morrinhos. Uma análise comparativa entre as duas publicações pode revelar-se uma pesquisa muito produtiva e esclarecedora no futuro.

estavam dispostos a tudo fazer para recriar “em Minas o verdadeiro amor pelas coisas do espírito e pelas suas expressões duradouras”. Não se trata de um objetivo muito distinto daquele que a “Revista da Festa de Arte de Morrinhos” buscava alcançar⁵¹¹.

A “Acaiaca” e a “Revista da Festa de Arte de Morrinhos” são manifestações de uma arte elitista, pensada a partir de padrões burgueses e europeus de se produzir arte e cultura. Tanto é assim que, Lucas Menezes mostrou como a “Acaiaca” era apreciada por Juscelino Kubitschek⁵¹², ao mesmo passo que a “Revista da Festa de Arte” era apreciada por políticos locais.

Todo os periódicos, conforme aponta Rafael Saraiva Lapuente, independentemente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. Da mesma forma, nem tudo que está escrito é um relato fidedigno, dado que posicionamento político, poder econômico, causas sociais defendidas pelo veículo, público-alvo, acabam influenciando o material final produzido⁵¹³.

Nessa seara, o método traçado por Lapuente propõe que o historiador comece seu trabalho analisando a abrangência do periódico em questão. O próprio pesquisador, entretanto, assevera que nem sempre informações sobre tiragens, volumes distribuídos, venda avulsa não são disponibilizadas, como a “Revista da Festa de Arte de Morrinhos”. Por outro lado, compreende-se que mesmo informações quantitativas sobre tiragens e publicações são insuficientes, dado que, no caso da Revista de Arte, por exemplo, há exemplares em bibliotecas, o que potencializa, ao menos em tese, o alcance de um único volume.

Em todo caso, ter noção da circulação de um periódico é fundamental para se compreender o impacto da publicação na formação da opinião pública. É o que se observará, no caso de Morrinhos, do texto *O Sobrado*, que se tornou central na produção da história pública local morrinhense, servindo de paradigma para as produções ulteriores.

Assim, além dos índices quantitativos, Lapuente sugere que se conheça qualitativamente quem é o público leitor do período analisado. Essa mesma linha é seguida por José D’Assunção Barros, a quem, além do que foi proposto por Lapuente, faz-se fulcral conhecer a periodicidade

⁵¹¹ MENEZES, Lucas Mendes. Uma revista que honra a cultura de Minas: A política mineira através da Acaiaca (1948-1957). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande/RS, v. 2, n. 4, dez/2010.

⁵¹² Idem, p. 212.

⁵¹³ LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do período impresso na pesquisa histórica. *Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)*. Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.-jun. 2016. p. 18.

da imprensa em questão (o que, como se observará, não é algo regular no caso do periódico aqui discutido)⁵¹⁴.

Barros defende que o historiador deve se aproximar do jornal como uma fonte multi-autoral que tende a ter uma grande abrangência de assuntos, havendo uma polifonia de textos. A “Revista da Festa de Arte de Morrinhos” também é multi-autoral e apresenta escritos variados, tanto em gênero quanto em autoria e, por mais que a arte seja o fio condutor da publicação, há uma variedade de temas tratados na publicação.

José d’Assunção Barros elaborou um diagrama com pontos a serem considerados na análise historiográfica de jornais. A “Revista da Festa de Arte” não é um jornal, contudo, há elementos que a aproximam dos periódicos pensados por Barros, como a já aludida polifonia de textos, por exemplo. Um elemento do método pensado pelo autor é a análise dos periódicos a partir de um contexto mais amplo, em que o historiador leve em conta publicações similares, ainda que mantidas por outras editoras.

Nesse contexto, como dito, é que se estabelece a provável influência da “Revista Acaiaca” na ideia de se publicar a “Revista da Festa de Arte de Morrinhos”. Ainda que o pesquisador não tenha tido acesso à publicação mineira, a leitura dos trabalhos acadêmicos citados acima já permitiu estabelecer essas similaridades.

Na Revista de 1970 (número 2), da 6ª Festa é apresentado um histórico das edições da Festa de Arte do município, numa coluna denominada *esclarecendo*. O título do primeiro evento foi “Morrinhos marca Encontro com a Arte”:

Devido ao grande êxito dêsse 1º. Encontro, ao qual compareceram Bernardo Élis, Xavier Júnior, Bariani Ortêncio, entre outros, a comissão organizadora resolveu realizá-la todos os anos.

Em 1965 contamos com a presença do poeta Alphonsus Guimaraens Filho, que fez a conferência de abertura. Duas noites de gala Morrinhos de Ontem e Morrinhos de Hoje marcaram solenemente êsse 2. Encontro com a Arte.

1966 Bernardo Élis é convidado a fazer a conferência abertura. No encerramento tivemos "Literatura Brasileira em Revista", com mais de 50 participantes, aula original e única que será sempre lembrada.

1967 Morrinhos não teve sua Festa de Arte. Fatôres diversos concorreram para isso⁵¹⁵.

Percebe-se que a Festa de Arte do município fazia acorrer a Morrinhos nomes da cultura e da literatura goiana, como Bernardo Élis e Alphonsus Guimaraens Filho, o que foi utilizado pelos historiadores públicos locais para justificar o epíteto “Atenas de Goiás para o município”.

⁵¹⁴ BARROS, José D’Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra/Portugal, v. 52, n. 12, p. 397-419, 2021.

⁵¹⁵ SOCIEDADE DRAMÁTICA E LITERÁRIA DE MORRINHOS. *VI Festa de Arte de Morrinhos*. Morrinhos: Gráfica Globo, 1970. p. 11.

Em 1969, a Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos lançou a pedra fundamental do Teatro Municipal Juquinha Diniz, que seria construído pela Sociedade e que hoje é administrado pela Prefeitura de Morrinhos. Com exceção da Revista do Sesquicentenário, as demais edições da revista trazem mensagens de abertura ou de apresentação. Duas delas, o volume 3 e o volume 4, trazem textos assinados pelo incumbente da prefeitura morrinhense (respectivamente, Domingos Vilefort Orzil e Naphitali Alves de Souza). Essa realidade indica a proximidade do poder público com o grupo organizador do evento (proximidade que não significou o aporte de recursos públicos, nesse primeiro momento, para a construção do teatro, o que só ocorreu na década de 1990). Contudo, isso pode levantar dúvidas sobre a disposição dos expositores em apresentar reflexões críticas sobre o governo local.

Uma nota sobre o contexto político nacional. Em 13 de dezembro de 1968⁵¹⁶, o então presidente Artur da Costa e Silva baixou o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), que recrudescer o regime ditatorial em curso no Brasil. Não é possível afirmar se houve ingerência da censura institucionalizada na publicação. Entretanto, o cenário do país ajuda compreender essa proximidade.

José D'Assunção Barros apresenta um método para citar oito características essenciais dos periódicos (jornais, em especial). Em primeiro lugar, a periodicidade. Como visto, no caso das revistas analisadas, não há uma periodicidade regular. Em seguida, largo alcance, não há informações sobre a tiragem das edições. Ainda assim, como assinalado, esses exemplares foram disponibilizados em bibliotecas do município, representando uma expansão possível do público leitor.

Polifonia dos textos é o terceiro elemento a ser observado. Há vários autores que escreveram os textos das revistas. Em comum, o fato de que todos são em maior ou menor grau, representantes da elite local, seja por atuarem como advogados, promotores, médicos, seja por terem laços com o poder público municipal ou estadual. Há uma produção multi-autoral (o quarto ponto a ser observado), contudo, os autores pertencem ao mesmo estrato social e mantêm laços sociais entre si.

A interação entre informação e discurso ocorre na medida em que os elementos da história de Morrinhos são apresentados de forma alinhada com a visão de mundo dos autores: uma visão pesada com a ótica das elites locais. Assim, as revistas reverberam aquilo que foi observado na produção intelectual dos historiadores públicos locais: a ideia de que Morrinhos foi construída pela dedicação e virtudes da elite política e econômica.

⁵¹⁶ Portanto, após a publicação do primeiro volume da Revista da Festa de Arte de Morrinhos.

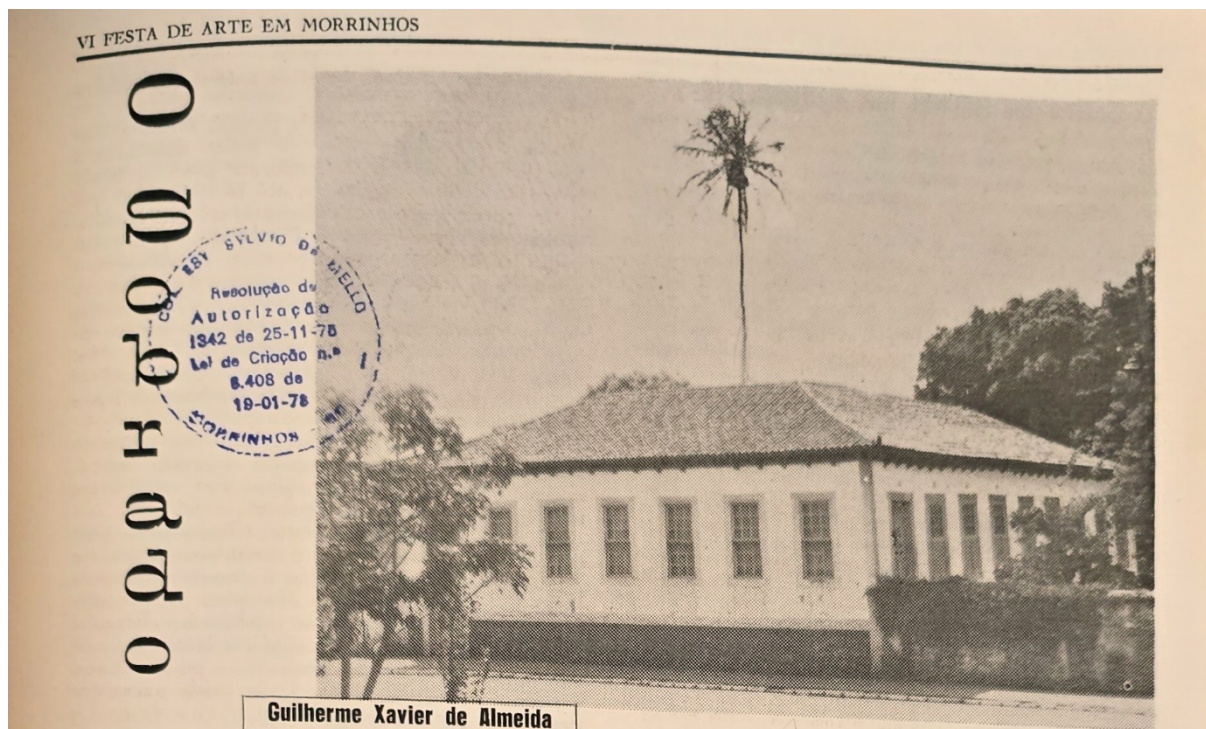
A disponibilidade de exemplares para biblioteca, a diversidade de gêneros produzidos e veiculados nas revistas da Festa de Arte, bem como a realização de concursos para a publicação dão mostra de como se buscava atrair vários segmentos leitores para a publicação. Como se trata de um periódico voltado para as artes, não há compromisso estrito com a realidade. Ainda assim, em especial ao tratar da história local, a revista buscou se revestir de uma aura de verossimilhança.

Finalmente, há uma grande abrangência de assuntos nas revistas. A história, arte e cultura de Morrinhos são os assuntos principais, entretanto, contos, poemas, gravuras de diversos temas também se fazem presentes nessas publicações. Dessa forma, a revista conseguiu ser lida em círculos exteriores à cidade de sua produção.

Em todos os números da revista, elementos do passado de Morrinhos são apresentados ao público leitor. Entretanto, o texto mais importante nesse contexto foi trazido no volume 2, na edição da Revista de 1970. Trata-se de *O Sobrado*⁵¹⁷, de autoria de Guilherme Xavier de Almeida. O texto se dedica a contar a história do Casarão do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes e de seus moradores. Esse escrito foi o ponto de partida para **Morrinhos**: de Capela a Cidade dos Pomares e se tornou uma espécie de paradigma da história pública local morrinhense, antecedendo, como visto, a publicação do referido clássico.

O autor situa a construção do Casarão em torno de 1880. Na imagem abaixo é possível observar uma fotografia do casarão tirada à época da redação do artigo, corroborando a tese de que esse é um dos lugares centrais na historiografia pública local e na memória oficial do município de Morrinhos:

⁵¹⁷ É preciso deixar claro ao leitor que, apesar do texto ter por título, *O Sobrado*, o Casarão em si não é de fato um sobrado, dado que tem apenas o andar térreo.

Ilustração 24 - Fotografia do Casarão na **Revista da VI Festa de Arte de Morrinhos**

Disponível em: SDLM. **VI Festa de Arte de Morrinhos**. Morrinhos: Gráfica Globo, 1970. p. 13.

A imagem acima traz no plano principal uma fotografia monocromática do Casarão do coronel Hermenegildo de Moraes, com parte do muro, janelas fechadas e cercado por árvores. É muito comum que os moradores da cidade encontrem o casarão fechado, já que não há visitas regulares à construção, que segue sob gestão dos descendentes dos Lopes de Moraes. Essa imagem serve de ilustração para o texto de Guilherme Xavier, mas representa, mais uma vez, a importância desse prédio na historiografia pública local.

O texto *O Sobrado* vai da página 13 até a página 17, entremeadado por propagandas, um poema (“Elegia do Menino que perdeu o pai”) e um conto (“Vexatório na Igreja”). A estratégia se repete ao longo de outras edições da revista. Elementos da história de Morrinhos são colocados lado a lado de composições literárias. Os próprios textos sobre a história de Morrinhos ganham aspecto de crônicas, tornando a leitura mais acessível ao público.

Como dito, *O Sobrado* serve como um precursor dos textos que seriam produzidos pelos historiadores públicos locais. Observe-se, abaixo, como Guilherme Xavier de Almeida analisa a figura do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes:

Dotado de grande simpatia pessoa, avêso a violências e a qualquer abuso do poder econômico, o Cel. Hermenegildo foi alargando, aos poucos, o círculo de suas relações e amizades, até se tornar um dos chefes políticos mais prestigiosos no sul da Província, durante os últimos anos da Monarquia. Com o advento da República, o seu prestígio consolidou-se e estendeu-se a tal ponto

que passou a ser eleito vice-presidente do Estado em todos os quadriênios que se sucederam até a sua morte, tornando-se, de certo modo, vice-presidente vitalício de Goiás⁵¹⁸.

Como apontado por Júlio Cesar Meira, a figura que reúne todos os aspectos de um coronel, segundo a definição de Hamilton Afonso de Oliveira, se tornou, nas palavras de Guilherme Xavier de Almeida, uma figura carismática, cujo poder residiria muito mais nas relações interpessoais do que na imensa fortuna acumulada por ele. Sua posição quase permanente como vice-presidente de Goiás não é resultado de táticas de coronelismo, mas sim da reputação do político.

Diria, cinquenta anos depois [do ápice do poder político do cel. Hermenegildo] na Câmara dos Deputados, o Cônego José Trindade da Fonseca que nenhuma decisão política relevante se tomava em Goiás, naquele tempo, sem audiência de Morrinhos. Ora, politicamente, na época, Morrinhos era o Sobrado, e o Sobrado era o Cel. Hermenegildo Lopes de Moraes⁵¹⁹.

Aqui, *O Sobrado* emerge como metonímia do poder político do coronel Hermenegildo e da própria cidade de Morrinhos. Não há espaços para questionamentos e discussões sobre tensões e conflitos sociais. Assim, o autor dedica parte significativa de seu texto para elogiar a constituição física do coronel, como a higiene e a corpulência, além de uma contradição elevada ao pitoresco, o fato do coronel ser simultaneamente um católico romano e um membro da maçonaria. É possível que o autor tenha se inspirado em **Sobrado e Mucambos**, de Gilberto Freyre, já que em ambos os casos se estabelece uma relação centro periferia entre a construção e os moradores.

Essa característica, como visto nos capítulos anteriores, foi transmitida aos historiadores públicos locais. Robert Darnton, ao analisar o contexto editorial na França pré-Revolucionária, observou que os libelos tiveram um papel central na divulgação tanto de críticas e boatos relativos à Família Real francesa, quanto na divulgação de ideias dos iluministas franceses. Da mesma forma, publicações como as Revistas da Festa de Arte atuaram para divulgar ideias que depois se materializariam na historiografia pública local⁵²⁰.

Após a morte de Hermenegildo, José Xavier de Almeida e a esposa (Amélia) passaram a habitar no casarão. Novamente, há uma série de notas elogiosas tecidas aos novos ocupantes

⁵¹⁸ Idem, p. 14.

⁵¹⁹ Ibidem.

⁵²⁰ DARNTON, Robert. **O Diabo na água benta**: ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão. Trad. Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

do prédio. Enquanto o primeiro, segundo Guilherme Xavier de Almeida⁵²¹, dedicava-se à leitura de clássicos da literatura mundial, a segunda dedicava-se a obras de caridade, além de viagens para o Rio de Janeiro: “[José Xavier de Almeida] Era compreensivo e tolerante. Sendo apenas deísta, não acreditando em religiões reveladas, ia, contudo, à missa dominical e até assistia a outras cerimônias sacras, em respeito às crenças da família e da coletividade a que pertencia⁵²²”. Nas palavras de Guilherme Xavier, o político era também um abstinente muito sério, que mesmo à beira do fim não mudou suas convicções religiosas, não buscando a confissão, ainda que não tenha proibido as pessoas de rezarem por ele ou mesmo de receber a Extrema Unção.

Da mesma forma como fez com o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, o coronel (no sentido do coronelismo debatido na historiografia brasileira), desaparece na figura de José Xavier de Almeida, ressaltando-se aspectos biográficos e pessoais. Guilherme Xavier de Almeida ainda fez questão de celebrar o espírito democrático e de culto à liberdade por parte do pai, sendo um republicano fervoroso, eclipsando o problema das fraudes e coação eleitoral que ocorriam pelo país.

Ao reverenciar o papel do Sobrado, Guilherme Xavier de Almeida assim escreveu: “O velho Sobrado já quase centenário parece ter o dom da juventude perpétua”. Passados mais de 50 anos da escrita desse artigo, o Casarão continua ocupando um espaço importante na história e no imaginário da cidade de Morrinhos. E, o estilo introduzido por Guilherme Xavier serviu de inspiração para os historiadores públicos locais morrinhenses.

Antes de se encerrar a análise do volume, o leitor observará que a capa do Número 2 da “Revista da Festa de Arte” é a mesma que seria utilizada no livro **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**:

⁵²¹ Guilherme Xavier de Almeida, lembre-se, era filho de José Xavier de Almeida e de Amélia Lopes de Moraes.

⁵²² SDLM. **Op. Cit.**, p. 16.

Ilustração 25 - Capa da “Revista da Festa de Arte” e de *Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares*



Disponível em: SDLM. **VII Festa de Arte de Morrinhos**. Morrinhos: Gráfica Globo, 1970. p. 13 e FONTES, Zilda Diniz. **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**. Goiânia: Oriente, 1980.

Na gravura, denominada “Reminiscências de minha infância”, de autoria de Maria Purificação de Freitas Borges, há destaque para a igreja Nossa Senhora do Carmo (à época da publicação da Revista ainda era como aparece na imagem). Crianças brincam diante da matriz e na rua (duas delas com pipas), reforçando os aspectos de se lembrar a infância a que se dedicou a artista.

Mais ao fundo, árvores carregadas de frutos, relacionando-se ao epônimo Cidade dos Pomares se tornam visíveis. Há ainda algumas casas, remontando às poucas construções que sobreviveram à ação do tempo no município. Em primeiro plano, uma menina e um menino. A menina está contemplando a cena (possivelmente, representa a própria artista a lembrar seu passado), enquanto o menino se encontra de cabeça virada em sentido oposto à cena.

Nem a revista, nem o livro traz explicações sobre os sentidos da imagem que serviu de capa. Da mesma forma, não são explicitados em nenhum dos dois documentos as razões que levaram à escolha desse texto ou a coincidência de capas. Certamente, porém, ela não foi fruto do acaso, uma vez que Fontes encontrava-se à frente da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos quando da realização da Festa de Arte de 1970, da mesma forma que é dela a autoria

do livro, o que explica a escolha da já citada Maria Purificação de Freitas Borges e de sua imagem.

A coincidência de capas, entretanto, reforça a impressão de que não só a “Revista da Festa de Arte”, como o próprio evento, integra uma rede de circulação das ideias expressas pelos historiadores públicos locais morrinhenses. As revistas anteriores à publicação de **Morrinhos**: de Capela a Cidade dos Pomares, serviram-lhe de precursoras, enquanto as revistas posteriores contribuíram para a divulgação da obra e de seus pressupostos.

Na Revista de 1971 (volume 3), há a presença de um artigo de Bernardo Élis, em que o autor aponta que a cidade de Morrinhos estava se constituindo como um núcleo importante da cultura goiana. Além da capital de Goiás (até a década de 1930, a própria cidade de Goiás), Bernardo Élis aponta Pirenópolis (então Meya Ponte) como um importante centro cultural de Goiás na primeira metade do século XIX⁵²³. Em seguida, na segunda metade do século XIX e na primeira do XX, Catalão teria passado a ocupar esse posto, seguida por Luziânia.

A cidade de Morrinhos desde o século passado se constituiu em centro relevante da política estadual, onde viviam juristas e pessoas cultas, não tendo, porém, podido apresentar uma produção literária igual à de Catalão e Santa Luzia talvez pela ausência de órgãos de divulgação cultural como jornais, revistas ou almanaques, em torno de cuja elaboração se agrupassem os escritores obrigados a colaborar em nesses órgãos⁵²⁴.

Bernardo Élis não aponta Morrinhos como a Atenas de Goiás pensada por outros autores morrinhenses. Portanto, se o artigo é empregado para provar o protagonismo cultural da cidade de Morrinhos, por outro lado, serve também para questionar o epíteto tão celebrado por seus historiadores públicos locais. Na pena de Bernardo Élis, Morrinhos não teve uma produção literária (no século XIX e, por inferência nem na primeira metade do século XX), significativa como a de outras cidades do Estado de Goiás.

Ele reconhece a Festa de Arte como um marco da cultura e da arte para a cidade. “Enfim, anualmente, de sete anos a esta parte, durante uma semana, Morrinhos como quê faz um balanço de sua vida artística. E cada ano, novos progressos se fazem sentir⁵²⁵”. O próprio Bernardo Élis teceu louvores ao papel das irmãs Diniz na organização da Festa de Arte, comemorando o fato de que Fontes logo ingressaria na Academia Feminina de Artes e Letras de Goiás.

⁵²³ SDLM. VII Festa de Arte de Morrinhos. Morrinhos: s/e, 1971. p. 9.

⁵²⁴ Ibidem.

⁵²⁵ Ibidem.

Apesar de colocar em xeque a ideia de uma Atenas de Goiás no limiar do século XX, Bernardo Élis é citado para reforçar a noção de que a cidade se constituiu um núcleo importante no contexto histórico e cultural de Goiás.

No número 3 da “Revista da Festa de Arte” (1971), há uma crônica dedicada à cidade de Morrinhos, escrita por Léo Godoy Otero, na cidade de São Paulo de 1964, ilustrada por uma imagem da Rua Barão do Rio Branco na década de 1970, o coração comercial do município naquele momento. Esse texto, a exemplo de “O Sobrado” de Guilherme Xavier de Almeida, certamente também teve sua influência sobre os historiadores públicos locais posteriores.

Ilustração 26 - Rua Barão do Rio Branco na “Revista da VII Festa de Arte”



Trecho da Rua Barão do Rio Branco

Disponível em: SDLM. **VII Festa de Arte de Morrinhos**. Morrinhos: Gráfica Globo, 1970. p. 14.

A primeira parte da crônica está escrita assim:

Ao longo do rio do Tempo
 No suave colo de dois morros
 Se derramam trópegas, num colêio arfante,
 As águas leves desta minha história
 Era uma vez...
 A esquerda uma saudade: Morro da Saudade ingênuo e esquecido
 Do morro vem o samba
 Em Morrinhos ou no Rio.
 Antônio da Faustina! Odílio!
 Eram serenatas antigas sob o espaço cósmico, infinito, desintegrando corações
 à frequência dorida dos violões.
 À destra, o casario:
 "Brejo", romântico, muito alegre...
 "Açude", longe demais de cá de baixo.

"Cerrado" (em declive) para onde a cidade se arrancou na pulsação urbana: resfolegando palhoças, inspirando casas, respirando progresso. Depois, na exaustão da largada, campeando, adormece em planura à sombra da cruz, num outeiro dominante
 A rua traçada, a rua-avenida, a praça velha, praça nova. Cemitério antigo, cemitério novo
 A capelinha na fimbria da cidade bendizia O Ginásio antigo (o de meus problemas).
 O Ginásio novo, que o Estado concede ao povo. O Grupo Escolar velho ladeando a Avenida. Comprimindo um beco.
 Três horas da tarde. Em forma, o estudante cantando, aprendendo civismo: “- Trabalhai, meus irmãos, que o trabalho É virtude...”⁵²⁶”

Apesar de ser chamada de crônica, o texto seguiu o modelo de um poema. Léo Godoy Otero inicia citando dois morros, o que contraria a ideia mais difundida de que o nome do município é originário de três pequenos acidentes geográficos que circundam a cidade e teriam dado origem à denominação Morrinhos.

Pessoas e grupos que fazem da poesia um meio de expressão de ideias, sentimentos, conhecimento, experiências de luta, transformando os versos em arma nas disputas sociais que empreendem no ato de viver. Aprender e problematizar essa linguagem significa um esforço em busca da compreensão desses viveres, de movimentos, de trajetórias percorridas e de perspectivas vislumbradas, perseguidas e às vezes abandonadas, Parte da dinâmica que constitui o fazer história, e que faz da operação histórica, também, um ato político.⁵²⁷

Dalva Maria de Oliveira Silva aponta como os poemas se configuram como meios de expressão de ideias e visões de mundo acerca de uma realidade. Na pesquisa da autora, ela analisou versos ligados ao Vale do Jequitinhonha, a exemplo do texto de Otero, o material abordado pela historiadora narra as transformações enfrentadas pela região, à medida que houve o avanço de empresas ligadas à exploração de madeira. O método empregado por Dalva Maria Silva consistiu em analisar os versos e assim, extrair os discursos, cosmovisões e ideologias dos poetas.

O texto de Otero mescla uma cidade idílica a uma Morrinhos que se desenvolve, cujo núcleo urbano chega a novos espaços. O autor opõe elementos históricos da urbe (praça velha) aos novos espaços públicos que iam sendo projetados (praça nova), opondo também o Ginásio Senador às instituições de ensino que eram construídas pelo Estado naquele período.

⁵²⁶ SDLM. **VII Festa de Arte de Morrinhos**. Morrinhos: Gráfica Globo, 1970. p. 14.

⁵²⁷ SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Cultura, linguagens e história: a arte de viver, na poesia. In: MACIEL, Laura Antunes. ALMEIDA, Paulo Roberto de. KHOURY, Yara Aun. **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 114-135., p. 115-116.

Finalmente, a própria ideia de ruas traçadas (rua traçada, rua-avenida) que começavam a se tornar mais comuns, à medida que entrava em cena, entre meados da década de 1960 e na década de 1970, a reformulação urbana do município⁵²⁸.

Marc Bloch evidenciou como o tempo histórico vai além do tempo artificialmente construído para fins cronológicos. “Ora, esse tempo verdadeiro [o histórico] é, por natureza, um continuum. É também perpétua mudança”⁵²⁹. O poema de Otero atesta essa realidade, pois a Morrinhos do passado convive com a Morrinhos do presente. O *progresso* coexiste com o *velho* na urbe.

A crônica se alinha àquilo que se observa no discurso dos historiadores públicos locais, isto é, a ideia de um progresso no sentido industrial/positivista, a partir de um viés eminentemente conservador. O Morro da Saudade, um dos três morros que dão nome ao município e a um bairro, é associado à ingenuidade e ao esquecimento. De fato, a região se constitui como uma das áreas periféricas da cidade, seja pela distância em relação ao centro histórico e/ou comercial, seja pelo fato de ser uma região ocupada por pessoas de renda mais baixa do município.

O texto segue, trazendo em relevo a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo (um dos centros em que a história de Morrinhos foi construída):

Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, aquela colonial do século dezenove,
Destruída
Fênix
Renascida⁵³⁰.

A partir da Matriz, a crônica se desenrola, com o autor narrando cenas como velórios, casamentos, procissões e festas que se desenrolavam na igreja. Cenas como leilões e apresentações da banda de música da cidade são descritas. Dali, o leitor é convidado a caminhar por outros espaços da cidade. De outro modo, tudo que se liga à história do município tem como ponto de partida a Igreja Nossa Senhora do Carmo. Quaisquer elementos anteriores (como os povos indígenas) são ignorados pelo autor. Quaisquer elementos que não se adequem a essa visão centrada na devoção à Virgem do Carmo, também são ignorados.

À certa altura, lê-se que:

⁵²⁸ MEIRA, Júlio Cesar. **Reforma Reformulação Urbana no Brasil do Século XX**: Análise dos Discursos de Progresso e Modernização em um Município do Sul de Goiás. Curitiba: CRV, 2019.

⁵²⁹ BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o Ofício de Historiador. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 55.

⁵³⁰ SDLM. **Op. Cit.** 1971. p. 15.

“Morreu no Cerrado
Um homem atirado
o cadáver da cigana
Sob um monte de cana
Peão de boiadeiro
Traçou um companheiro⁵³¹”.

O Cerrado a que o texto se refere é o bairro São Francisco de Assis, outra área periférica da cidade que também foi ocupada pela população de baixa renda do município. Aqui, portanto, observa-se que a Morrinhos culta, letrada, a Atenas de Goiás se desenrola entre a Igreja Matriz (lugar da fé e centro irradiador da urbe), o Casarão (coração político do município e lugar do desenvolvimento econômico) e o Coreto (onde a cultura acontecia). Para além disso, ou resta a ingenuidade e o esquecimento, eufemismos para a ignorância (Morro da Saudade) ou a violência e o assassinato (São Francisco de Assis).

É possível compreender algumas percepções a respeito da cidade de Morrinhos transmitidas pelo autor. Por exemplo, observa-se que Léo Otero enxerga Morrinhos pelas lentes da historiografia pública local, enviesada pelo pensamento da elite. O poema de Léo Otero significa uma perspectiva que considera o centro da cidade de Morrinhos como fonte de cultura e erudição, enquanto retrata a periferia, simbolizada pelo "Cerrado", como um local de violência.

O texto continuou tecendo elogios aos grandes nomes da política, da arte e da educação do município (José do Nascimento, Raul Nunes, Major Limírio, Xavier de Almeida, Alfredo de Moraes e outros). Léo Godoy Otero afirma ter sido vizinho de Evaristo Frauzino, num período em que a rua de ambos não era ainda calçada, o que tornava o local intrafegável nos tempos de chuva.

O texto termina com uma ode de saudade de Morrinhos:

São saudades que Morrinhos deixa na gente.
Morrinhos das tropas, caminho das boiadas.
Dos pomares, presidente, deputados.
Comerciantes
Fazendeiros
Médicos
Estudantes.
Terra dos homens⁵³².

⁵³¹ Idem, p. 15.

⁵³² Idem, p. 16.

Novamente, Morrinhos é restrita à ideia da cidade dos pomares, cuja história tem início a partir de tropas e boiadas, perpassa os grandes nomes da política (presidente, deputados), vocacionada ao progresso (comerciantes, fazendeiros, médicos) e tem a educação-cultura como um de seus principais veios (estudantes). A expressão *Terra dos homens*, ao final do texto, evoca a ideia de uma cidade que busca conservar a memória de seus tempos áureos. Além disso, atesta uma forte influência do patriarcalismo, seja na escrita de autores, seja na de autoras morrinhenses.

Assim, a Morrinhos que evoca saudades em Otero é a mesma Morrinhos que aparece inventada na história pública local. Não há, nesse poema, espaço para os trabalhadores, as mulheres, os pobres, os negros e os moradores da periferia. O poema de Otero é, portanto, um testamento dessa mentalidade que exclui essas pessoas da história local e pode muito bem ter influenciado a produção historiográfica pública que viria nos anos seguintes.

Não se pode ignorar, portanto, que Otero vocaliza uma visão elitista sobre Morrinhos. A linguagem do escritor e as personagens que ele escolhe reforçam a ideia de que sua visão da urbe reflete principalmente os interesses dos mais poderosos. Para além de valorizar os grandes centros de Morrinhos, observa-se um interesse maior dele por personagens da elite, dando pouco espaço aos trabalhadores e minorias. Ainda explorando o referido número 3, encontra-se um texto de Bruno José Vieira, “Reminiscências de um músico de banda”, rememorando a antiga banda de música da cidade. Trata-se de uma homenagem a um antigo músico do grupo, Armídio Felipe Santiago, primo de Bruno, daí a escolha do autor em se valer da primeira pessoa ao longo do documento.

Nesse mesmo dia, isto é, no dia 27 de novembro (sic) de 1.970, você, meu inesquecível primo ARMÍDIO FELIPE SANTIAGO, também foi convocado pelo Senhor para tomar parte na Banda Celestial. Mas, meu grande amigo e colega de arte que foi, não pense que o seu nome ficará gravado somente (sic) nessa árvore plantada no coração da "cidade que mais cresce no mundo". O seu nome indelével se acha perenemente gravado no coração dêste seu amigo que jamais o esquecerá; nos corações inconsoláveis dos seus familiares; nos corações saudosos dos seus amigos e colegas de arte; nos corações, não menos saudosos, dos seus amigos e companheiros de pescarias. Enfim, ficará também gravado no coração de todo o povo da cidade que o viu nascer – A Cidade dos Pomares tanto... tanto amou!⁵³³

A saudade dá a tônica ao texto do autor. Não apenas do primo falecido, mas saudade de um passado em que a Banda era atuante no município de Morrinhos. O texto tomado desse tom

⁵³³ Idem, p. 21.

melancólico e nostálgico induz no leitor sentimentos de afeição e identificação. Onze anos depois, o próprio Bruno José Vicente publicaria sua **Morrinhos ao som da lira**, uma obra também narrada em primeira pessoa, mas que ecoa claramente a nostalgia do autor.

Há três momentos distintos no texto. Um, quando o autor tem oito anos e narra os primeiros contatos dele com a banda do município. Depois, ele corta para a idade de treze anos, durante uma Festa de São Sebastião, quando o autor narra estar se formando como músico. Finalmente, o último recorte temporal é o momento presente da composição da obra (1970):

Acabou-se também com o meu cismar, a minha alegria de ser criança. Volto então à realidade... à dura realidade...
Já não existe mais a minha antiga banda de música. Dos seus componentes, poucos permanecem entre nós. Os outros se mudaram ou foram convocados pelo Senhor para integrarem a banda de música lá do céu. Oh, com que saudade me recordo deles!⁵³⁴

Portanto, a memória aludida por Bruno José Vicente não é apenas da banda, mas também da sociabilidade que se desenvolvia ao redor dela e do convívio que lhe era permitido com os demais componentes do grupo musical. À medida que a cidade crescia, a banda foi perdendo espaço no município, com os integrantes antigos deixando a cidade ou falecendo. Portanto, ainda que se celebre o progresso em diversos momentos, há o lamento pelo que se perde conforme Morrinhos ia se desenvolvendo.

Finalmente, esse número da revista trazia alguns excertos dos livros de registros das exposições de arte de 1964 a 1970. A SDLM selecionou algumas das mensagens e as publicou. A mensagem a seguir foi deixada por Sebastiana A. R. Thomé, que no ano de 1964 foi pintora:

Revejo minha terra depois de tanto tempo, deslumbrada pelo progresso que mãos firmes arrastaram para este querido rincão.
Não só encontrei as faces familiares. Não só o ar embalsamado pelas jabuticabeiras em flor, mas também artistas fadados à imortalidade.
Sim!
A imortalidade ronda Morrinhos. Nesta primeira mostra, onde os nossos valores timidamente se descobrem, está o retrato da nossa cultura.
Deslumbrada estou, como talvez Adão ao acordar no paraíso, banhado pela luz da primeira aurora.
Parabéns, Morrinhos!
Sebastiana A. R. Thomé (pintora)⁵³⁵

⁵³⁴ Idem, p. 20.

⁵³⁵ Idem, p. 27.

O excerto acima é proveniente da primeira Festa de Arte do município. A escolha pela publicação desse recado revela um desejo de reforçar o caráter saudosista em paralelo ao desenvolvimento de Morrinhos. Destaca-se a ideia da cidade como um eixo cultural importante, em que as artes atuariam como holofotes para iluminar o caminho de progresso que a cidade deveria percorrer. É um texto de uma pessoa que nasceu no município e que não mais o habita. Há também excertos de Alphonsus de Guimarães Filho e de Bernardo Élis, duas figuras de destaque no cenário literário da região. Essas citações atuam todas, como em outros momentos, a reforçar a rede de circulação existente em Morrinhos.

De 1968, o excerto escolhido foi o do padre Alcides Spolidoro, pároco de Nossa Senhora do Carmo.

1968: A Exposição de Artes da Quarta Semana de Artes de Morrinhos vem mais uma vez confirmar a vocação artística da comunidade de nossa cidade. A arte de um povo é aquilo que o pereniza através dos tempos. Parabéns às promotoras. ‘Atenas de Goiás’ irradiará mais uma vez às cidades goianas a sua alma artística. Parabéns.
Pe. Alcides Spolidoro [sic]⁵³⁶

Esse trecho chama atenção pelo emprego da alcunha *Atenas de Goiás*, algo que não ocorreu nos demais excertos presentes na publicação. O pároco, assim, mostra-se afinado ao discurso da representação que se buscava fixar no imaginário local, ainda que, isso não estivesse no horizonte de outros autores.

Se o termo *Atenas de Goiás* não é um consenso, o epônimo *Cidade dos Pomares* é bem mais difundido. O professor Geraldo Faria Campos deixou um texto no volume, em que comenta uma visita a passeio pela cidade.

Um dia, a passeio, eu estive aí. E tu me recebeste com os braços maternais bem abertos [...]. Quando estou a curtir minhas tristezas, tu vens a me alegrar com teu bom povo e tuas andorinhas. Cidade dos Pomares e das Andorinhas! [...] Não sei se tu sabes, mas Lézia, tua bonita e boa filha, vive a me falar de tí. [...] Ela também me fala de uma professorinha chamada Zilda. Diz que esta professorinha é raiz de tua alma... juntos, a professorinha – as moças – os moços – os homens e as mulheres –, organizam o teu jornal, a tua revistinha, as tuas exposições culturais e artísticas. Depois disto, tu ficaste mais bela para mim. Teus filhos desejam transformar-te em um marco histórico prá-frente! [...] Dize a elas, dize à comissão organizadora dos trabalhos que êles fazem um trabalho que dará a Morrinhos uma vocação que é, ao mesmo tempo, histórica e cultural⁵³⁷.

⁵³⁶ Ibidem.

⁵³⁷ Idem, p. 28

Essa espécie de carta dirigida a Morrinhos traz a ideia de uma cidade que busca na cultura uma vocação que a distinguisse no cenário regional. O trabalho cultural do município é creditado à figura de Fontes e suas colaboradoras. Percebe-se, portanto, que aludida vocação cultural do município está restrita ao trabalho de algumas pessoas que buscavam consolidar uma vida cultural em Morrinhos. Até esse ponto, não é possível afirmar que existiam projetos artístico-culturais próprios da cidade. Caso eles existissem, estariam em fase germinativa.

O número 4 da “Revista da Festa de Arte de Morrinhos” foi, das revistas publicadas até então, aquela mais carregada de textos históricos. De fato, o nome da revista por si já traz o indicativo de que se trataria de um volume dedicado a discutir o passado da cidade. Publicada em 1982, ano em que a cidade de Morrinhos comemorou seu centenário de emancipação política (ocorrida a 29 de agosto de 1882).

Ilustração 27 - Capa da “Revista da XIV Festa de Arte de Morrinhos” (Número 4)



Disponível em: SDLM. **VII Festa de Arte de Morrinhos**. Morrinhos: Gráfica Globo, 1970. p. 13.

A capa da revista é ilustrada por um desenho da Matriz de Nossa Senhora do Carmo do século XIX, cuja torre ruiu no limiar do século XX, dando lugar à Matriz de apenas uma torre e que aparece repetidamente em várias imagens, fotografias e pinturas pela cidade (como já apontado acima).

O texto de abertura e que ocupa três páginas da revista é assinado por Zilda Diniz Fontes, e se configura como um copilado de **Morrinhos**: de Capela a Cidade dos Pomares. Esse foi o

primeiro número publicado depois que a obra veio à luz. Ela escreveu o artigo seguindo a fórmula discutida nesta tese: glorificar políticos importantes e ressaltar o potencial de crescimento e progresso de Morrinhos. Também rememora conquistas na educação e cultura, enquanto se esquivava de discussões políticas e tensões sociais.

O anteriormente citado artigo em que Silva apresenta um histórico da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos, denominado *A Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos na Literatura* se faz presente nesse volume, apontando os membros do grupo que chegaram a publicar seus livros e/ou textos.

Walterli José, um dos proprietários da primeira emissora de rádio do município, a Rádio Morrinhos, elaborou um texto discorrendo sobre a questão da comunicação no município. Nesse texto, é visível a visão positivista de progresso: “Os jornais de Goiás e alguns de São Paulo e Rio chegam no mesmo dia de suas edições de origem, mantendo o espírito analítico e crítico do murrinhense bem aguçado. Morrinhos já não está isolada. Já não é uma aldeia perdida no passado⁵³⁸”.

O autor demonstrou-se muito otimista em relação ao futuro das comunicações, tanto em Morrinhos quanto globalmente, declarando que se antecipavam notáveis progressos nas telecomunicações e os seres humanos aprenderiam a utilizar esses avanços para a harmonia e a paz mundial.

O médico Philemon Xavier de Oliveira assinou um artigo denominado “Morrinhos – um dos polos da medicina goiana”. Médico, oriundo da Bahia, Philemon se instalou na cidade e foi um dos fundadores do Hospital Nossa Senhora do Carmo. A partir do artigo dele, vê-se uma urbe que se constituiria como um importante centro de saúde em Goiás, contando (segundo dados do autor), à época com 32 médicos que atuavam no município. A redação é anterior à construção do Hospital Regional de Morrinhos, atual Hospital Municipal Dr. Philemon Xavier de Oliveira. “Enfim, MORRINHOS é dona de uma tradição de assistência médico hospitalar em nosso Estado, tradição que vem procurando manter pelo seu padrão de eficiência e ética médica⁵³⁹”. O texto descreve, sempre em tom elogioso, a trajetória de muitos profissionais da saúde que vieram morar na cidade ou dos murrinhenses que saíram do município para estudar e retornaram para atuar na cidade.

O artigo precede a criação do Sistema Único de Saúde, ainda assim, não se espere encontrar nas linhas de Philemon Xavier de Oliveira quaisquer reflexões acerca do acesso, ou a falta de acesso, da população pobre à saúde. Da mesma forma, não há indícios de reflexão

⁵³⁸ Idem, p. 13.

⁵³⁹ Idem, p. 17.

acerca das obrigações que o poder público deveria ter com a oferta desse serviço à população. A “Morrinhos, um dos polos da medicina goiana”, é, na realidade, lugar em que alguns médicos se dedicam a atividades ligadas à saúde de modo particular.

Dolores Troncoso Chaves escreveu um artigo dedicado aos dois clubes de serviço da cidade até então, o Rotary Club e o Lions Club. Há, além disso, a reprodução de um texto escrito em Pontalina (conforme a própria revista aponta), de autoria de Osvaldo Vilela. Trata-se de um texto em que o autor exalta Zilda Diniz Fontes e o livro **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**.

Li de ponta a ponta.

Quê quadro de tantas cores bem postas!

Seria desmoralizar-me pela trigésima vez. De jeito nenhum, interromperia a leitura da Bíblia, havia me prometido. Mas... lá se me foi Davi, nos Salmos, preterido pela dona Zilda. Pudera! o livro me dava aquela comichão, aquela curiosidade de menino ante o colorido embrulho de presente em dia de Papai Noel. E li. Li como quem descobre coisas. Uns três maços de cigarros, incontáveis xícaras de café durante o à [sic] fio em que me mergulhara e finalmente, como desconhecia minha terra natal!⁵⁴⁰

O autor não poupou adjetivos e figuras de linguagem para exaltar a obra de Fontes, reconhecendo-se como ignorante acerca de muitos dos fatos expostos pela autora no livro. O artigo é trazido como testemunha de como os moradores da cidade desejavam um livro que copilasse a história do município algo que, decididamente Fontes fez com pioneirismo. Com base nos relatos do primeiro capítulo desta tese, nota-se que o público leitor das obras dos historiadores públicos morrinhenses é específico. São principalmente pessoas com formação superior integrantes da elite morrinhense, pelo menos neste momento histórico.

O artigo ainda testifica o sucesso da autora em conseguir cristalizar a sua visão no imaginário da sociedade morrinhense. “O capítulo primeiro de nossa História; cheio de heróis guerreiros cujas armas de pugna eram o trabalho árduo, o amanho às letras, à poesia, ao teatro...⁵⁴¹”. Esse parágrafo aponta para a realidade que a pesquisa descortinou: o trinômio construído pelos historiadores públicos locais da cidade se cristalizou como um guia da história local de Morrinhos.

Osvaldo Vilela comparou Zilda Diniz Fontes a Machado de Assis, apontando que a autora não exagerou nem economizou no emprego dos adjetivos ao traçar o perfil biográfico

⁵⁴⁰ Idem, p. 22.

⁵⁴¹ Idem, p. 22.

das pessoas. O autor também lamenta a demolição da Matriz Nossa Senhora do Carmo e a construção da igreja que substituiria o antigo templo.

Assim, o livro **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares** é um marco da historiografia pública local de Morrinhos, o primeiro livro que se dedicou a traçar a história do município, ainda que com todas as questões que já foram levantadas nos capítulos anteriores. Osvaldo Vilela vai além:

Morrinhos agora tem história registrada, com certidão de nascimento, batistério e tudo mais num documental de ouro.

Bendito e louvado seja o Pe. Antônio dos Santos pois, mais que pastor de nossas almas ímpias ou piedosas soube cobrar como aquele liquidante que pernoita na casa do devedor até que a dívida lhe seja resgatada, nos mínimos centavos. E para o bem de todos nós dona Zilda fez condigno ajuste de contas persolveu até com gorjeta ao bom "liquidante"!⁵⁴²

Vilela vê a obra de Fontes como a certidão de nascimento da cidade e como um documento que ratificaria o cognome de Atenas para Morrinhos. Ele enxerga a obra de Fontes como “nossa verdadeira história⁵⁴³”. Desta forma, a “Revista da Festa de Arte” de 1982 atuou como divulgadora não apenas do livro de Fontes, mas sobretudo de suas ideias e de sua percepção acerca da história do município.

Como apontou Robert Darnton, não se pode ignorar que as ideias trazidas nas obras publicadas não ficam restritas à audiência pretendida originalmente. Peças de teatro, festivais (como a própria Festa de Arte), espaços públicos também atuam para que a historiografia pública local se cristalice na memória oficial do município.

Há ainda a presença de artigos não assinados sobre os dois dos três poderes do município, Executivo e Legislativo de Morrinhos. O texto sobre o Judiciário é assinado por Walter Elias Perez, advogado que seria vice-prefeito da cidade. São textos altamente descritivos, funcionando como um copilado de datas e nomes sobre os ocupantes do poder público na cidade.

Carmen Lúcia Freitas de Mendonça, professora, empresária do ramo da educação e, posteriormente ao texto, secretária municipal de Educação, assinou o texto sobre o ensino no município. No período, havia 62 unidades escolares na zona rural do município, segundo a autora. Dois elementos merecem destaque, em primeiro lugar, a autora elogia as ações da administração local como grande dispensador da educação em Morrinhos. “Em Morrinhos, o poder público, tem dispensado atenção especial a esse grande fator de promoção do homem⁵⁴⁴”.

⁵⁴² Idem, p. 23.

⁵⁴³ Ibidem.

⁵⁴⁴ Idem, p. 41.

Essa posição não difere daquelas que se encontram em outras obras dos historiadores públicos locais.

O texto escrito por Carmen Lúcia, para além de discutir as questões educacionais do município de Morrinhos, também tratou da Banda de Música Municipal, apontando como o eixo educação-cultura aparece integrado na representação de Morrinhos construída pelos historiadores públicos locais e reproduzida por ela. “Ainda, para alegrar Morrinhos, temos a ‘Lira Musical Santa Cecília’, Banda de Música Municipal, sob a regência do professor Bruno José Vieira⁵⁴⁵”. Contudo, observa-se aqui uma inversão de tônica. Se em textos e documentos anteriores a esse número da revista, a Banda parecia ocupar um espaço maior, agora a educação escolar é que ganha destaque, com o grupo musical relegado à posição de divertimento da população.

Dois fatores contribuíram para isso. Em primeiro lugar, o fato de a Banda de Música ter passado por um período de ostracismo, após sucessivos desmantelamentos de seu grupo e o próprio fato de Carmen Lúcia ser uma pessoa ligada à educação. A própria escolha dela para redatora desta seção reforça como a educação se tornara a parte principal do eixo formado com a cultura. Ainda há um espaço de duas páginas dedicado à apresentação de dados acerca da merenda escolar no município de Morrinhos, em texto assinado pela professora Benvinda Marçal de Aquino.

O Instituto Alice Ferreira do Carmo também foi alvo de duas páginas de Miriam Carvalho Fulgêncio. Trata-se de uma instituição de ensino reconhecida em 1979 e dedicada ao atendimento de crianças e adultos com deficiências (ainda que o artigo utilize expressões como crianças especiais ou portadores de dificuldades). A autora compreende que a necessidade de se prestar serviços educacionais a essa população como “um problema inserido no seu organismo [*social*]⁵⁴⁶”. Trata-se do reflexo de um período em que o Estado e as políticas de educação segregavam as pessoas com deficiência à escola regular.

Atualmente, a instituição se chama Centro Municipal de Habilitação e Reabilitação Alice Ferreira do Carmo e não se dedica mais a ser uma escola segregada para as pessoas com deficiência, mas sim um centro de apoio a essas pessoas. A última página da revista é consagrada para algumas curiosidades sobre alguns logradouros morrinhenses.

Finalmente, resta analisar a Revista do Sesquicentenário de Morrinhos, lançada em 1995. Essa Revista não foi editada pela Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos e sim pelo Conselho Municipal de Cultura de Morrinhos. Ela segue um formato editorial distinto das

⁵⁴⁵ Idem, p. 43.

⁵⁴⁶ Idem, p. 49.

outras publicações analisadas. O próprio formato do exemplar é diferente, menor do que as revistas anteriores e utilizando papel couchê, ao invés do offset das demais impressões. Apesar disso, muitos dos membros da Sociedade também eram do Conselho, o que contribuiu para que a Revista mantivesse uma similaridade com as anteriores.

Ilustração 28 - Capa da Revista do Sesquicentenário de Morrinhos (1995)



Disponível em: CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA. *Revista do Sesquicentenário de Morrinhos*. S/1: 1995.

A capa dessa vez é ocupada por um esboço de Nossa Senhora do Carmo, assinado por Ellen Carneiro do Vale, que também escreveu um poema dedicado à padroeira do município. Observa-se a presença da antiga Igreja Matriz, de pequenas casas e de figuras que seriam os fiéis adentrando a igreja. Em 1995, ano de publicação, havia 20 anos que a matriz fora demolida, dando lugar à atual construção⁵⁴⁷. Há também, mais distante, três morros, lembrando a origem do nome da cidade. A devoção a Nossa Senhora do Carmo emerge, novamente, como o elo entre o presente e o passado de Morrinhos e como demarcação do catolicismo como fulcral na identidade local

O texto de abertura da revista é assinado por Dolores Troncoso Chaves. É um texto de uma página, que condensa a visão acerca da cidade e já debatida na pesquisa. Contudo, a autora comemorou o fato de que em 1995 a cidade entrava na fase de industrialização, com a chegada de uma empresa do ramo de conservas alimentícias, a Olé. “Morrinhos continua a sua

⁵⁴⁷ ALVES, Wesley Ribeiro. *Os conflitos de memória e a Igreja Nossa Senhora do Carmo na Década de 1970*. 2014. 45 f. Monografia (História) – Universidade Estadual de Goiás (UEG), Morrinhos/GO, 2014.

caminhada para o desenvolvimento, entrando agora na fase da industrialização – Indústria de Conservas ‘OLÉ’⁵⁴⁸.

Há vários poemas dedicados à padroeira da cidade e, novamente, um histórico da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos (este último assinado por Nilza Diniz Silva), o que aponta a colaboração da instituição na elaboração dessa edição, ainda que não capitaneando o processo. Os leitores da edição do Sesquicentenário tiveram acesso a uma curta descrição do que ocorreu nas festas de arte entre 1964 e 1994. Destaca-se o ano de 1984, dedicado à memória de Zilda Diniz Fontes que havia falecido em janeiro daquele ano.

Silva também assinou o texto sobre o teatro em Morrinhos, o que em outros momentos foi feito pela própria Zilda Diniz Fontes. Nesse artigo, percebe-se que a prefeitura de Morrinhos assumiu a responsabilidade pelo término das obras do Teatro Juquinha Diniz, o que explica como a administração do prédio saiu da Sociedade Dramática para a Prefeitura

O Prefeito, Dr. Rogério Troncoso Chaves, colocou todo empenho em concluir a obra, equipando-a com instalações necessárias a fim de entregá-la ao povo morrinhense. Graças a Deus, o Teatro Juquinha Diniz [sic] aí está e é o resultado de boa vontade e dos esforços de muitos. O senhor Prefeito o entrega com satisfação ao povo, quando Morrinhos comemora seu sesquicentenário de existência. Depende agora do povo saber dar valor a essa obra que, apesar de pequena, será de utilidade para uma Terra que recebeu como herança uma cultura sólida⁵⁴⁹.

Em geral, houve alguns erros de digitação e ortografia⁵⁵⁰, como no caso do emprego do sobrenome de Juquinha Diniz com letra minúscula. Para além disso, conforme relatou a própria Nilza Diniz Silva, a ideia de se passar a instalação e término da obra para a gestão municipal surgiu da percepção de que seria impossível à Sociedade Dramática terminar a construção do teatro. Em 1992, o terreno e a construção inacabada foram doados à prefeitura que, como visto, finalizou os trabalhos em 1995. Atualmente, o teatro sob administração do governo de Morrinhos.

Apesar das mudanças editoriais, a “Revista do Sesquicentenário” segue um padrão semelhante aos números editados para a Festa de Arte, entremeando artigos sobre história de Morrinhos com contos (oriundos dos concursos realizados pela Sociedade Dramática) e poemas. Nesse número, porém, todos os textos têm autoria. Assim, a liderança política local é

⁵⁴⁸ CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA. **Revista do Sesquicentenário de Morrinhos**. S/l: 1995, p. 2.

⁵⁴⁹ *Idem*, p. 7.

⁵⁵⁰ Em todas as edições que o pesquisador teve acesso, há afixada uma folha de erratas, digitada numa máquina de escrever, apontando para erros que ocorreram ao longo da publicação.

exaltada, da mesma forma que as potencialidades econômicas e a vocação do município para a educação e a cultura.

Não há informações sobre a tiragem dessas revistas. Contudo, elas estão disponíveis para consulta e/ou empréstimo na Biblioteca Municipal e em bibliotecas de escolas de Educação Básica e da própria UEG. Na pesquisa, observou-se um número maior de exemplares da “Revista do Sesquicentenário”, notadamente mais recente do que as demais. Isso pode denotar que a tiragem foi maior, uma vez que houve a participação do poder público liderando os trabalhos de edição e publicação dessa revista.

Observa-se, portanto, que a Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos representa um elo da rede de circulação que funciona para a divulgação das obras e das ideias da historiografia pública local. Como a própria “Revista da Festa de Arte” e a do Sesquicentenário apontam, em boa medida, o público leitor dessas obras são os próprios membros e pessoas relacionadas à SDLM, contudo, seguindo Darnton, sabe-se que a apreensão daquilo que é lido vai além da audiência que leu o texto diretamente.

Dessa forma, a Sociedade Dramática permitiu aos seus membros um espaço de publicação. E, da mesma forma que a Academia Morrinhense de Letras, corroboram o que foi exposto por Robert Darnton na França pré-revolucionária: a historiografia pública local de Morrinhos não se constituiu apenas a partir de Zilda Diniz Fontes e Barbosa, os dois maiores destaques nesse gênero do fazer histórico local. Ela também foi constituída graças ao trabalho de escritores, autores e comentaristas que contribuíram seja para preparar o terreno para as futuras publicações (como Guilherme Xavier de Almeida e Léo Godoy), seja para divulgar as ideias presentes nos livros publicados.

4.2 ACADEMIA MORRINHENSE DE LETRAS

A Academia Morrinhense de Letras foi fundada em 11 de dezembro de 2004. Ela fica localizada na Praça Professor José Cândido (sala doada pela prefeitura de Morrinhos, na gestão de Cleumar Gomes de Freitas, cuja esposa é uma das membras do grupo), no Centro da Cidade de Morrinhos. Originalmente, eram 25 cadeiras, cada uma tendo um patrono “um vulto iminente da cultura morrinhense”. Em 2016, a Academia foi reestruturada passando a contar com 40 cadeiras⁵⁵¹.

⁵⁵¹ Até 2023, 37 dessas cadeiras estavam ocupadas.

Desde 2015, a Academia produz a “Revista da Academia Morrinhense de Letras”. O volume mais recente da publicação é do ano de 2023. Apesar de formalmente ser uma revista, a obra está mais próxima do formato físico de um livro.

Ilustração 29 - Capa da “Revista da Academia Morrinhense de Letras” de 2023



Fonte: Wesley Ribeiro Alves (2024).

Todas as capas seguem o mesmo padrão, com uma fotografia do prédio que abriga a instituição, uma cor predominante (que varia a cada ano), o brasão da academia, o indicativo do volume e do ano da publicação, além da palavra “Anual”. As orelhas trazem explicações sobre a entidade ou sobre a publicação⁵⁵² e a lista dos membros e respectivos patronos das cadeiras.

Trata-se de uma coletânea de textos (artigos, poemas, crônicas) dos acadêmicos da instituição, bem como de textos produzidos por pessoas que não são da Academia, como se verá a seguir. Ao se ler a orelha do primeiro volume da Revista (publicado em 2015), há a menção a um projeto desenvolvido pela Academia, “Memória Viva”. A leitura desse parágrafo, porém, ajuda a compreender os objetivos desejados pelo grupo:

Contato com a lista de colaborações para a comunidade de Morrinhos e seu povo, desenvolveu-se o projeto ‘MEMÓRIA VIVA’, em atividade até hoje, cujo objetivo é resgatar um pouco de nosso glorioso passado, trabalhando com

⁵⁵² Até 2017, a redação das orelhas era de responsabilidade de José Afonso Barbosa, nesses três anos, foram os mesmos textos publicados. A partir de 2018, Cleusa Marina de Freitas passou a assinar o texto. A cada ano, desde então, ela produziu um escrito diferente para cada revista.

a cultura imaterial, através da história oral, uma vez que esta é responsável por manter viva a nossa história política e social, geralmente deixada nos subterrâneos do esquecimento. Algumas famílias privilegiadas de mentes também privilegiadas, vão passando esse rico legado às gerações que vão surgindo, mantendo vivo este grande manancial histórico, deixado por nossos pioneiros que construíram e nos e deixaram de herança este imenso patrimônio cultural⁵⁵³.

O referido projeto descortina uma das missões da Academia, além de reunir escritores e autores da cidade, buscando promover o acesso à história política e social do município. No entanto, o grupo tenta se associar às famílias da cidade que são *privilegiadas por suas mentes*. Ora, seriam privilegiadas as famílias que estudaram por mais tempo. Considerando-se a história de exclusão social no acesso à educação formal do Brasil, é de se questionar se essas famílias possuem uma mente privilegiadas por também terem condições sociais e financeiras privilegiadas. Em paralelo, esse trecho reforça o que é defendido nesta tese: os historiadores públicos e intelectuais de Morrinhos encontram-se, em sua maioria, vinculados à elite local, seja por pertencimento, seja por alinhamento ideológico.

A Academia Morrinhense de Letras, ao menos através do referido projeto, reconhece a necessidade de se preservar o patrimônio cultural conquistado pelos pioneiros de Morrinhos (aqui, citando uma expressão utilizada pelos próprios membros da instituição) e assume para si essa empreitada. Nesse texto, que se repetiu até 2017, não houve nenhuma reflexão sobre a necessidade de pensar uma história de Morrinhos que se voltasse para as camadas populares, para se pensar as tensões sociais ou outros aspectos que contribuíssem para a construção de uma historiografia mais plural no município.

Em 2018, já assinado por Cleusa Marina de Freitas, o texto da orelha foi uma homenagem a Eurico Barbosa, que financiou o primeiro volume da revista e seguiu ajudando nas edições posteriores. Em 2019, a autora celebra a diversidade e a maturidade alcançada pela instituição, em seu jubileu de madeira da revista (cinco anos de publicação ininterrupta).

Em 2020, retomando o que já fora expresso em 2020, Cleusa Marina aponta que a Academia seguia em sua missão de “suprir ‘as lacunas entre as produções artístico-culturais acadêmicas e a comunidade externa, despertando interesse pelas artes’”⁵⁵⁴. A autora afirmava que a AML alcançava esses propósitos também ao inserir em sua revista uma diversidade de

⁵⁵³ ACADEMIA MORRINHENSE DE LETRAS (Org.). **Revista da Academia Morrinhense de Letras**. Ano 1. Vol. 1. Goiânia: Kelps, 2015.

⁵⁵⁴ ACADEMIA MORRINHENSE DE LETRAS (Org.). **Revista da Academia Morrinhense de Letras**. Ano 6. Vol. 6. Goiânia: Kelps, 2020.

textos e convidar para a publicação uma série de autores de diferentes origens sociais. Essa mesma tônica acompanhou as orelhas de 2021, 2022 e 2023.

Assim como as Revistas da Festa de Arte e a “Revista do Sesquicentenário”, não há, na publicação, uma tiragem oficial das revistas. Em geral, é possível encontrar exemplares da publicação em bibliotecas do município (como a Municipal e de instituições de ensino da cidade), além dos próprios membros da instituição conservarem consigo exemplares dessas obras que, corriqueiramente, distribuem para a comunidade local.⁵⁵⁵

O primeiro volume (2015) trouxe a biografia dos acadêmicos e dos patronos de cada uma das cadeiras da instituição. Nos volumes seguintes, sempre que novos acadêmicos tomaram posse, repete-se essa apresentação, acompanhada de textos de autoria desse novo integrante. A seguir, apresenta-se um quadro com a relação dos acadêmicos e dos respectivos patronos no ano de 2023:

Quadro 1 - Membros e Patronos da Academia Morrinhense de Letras (2023)

Cadeira	Acadêmico	Patrono
1	Alaor Barbosa dos Santos	Guilherme Xavier de Almeida
2	Carmen Lúcia Freitas de Mendonça	Elodia Ribeiro Costa
3	Cleusa Marina Silva Freitas	Bruno José Vieira
4	Darcy Chaves Júnior	Senador Hermenegildo Lopes de Morais
5	Francimar Bezerra de Almeida	Vitória Troncoso
6	Ellen Carneiro do Vale	Maria Amabini de Morais
7	Wander Oliveira Melo	Raul Nunes da Silva
8	Antônio de Oliveira Ávila Júnior	Júlio Modesto Oriente
9	Eurico Barbosa dos Santos	Taylor Oriente
10	José Henrique Rodrigues Machado	Cel. Fernando Barbosa
11	Graziela de Souza Reis	Maria Barbosa Reis
12	Hamilton Afonso de Oliveira	Humberto Jacinto Pereira
13	Avenir Passo de Oliveira	José Cândido Ribeiro
14	José Afonso Barbosa	José Xavier de Almeida Júnior
15	Neumar Silva	Pedro Celestino da Silva Filho

⁵⁵⁵ A Academia Morrinhense de Letras lançou um site, em que todas as revistas podem ser acessadas digitalmente: <https://academiadeletrasmorrinhos.com.br/revista>, acesso em 28 de fev. de 2025.

16	Lézia Amorim Canêdo	José Gumercindo Márquez Otero
17	Júlio Cesar Meira	José do Nascimento
18	Maria Purificação Freitas	Pedro Nunes da Silva Filho
19	Helenízio Antônio Marciano	Maria de Oliveira Lisboa Costa
20	Werik Ramos da Silva	Zilda Diniz Fontes
21	Kleber Inácio da Silva	José Mendes Diniz
22	Paulo Tércio Martins	Florêncio Lopes Zedes
23	João Orlando Luiz de Oliveira	Violeta Metran
24	Sebastião Bento da Silva	Saturnino Sebastião de Azevedo
25	Selma Maria de Freitas	Alice Ferreira do Carmo
26	Edmo Nunes	Jair Luiz Ferreira (Chico Flor)
27	Enio Antônio da Silva	Agenor Braga
28	Fabiana Aparecida de Oliveira Costa e Silva	Adormevil Rocha
29	Fabiana Aparecida Nunes de Tolêdo	Jair Martins do Carmo
30	Tênio do Prado	Maria Amélia Costa
31	Ivanor Florêncio Mendonça	José Elias Pereira
32	Lení de Andrade Oliveira Meireles	Flávio Cascão
33	Kleuber Eterno Alves de Oliveira	Maria das Graças Alves Ferreira
34	Adda Êmily Vieira de Lima	Alfredo Lopes de Moraes
35	Leonardo Moreira da Silva	Antônio Rosa Ribeiro (Falcão)
36	Waldemar Antônio Tassara	Irene Frauzino Pereira Cruz
37	Benedito Alves Moreira	Valterli José Alves
38		Luiz Mauro Vasconcellos
39		Pe. Oswaldo Casellato
40		Jair de Freitas

As cadeiras 38 a 40 estavam desocupadas até a publicação da Revista de 2023. Há diversidade na origem dos membros da Academia. Entre eles se encontram professores, jornalistas, advogados e políticos. Helenês Cândido, ex-governador de Goiás no ano de 1998, foi um dos membros do grupo, até o seu falecimento em 2021. Periodicamente, quando há vacância de alguma cadeira, a instituição abre edital para que pessoas interessadas possam se candidatar a ingressar na AML, através do envio de currículo e da deliberação dos pares.

Essa diversidade entre os membros do grupo faz com que a Academia Morrinhense de Letras e suas publicações não sirvam apenas para divulgar as ideias e pensamentos de historiadores públicos locais, mas também de textos acadêmicos. Destaca-se aqui a presença de Júlio Cesar Meira e Hamilton Afonso de Oliveira, dois historiadores profissionais (citados em vários momentos dessa pesquisa), professores da Universidade Estadual de Goiás que realizam pesquisas científicas sobre Morrinhos. É possível encontrar artigos dos dois professores nas revistas, desde que eles se tornaram membros do grupo.

Há também a presença, como dito, de crônicas, poemas e textos, o que aproxima a publicação da Academia daquelas que eram realizadas pela Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos. Passados vinte anos da “Revista do Sesquicentenário”, ocorreu o lançamento da primeira “Revista da Academia Morrinhense de Letras”.

Por outro lado, essa mesma diversidade de textos e de autores na “Revista da Academia Morrinhense de Letras” torna a sua análise a partir do campo história pública um pouco mais complexa. De um lado, há artigos redigidos seguindo os moldes da história pública local de Morrinhos: a história dos grandes políticos de uma cidade localizada estrategicamente voltada para o progresso, tendo a educação e a cultura como destaques. Na mesma publicação, porém, há textos acadêmicos, de pesquisadores que conduziram trabalhos de grande rigor metodológico e que contribuíram para a historiografia acadêmica da cidade e de Goiás.

A situação se mostra ainda mais complexa ao se observar que a linha que divide os trabalhos de história feita pelo público da história acadêmica para o público não é tão distinguível. Para corroborar o exposto, observe-se o que foi dito acerca de Raul Nunes, ex-prefeito de Morrinhos, no volume de 2015:

Raul Nunes, era um homem metódico, cultivava hábitos de idoneidade inquestionável. Não era apenas um homem de letra, mas um visionário que via na política a possibilidade de trazer melhorias à cidade que amava tanto. Como político fez muito para Morrinhos.

A fundação do Partido Libertador, que veio salvar a dignidade do povo goiano teve seu apoio decisivo e leal. A Coligação Libertadora deve-lhe muito de sua vitória, Pois Raul Nunes não mediu esforços para atender os anseios do povo goiano.

Raul Nunes, um dos maiores valores da terra morrinhense, tem hoje seu nome imortalizado na Política, nas Letras, motivo de orgulho para os morrinhenses. Raul Nunes era um homem de espírito lúcido, larga visão, construiu a primeira caixa d'água da cidade, procedeu ao encanamento de água potável nas residências (numa época que nem mesmo Goiás não usufruía de tal benefício). Desativou os regos d'água que abastecia a população através de bicas de aroeiras as quais cortavam as ruas do Açude, do Comércio, Dom Pedro II,

Minas Gerais, São Paulo e Av. Cel. Pedro Nunes da Silva e ia desaguar no córrego Maria Lucinda na sua corrida⁵⁵⁶.

Não seria de se espantar que boa parte do texto tenha sido inspirada na obra de Fontes, em todo caso, a fórmula consagrada de se valorizar os políticos locais, o culto ao progresso e a valorização da educação e cultura do município de Morrinhos são visíveis. Trata-se de um texto que segue o padrão estabelecido pelos historiadores públicos locais. O texto é assinado por Wander Oliveira Melo, historiador de formação (além de graduado, fez um mestrado em História na Universidade Estadual de Goiás – PPGH/UEG) e ocupante da cadeira 07, cujo patrono é o próprio Raul Nunes.

Mas não é apenas nos artigos que é possível observar essa difusão do pensamento dos historiadores públicos locais. Os poemas também reforçam essa prática. Continuando na obra de Wander Oliveira Melo:

Sementes de Nossas Origens
 Desbravando o sertão de Goiás, em busca de paz.
 Os irmãos Corrêa Bueno uma promessa fazem,
 Se felizes na nova morada,
 Nossa Senhora do Carmo seria homenageada.
 A capela de Nossa Senhora veio a realizar,
 O arraial ao seu redor veio a formar,
 Vários nomes na história podem-se narrar:
 De Nossa Senhora do Monte do Carmo
 A Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos
 O arraial deu lugar,
 Vila Bela do Paranaíba veio chamar.
 Por resolução surge uma nova denominação,
 Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos.
 Sofre outra nomeação,
 Vila Bela de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos
 Foi à nova denominação.
 Coronel Hermenegildo visando à prosperidade
 Transformou a vila em cidade.
 Cidade de Morrinhos, cidade dos Pomares.
 Conhecida por muitos como a bela Atenas de Goiás.

Wander Oliveira Melo.
 Do livro: Poemas e Reflexões Contemporâneos.⁵⁵⁷

Assim, não se pode ignorar que a Academia Morrinhense de Letras integra a rede de circulação de ideias dos historiadores públicos locais. Contudo, ela também é um espaço onde historiadores acadêmicos contribuem para a publicação de suas ideias e pesquisas. Em 2015,

⁵⁵⁶ ACADEMIA MORRINHENSE DE LETRAS, **Op. Cit.**, p. 72.

⁵⁵⁷ *Idem*, p. 77.

por exemplo, encontra-se uma publicação de autoria de Hamilton Afonso de Oliveira, ocupante da Cadeira de número 12 e que apresentou um texto sobre a fundação de Morrinhos, a partir de uma pesquisa sob a égide do método histórico.

Há ainda textos que não são conectados à história da cidade de Morrinhos. Poemas dos mais diversos temas, crônicas sobre aspectos cotidianos da vida dos autores, opiniões políticas também são encontradas na publicação. As contracapas das revistas trazem pinturas ou fotografias. Cada volume se organizava por um tema ou homenageava algum artista. Em 2015, por exemplo, foram obras de Ellen Carneiro Vale, membra da Academia. Em 2018, foram obras de Tiago Ribeiro. No ano de 2023 foram fotografias de prédios históricos da cidade de Morrinhos (dentre eles, o Casarão do Coronel Hermenegildo de Moraes).

Pessoas que não são membros da Academia também publicam na revista. É o caso de alunos de escolas públicas da Educação Básica de Morrinhos que vencem um concurso organizado pelo grupo e chamado de Concurso Arara Canindé ou mesmo de pessoas convidadas pela Academia. E há uma diversidade de assuntos também entre esse grupo de colaboradores eventuais dos trabalhos na revista. Em todos os volumes da “Revista da Academia Morrinhense de Letras” há uma seção dedicada a escritores morrinhenses.

No volume 04, de 2018, por exemplo, encontra-se um artigo com o título “Karl Marx – suas contribuições e influência na atualidade”. Não se trata, contudo, de uma análise dos contributos marxistas em aspectos diversos da “atualidade”. O autor, à época um graduando em Direito, tece uma série de críticas, associando Marx e a União Soviética ao antisemitismo e acusando o Movimento de Libertação da Palestina de terrorismo. Uma série de textos associados à direita serve de embasamento para o autor⁵⁵⁸.

No volume 07, de 2021, há a presença de um artigo “Uma ameaça a humanidade: a Nova Ordem Mundial?” O texto possivelmente foi produzido no contexto de manifestações em apoio ao governo Bolsonaro no dia 7 de setembro de 2021. O texto traz comentários contrários a figuras da esquerda brasileira, ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral do país. Esses comentários se articulam com críticas à Organização das Nações Unidas, à *ideologia de gênero* (expressão utilizada pelo próprio autor no texto analisado) e ao comunismo⁵⁵⁹.

Essa mistura de textos, em que artigos acadêmicos e da história pública coabitam com poemas, contos, crônicas e artigos de opinião carregados de visão política pode parecer um

⁵⁵⁸ ACADEMIA MORRINHENSE DE LETRAS (Org.). **Revista da Academia Morrinhense de Letras**. Ano 1. Vol. 4. Goiânia: Kelps, 2018. p. 116-122.

⁵⁵⁹ _____. **Revista da Academia Morrinhense de Letras**. Ano 1. Vol. 7. Goiânia: Kelps, 2021. p. 163-167.

tanto peculiar, mas, de um lado contribui para se construir a ideia de uma Academia com pluralidade de opiniões e visões, ao mesmo tempo que atrai para a obra um público maior de leitores, dado que a diversidade de textos pode contribuir para alcançar uma audiência mais diversa.

Por conseguinte, a Academia Morrinhense de Letras e sua “Revista da Academia Morrinhense de Letras” ocupam uma lacuna deixada desde que “A Revista da Festa de Arte” da Sociedade Dramática e Literária parou de ser editada. Ao contrário da última, a primeira tem sido regularmente publicada desde 2015, contribuindo para a divulgação das ideias e do pensamento dos historiadores públicos locais de Morrinhos, ao mesmo tempo que serve de espaço para os mais diversos tipos de escritores da cidade publicarem suas ideias e visões de mundo.

Essa diversidade editorial contribui para que o público leitor desses textos seja mais amplo, dado que, ao procurar por um artigo específico, o consumidor da obra pode se deter em outros textos.

4.3 SE LIGA NO FUTURO: MORRINHOS/GO

Até aqui, foram analisadas duas publicações de tiragem não conhecida, mas cujos exemplares estão disponíveis em várias bibliotecas do município, seja na Municipal, seja nas mantidas por instituições de ensino da cidade. Entretanto, um projeto acabou contribuindo para a difusão da ideia de Morrinhos como uma cidade vocacionada ao progresso, lar de grandes líderes políticos e com uma forte presença da educação e da cultura no município. Trata-se do projeto **Se Liga no Futuro**.

Em 2004, a cidade de Morrinhos recebeu um projeto do governo estadual de Goiás, o Governo Itinerante. Para além de serviços à população como a emissão de documentos e do atendimento de figuras do alto escalão do poder Executivo estadual despachar no município, houve a produção de um livro chamado **Se Liga no Futuro: Morrinhos-GO**. A estrutura do Governo do Estado de Goiás foi instalada na Praça Monte Castelo que abriga o Mercado Municipal de Morrinhos, atualmente Centro Comercial Valterli José.

Trata-se de um material de 60 páginas coloridas, feitas em formato de revista, com páginas que alternam ora fotografias do passado morrinhense, ora com fotos atuais do município, em particular, de estudantes do Ensino Médio de escolas públicas da rede estadual de educação. Foram produzidos 5500 exemplares distribuídos gratuitamente na cidade, de modo especial, para estudantes do Ensino Médio, público-alvo da ação.

Na contracapa está o expediente da obra. Além de citar as pessoas diretamente envolvidas na elaboração da obra, há a presença de algumas autoridades envolvidas com a confecção do livro. Em primeiro lugar, o nome do então governador do estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior. Tem-se a informação de qual Secretaria de Estado coordenou a editoração do livro: a de Indústria e Comércio, à época sob responsabilidade de Ridoval Darci Chiareloto.

A única menção feita à Secretaria de Educação e Cultura do Estado se deu na contracapa do livro. Dessa forma, o projeto apropria-se do passado com um olhar para o futuro, muito em linha com o que os historiadores públicos locais fizeram, seguindo a premissa teórica já debatida de um progresso encarado a partir do olhar positivista.

Ainda na contracapa: “Agradecimentos especiais: Professora Nilza Diniz da Silva e Dr. José Frauzino Sobrinho, que gentilmente concederam entrevista para a elaboração deste livro”⁵⁶⁰. Assim, observa-se que boa parte do material entregue ao público da cidade foi concebido a partir do trabalho desses dois intelectuais morrinhenses. Em paralelo, nas referências, encontram-se duas obras analisadas: **Morrinhos**: de Capela a Cidade dos Pomares (de Fontes) e **Morrinhos ao Som da Lira** (de Bruno José Vieira).

Essa realidade, além de corroborar o fato de que as obras dos historiadores públicos locais, muitas vezes, circulam por mais espaços sociais que a pesquisa acadêmica, ainda serve para situar **Morrinhos**: de Capela a Cidade dos Pomares como um referencial da historiografia pública local morrinhense.

Dois historiadores conduziram as entrevistas com Nilza Diniz Silva e José Frauzino para a elaboração do **Se Liga no Futuro**, o professor Dr. Eduardo José Reinato (da Pontifícia Universidade Católica de Goiás)⁵⁶¹ e Dr. Sérgio Paulo Moreyra, falecido em 2018 e que foi professor da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás⁵⁶². Os dois ainda conduziram a pesquisa histórica para a elaboração do livro, contudo, não são oferecidas informações de outras fontes consultadas, além daquelas aqui já citadas. As fotografias históricas da cidade foram coletadas no acervo fotográfico de José Frauzino Sobrinho⁵⁶³.

⁵⁶⁰ GOIÁS. **Se Liga no Futuro**: Morrinhos-GO. S/l: Governo de Goiás, 2004. p. 2.

⁵⁶¹ Fonte: <http://lattes.cnpq.br/9142540932437553>, acesso em 01 jun. 2024.

⁵⁶² Fonte: <https://historia.ufg.br/n/110145-comunicado-de-falecimento-professor-sergio-paulo-moreyra>, acesso em 01 jun. 2024.

⁵⁶³ Durante esta pesquisa, não se teve acesso ao referido acervo. Entretanto, segundo informações levantadas inclusive na leitura do próprio **Se Liga no Futuro**, trata-se de um conjunto de fotografias de diferentes épocas da cidade de Morrinhos que foram coletadas e conservadas pelo referido professor José Frauzino Sobrinho. Segundo levantado no volume 01 da **Revista da Academia Morrinhense de Letras** do ano de 2015, ele nasceu em 1918, em Morrinhos. Estudou em Morrinhos e em Goiânia. Na Universidade Federal de Goiás, bacharelou-se em

Finalmente, o texto foi adaptado para um formato mais jornalístico por Patrícia Drummond e as fotos contemporâneas ao livro foram tiradas por Adriana Rodrigues e Eduardo José Reinato.

A presença desses pesquisadores evidencia que a escrita pública da história de Morrinhos transcendeu os limites do município, atraindo o interesse e o debate de acadêmicos de outras regiões. Esse trabalho foi desenvolvido para um projeto estadual, sem a participação direta de historiadores profissionais do município, mas com a colaboração de historiadores públicos locais. Portanto, a rede de circulação estabelecida pelos intelectuais locais não apenas difundiu as ideias desses indivíduos, mas também a maneira única como eles lidam com o passado.

Por outro lado, uma ausência chama a atenção. Nenhum professor ou pesquisador da Universidade Estadual de Goiás, a UEG, foi consultado ou participou do projeto. Ora, à época da publicação, como visto, o curso de história já atuava na cidade, ainda que não houvesse uma prática de pesquisa solidamente consolidada no campus.

Não existe uma introdução formal no livro **Se Liga no Futuro**, contudo, na página 05 há uma espécie de apresentação da obra e um convite para que o leitor se dedique a ela:

Morrinhos tem uma história que mistura passagens políticas muito importantes para o Estado de Goiás, com conchavos, alianças e casamentos arranjados, progresso e desenvolvimento, e ainda poesia. A cidade é berço de inesquecíveis figuras da nossa história, de intelectuais e artistas sensíveis - não é à toa que um dia foi chamada de Atenas de Goiás, de festas peculiares e de uma enorme preocupação com a educação, como princípio básico da cidadania. Morrinhos está aí. Vamos conhecer um pouco mais sobre essa maravilhosa cidade?⁵⁶⁴

A citação acima vem ao encontro do que foi postulado no segundo capítulo desta tese, corroborando o tripé sobre o qual a historiografia pública local de Morrinhos foi construída: política, progresso e educação-cultura. Assim, há já nas primeiras partes da obra uma clara identificação do material produzido com o discurso adotado pelos historiadores públicos locais morrinhenses: a ideia de se apresentar uma cidade que tivera no passado um destaque na política e na economia do Estado e que, ao mesmo tempo, se configuraria como vitrine cultural de Goiás.

Ciências Jurídicas e Sociais. Teve atuação na área jurídica nas cidades de Goiatuba/GO e Goiandira/GO, além de ter sido promotor. Atuou também como professor em escolas de Morrinhos, nas áreas de português, história de Goiás, do Brasil e geral, além de geografia. Escreveu crônicas e poesias, boa parte ligadas à temática católica. Foi membro fundador da Academia Morrinhense de Letras, ocupando a Cadeira 15. ACADEMIA MORRINHENSE DE LETRAS, **Op. Cit.**, p. 175 e 176.

⁵⁶⁴ GOIÁS. **Op. Cit.**, p. 05.

Por ser um projeto sob a alçada da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás, o livro buscava inspirar estudantes do Ensino Médio a desenvolver seu espírito empreendedor. É o que revela a página seguinte da obra:

Toda cidade tem sua história, suas riquezas, suas lendas. Você sabe como surgiu o município em que você mora? Quais as oportunidades que ele oferece? Como contribuir para o seu desenvolvimento? Fazer com que o jovem descubra os valores de sua própria cidade é o objetivo do Projeto Se Liga no Futuro. Essa é uma excelente oportunidade para que estudantes do ensino médio mostrem o seu talento empreendedor, sugerindo ideias para o desenvolvimento de seu município. Os melhores trabalhos serão premiados. Informe-se na sua escola sobre o Projeto Se Liga no Futuro e mãos à obra. Esse pode ser o primeiro passo para o seu próprio negócio.⁵⁶⁵

Junto à citação, encontram-se fotografias de estudantes do Ensino Médio de duas escolas públicas da rede estadual de educação:

Ilustração 30 - Páginas 06 e 07: Livro *Se liga no Futuro*



Fonte: GOIÁS. *Se Liga no Futuro*: Morrinhos-GO. S/L: Governo de Goiás, 2004. p. 6 e 7.

Ao se analisar a citação no contexto das imagens reproduzidas nas páginas, percebe-se que a história da cidade de Morrinhos se desenvolve como pano de fundo para se incutir nos jovens morrinhenses noções de empreendedorismo. À esquerda, encontram-se estudantes do Colégio Estadual Sylvio de Mello (atualmente um Centro de Ensino de Período Integral – CEPI) e, à direita, uma aluna do Colégio Estadual Coronel Pedro Nunes. Ambos os personagens que

⁵⁶⁵ Idem, p. 07.

dão nome às instituições de ensino já foram citados no presente trabalho e são apresentados por historiadores públicos locais como heróis de Morrinhos.

Portanto, o **Projeto Se Liga no Futuro** se mostrou não um projeto de história do município, mas sim de desenvolvimento de espírito empreendedor entre jovens que estão terminando a formação básica. Apesar disso, a história da cidade ocupa boa parte das páginas do livro produzido, buscando consolidar o imaginário de uma cidade interiorana que, entretanto, é vocacionada ao progresso.

Ilustração 31 - Páginas 08 e 09: Livro **Se liga no Futuro**



Fonte: GOIÁS. **Se Liga no Futuro**: Morrinhos-GO. S/L: Governo de Goiás, 2004. p. 8 e 9.

A página traz no plano principal a fotografia de um dos hotéis mais antigos da cidade, o Hotel Aparecida, localizado na esquina da Rua Pará com a Rua Barão do Rio Branco, no centro. A imagem contrasta com um fundo laranja vibrante, dando ao leitor a impressão de uma cidade que se desenvolve e é moderna, enquanto preserva e reverencia seu patrimônio histórico.

Tanto o estilo da escrita, quanto a estética adotada na obra denota que se trata de um livro dedicado ao público jovem do começo dos anos 2000. O texto confirma essa impressão, bem como a apropriação da história de Morrinhos com vistas a promover o concurso que premiaria projetos de estudantes do Ensino Médio da cidade.

Quem vive em Morrinhos hoje, especialmente os mais jovens, convivendo com a cidade dinâmica que começa a se industrializar, integrada no conjunto da vida nacional, talvez não tenha uma visão clara da Morrinhos sertaneja da primeira metade do século XX, da cidade pacata mas [sic] progressista. Morrinhos foi a cidade-mãe do desenvolvimento do Sul do Estado e deu a Goiás homens públicos notáveis⁵⁶⁶.

⁵⁶⁶ Idem, p. 09.

Essa estética que contrapõe fotos de construções antigas da cidade (muitas delas monocromáticas) com cores fortes se faz presente em todo o livro, como dito, opondo o antigo e o atual em Morrinhos. Além disso, novamente a cidade pacata é apresentada ao público leitor como sendo progressista.

Logo após, o texto apresenta um histórico da cidade. O ano é trazido em negrito, com um texto descritivo conciso sobre o que ocorreu naquele período em Morrinhos e/ou na região. O texto abrange o período que vai do ano de 1845 a 1944. Não há a citação de nenhum autor para corroborar as informações trazidas, contudo, em alguns momentos é possível perceber a presença de algumas leis ou decretos que alteravam a configuração territorial de Morrinhos, ao longo desse tempo.

Há uma inegável inspiração no modelo adotado por Fontes em seu **Morrinhos: de Capela a Cidade dos Pomares**. Nas primeiras páginas da obra, a autora cita os anos em que intendentes (até 1930) e prefeitos (a partir de 1930) administraram a cidade. Ela não dedica seu enfoque às transformações territoriais do município, preferindo abordar construções e transformações na cidade de Morrinhos.

Se Liga no Futuro: Morrinhos/GO acaba adentrando na discussão se Morrinhos era, ao final do século XIX e início do XX uma cidade progressista que se destacaria pelo desenvolvimento ou apenas um núcleo urbano comum aos demais do interior de Goiás no período. O livro, em um primeiro momento, se posiciona ao lado dos historiadores públicos locais, defendendo que sim, o município era distinto dos demais:

Em fins do século XIX, o viajante Oscar Leal esteve no município criado havia poucos anos. De maneira equivocada, ele registra que ali podiam existir possibilidades para o futuro, não para aquele momento, pois, segundo o seu ponto de vista, a cidade não oferecia atrativos. No entanto, não era essa a visão dos moradores da cidade e não foi o que aconteceu⁵⁶⁷.

Para contradizer os relatos do viajante citado, o livro traz informações que apontam que a cidade de Morrinhos teria sido a que mais cresceu em Goiás, entre os anos de 1872 e 1900, com um incremento populacional de 207,3%, seguida de perto por Piracanjuba com 201,6%. Seja para a viagem de Oscar Leal, seja para os dados de crescimento populacional, a obra não cita nenhuma referência que corrobore os dados.

No sentido oposto, encontra-se a seguinte citação:

⁵⁶⁷ Idem, p. 15.

A cidade tinha uma outra peculiaridade desde 1890. Por ficar a meio caminho entre a Cidade de Goiás e Uberaba, Morrinhos era parada obrigatória dos estafetas do correio, que, naqueles tempos, interligavam as regiões se deslocando sobre o lombo de mulas e cavalos pelos sertões. Com a extensão dos fios do telégrafo, Morrinhos foi a primeira cidade de Goiás a receber uma estação telegráfica, fazendo a ligação entre a capital federal (Rio de Janeiro) ao Mato Grosso. O município não diferia muito das outras cidades goianas em sua aparência. Segundo o escritor Joaquim Rosa, a Morrinhos que ele conheceu em 1925 "era uma cidade de poeira e lama, conforme a estação do ano, com suas casas no velho estilo, ranchos compondo a orla urbana, o bacamarte roncando com alguma frequência, os mortos no cemitério e os matadores protegidos na fazenda de um coronel qualquer". Os serviços públicos não eram comuns às cidades goianas desse período. Iluminação, por exemplo, em Morrinhos, assim como no restante do Estado e do território Nacional, era um serviço raro. No caso específico de Morrinhos, foi somente com a iniciativa do médico Sylvio de Mello que se tomou providências quanto à iluminação. Este médico fez uma pequena usina, apelidada de "REPRESA DA USINA DO DR. SYLVIO", cuja energia seria fornecida gratuitamente para a população durante vários anos. Foi um investimento privado que, posteriormente, após a Revolução de 1930, foi capitalizado politicamente por Dr. Sylvio de Mello. Somente no final da década de 40, com a inauguração da Usina Rochedo, é que a iluminação passou à responsabilidade do Estado de Goiás. Datam dos anos 20 os processos de canalização das águas em Morrinhos. Num primeiro momento, foi esta a forma encontrada para substituição dos regos e bicas de aroeira existentes e que funcionavam como sistema de distribuição de água para a cidade.⁵⁶⁸

Esse trecho, porém, aponta que os autores do livro acreditam que, apesar de toda a vocação para o desenvolvimento e do discurso de uma Morrinhos progressista, a realidade da sede do município não diferia daquela enfrentada por outras cidades do interior do estado e mesmo do país. Além de apontar que o município não tinha acesso a serviços públicos que ainda engatinhavam no Brasil, Morrinhos era uma cidade pautada pela ação de coronéis e de milícias a serviço deles.

A obra continua explorando o desenvolvimento da vida dos coronéis que pautaram o ambiente político, econômico e social do município, sempre alternando as fotografias do acervo de José Frauzino com fotografias recentes, produzidas pelos editores do **Se Liga no Futuro**. Em boa medida, o texto reproduz o que foi visto e já debatido na obra de Fontes.

Apesar de se perceber, em alguns momentos, preocupação dos autores do **Se Liga no Futuro** em tecerem análises próprias do município, na maioria das vezes, eles acabam reproduzindo o discurso adotado pelos historiadores públicos locais. Os autores comentam a

⁵⁶⁸ Idem, p. 17.

mudança de poder em Goiás na Revolução de 1909, que deslocou o eixo político goiano da família Xavier de Almeida (radicada em Morrinhos) para os Caiado (radicados em Goiás):

E a trajetória do arranjo "xavierista" de fato foi paralizada [*sic*], havendo um desmonte progressivo das suas possibilidades de reação. Foi mandado para Morrinhos um delegado violento e autoritário, de nome Anibal Franklin Mascarenhas, que acabou assassinado. E talvez fosse este o objetivo dessa manobra, que terminou com a prisão dos mais ilustres chefes políticos de Morrinhos, levados acorrentados até a cidade de Goiás. Ao mesmo tempo, com a desculpa da ponte Afonso Pena, que seria inaugurada em breve, autonomizou-se Santa Rita (Itumbiara), levando junto o Distrito de Bananeiras (Goiatuba). Pouco depois, foi a vez de Caldas Novas. Além disso, o distrito que recebeu o nome de Vila Xavier de Almeida, no município de Ipameri, teve seu nome alterado para Corumbaíba⁵⁶⁹.

Como ocorreu com os historiadores públicos locais de Morrinhos, Aníbal Franklin foi descrito como um delegado violento e autoritário. A chegada do delegado à cidade representou uma ruptura com o poder das oligarquias locais, acostumadas a controlar os rumos do município. Em paralelo, **Se Liga no Futuro** também situa a revolução de 1909 como um marco com consequências negativas para Morrinhos, perdendo protagonismo político estadual e vendo distritos serem emancipados e se tornando cidades maiores que a antiga sede (especificamente, Itumbiara e Caldas Novas).

Politicamente, Morrinhos começaria a perder protagonismo a partir da Revolução de 1909. A cidade passaria a olhar para si mesma como um celeiro cultural. Na página seguinte aos relatos da Revolução de 1909, o **Se Liga no Futuro** apresenta a cidade de Morrinhos como um locus de expressão cultural importante para Goiás. O próprio título da sessão coaduna isso: "Da política para a cultura e a arte em Morrinhos":

⁵⁶⁹ Idem, p. 27.

Ilustração 32 - Páginas 30 e 31: Livro *Se liga no Futuro*

Fonte: GOIÁS. *Se Liga no Futuro*: Morrinhos-GO. S/L: Governo de Goiás, 2004. p. 30 e 31.

Duas imagens tomam conta da página, de um lado a fachada do Teatro Juquinha Diniz, do outro o antigo Museu de Morrinhos, à época localizado na Praça Padre Primo Scussolino, ao lado da Biblioteca Municipal (atualmente, o Museu se encontra no prédio da antiga cadeia e Câmara municipais, em frente à Praça Nossa Senhora do Carmo, de frente à Igreja Matriz Cristo Redentor, no próprio *Se Liga no Futuro*, é comentado que estava em curso o processo de mudança do Museu para a localização atual⁵⁷⁰).

Nem sempre os membros de uma comunidade têm consciência da originalidade e da riqueza da produção cultural, da importância e da expressão que o seu povo alcança. Morrinhos não só tem uma expressão cultural própria, como sempre ofereceu uma enorme contribuição ao desenvolvimento cultural de Goiás. Muito embora continue a ser conhecida como Cidade dos Pomares, durante muito tempo foi chamada de Atenas de Goiás, não só por seu amor à educação, mas também pelas suas atividades intelectuais, determinando rumos para o Estado⁵⁷¹.

Se até então, o enfoque do livro caminhava para a política e vocação da cidade ao desenvolvimento econômico, agora há uma reflexão acerca dos propalados feitos culturais de Morrinhos, que chegariam a influenciar o próprio Estado de Goiás. Então, o livro passa a citar eventos do município, como a Festa de Arte, a Festa do Né⁵⁷² (que ao longo da história do

⁵⁷⁰ Idem, p. 55.

⁵⁷¹ Idem, p. 27.

⁵⁷² Trata-se de uma festa que ocorre durante o mês de agosto na cidade de Morrinhos, em geral, nas proximidades do feriado municipal da emancipação política do Município, a 29 de agosto. Essa festa consiste em apresentações

município mudou de nome e de configuração) e a Festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo.

Finalmente, antes de seguir para apresentar dados econômicos de Morrinhos, o livro aborda a formação escolar local, inclusive com uma tabela com os anos de fundação de algumas instituições de ensino que atuam no município até a fundação da Universidade Estadual de Goiás, a UEG, no ano de 2004.

Nenhuma comunidade pode florescer intelectualmente e nem se desenvolver social e economicamente se não sustentar uma política de educação dirigida a todos. Morrinhos possui uma verdadeira tradição em formação escolar, desde a chegada do primeiro professor ao local. Morrinhos é uma das cidades mais atentas às necessidades da educação, item fundamental da construção da cidadania. Recentemente a Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás (UFG) iniciou projeto de extensão sobre o cultivo e o aproveitamento do sorgo-vassoura no assentamento Tijuqueiro-Morrinhos. Nota-se, no entanto, carência de mais cursos nas áreas técnicas e de gestão da agropecuária e agronegócios, principalmente nos segmentos em que o município tem maior vocação⁵⁷³.

A citação vem acompanhada de uma fotografia da biblioteca (tirada no próprio ano de 2004) e de uma fotografia antiga da Escola Mista Dom Bosco. Ela está em linha com o discurso adotado pelos historiadores públicos locais, ao louvar a tradição escolar da cidade e ao defender que mais cursos voltados para a formação agrária sejam ofertados no município de Morrinhos.

Se Liga no Futuro chega ao momento contemporâneo da produção da obra, discorrendo sobre a economia do município. Em vários momentos do livro, como já citado aqui, há menções ao fato de Morrinhos estar, na época, nos primórdios de sua industrialização. A obra frequentemente afirma que o crescimento econômico do município não representa um desafio para a qualidade de vida local. Isso é evidente pelos constantes elogios à segurança, à limpeza das ruas e aos espaços públicos. O livro é finalizado com informações sobre a população de Morrinhos, que era de 36.990 habitantes, segundo o IBGE. Apenas os dados econômicos e populacionais aparecem com as devidas referências.

Assim como não há uma introdução formal, o livro também não apresenta uma conclusão devidamente estruturada, ainda assim, o último parágrafo traz alguns questionamentos para o público-alvo do texto, os alunos do Ensino Médio da cidade:

musicais e culturais, além da presença de uma série de barraquinhas organizadas por instituições filantrópicas e religiosas da cidade que comercializam alimentos e bebidas (em alguns momentos, também houve a participação de escolas nessa função). Não há uma regularidade na realização dessa festa. Em alguns anos a festa deixou de ser realizada. Ademais, ela assume diferentes nomes, a depender do prefeito de turno. Assim, a Festa do Né já foi Festa Centenário e Festa do Tomate, por exemplo.

⁵⁷³ Idem, p. 35.

Depois de tudo o que você aprendeu e conheceu sobre Morrinhos, deve ser fácil responder: que cidade você quer, para o seu futuro? A ação começa aí, no seu lugar: o espaço das possibilidades. Um projeto eficaz é uma atividade democrática e coletiva de aprendizagem e de ação prática negociada no cotidiano das lutas e das necessidades de cada comunidade, como afirmam os estudiosos Ilka Camarotti e Peter Spink (*). É também saber conjugar atividade econômica com educação, consciência ambiental e mobilização social. Que tal, agora se preparar e construir uma nova perspectiva para o seu município? Se Liga no Futuro e mãos à obra!⁵⁷⁴

Dessa forma, o projeto **Se Liga no Futuro**, desenvolvido na cidade de Morrinhos acabou contribuindo para a difusão do pensamento e da obra de historiadores públicos locais entre estudantes do Ensino Médio local. Passados mais de vinte anos da publicação da obra, ainda não é raro encontrar pessoas que conservam exemplares dessa produção que alcançou uma tiragem expressiva de 5.500 exemplares.

Ao se considerar que a população do município em 2004 era estimada em 36.990 habitantes e que 5.500 cópias foram colocadas em circulação gratuitamente, cifra que corresponde a aproximadamente 14,87% da população local, aproximadamente. Embora o texto não segua o método científico e carece de citações na maior parte do livro. No entanto, é importante reconhecer que uma obra acadêmica raramente alcançaria uma projeção tão significativa como o projeto **Se Liga no Futuro**. Este foi majoritariamente embasado na obra de Fontes e, portanto, compondo a rede de circulação da história pública local.

Em paralelo, materiais como o livro **Se Liga no Futuro: Morrinhos/GO** são uma oportunidade privilegiada para se perceber como o passado pode ser apropriado por uma comunidade e ressignificado por ela. Nessa publicação, a história foi apresentada como forma de se legitimar a ideia de que a Morrinhos contemporânea à obra é herdeira de uma tradição de progresso na política, na educação, na cultura e na economia de Goiás.

Não se trata apenas de um projeto que busca solidificar uma certa representação no imaginário da cidade de Morrinhos. Busca-se também nortear o futuro, circunscrevendo os projetos que seriam apresentados no concurso realizado pelo **Se Liga no Futuro** ao passado que se pretende evocar da cidade de Morrinhos.

A análise das publicações da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos, da Academia Morrinhense de Letras e do Projeto **Se Liga no Futuro** permitiu perceber algumas das formas pelas quais o pensamento construído pelos historiadores públicos locais circula na

⁵⁷⁴ Idem, p. 57.

cidade de Morrinhos. Em especial, a Sociedade Dramática e a Academia de Letras do município logram sucesso em se constituir como parte de uma rede de circulação de ideias local.

Ainda que, apresentando uma história limitada, geográfica e pessoalmente, os historiadores públicos locais conseguiram construir uma rede de circulação de ideias e integrar a essa rede uma série de iniciativas, como exemplificado pelo projeto **Se Liga no Futuro**, do governo de Goiás em 2004. Foi isso que possibilitou que a historiografia pública local influenciasse de forma tão decisiva a memória oficial do município.

O projeto em questão é um indicativo de que como os padrões cristalizados de fazer história pública extrapolaram a cidade, alcançando instituições e intelectuais que não são de Morrinhos, como a presença de pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Goiás na elaboração do material. Por outro lado, a ausência de pesquisadores da Universidade Estadual de Goiás aponta para um espírito excludente do empreendimento.

Além de escreverem sobre o passado, os historiadores públicos locais criaram instituições e conseguiram fazer circular suas obras e, principalmente, seu pensamento sobre a cidade. Nas pinturas que se espalham pela cidade, alcançando mesmo os intramuros da academia. Na festa de arte e nas revistas produzidas por instituições como a Sociedade Dramática e a Academia de Letras locais. Em tudo isso, observa-se como a história na cidade não apenas foi escrita pelo público e com o público, mas sobremaneira, para o público

Assim, a formação de uma rede de circulação instalada na cidade de Morrinhos e que permitiu a transmissão das ideias dos historiadores públicos locais. Tanto a Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos quanto a Academia Morrinhense de Letras, sob essa ótica, se configuraram como instituições responsáveis por fazer com que o pensamento desses intelectuais transcendesse os livros e se materializassem em diversas manifestações culturais da cidade.

A própria Academia acabou sendo influenciada por essa produção, como foi observado nas imagens pintadas na sala de aula da UEG Morrinhos. Não se trata de conceber a universidade em questão como um veículo de valores conservadores. Ao contrário, apenas se evidencia como o pensamento dos historiadores públicos locais é capaz de alcançar um ambiente acadêmico e de produção científica do conhecimento histórico.

Se de um lado as manifestações culturais e artísticas observadas nesse capítulo são produzidas por um número maior de pessoas, por outro, percebe-se que elas seguem ligadas aos interesses de uma elite intelectual da cidade. Portanto, tanto a história pública local quanto a produção artística e cultural de Morrinhos estão intimamente vinculadas à elite que consome e faz circular essas obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada escapa ao passado, como afirmou Peter Lee. Em Morrinhos, há uma significativa produção intelectual sobre a história da cidade, trazendo uma série de peculiaridades que são próprias a ela. Boa parte dessas obras se dá à margem do método científico. Essa pesquisa, evidenciou como o conceito de memorialismo é insuficiente para compreender a relação do público com a produção de seu próprio passado. O campo da história pública, ao contrário, mostrou-se mais profícuo para essa reflexão.

Num contexto marcado pelo crescente interesse pela história, ao mesmo tempo que se multiplicam os autores que podem escrevê-la, é fundamental que a Academia e aqueles que são especializados nesse campo do saber e a ele se dedicam profissionalmente tenham espaços de diálogo com a sociedade.

O memorialismo também se revelou um conceito limitado para compreender a diversidade estilística e de formação dos autores morrinhenses. Se, de um lado, há entre os escritores locais figuras como Zilda Diniz Fontes, Bruno José Vieira e Nilza Diniz Silva e Antônio de Oliveira Ávila Júnior que acessaram a educação superior em áreas distintas da história, há indivíduos como Sebastião Bento da Silva e Gabriel da Silva que não frequentaram o Ensino Superior. José Afonso Barbosa e João Orlando Luiz da Silva, historiadores de formação que adentraram o campo da história pública.

Entende-se que o memorialista é aquele que escreve a partir de suas experiências pessoais, centrando sua narrativa em seu próprio ser, a partir de memórias próprias que ele coletou. Como se observou, há uma diversidade de gêneros e estilos na escrita dos historiadores públicos locais investigados na cidade de Morrinhos. Em alguma medida, todos os autores analisados empreenderam pesquisas para a produção de suas obras. Mesmo as obras memorialísticas, como visto, envolveram entrevistas, consulta a acervos fotográficos, algum cruzamento de fontes. Todos, portanto, dentro do campo da história pública, podem ser entendidos como historiadores.

Como apontado por Ricardo Santhiago, a história pública não é um conceito ou uma disciplina fechada, mas antes um campo que abre caminho para que comportar sob seu guarda-chuva uma série de formas de se escrever o passado e enriquecer a compreensão do papel do público nesse processo. A história feita *para* o público, aquela voltada para a ampliação das audiências é só uma delas e, por mais que muitos setores da Academia se mostrem

particularmente envolvidos nessa, não se trata da única opção possível para se compreender o fazer histórico.

Observou-se que há, em Morrinhos, uma significativa produção de história feita *pelo* público. Se, por um lado, essa história é carente do rigor científico e metodológico próprios do método historiográfico cultivado nas universidades, por outro, ela encontra grande sucesso em se afirmar na sociedade morrinhense como representação do passado da cidade no imaginário social.

Não se ignora, como apontam as pesquisas de Hamilton Afonso de Oliveira e Júlio Cesar Meira, que essas visões construídas sobre o passado de Morrinhos acabam ignorando o mandonismo dos coronéis. Da mesma forma, é inexistente a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico centrado nas famílias poderosas e limitado a um espaço geográfico muito reduzido da cidade nas obras dos historiadores públicos locais.

Por outro lado, ao se refletir sobre a história *e o* público, percebeu-se que a cidade de Morrinhos erigiu uma historiografia pública local calcada na tríade política, progresso e educação-cultura. A política que é debatida nessas obras é feita por grandes homens e grandes feitos.

Alguns pontos, porém, ficam em aberto com esta pesquisa e devem ser analisados por aqueles que se propuserem a seguir a reflexão acerca das relações entre o público e a história. Em primeiro lugar, em vários momentos desta tese, fez-se alguma menção à dimensão didática das obras analisadas. Bem, uma pesquisa que verse sobre a influência da história pública no ensino de história local é um caminho não apenas promissor como necessário.

Sob essa perspectiva, não se deve limitar a concepção de ensino às atividades desenvolvidas em sala de aula nos diferentes níveis da educação. Ao contrário, faz-se necessária uma pesquisa que reconheça os diferentes espaços de ensino-aprendizagem de história e de que forma essas diferentes esferas da dimensão do transmitir a história se relacionam com esse modelo de história pública defendido no presente trabalho.

Em paralelo, urge aprofundar-se sobre como a academia tem analisado esses trabalhos. E aqui, não se refere especificamente a trabalhos como o de Ana Cláudia Fonseca Brefe que analisaram o gênero memorialista em si. Uma pesquisa que se proponha a analisar os próprios trabalhos acadêmicos que acabam recorrendo a historiadores públicos locais como fontes primárias ou secundárias (como foi observado na pesquisa de Alline Rodrigues Bento, ao pesquisar a historiadora pública local Zilda Diniz Fontes).

Essas duas lacunas ficam nessa tese, que, até pela novidade de abordagem proposta, não pôde se debruçar sobre essas questões, que, se reconheça, são importantes. Da mesma forma,

para os adeptos da história oral, fica a possibilidade de pesquisas com os autores de obras similares às levantadas nesta tese, bem como com leitores, a fim de se levantar mais elementos de como essas obras são concebidas, consumidas.

O que se revelou, assim, é que não se trata de uma simples mudança de conceitos: de memorialismo para a história pública. Antes disso, trata-se de uma nova proposta de abordagem, que consiga fazer a Academia dialogar com outros produtos historiográficos que, como se observou tem tanta ou maior circulação na sociedade.

Dessa forma, a junção da história pública com a noção de redes de circulação de Robert Darnton se mostra um caminho particularmente profícuo para pesquisas futuras em outros universos de pesquisa que não o da cidade de Morrinhos. Nesse cenário, pesquisas antigas também podem ser revisitadas e talvez novas discussões possam ser travadas com fontes outrora analisadas sob outros arcaouços teóricos e conceituais.

A historiografia pública morrinhense se centrou nas relações interpessoais e nos grandes vultos locais a fim de ignorar tensões e conflitos sociais que se desenrolam na cidade de Morrinhos. A figura completa do coronel, representada por Hermenegildo de Moraes, como definido por Hamilton Afonso de Oliveira, desaparece nos textos dos historiadores públicos locais, para dar lugar a um político preocupado com os rumos da cidade e permite que a população local participe de uma ínfima parte de sua riqueza acumulada.

Não apenas Hermenegildo, mas a maioria da elite morrinhense foi retratada de um modo benéfico a ela. Há, portanto, uma íntima convergência de interesses entre a elite e os historiadores públicos locais, de modo que o discurso da primeira ganha a sociedade e se cristaliza na historiografia local a partir do trabalho dos últimos.

É nesse contexto que a tríade política, progresso e educação-cultura se mostrou tão importante e central no trabalho dos historiadores públicos locais de inventarem a cidade de Morrinhos e seu passado. Como dito, a política morrinhense não apenas seria diferenciada das demais cidades goianas, mas vocacionada (ao menos no passado) a ser o centro irradiador do desenvolvimento e da institucionalidade para todo o estado de Goiás.

Não se encontra, em nenhum dos livros analisados, discussões sobre corrupção, manipulação eleitoral, fraudes e outras questões tão patentes entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Ao contrário, um leitor desaviado por ser levado a crer que Morrinhos era uma espécie de ilha de moralidade e de progressismo (no sentido positivista do termo), num estado marcado pelo atraso e descaso da elite política.

Sob o eixo do progresso, observou-se que a grande justificativa apontada pelos historiadores públicos locais para a peculiaridade do desenvolvimento morrinhense residiria em

sua privilegiada localização em relação a outros centros urbanos nascentes no mesmo período, estando geograficamente próxima de cidades como Goiânia, Brasília e Uberlândia. No entanto, há escassez de escritos sobre as áreas periféricas da cidade, incluindo os trabalhadores, os pobres e os grupos minorizados.

Bem se vê que o progresso concebido pelos historiadores públicos locais é um progresso de modelo industrial, longe das concepções *progressistas* da política contemporânea desta tese. Um progresso que portanto exclui e ao mesmo tempo oprime. Por exemplo, enquanto a fortuna do coronel Hermenegildo é louvada como um catalizador do desenvolvimento morrinhense, nada se escreve sobre as condições de trabalho no município, sobre as condições de moradia dos pobres, sobre mesmo a escravidão no município.

Ao contrário, quando se há alguma menção à população negra, para se citar um exemplo de grupo minorizado, em geral a menção vai do criminoso (como o caso de Tadeu, o anti-Antônio Corrêa Bueno, de José Afonso Barbosa) ou da excepcionalidade do talento de algum desses grupos.

A educação-cultura, materializada no epônimo Atenas de Goiás seria, para os historiadores públicos locais uma das marcas centrais da cidade. Ocorre que, ao se cruzar os textos dos historiadores públicos locais com as pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre a cidade, observou-se que Morrinhos não foge à regra dos demais núcleos urbanos do interior do país na Primeira República: apenas uma pequena elite tinha acesso à educação, e o fazia com vistas a consolidar seu projeto de poder.

A celebrada cidade pioneira na educação no estado de Goiás parece não refletir sobre as desigualdades de acesso à formação, sobre as diferenças de qualidade entre o ensino público e o privado. Se vários são os políticos que são celebrados pela suposta qualidade da formação intelectual e acadêmica, muito pouco se diz que a grande maioria da população local não tinha acesso a essas possibilidades.

A influência do catolicismo na formação da identidade cultural de Morrinhos é inegável. De partida, observou-se a onipresença da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo e da devoção à padroeira da cidade em livros, poemas, pinturas, logradouros públicos. Da mesma forma, a religiosidade popular que merece algum destaque é apenas aquela vinculada ao catolicismo romano, leia-se, as Folias de Reis, nesta tese, analisadas em dois livros dedicados a elas.

Outras expressões religiosas, mesmo as de matriz cristã, como o protestantismo, ou são completamente ignoradas ou aparecem apenas como notas marginais nas obras discutidas. Na educação, também se vê uma influência positivista, dado que se refere a uma educação a serviço da industrialização e do desenvolvimento local.

Na realidade, a análise do eixo educação-cultura, com os demais, apenas mostra como Morrinhos era entre o século XIX e a primeira metade do século XX uma cidade marcada pela profunda desigualdade social, em que o acesso à educação (em especial no nível superior) era resguardado à elite, sendo o próprio acesso à formação uma das ferramentas de poder da elite local (observe-se que boa parte dos políticos locais eram graduados em Direito).

Portanto, houve um sensível esforço dos historiadores públicos locais em criar a imagem de Morrinhos como uma cidade única, com passado distinto daquele experimentado pelos núcleos urbanos vizinhos no Estado de Goiás. Observe-se, porém, que a maioria dos trabalhos produzidos sobre o município tem seu enfoque voltado para a primeira metade do século XX, o período áureo da cidade.

Ao reforçar essa tríade, a historiografia pública local produziu uma escrita que exclui minorias. Contudo, a própria Academia em diversos momentos produziu e ainda produz uma história que exclui certos grupos enquanto privilegia outros. Dessa forma, o problema da exclusão não pode ser evocado para se deslegitimar o campo da historiografia pública local, dado que esse é um desafio que apenas muito recentemente a escrita acadêmica tem se proposto solucionar.

De mulheres, negros, trabalhadores, pobres são ausências que muito revelam sobre a natureza das obras analisadas. Ainda que mulheres e pessoas sem vínculos consanguíneos com a elite tenham escrito suas obras. Portanto, a ausência desses grupos sociais é também reveladora e merece, por si só, uma análise e pesquisas mais aprofundadas, a partir de outros recortes cronológicos e espaciais.

Como lembra o próprio Peter Lee, as pessoas e, por que não, as cidades, trazem consigo um passado bastante longo que é capaz de legitimar e reproduzir as relações de poder. Cornelius Castoriadis mostrou que a sociedade não existe para criar significado para si mesma, dado que a imaginação social é a força capaz de criar o mundo, atribuindo-lhe sentido.

Em Morrinhos, esse sentido foi atribuído sob a égide de um passado que excluiu todos os elementos que não se ajustam à ideia de uma cidade habitada por grandes homens intelectuais e dotados de sensibilidade social. O que não concorre para a defesa da Atenas de Goiás foi negligenciado, apagado da historiografia pública local e, portanto, da memória oficial do município.

Em paralelo, com Bronislaw Baczko, percebeu-se que o imaginário social é uma das forças reguladoras da existência, sendo um dos instrumentos da convivência coletiva. Ao se construir um imaginário baseado em grandes homens e feitos, justifica-se a forte concentração

de poder político e econômico na elite local. Isso deixa pouco espaço para a discussão dos problemas urbanos.

Os historiadores públicos locais foram tão bem-sucedidos em sua missão de moldar o imaginário local porque conseguiram criar redes de circulação para que suas ideias pudessem transitar pela cidade de Morrinhos, não apenas por meio dos livros, mas também na arte, na poesia, na música, nos periódicos e nas escolas locais.

Nesse sentido, instituições como a Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos e a Academia Morrinhense de Letras emergiram como instituições fundadas por historiadores públicos locais que servem de espaço para a publicação desses autores e difusão de suas ideias por meio de eventos como a Festa de Arte de Morrinhos ou de iniciativas como a “Revista da Festa de Arte” e a “Revista da Academia Morrinhense de Letras”.

A força dessas instituições e dos próprios historiadores públicos locais se revela tal que, quando o Governo do Estado de Goiás realizou no município seu projeto Governo Itinerante e, dentro desse evento, o **Se Liga no Futuro: Morrinhos/GO** não foi à Universidade Estadual de Goiás, à época com um curso de história atuando no município há 17 anos⁵⁷⁵ que recorreram, mas sim a historiadores públicos locais e suas obras.

Aqui, algumas discussões travadas ao longo da tese precisam ser trazidas à tona. Em primeiro lugar, conforme se observou, apenas a partir da segunda metade do século XXI, a Universidade Estadual de Goiás em Morrinhos consolidou um sólido arcabouço de pesquisa e de produção historiográfica. Portanto, é possível afirmar que a história pública local preencheu, desde pelo menos a publicação das primeiras Revistas da Festa de Arte, uma lacuna de acesso ao passado e de reflexões sobre o mesmo que a Academia não preenchia.

Aqui, vale se questionar sobre outras regiões do país e do mundo que passaram por situações parecidas. A produção da história pelo público, inicialmente, é um reflexo da busca da sociedade por acesso ao passado. As pessoas se interessam pelo passado e os historiadores públicos locais preenchem um espaço que a Academia não quer ou não consegue ocupar.

Em segundo lugar, é o que em vários momentos essa tese afirmou, exemplificou e analisou: a capacidade da historiografia pública local de alcançar audiências impensáveis ou inacessíveis para a academia. São obras de história pública que influenciam as efemérides morrinhenses. São também essas obras que se relacionam com os nomes dos logradouros locais. Nas escolas, nas conversas na igreja e nas ruas, é aquilo que esses autores escreveram que se cristalizou na memória local acerca da trajetória histórica não-indígena de Morrinhos.

⁵⁷⁵ Considerando-se o também o tempo anterior à formação da UEG, com a atuação da FECLM.

Em terceiro lugar, observa-se que muitos dos historiadores públicos são também artistas, poetas ou se relacionam com eles. Portanto, o conteúdo da história pública acaba sendo difundido em obras artísticas, amplificando ainda mais as audiências desses trabalhos. São públicos que, ao menos normalmente, a Academia não acessa ou não consegue alcançar.

Um maior diálogo entre esses dois fazeres historiográficos, o acadêmico e o público, portanto, pode ser profícuo não apenas no plano epistemológico, como discutido, mas também no plano de se conseguir maior espaço e discussão com a sociedade.

É ainda fundamental se reafirmar que em momento algum se relativizou ou se subestimou a importância do historiador profissional, formado na disciplina histórica ou ainda buscou equiparar o trabalho dos historiadores públicos locais àquele realizado na Academia. Apenas foi apontada uma realidade inescapável: a universidade não detém, e nunca deteve, o monopólio do fazer histórico. Em tempos de questionamento do saber especializado e de revisionismos, o diálogo com diferentes agentes produtores da história é uma necessidade inescapável.

Por outro lado, reconhece-se que essa tese acaba resvalando na problemática da regulamentação da profissão do historiador. Na realidade, na visão do pesquisador, o diálogo com o campo da história pública reforça a relevância do método historiográfico. Ele introduz questionamentos vitais para as narrativas construídas sobre as cidades e outras realidades, debatidas por historiadores não profissionais.

Ao consagrar um campo para o diálogo entre os diferentes fazeres historiográficos, a pesquisa acaba contribuindo justamente para a importância da história acadêmica, porque ela pode contribuir para a reflexão das lacunas que a historiografia pública não alcança. Certamente, espera-se que as reflexões levantadas neste texto contribuam para o debate sempre aberto acerca da figura do historiador e de seu papel na sociedade.

Finalmente, trabalhos posteriores precisam ter um maior diálogo com os próprios historiadores públicos. Se se busca de fato construir um caminho de diálogo e de escuta mútua, é preciso que os próprios escritores tenham a possibilidade de se posicionar dentro da história pública. Dito de outro modo, sem de fato um diálogo aberto e participativo, corre-se o risco da história pública se tornar um novo memorialismo, isto é, uma tentativa unilateral de se classificar uma série de trabalhos que sequer se reconhecem assim.

A grande novidade e possibilidade advinda da história pública é justamente ser um campo aberto, em que diferentes vozes podem e devem interagir. Isso não deslegitima nenhum dos partícipes do debate, ao contrário, oferece-lhes um campo plural e democrático de discussão. Trabalhos futuros podem justamente versar sobre formas da Academia se aproximar

dessas obras sem renunciar à cientificidade e ao mesmo tempo, sem se estabelecer uma hierarquia rígida de valores.

A história pública, portanto, tem muito a oferecer à história científica. E é justamente a relação com o público a principal dessas contribuições. Em tempos de revisionismo, de questionamentos da ciência e de notícias falsas, escutar o público, dialogar com o público e reconhecer os saberes e os anseios do público é o primeiro e mais difícil dos passos a serem dados.

As pesquisas em história não podem apenas se limitar aos questionamentos e necessidades dos historiadores acadêmicos (ainda que tudo isso seja legítimo, importante e fundamental). Em especial em instituições públicas de ensino, a sociedade precisa ser parte do processo de construção do saber historiográfico. Isso, por si, não é uma grande novidade. Parece consenso que esse diálogo é desejado.

Permanece porém a questão: como fazer? Como tornar realidade esse diálogo desejado por todos. Bem, a história pública oferece respostas e pode ser uma inspiração para aqueles que se dedicam ao fazer historiográfico científico.

Assim, vislumbra-se aqui uma discussão que ainda está incipiente e que certamente precisa avançar. Espera-se que outros acadêmicos sigam essa discussão, preencham as lacunas deixadas nessa tese e corrijam as falhas deste trabalho. Em todo caso, a história pública é um campo muito interessante para diversas áreas da ciência história.

REFERÊNCIAS

- ALBIERI, Sara. História Pública e Consciência Histórica. *In*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e voz, 2011. p. 19-30.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste: e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALVES, Miriam Fabia. Política e Escolarização em Goiás-Morrinhos na Primeira República. 2007. 209 f. Tese de Doutorado em Educação – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2007.
- ALVES, Wesley Ribeiro. **Os conflitos de memória e a Igreja Nossa Senhora do Carmo na Década de 1970**. 2014. 45 f. Monografia (História) – Universidade Estadual de Goiás (UEG), Morrinhos/GO, 2014.
- AMORIM, Eron Meseses de. Morrinhos: **Coronelismo e Modernização 1889-1930**. 179 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1998.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In*: Leach, Edmund et Al. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Org. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARROS, José D’Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra/Portugal, v. 52, n. 12, p. 397-419, 2021.
- BENTO, Aline Rodrigues. **Zilda Diniz Fontes (1920-1984): uma educadora que não cabe na escola**. 2019. 164f. Dissertação de mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **A cidade inventada: a pauliceia construída nos relatos memorialistas**. 1993. 164 f. Dissertação de mestrado em História – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1993.
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidades e Urbanismo: Uma possível Análise historiográfica. Vitória da Conquista: **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista/BA, v. 9, n. 1, p. 21-50, 2009.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A criação histórica**. Porto Alegre: Artese Oficinas, 1992. p. 90.

CARPINTÉRO, Maria Varanda Teixeira. CERASOLI, Josianne Francia. A Cidade como História. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009.

CORREIA, Juca Ribeiro. **A história da Rádio Morrinhos**. 2008. 34 f. Monografia em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2008.

DARNTON, Robert. **A Questão dos Livros**: passado, presente e futuro. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

_____. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

_____. **O Diabo na água benta**: ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão. Trad. Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Poesia e polícia**: Redes de comunicação na Paris do século XVIII. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Censores em ação**: como os estados influenciaram a literatura. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DUMOULIN, Oliver. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2024.

FEBVRE, Lucien. MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**. 2 ed. Trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Edusp, 2019.

FEITOSA, Kézia de Lira Feitosa. SALCEDO, Diego Andres. Selos comemorativos brasileiros: uma proposta de representação do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 232-251, jan./mar. 2019.

FRISCH, Michael. **A Shared Authority**: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History. New York: State University of New York Press, 1990.

_____. História Pública não é uma via de mão única. *In*: MUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p- 57-70.

FISCHER, Steven Roger. **História da Leitura**. Trad. Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FONSECA, Maria Lúcia. **Coronelismo e Mandonismo local** – Morrinhos (1889/1930). 1997. 212 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1997.

GAY, Peter. **O Estilo na História**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUILDI, Jo. ARMITAGE, David. **Manifesto pela História**. Trad. Modesto Florenzano. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Trad. Andréa Souza de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HARTOG, François. **Evidência na História**: o que os historiadores veem. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HERSCHMANN, Micael M. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil Moderno**: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. **O futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LANGARO, Jiani Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado**: “colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). 2012. 472 f. Tese de Doutorado em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2012.

_____. **Quando o futuro é inscrito no passado**: Literatura historiográfica, periodismo e memórias públicas da fundação de Toledo (PR) 1953-2011. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade**: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900. São Paulo: Edusp; Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do período impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros**: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s). Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.-jun. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7ª ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

LEAL, Victor Nunes, **Coronelismo, Enxada e Voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LEE, Peter. Por que aprender História? Trad. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schimidt e Marcelo Fronza. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 42, p. 19-42, out/dez. 2011.

JILL LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? *In*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e voz, 2011. p. 31-52.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 37, n. 74, 2017.

MARCELINO, Marcos Antonio. MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. BORGES, Júlio Pereira. Reestruturação produtiva do capital no Cerrado: Morrinhos no contexto da modernização do campo em Goiás. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá/GO, v. 5, n. 1, p. 148-172, 2016.

MEIRA, Júlio Cesar. **Ideias de Progresso e Modernização: projetos de (re)urbanização do Município de Morrinhos/GO (1950-1970)**. 2017. 244 f. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal de Uberlândia (UFU) 2017.

_____. **Reforma Reformulação Urbana no Brasil do Século XX: Análise dos Discursos de Progresso e Modernização em um Município do Sul de Goiás**. Curitiba: CRV, 2019.

MENESES, José Newton Coelho. Todo patrimônio é uma forma de história pública? *In*: p. MAUAD, Ana Maria. SANTHIAGO, Ricardo. BORGES, Viviane Trindade (Org.). **Que história pública queremos? - What public history do we want?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 69-75

MENEZES, Lucas Mendes. Uma revista que honra a cultura de Minas: A política mineira através da Acaiaca (1948-1957). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande/RS, v. 2, n. 4, dez/2010.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2024.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NUNES, Clarice. A Escola Reinventa a Cidade. *In*: HERSCHMANN, Micael M. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 180-201.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso. **A Construção da Riqueza no Sul de Goiás, 1835-1910**. São Paulo: Pimenta Cultura, 2023.

OLIVEIRA, Leonardo Silva. **“Essa Terra merece o nosso amor”**: As comemorações do centenário de emancipação política e administrativa de Ituiutaba. 2014. 81 f. Monografia (História) – Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Ituiutaba/MG, 2014.

PAIXÃO, Frederico Oliveira da. COSTA E SILVA, Margot Reinann. A Formação História do Território Goiano e a Política Coronelística. **Estudos**, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 215-227

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, jan-jun. 2007.

PROST, Antoine. **Doze Lições sobre a História**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed., 2017.

Ricœur, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et. al.]. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010.

SANTA CRUZ, Fábio S. **Província imensa e distante**: Goiás de 1821 a 1889. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. *In*: MUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p- 23-36.

_____. Pode-se falar de uma história pública brasileira? *In*: MUAD, Ana Maria. SANTHIAGO, Ricardo. BORGES, Viviane Trindade. (Org.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 323-330.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. *In*: BRESCIANI, S. AXARA, M. **Memória e ressentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2005.

SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o ‘Fazer histórico’**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. 502 f. Tese de Doutorado em História - Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (FH/UFG), 2015.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Cultura, linguagens e história: a arte de viver, na poesia. *In*: MACIEL, Laura Antunes. ALMEIDA, Paulo Roberto de. KHOURY, Yara Aun. **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 114-135.

SILVA, Marco Antônio Navarro da. **Os Selos do Reich**: A filatelia como forma de difusão da cultura política nacional-socialista (1933-1945). 2014. 354f. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. História do Brasil e violência política. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 17, p. 1-6, 2019.

SMITH, Richard Cândida. História pública, por que não? *In*: MAUAD, Ana Maria. SANTHIAGO, Ricardo. BORGES, Viviane Trindade (Org.). **Que história pública queremos? What public history do we want?.** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 323-330.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Pintando o Brasil: artes plásticas e construção da identidade nacional (1816-1922) **História em reflexão**: Dourados/MS, v. 2, n.4., jul/dez 2008.

WILLIAMS, Raymond. **A produção social da escrita**. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando História Pública no século XXI. *In*: ALMEIDA, Juniete Rabêlo e de. ROVAI, Marta Gouveira de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-64.

FONTES

ACADEMIA MORRINHENSE DE LETRAS (Org.). **Revista da Academia Morrinhense de Letras**. Ano 1. Vol. 1. Goiânia: Kelps, 2015.

_____. **Revista da Academia Morrinhense de Letras**. Ano 4. Vol. 4. Goiânia: Kelps, 2018.

_____. **Revista da Academia Morrinhense de Letras**. Ano 6. Vol. 6. Goiânia: Kelps, 2020.

_____. **Revista da Academia Morrinhense de Letras**. Ano 7. Vol. 7. Goiânia: Kelps, 2021.

ÁVILA, Antônio. **Morrinhos: nossa história em selos**. Goiânia: Kelps, 2019.

BARBOSA, José Afonso. **Imigração: Quem acolhe colhe**. Goiânia, Kelps, 2018.

_____. **Na Trilha do Passado**. Goiânia: Kelps, 2015.

_____. **Os Frutos da Terra: História**. Goiânia: Kelps, 2020.

_____. **Antônio Corrêa Bueno: Desbravador do sertão goiano no início do século XIX**. Goiânia: Kelps, 2020.

_____. **Triângulo da História: Subsídios para a História de Morrinhos**. 3ª ed. Goiânia, Kelps, 2017.

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA. **Revista do Sesquicentenário de Morrinhos**. S/l: 1995.

FONTES, Zilda Diniz. **Morrinhos: de capela a cidade dos pomares**. Goiânia: Oriente, 1980.

_____. **Para meus filhos**. Goiânia: Kelps, 2023.

GOIÁS. **Se Liga no Futuro: Morrinhos-GO**. S/L: Governo de Goiás, 2004.

MELO, Andrey Oliveira. SILVA, Darly Rosa. OLIVEIRA, João Orlando Luiz. MELO, Wander Oliveira. **Morrinhos: economia e política 1870-1970**. Goiânia: Kelps, 2014.

SOCIEDADE DRAMÁTICA E LITERÁRIA DE MORRINHOS. **VI Festa de Arte de Morrinhos**. Morrinhos: Gráfica Globo, 1970.

_____. **VII Festa de Arte de Morrinhos**. Morrinhos: s/e, 1971.

_____. **XIV Festa de Arte de Morrinhos: Um Século de Cidade**. Brasília: Gráfica-Escola de Jornal e Artes, 1982. p. 7.

OLIVEIRA, João Orlando Luiz. **A modernização agrícola do sul goiano: início do processo gerador de exclusão social em Morrinhos.** Goiânia: Kelps, 2015.

SILVA, Gabriel da. **As Folias de Santos Reis e Nossa Senhora do Carmo em Morrinhos: Observações e Anotações de um Devoto.** Goiânia: Kelps, 2020.

SILVA, Nilza Diniz. **Escola: Célula importante da educação.** Goiânia: Kelps, 1995.

_____. **Hinos e Bandeiras do Telurismo.** Goiânia: Kelps, 2012.

SILVA, Sebastião Bento da. **Tradições Morrinhenses: Ensaio literário de cultura tradicional.** Goiânia: Kelps, 2016.

VIERA, Bruno José. **Morrinhos ao Som da Lira.** s/l: s/e, 1981.